

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

A ONUDI – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO GLOBAL

NARA SHIRLEY DE SOUSA COSTA

MANAUS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

NARA SHIRLEY DE SOUSA COSTA

A ONUDI – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO GLOBAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

ORIENTADOR: PROF. DR. NOVAL BENAYON MELO

MANAUS

2013

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837o Costa, Nara Shirley de Sousa
A ONUDI - Organização das Nações Unidas para o
Desenvolvimento Industrial e o Desenvolvimento Econômico Global
/ Nara Shirley de Sousa Costa. 2013
263 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Noval Benayon Mello
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Globalização Econômica. 2. Desenvolvimento Econômico
Global. 3. Nações Unidas.. 4. Organizações Internacionais. 5.
ONUDI. I. Mello, Noval Benayon II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

NARA SHIRLEY DE SOUSA COSTA

**A ONUDI – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 26 de junho de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Noval Benayon Melo
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Ernesto Renam Freitas Pinto, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

**MANAUS
2013**

A Deus, meu avô José Costa e minha mãe Célia, família, amigos e colegas que me ofereceram por inúmeras vezes o ombro amigo, abraços confortantes e sorrisos animadores, gestos os quais foram responsáveis por não ter desistido deste projeto.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que estiveram presente em vários momentos.

A minha família por todo o apoio e incentivo, embora nem todos compreendam minhas ausências.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia.

A Marluce Lima pelo o apoio, incentivo e amizade. Sou muito grata a você!

Aos professores do Departamento de sociologia e de economia da UFAM.

A todos os amigos que fiz na UFAM.

Aos meus orientadores professor Marcelo Seráfico e professor Noval Benayon, pessoas imprescindíveis em momentos distintos.

Aos funcionários da ONUDI Elisabeth Mayer, Hasssan Mehdi e Monika Eichberger pela disposição de vários documentos. Sou muito grata! Sem esses documentos seria impossível a conclusão desta pesquisa.

As bibliotecárias da UFAM, Nilma, Conceição, Lane....

A todos aqueles que trabalham na UFAM e que fizeram parte do meu dia-a-dia recheado de momentos de insônia, de café, ansiedade e muitos sorrisos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como organizações internacionais atuam como agentes de promoção para a transnacionalização do capital. A abordagem tem como direcionamento a estruturação de mecanismos jurídicos, políticos e econômicos que visem o engendramento do desenvolvimento econômico global, deste modo, a problemática traz como objeto a ONUDI- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. A ONUDI é uma organização intergovernamental internacional ligada ao sistema das Nações Unidas, criada em 17 de novembro de 1966, seu objetivo é promover a industrialização dos países em desenvolvimento e economias em transição. A organização surgiu no contexto em que o desenvolvimento econômico era visto como sinônimo de industrialização (LUKEN, 2009), neste âmbito, se tornou como um mecanismo de discussão sobre o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e, com passar do tempo passou a desempenhar um papel importante, como um dos agentes promotores do capital privado na economia global e das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento econômico por meio das atividades industriais. Para compreensão de sua participação na agenda do desenvolvimento global, parte-se à análise de seus relatórios anuais a partir de 1985, ano em que se tornou uma agência especializada das Nações Unidas. A base nas fontes documentais produzidas pela ONUDI priorizou seus relatórios anuais, pois trazem a síntese das atividades realizadas durante o ano, entretanto outros documentos, como resoluções e relatórios da ONU e de outras agências especializadas foram utilizados. Assim, a pesquisa se deparou com atuação de vários agentes, e por meio da ONUDI procurou-se desvelar suas recomendações para os países no processo de industrialização, e abstrair como se converge em meio a um discurso que direciona ao desenvolvimento econômico global. Deste modo, os três pilares os quais guiam suas ações, como a redução da pobreza, meio ambiente e comércio, procuram introduzir alternativas de produção menos nocivas ao meio ambiente, capacitação comercial, adequação normalizações internacionais e gestão da qualidade nos processos industriais. O objetivo é oferecer aos países em desenvolvimento- PEDs, países menos avançados- PMAs e pequenas e médias empresas- PMEs, condições de inseri-los nos mercados globais. Em razão de ser uma organização integrante do sistema das Nações Unidas, a pesquisa procurou compreender como as questões relativas ao desenvolvimento foram tomando espaço nas Nações Unidas, contemplando alterações que, ao longo do tempo incorporou ao significado do desenvolvimento outras abordagens, que perpassam os aspectos meramente econômicos, convergindo nas últimas décadas do século XX em problemáticas que envolvem a sustentabilidade, IDHs- Índices de Desenvolvimento Humano; e na virada para o século XXI nos ODMs – Objetivos do Milênio que visam o combate à extrema pobreza até 2015 e foram sublinhados por várias organizações, dentre elas a ONUDI. Com base no contexto o qual se originou e é integrante e das relações com vários agentes, entre eles Estados nacionais, empresas e outros agentes privados, pode se dizer que a ONUDI é dos agentes participantes de ajustamentos técnicos, políticos, jurídicos, econômicos que visam à convergência ao desenvolvimento econômico global.

Palavras-chaves: Globalização Econômica. Desenvolvimento Econômico Global. Nações Unidas. Organizações Internacionais. ONUDI.

ABSTRACT

The goals of this paper is to analyze how international organizations act as agents for promoting the transnationalization of capital. The approach has hypothesized mechanisms structuring legal, political and economic aimed at engendering global development. The treatment of the problem has as object the UNIDO-United Nations Industrial Development Organization. UNIDO is an international intergovernmental organization linked to the United Nations system, created on November 17, 1966, aiming to promote industrialização developing countries and economies in transition. The organization emerged in the context in which economic development was seen as synonymous with industrialization (LUKEN, 2009), in this context UNIDO has emerged as a mechanism for discussing the development of developing countries - developing countries and, over time came to play an important role as one of the promoters of private capital in the global economy and relations between developed and developing countries to promote economic development through industrial activities, as well as the introduction of alternative production less harmful to the environment, in trade capacity building, normalization and quality. The goal is to offer developing countries, LDCs - Least Developed Countries and SMEs-Small and Medium Enterprises, conditions inserting them in global markets. To understand their participation in the global development agenda, part is the analysis of their annual reports since 1985, the year he became a specialized agency of the United Nations. The empirical basis of the documentary sources produced by UNIDO prioritized their annual reports, as they bring the synthesis of its activities during the year, although other documents, such as resolutions and reports from the UN and some of its specialized agencies were used. The research encountered several agents and actions through the work of UNIDO sought to unveil its recommendations for countries in the process of industrialization as well as abstracting converges in the midst of a discourse which directs the overall development. By reason of being an organization which originated and is integral to the United Nations, the research highlighted how the development issues were taking up space in the United Nations, contemplating their changes over time has incorporated its meaning other factors, which pervade the purely economic aspects, converging in the last decades of the twentieth century in HDI-Human Development Index, measured by the UNDP-United Nations Development Programme and the turn of the twenty-first century in the MDGs - Millennium Development Goals are objectives that aim to combat extreme poverty by 2015, were highlighted by several organizations, among them the UNIDO. Based on context which originated and is integral and relations with various actors, including nation states, corporations and other private, can be said that UNIDO is participating agents adjustments political, legal, economic and regulations that aim to convergence to global development.

Keywords: Economic Globalization. Economic Development. United Nations. International organizations. UNIDO.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processo de Consolidação das Organizações Internacionais.....	30
Quadro 2 – Dos Objetivos do Milênio	137
Quadro 3 – Lista dos Diretores Gerais da ONUDI.....	143
Quadro 4 – Princípios do Consenso de Washington	186
Quadro 5 – Despesas da ONUDI por fonte 1970-2010 (milhões de dólares/EUA).....	224

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAF/SAP	African Alternative Framework to Structural Adjustment Programmes for Social-Economic Recovery and Transformation
ACNUDH	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
AG	Assembleia Geral
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALALC	Associação Latino Americana de Livre Comércio
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano Internacional
BIRCS	Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BP	Balança de Pagamentos
CCT	Classe Capitalista Transnacional
CCE	Comunidade Econômica Europeia
CCI	Câmara de Comércio Internacional
CEA	Comissão Econômica Africana
CEE	Comunidade dos Estados Europeus
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CFC	Clorofluorcarboneto
CFP	Companhia Francesa Petrolífera
CID	Centro para Desenvolvimento Industrial
CID	Comitê para Desenvolvimento Industrial
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CG	Conferência Geral
CITEH	Centro Internacional de Tecnologias de Energia do Hidrogênio
CIVICUS	World Alliance for Citizen Participation
CNUMD/ ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COP	Conferência das Partes
CSI	Índice da Sociedade Civil
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTN	Corporação Transnacional
DDA	Declaração de Desenvolvimento da África
DG	Diretor Geral
DI	Direito Internacional
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DPI/UN	Departamento de Informação Pública da ONU
DRS	Departamento de Relações Sociais de Harvard
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMN	Empresa Transnacional

ESID	Desenvolvimento Industrial Ecologicamente Sustentável
EUA	Estados Unidos da América
FAIB	Federação das Associações Europeias Internacionais
FAIB	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEM	Fórum Econômico Mundial
FIAS/IFC	Corporação Financeira Internacional
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMAM	Fundo Mundial para Meio Ambiente
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
FS	Fundo Especial
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GBM	Grupo do Banco Mundial
GEF	Global Environment Facility
Gs	Grupo de Países
GNUD	Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento
G-7	Grupo dos 7 Países Mais Ricos
G-8	Grupo dos 8 Países Mais Ricos
G-20	Grupo dos 20 Países Mais Ricos
G-77	Grupo dos 77 Países em Desenvolvimento
HCFC	Hidroclorofluorcarboneto
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries/ Países Pobres Altamente Endividados
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBM	Instituto do Banco Mundial
ICSID	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas e Investimentos
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento
IDEs	Investimento Direto Externo
IDG	Índice de Desenvolvimento de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHA	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IOSOCO	Organização Internacional de Comissão de Valores
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ISIC	Classificação do Padrão Internacional Industrial
LEA	Liga dos Estados Árabes
LME	Lista de Medicamentos Essenciais da OMC
ISO	Organização Internacional de Standartização
ITU	União Internacional de Telecomunicações
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MERIT	Instituto de Pesquisa e Inovação e Tecnologia dos Países Baixos
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimento
MLF	Fundo para Implementação do Protocolo de Montreal
MNA	Movimento de Países Não Alinhados

NCM	Ciclo de Negociações Comerciais Internacionais
NAFTA	Tratado Norte Americano de Livre Comércio
NGLS/UN	Non Governmental Liason Since
NICs	Newly Industrialized Countries/ Países Recentemente Industrializados
NFI s	Novas Formas de Investimento
NOEI	Nova Ordem Econômica Internacional
NORAD	Organismo Norueguês de Cooperação para o Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODMs	Objetivos do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECE	Organização para Cooperação Econômica da Europa
OI	Organizações Internacionais
OIC	Organização Internacional do Comércio
OIGs	Organizações Internacionais Intergovernamentais
OINGs	Organizações Internacionais Não Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLP	Organização para Libertação da Palestina
OMA	Organização Mundial das Aduanas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Metrologia Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONGIs	Organizações Não Governamentais Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ONUSIDA	Programa das Nações Unidas sobre o HIV
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OXFAM	Oxford Committee for Famine Relief/Comitê de Oxford de Combate à Fome
Res.	Resolução
PAES	Programa de Ajustes Estruturais do Banco Mundial
PBF	Boas Práticas de Fabricação
PCB	Bifenilos Policlorados
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEAT	Programa Estendido de Assistência Técnica
PEDs	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PNA	Países Não Alinhados

PNB	Produto Nacional Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Programa Regular
PTNs	Práticas Transnacionais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RDM	Relatório sobre Desenvolvimento Mundial
RI	Relações Internacionais
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SDO	Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio
SFI	Sociedade Financeira Internacional
SG	Secretário Geral
SI	Social Indicator Movement
SMI	Sistema Monetário Internacional
SUNDEF	Fundo Especial das Nações para o Desenvolvimento Econômico
TDR	Trade and Development Report/UNCTAD
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNCS	Empresas Transnacionais
UCA	Unidade de Coordenação Ambiental da ONUDI
UE	União Europeia
UEMOA	União dos Estados Africanos
UIA	União das Associações Internacionais
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UNFDAC	Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas
UNCDF	Fundo de Capital das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNFDAC	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNITAR	Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa
UNRISD	Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para Desenvolvimento Social
UPU	União Postal Universal
URSS	União das Repúblicas Soviéticas Socialistas
USAID	Agência de Desenvolvimento Internacional
VAM	Valor Adicionado Manufatureiro
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais
ZPE	Zonas de Processamento de Exportação
5P	EUA, Rússia, China, França e Reino Unido
WWF	World Wide Fund For Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I	 26
1 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MEIOS DE REGULAÇÃO	26
1.1 Das Organizações Internacionais	26
1.1.1 Das características Gerais	28
1.1.2 Formas de Classificação das Organizações Internacionais	41
1.2 Das Noções de Regulação	50
1.2.1 Os princípios de regulação no século XX a partir da Pós II Guerra Mundial	51
1.2.2 A Regulação nas Configurações do Capitalismo e seus agentes	55
 CAPÍTULO II.....	 75
2 AS NAÇÕES UNIDAS E A PAUTA DE DESENVOLVIMENTO	75
2.1 Do arsenal teórico do desenvolvimento nos primeiros anos das Nações Unidas	75
2.2 Dos primeiros relatórios sobre desenvolvimento das Nações Unidas	78
2.3 Dos antecedentes a 1ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas	95
2.4 A 2ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas e a NOEI	102
2.5 O colapso do petróleo e do Sistema Monetário Internacional	114
2.6 O 1º Ciclo das Conferências Sociais das Nações Unidas	116
2.7 A 3ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas	119
2.8 Do 2º Ciclo das Conferências Sociais das Nações Unidas, do IDH aos ODMs	134
 CAPÍTULO III	
3 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	
INDUSTRIAL	140
3.1 A estrutura organização da ONUDI	145
3.2 Objetos, Funções, Serviços e Eixos Temáticos	148
3.3 Dos Eixos Temáticos	152
3.4 Os Estados Membros	157
3.5 Dos antecedentes da criação da ONUDI	160
3.6 Da criação da ONUDI	167

3.7 Da Conferência de Lima ao esmorecimento da NOEI	169
3.8 A ONUDI como agência especializada das Nações Unidas	177
3.9 A ONUDI e a Década de 1990	184
3.9.1 Da crise política e financeira à Reforma da ONUDI	200
3.9.2 A ONUDI e a Questão Ambiental	203
3.10 A ONUDI e os desafios para o Novo Milênio	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	232
ANEXOS	252
APÊNDICES	260

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa identificar como as organizações internacionais promovem processos de transnacionalização econômica. Um dos pontos problematizados se refere às atividades viabilizadas por meio do aparato de assistência técnica ofertados por essas organizações, e faz parte da política empreendida em vários países chamada de “ajuda ao desenvolvimento”. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial- ONUDI constituiu um dos agentes responsáveis por esse processo.

A ONUDI é uma Organização Internacional Intergovernamental (OIG) ligada ao sistema das Nações Unidas - ONU (composto por mais de 70 entidades entre agências especializadas, fundos e programas, institutos de treinamento, pesquisa e outros¹). Criada em 17 de novembro de 1966, surgiu com a responsabilidade de fomentar a industrialização dos países em desenvolvimento e economias em transição.

Sua atuação no processo de modernização em diversos países do pós II Guerra Mundial pode ser atribuída a “um papel central na cooperação internacional industrial” (LAMBERT, 1993, p.19) e sua atuação ao longo dos anos se deu em meio aos processos amplos, assinalados a princípio pela passagem da economia internacional para uma economia global.

Assim, a problemática motiva entre outras questões “a repensar a relação entre as entidades territoriais nacionais” (SAVY e VELTZ, 1993, *apud* SANTOS, 2008, p. 245). Tal relação é tratada nesta pesquisa na relevância da noção de ajuda ao desenvolvimento, subsidiada a partir de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições de *Bretton Woods*², que empreenderam desdobramentos fundamentais na internacionalização da produção e industrialização de diversos países com várias consequências, e que nas últimas décadas, aparentam mobilizar-se no empreendimento da constituição de desenvolvimento econômico global.

Passado mais de 45 anos de existência e com a composição de 172 Estados membros (dados de 2013³), a ONUDI apesar de muitos percalços continua a ser a agência da ONU responsável pela industrialização. Entre outros feitos, é possível destacar sua importância como um dos agentes promotores do “capital privado na economia global e das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento” (HOLLY, 1999, p.72). Outras atribuições

¹ Ver Anexo 1 Organograma do Sistema das Nações Unidas.

² Refere-se ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

³ Esse número refere-se ao dia 31 de janeiro de 2013.

podem ser vistas na introdução de sistemas de padronização tanto de técnicas e modos de produção, meio ambiente (utilização das tecnologias sustentáveis) entre outros processos, dos quais participa em colaboração com outros agentes.

Diante desse cenário, uma das preocupações da pesquisa é tentar entender como uma organização do setor público internacional como a ONUDI, situa-se como um dos agentes da Classe Capitalista Transnacional (CCT) (SKLAIR, 1995, 2010) que organiza e participa da transnacionalização capitalista em curso, ou seja, é um agente que formula, veicula, propõe ideias e ações para o desenvolvimento capitalista por meio da industrialização.

Em razão disso, é possível pensar as ações das organizações internacionais sobre as transformações sociais, decorrentes das mudanças estruturais do sistema capitalista e a relevância desses agentes neste processo, torna-se algo instigante. Ao situá-las em torno da ONUDI verifica-se a ocorrência de diversas transformações o que exigiu uma série de adaptações por meio de sua reestruturação institucional de ordem interna e externa. Dos inúmeros efeitos, em suma, implicaram na ampliação dos itens de sua carteira de assistência técnica, que a partir dos anos de 1990 incorporou novos elementos como a preocupação ambiental relacionada ao impacto do crescimento da industrialização.

Relativo a essas mudanças, a ONUDI em seu *website* esclarece que sua missão parte de uma estratégia de “globalização inclusiva e sustentabilidade ambiental”, duas questões que no momento de sua criação não se aventavam, embora a temática tivesse sido discutida no sistema da ONU na década de 1970, a ex. da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, no âmbito do 1º Ciclo de Conferências Sociais da ONU, contudo, a relevância internacional da problemática ganhará ampla proporção alguns anos depois.

A discussão sobre o meio ambiente a partir deste contexto discutida no 2º Capítulo adquiriu maior publicidade entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, com outra proporção discutida em diversas instâncias no cenário internacional, no caso, das Nações Unidas foi corporificado no 2º Ciclo das Conferências Sociais da ONU. A importância deste contexto serviu como parâmetro para a ONUDI na incorporação da temática em seus programas, a partir da década de 1990.

Dada às circunstâncias, a ONUDI teve que tomar outros direcionamentos no planejamento de suas ações em prol da industrialização, em vista de que o meio ambiente além de se afigurar como preocupação relevante nas últimas décadas, por outro lado, aflora-se como fator utilitário ao processo de desenvolvimento.

Neste sentido, atualmente a organização pontua suas ações em três pilares: (1) Comércio e capacitação, (2) Redução da pobreza através de atividades produtivas, e (3) Meio ambiente e energia. Deste modo, estes pilares procuram convergir com as propostas dos Objetivos do Milênio (ODMs) das Nações Unidas.

Para compreensão da participação da organização na agenda do desenvolvimento global parte-se à análise dos relatórios anuais da ONUDI⁴, com recorte aos relatórios a partir de 1985, ano em que se tornou agência autônoma da ONU. O apoio empírico nas fontes documentais prioriza os relatórios anuais pois constituem a síntese das atividades realizadas durante o ano, entretanto outros documentos foram utilizados.

Dados complementares foram obtidos por meio de estatísticas oficiais e publicações divulgadas de outras organizações do sistema ONU como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio-UNCTAD⁵. Convém citar que a maioria dessas informações só foi possível graças à internet, desta forma, outras organizações não governamentais internacionais (ONGIs) como Greenpeace, Comitê de Oxford de Combate à Fome- OXFAM⁶, World Wide Fund For Nature- WWF⁷, entre outras também foram consultadas.

O estudo também envolveu uma seleção bibliográfica como parte do esforço de compreensão da formação do sistema econômico global, entendendo-o associado a diversos fatores desde apoios institucionais que viabilizam os fluxos de capital, articulados a outras problemáticas, que em termos teóricos são discutidos a partir da produção das teorias da modernização, desenvolvimento e globalização.

Portanto, os meios com os quais a ONUDI se envolve no processo que advoga o desenvolvimento econômico global, são discutidos em três capítulos. O primeiro capítulo está subdividido em duas seções, a primeira trata, ainda que geral, da base teórica em torno das

⁴ Os relatórios da ONUDI a partir do ano 2000 estão disponibilizados em 5 idiomas (Árabe, Chinês, Espanhol, Francês e o Inglês), os relatórios anteriores estão disponíveis em inglês e espanhol. Disponível em: <http://www.unido.org/annualreport.html>.

⁵ The United Nations Conference on Trade and Development.

⁶ Em inglês Oxford Committee for Famine Relief.

⁷ Em 1961, quando foi fundado, a sigla WWF significava “World Wildlife Fund” o que foi traduzido como “Fundo Mundial da Natureza” em português. No entanto, com o crescimento da organização nas décadas seguintes, sua atuação mudou de foco e as letras passaram a simbolizar o trabalho de conservação da organização de maneira mais ampla. Com isso, a sigla ganhou sua segunda tradução: “World Wide Fund For Nature” ou “Fundo Mundial para a Natureza”. Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que, para evitar confusão ou mensagens equivocadas, não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. A única exceção é a América do Norte, onde o antigo nome de “Fundo Mundial para a Natureza” continua a ser usado. Fonte: http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/. Acesso: 17/07/2012.

Organizações Internacionais (OIs) e constitui o esforço do entendimento da forma como funcionam e estão estruturadas, ou seja, a inquietação se move primeiramente a respeito do que são, como surgiram, como se organizam e das tentativas de classificação. A tentativa de contextualização do universo das organizações intergovernamentais (OIGs) suscita várias questões, pois algumas ao se constituírem como entes de personalidade jurídica, possuem atribuições que vão além de provedoras de debates, cabe situar que estas são responsáveis por instituírem regulações com diversos efeitos.

A segunda seção do 1º Capítulo traz uma breve explanação sobre os meios de regulação instituídos após a II Guerra Mundial. O foco são as OIGs criadas a partir da Conferência de *Bretton Woods* (1944). O enfoque na regulação ajustada a partir desta Conferência e da emergência das Nações Unidas (1946), tema do 2º Capítulo, tem como pressupostos o cenário deixado do *entre guerras* (I e II Guerras Mundiais), em que as preocupações se voltavam na promoção da reestruturação do sistema capitalista e no estabelecimento da paz mundial; esses problemas justificaram a criação dessas organizações.

À luz desses acontecimentos estavam dispostas as discussões que deram base às transformações alavancadas na segunda metade do século XX, os quais serão situados ao longo do texto, nas três configurações do capitalismo propostas por Michalet (2003), a internacional, multinacional e global, os quais ajudaram delinear a compreensão da formação do sistema econômico global.

Ao tratar da formação do sistema econômico global e das formas de regulação instituídas para este fim, a partir da segunda metade do século XX, mostra o momento em que as OIGs exercem um papel fundamental para arquitetura da economia mundial (MICHALET, 2003). Desse escopo, ao trazer uma das agências da ONU, tratada no 3º capítulo, leva-se em consideração o fato de que ações empreendidas por OIGs podem apontar tendências, condicionalidades, e dos quais seus conteúdos e consequências são emblemáticos. Estas perspectivas são significativamente perceptíveis nas ações de OIGs econômicas como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC) na promoção de ajustes de ordem jurídico-político de várias escalas (SASSEN, 1998, 2010).

Esses ajustes podem ser acenados à observação de Ianni (2008, p. 132) no qual as organizações internacionais são “capazes de induzir, bloquear ou reorientar políticas econômicas nacionais”, para isso “dispõem de legitimidade, recursos e capacidade para agir em todos os países membros, localizados em todos os continentes”.

A agenda de ajustes proposta por essas organizações nas últimas décadas teve como consequências, fortes impactos sobre políticas sociais: saúde, educação, previdência, pois

estão pautadas por políticas econômicas que procuram privilegiar a abertura comercial, privatizações e desregulamentação dos mercados em diversas partes do mundo (MARANHÃO, 2009). Compondo-se como “estruturas mundiais de poder” (IANNI, 2008), essas organizações se aparelham com os “mecanismos da razão” para legitimarem suas imposições, ou seja, o racionalismo científico, os modelos matemáticos ou as teorias das ciências econômicas que servem de inspiração e sustentação de suas políticas (BOURDIEU, 1998).

Ao se dotarem de instrumentos de poder para construção do “mundo objetivo”, se instrumentalizam com meios que lhes capacitam sugerir ou impor políticas. Este fato pode ser observado por meio das políticas de disciplina fiscal, de contenção dos gastos públicos recomendadas por agências multilaterais a exemplo o Banco Mundial, FMI ou de regras às relações comerciais impostas pela OMC.

Com abrangente pauta de discussões, as OIGs atuam em problemas de ordem econômica, cultural, direitos humanos, segurança, educação, saúde, meio ambiente, esses em sua maioria são debatidos no sistema das Nações Unidas (EVANGELISTA, 1999). Atuam como fóruns de discussões e de implementação de políticas, às vezes, com denominações diversas como: conferência, assembleia, conselho, congresso, nos quais se reúnem para discutirem problemas e procuram propor soluções.

Para tanto, utilizam seu aparato político, técnico e recursos financeiros para execução de seus objetivos, o que envolve a articulação de vários interesses e diversos agentes. Além dos estados nacionais, dentre os agentes participantes destacam-se as empresas transnacionais, empresas locais, institutos de pesquisas, entre outros que forjam a formação e a organização de espaços, dentro do quadro institucional da globalização econômica (SASSEN, 2010).

Dentro desse quadro, “as organizações multilaterais jogam importante papel, pressionando e constringendo os Estados nacionais” (SERÁFICO, 2009, p.65) e há implicações ao modo de reorganização do espaço geográfico, das fronteiras nacionais, e pode comprometer os modos de vida locais, os quais inserem novos elementos organizadores nos processos de trabalho, sejam no campo ou na cidade, e muitas vezes têm por desafio responder às novas demandas e serviços que lhes são postos (SILVA, 1997; SASSEN, 2010).

A inserção de novos elementos organizadores em diversas esferas da sociedade articula por novas formas regulatórias de alcance transnacional. Um exemplo se dá nas exigências de novos padrões internacionais, com a instituição das normatizações de gestão de

qualidade para materiais, produtos, processos e serviços, e um dos agentes veiculadores provêm das normas da Organização Internacional de Normatizações- ISO⁸.

As implicações das ISOs para as empresas e outros estabelecimentos, os obrigam a se adaptarem as suas diretrizes como forma de salvaguardarem seu espaço e permanência nos mercados, para assim, se integrarem no intercâmbio internacional de bens e de serviços. Outro exemplo, que pode ser citado se dá com a necessidade dos Estados em se articularem em blocos como modo de viabilizarem suas relações de mercado. Contudo, tais desdobramentos repercutem no âmbito de suas práticas jurídicas, sociais e culturais.

Para Sassen (2010, p. 59) são tendências que trouxeram “uma preocupação renovada com as questões de extraterritorialidade e políticas de competição” e estão envolvidas em novas formas hierárquicas de concentração e expansão econômica e tem por finalidade responder às novas demandas em conjunto de processos, serviços, inovações tecnológicas, normas, entre outros.

Dentro dessa gama de transformações, o importante papel que as organizações internacionais exercem no processo de globalização da economia, segundo Castells (2006) pode ser demonstrado na intensificação e na aceleração dos fluxos de capitais, que nas últimas décadas do século XX fizeram com que os Estados nacionais programassem agendas de ajustes-estruturais coordenadas pelas agências multilaterais do capitalismo.

A complexidade das OIGs, segundo Sandroni (2004) pode ser caracterizada em sua atuação em âmbito mundial, continental ou regional e visam à cooperação entre as nações em diversas temáticas. A forma como atuam levanta a questão proposta por Ianni (2004) e remete-se à codificação das realidades emergentes, visto que as mesmas se apresentam no conjunto de mudanças paradoxais observadas nos processos de globalização.

Tais processos se dispõem na dinâmica em que entram em “curso a globalização de pessoas, ideias e coisas” e os impactos se esbarram nas interpretações do que é “internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário”. Assim, questões sociais adquirem novas significações e carecem de novas interpretações e empreendem desafios à sociedade (p. 39).

As transformações em curso demonstram “uma ruptura histórica, com sérias implicações teóricas e práticas” (IANNI, 2004, p. 39). A ideia de globalização, segundo Ianni (1995) nos pode ser apresentada sob as mais diversas metáforas: Fim do Estado, Fim da

⁸ ISO- International Organization for Standartization. Foi criada em 1946 e reúne 162 países “é a maior organização mundial de desenvolvimento de padrões...e publicou mais de 18500 Normas Internacionais, que vão desde as normas para atividades como agricultura e construção, engenharia mecânica, dispositivos médicos e tecnologias de informação. Fonte: <http://www.iso.ch/> acesso em 14/05/2011.

Geografia, Fim da História, Mundialização, Aldeia Global, Mercado Único, Fábrica Global, Sociedade Global, Hegemonia Global, Comunidade Mundial, Nave Espacial, Cidade Global, Nova Babel, Tecnocosmo, Desterritorialização, entre outros.

Essas metáforas estão envolvidas por incertezas e se convertem em algo desafiador para as ciências sociais, vistas também como reflexos das diversidades e de conflitos internos das correntes científicas. Silva (1997) ao citar Wolf⁹, sintetiza tais emergências como “múltiplos processos interconectados”, dos quais encontram questões como na identificação de oposições como: integração-fragmentação, individual e o universal.

A globalização como paradigma das ciências sociais além de abrangente se trata de uma construção recente, pois se remete às últimas décadas do século XX. Ao incorporar diversas facetas, emersas nas mais variadas metáforas, suscitam incertezas, previsões, forças homogeneizantes ou de heterogeneização, ora incluídas ou excluídas que se configuram tanto em suas características enquanto fenômeno econômico, político, cultural e ideológico.

Uma de suas implicações emblemáticas remete às funções do Estado, embora alguns autores tenham preconizado o seu fim, este ainda permanece como importante agente político, no entanto, sua dinâmica sofreu diversas transformações e sua importância enquanto agente econômico, nas interpretações de Michalet (2003) colocadas a partir da configuração multinacional do capitalismo se operacionaliza em “conluio” com as empresas transnacionais, organizações multilaterais financeiras, blocos regionais e entre outros.

A relação entre esses agentes abstraída nessa pesquisa a partir da ONUDI, por meio das leituras feitas em seus relatórios anuais, procurou além da identificação de sua atuação, desvelar suas recomendações para os países no processo de industrialização. Tal preocupação leva em conta que as recomendações feitas por organizações internacionais, se constituem uma prática comum na carteira de atividade da maioria delas; como se pode verificar com a ONU¹⁰.

Além da ONU, diversas organizações internacionais, trabalham densamente utilizando o aparato técnico-científico, seus estudos, além de apresentarem dados, podem ser sistematizados nas recomendações a serem adotadas pelos países.

Seráfico (2009, p.41) sublinha esse fato, na leitura que faz de um relatório da UNCTAD e confere às agências multilaterais como responsáveis pela “análise de condições

⁹ WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. Mexico, Fondo de Cultura Economico, 1987.

¹⁰ A atenção em fornecer ou coordenar assistência técnica é uma prática oficializada na Carta de Constituição da ONU, de 1946. Contudo, tal prática remonta a quem à criação da ONU, que no momento de sua criação incorporou ao seu sistema, organizações internacionais que datam do século XIX, os quais trabalhavam fornecendo assistência técnica como União Postal Universal (UPU), na área das postagens internacionais e União Internacional das Telecomunicações (UIT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

políticas, necessárias para que a reterritorialização técnica e social da produção se efetive”, traduzidas em recomendações aos Estados nacionais. Mediante à questão, o autor sustenta que as “políticas nacionais liberalizantes geridas no escopo de órgãos como este vinculado à ONU”, intentam instrumentalizar a associação entre vários agentes, os quais trazem “a dinâmica econômica de regiões do território nacional à dinâmica da transnacionalização das empresas” (p. 41).

No caso de situações em que tocam aos estudos e assistência técnica, para ONUDI o assunto se encontra estabelecido no seu Ato Constitutivo, no Artigo 2^o, relativo às suas funções. Deste modo destaca-se a seguinte passagem no qual afirma que a ONUDI,

c) Criará novos conceitos e abordagens e desenvolverá os já existentes aplicáveis ao desenvolvimento industrial a nível setorial, e efetuará estudos e pesquisas, com vista a formular novas linhas de ação que conduzam a um desenvolvimento industrial harmonioso e equilibrado, tendo em consideração os métodos empregados por países com diferentes sistemas sócio-econômicos para resolução dos problemas da industrialização; d). Promoverá e encorajará o desenvolvimento e aplicação de técnicas de planejamento e contribuirá para a formulação de programas de desenvolvimento, científicos e tecnológicos, bem como de planos para a industrialização nos setores público, cooperativo e privado. (...) k) Organizará e apoiará programas para a elaboração de formação industrial visando prestar assistência aos países em vias de desenvolvimento na formação de técnicos e de outro pessoal necessário, nas diferentes fases, ao seu desenvolvimento industrial acelerado (ONUDI, p. 03, 1986a).

A prática sistematizada pelos técnicos tanto da ONUDI como de outras organizações pode ser identificada por meio das observações de Ianni (1995), no intenso processo de racionalização do mundo. Inspirado em Weber, o autor traz a questão em torno do “desenvolvimento de formas racionais de organização das atividades sociais em geral”, e as caracteriza pela influência da racionalidade ou da tecnificação das relações sociais (p. 20).

As implicações dessa racionalidade recaem nas várias formas, sejam nas relações sociais ou notadas nos indivíduos ou nas organizações. No caso das agências multilaterais, o processo de racionalização legitima-se por meio de tecnoestruturas que visam diagnosticar, planejar e implementar diretrizes. Deste modo,

As tecno-estruturas reúnem profissionais sofisticados de todas as qualificações, [...] de modo a pensar as condições e perspectivas dos mercados efetivos e potenciais, das condições sociais, políticas, culturais e econômicas para a seleção e implementação de investimentos, operações publicitárias, inauguração de temas, preparação da opinião pública, em conformidade com decisões que podem interessar a governos, corporações,

igrejas, *lobbings*, correntes de opinião pública e outras instituições e organizações (IANNI, 1995, p. 121).

Essas análises são eco das observações da modernidade de Weber, fenômeno que partia do processo do advento da sociedade moderna e coincide com o contexto da formação histórica e social da indústria e das suas práticas, que prezavam pelo rigor da técnica e do conhecimento, demonstrados na tendência da intelectualização, enquanto propulsores do intenso processo de racionalização, e dentre as consequências resultaram na complexificação e racionalização das relações de trabalho.

Por outro lado, esse processo singularizado por Weber com a alusão à metáfora do “desencantamento do mundo”, trouxe em suas análises uma visão pessimista da sociedade moderna, ocasionado não somente pela alta especialização da sociedade ou de sua degradação moral (como diria Durkheim!), mas pela intensa racionalização do mundo, observadas com a burocratização das relações sociais dos indivíduos. A intensa racionalização da sociedade capitalista na visão weberiana aprisiona os indivíduos em uma espécie de “jaula de ferro”, não lhes restando saídas às imposições aos quais estão sujeitos e ficam cada vez mais presos às condutas impostas pela racionalização da sociedade.

Frente essas perspectivas, Anthony Giddens (1991), em sua obra “As Consequências da Modernidade”, percebe tais transformações associadas a um dado período de tempo e uma localização geográfica inicial. Assim, a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social, que emergiram na Europa a partir do século XVII e que, posteriormente, se tornariam mais ou menos mundiais em sua influência” (p. 11).

A modernidade rompeu de maneira sem precedentes com todos os tipos tradicionais de ordem social; suas transformações são mais profundas do que em épocas precedentes. Tais transformações, “sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (p. 14).

Assim, a modernidade oportunizou as redefinições das noções de “tempo e espaço”, e está associada aos mecanismos de desencaixe, e parte do deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e de sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço. Esses mecanismos se apresentam em dois tipos, que vistos em conjunto compõem sistemas abstratos “envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas” (p. 30).

O primeiro mecanismo de desencaixe forma-se no estabelecimento das fichas simbólicas como “meio de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as

características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. O segundo constitui os sistemas peritos, de perícia tecnológica e consistem no conjunto de práticas racionalizadas em áreas especializadas. Portanto, são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos (p. 35).

Os mecanismos de desençaixe objetivam fornecer garantias de expectativas por meio de tempo-espaço distanciados, assim a confiança transcende as relações assumidas face a face e parecem fluir de forma autônoma na modernidade, no entanto com implicações que podem ir além da divisão do trabalho, mas abarcando os ecossistemas terrestres (Ibid., p.35).

É na análise das instituições modernas, reportada à Giddens, que se destaca as organizações internacionais como provedoras desses mecanismos de desençaixe. O papel exercido por elas pode se constituir por sistemas de excelência, prestados por meio da assistência técnica que orientam muitas de suas atividades direcionadas aos países-membros, no caso da ONUDI nos pacotes oferecidos denominados por “tecnologias industrialmente sustentáveis”.

Na constituição de sistemas de excelência, pode-se fazer alusão à interpretação feita por Chesneaux (1996), no livro “A Modernidade Mundo”, o autor parte das considerações de Satre e Bertrand Russel os quais conferem ao intelectual da modernidade um papel fundamental, o de consultor em “pilotagem social e em manutenção social”.

Os aparatos técnicos que instituem as formas de legitimação das ações das organizações internacionais, formados tanto por seus especialistas é também materializado (além das ações concretas) sob a forma de relatórios e estudos (FIAS, 2008; OIT, 2004), e são relevantes fontes de análise, pois, segundo Castells (2006, p. 61), estes são de grande aceitação entre os cientistas sociais.

Contudo, vale destacar a ressalva presente na maioria destes relatórios, que é exemplificada na seguinte passagem:

As opiniões expressas em estudos, artigos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a publicação dos mesmos não vincula a Organização Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas (OIT, 2008, p. IV).

A afirmação supra, embora elucidativa, não exclui a responsabilidade para com as recomendações feitas por essas organizações. É nesse sentido que se deve avaliar como

sugestões de ações foram e estão sendo estabelecidas e quais os efeitos sobre os países, assim rogam na verificação de quais são os interesses que essas organizações visam atender.

Dessa forma, os meios com os quais a ONUDI promove processos de transnacionalização, distribuídos nos três capítulos, no qual se reitera que o argumento do 1º Capítulo volta-se na tentativa de contextualização do universo das Organizações Internacionais Intergovernamentais, seguido pelos princípios de regulação instituídos a partir do pós II Guerra Mundial, os quais se constituem paralelo ao enfoque dado ao segundo capítulo referente à organização responsável pela criação da ONUDI: as Nações Unidas.

O 2º Capítulo contextualiza o sistema das Nações Unidas nas questões relacionadas ao desenvolvimento, e articulada a essa temática, em seu sistema foi criado, nas décadas de 1960-70 uma série de programas e organizações. No entanto, a emergência dessas organizações figura como reflexo do projeto de modernização postulado pós II Guerra mundial, o qual procurou “relacionar a existência de um padrão comum e essencial do desenvolvimento” (GILMAN, 2003, p.07).

Configurado por um processo de universalização, definido “pelo progresso na tecnologia, constituído por instituições militares e burocráticas, de estrutura político e social” (Ibid), o problema do desenvolvimento remete ao momento em a que ONUDI foi criada, o qual desenvolvimento se apresentava como sinônimo de industrialização (LUKEN, 2009) onde a “importância da industrialização para o crescimento econômico se dá porque o termo industrialização significava desenvolvimento avançado” (BROWNE, 2012, p. 01).

O propósito em destacar como as questões relativas ao desenvolvimento foram tomando espaço nas Nações Unidas se fundamenta em suas alterações que, ao longo do tempo incorporou outros elementos, os quais em sua multidimensionalidade perpassam os aspectos meramente econômicos. Para entender como ocorreu o processo foram feitas leituras de documentos oficiais, por meio de resoluções e relatórios da ONU e de algumas de suas agências especializadas; o mesmo procedimento foi feito com relação à ONUDI, que no 3º Capítulo visa analisar sua atuação.

Ao 3º Capítulo coube-lhe o intuito de ser mais pontual no problema de como a ONUDI participa na promoção da constituição do desenvolvimento global, com este problema o capítulo se subdividi em 3 partes.

A primeira parte traz a caracterização geral da ONUDI seguida pelo histórico do seu surgimento em 1966 até 1985, quando se tornou uma agência autônoma no Sistema ONU. A construção desse histórico levou em consideração a afirmação de Holly (1999, p.19), o qual assegura que estudos referentes à “ONUDI não tem despertado muito a atenção dos

pesquisadores. Poucos estudos têm sido dedicados, apesar da controvérsia em torno da sua criação”.

Embora a pesquisa de Holly, tenha sido concluída em meados da década 1990, constatou-se que posterior a referida década uma produção acadêmica tímida em torno dessa agência, principalmente se comparado às pesquisas produzidas a respeito ao PNUD, Organização Mundial de Saúde OMS, BANCO MUNDIAL, FMI ou de organizações relacionadas, como a OMC. Esse problema foi um dos pretextos que motivaram o tangenciamento da pesquisa em torno da ONUDI¹¹.

A segunda parte do referido capítulo aborda o contexto a partir de 1985, momento em que ganha o *status* de agência especializada da ONU, e procura mostrar como a ONUDI inicia suas atividades como agência autônoma financeiramente e politicamente, entretanto, o início desta etapa, caracterizada sob os reflexos da crise financeira internacional em voga, na época, mostra como este problema que se refletia na crise financeira da ONU atingiu todo o seu sistema o que se inclui a ONUDI.

A terceira parte contextualiza o período de 1990 em diante, e intenta-se mostrar como as mudanças do cenário internacional com o fim da Guerra Fria se caracterizaram no plano político pelo vigor das políticas neoliberais, atuantes desde década anterior, e a partir de 1990, dominantes em parte significativa do mundo, instituíram desnacionalizações de empresas estatais, abertura dos mercados ao capital estrangeiro, entre outros.

A década de 1990 é marcada na ONUDI além da inserção da temática ambiental, por um período de crise o qual se marca pela saída dos Estados Unidos da América (EUA), Canadá e a Austrália. A crise política exigiu uma reforma estrutural na organização, o qual veio a formatar o modo de atuação vigente atualmente e está associada aos Objetivos do Milênio e se configuram nas ações ventiladas para o início do novo século.

E por fim, as considerações finais deste trabalho sugerem possibilidades para a continuidade e aprofundamento em torno da ONUDI e do seu papel no processo do desenvolvimento global como também de outras organizações internacionais que participam ativamente do processo.

¹¹ A pesquisa inicialmente tinha como foco zonas francas, contudo com o decorrer da pesquisa, ou seja com a aquisição e, como também da dificuldade de acesso a material de pesquisa (documentos) levou-se a centralização à ONUDI como objeto pesquisa. Contudo, cabe observar que as indagações a respeito da ONUDI e de sua importância inicialmente prescindiram das conversas com o professor Marcelo Seráfico (este enquanto orientador) e da leitura do texto intitulado “Como se produzem as zonas francas”, de autoria do professor Renam Freitas Pinto e do livro da professora Marilene Corrêa denominado “Metamorfoses da Amazônia, em específico aos primeiros capítulos em que trata do papel da “Amazônia no âmbito da Globalização” e da “Zona Franca” (SILVA, 1997). Embora de modo distinto, estes professores, considero como os responsáveis por me apresentarem à ONUDI.

CAPÍTULO I

1 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS MEIOS DE REGULAÇÃO

1.1 Das Organizações Internacionais

No Dicionário de Política o verbete referente às Organizações Internacionais (OIs) é assinado pelo professor de ciência política e de Direito Internacional da Universidade La Sapienza de Roma, Cláudio Zanghi e define organização internacional como um “acordo internacional entre os Estados, visando à colaboração estável, disciplinada por normas do direito internacional para a realização de interesses comuns” (ZANGHI, 1998, p. 855-866).

O referido verbete confere às organizações internacionais como um “fenômeno associativo” e pode ser entendido como “fato sociopolítico”, o que pode ser remetido à definição que Weber faz no volume 1: Economia e Sociedade, de “relação social associativa”. Essa definição é usada pelo autor no quadro de desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais e só pode ser vista nas sociedades ocidentais modernas (WEBER, 1991).

Neste sentido, é possível observar como as organizações internacionais modernas tomaram forma na sociedade, e tal como dissera Zanghi estas podem ser pensadas como

fenômeno associativo, embora sob diversas modalidades, é uma necessidade comum a todo corpo social, qualquer que seja a sua dimensão e a sua composição. Isso se observa na própria comunidade internacional que, ao desenvolver-se, tende a organizar-se em esquemas cada mais complexos (p. 855).

Segundo a visão Weberiana o desenvolvimento das organizações modernas, ocorre no processo geral de racionalização de todas as esferas da sociedade, onde os critérios podem ser vistos no “cálculo e opção estratégica, autonomização das funções, universalização e formalização das atividades sociais” (LALLEMENT, 2008, p. 279) que conduzem a diversos processos, tanto de ordem jurídica, econômica e política, o que constituiu um legado significativo para as ciências sociais.

Quando o olhar a respeito das organizações internacionais têm como parâmetro as análises de Weber, que no âmbito das instituições modernas, aponta a organização burocrática

como um “tipo ideal” que organiza a “dominação da racionalidade legal”, pode-se depreender das observações do autor, quando traz a definição de “relação associativa”, estabelecida:

quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da *outra parte* (WEBER, 1991, p. 25).

A partir do referido conceito é possível extrair a ideia de como a reunião de vários estados e outros agentes, por meio das OIGs se organizam, muitas vezes por um “ajuste ou na união de interesses racionalmente motivados” (com referência a valores ou fins, ex. a paz-ONU ou de finalidade econômica, ex. FMI) ou num “acordo racional, por declaração recíproca” selado no compromisso tácito referente a fins pela “expectativa da lealdade da outra parte” (Ibid).

A associação entre Estados tal como visto em algumas organizações internacionais, ao corroborar no “ajuste” ou na “união de interesses racionalmente motivados” pode ser observada na definição do “conjunto de normas e princípios encontrados nos tratados e convenções internacionais e oriundos dos costumes” (HERZ, HOFFMAN, 2004, p. 22).

Quando acontece por meio das organizações internacionais modernas, de acordo com Schlichte (2012) parecem “indicar pelo menos, uma racionalização formal da política global” e organizações específicas como a “OMS, FMI, Interpol e algumas agências da ONU [...] correspondem a um grau significativo com o tipo ideal de burocracia, que é intrínseca do Estado moderno, racional”.

Em face desses aspectos, o resgate de Weber por meio das OIGs se extrai na relação entre economia, sociedade, Estado e mercado e quando se trata de organizações como as instituições de *Bretton Woods* e a ONU criadas em meados da década de 1940, percebe-se que foram estabelecidas em um contexto em que várias iniciativas procuraram discutir e intervir nas relações econômicas e sociais no mundo.

Tais relações envolvem processos caracterizados por conflitos, cooperação e de negociações, observados por meio de sua organização política social e posição econômica, ocupada pelos países no cenário internacional, os reflexos podem ser vistos nas escolhas racionais feitas por estes governos e ressoam nas várias instâncias dos processos decisórios, não limitados somente aos Estados nacionais, mas intercambiáveis a vários agentes e com

várias escalas, hierarquizadas (SASSEN, 2010). Neste ínterim as OIGs como a ONU, e as instituições de *Bretton Woods* e o Fórum de Davos¹², são exemplos de estruturas que compõem os centros decisórios mundiais.

A forma como se organizam, discutida no decorrer do texto possui o objetivo geral de tentar compreendê-las no processo de transnacionalização em curso, a ajuda (ou participação) destas organizações nesse processo se perfaz na racionalização econômica e na sociabilização de estruturas que conduzem à inquietação do sentido de que modelam, comportam, orientam e ditam condutas.

Dito isso, o texto a seguir esboça sucintamente as características gerais das modernas organizações internacionais e as situam no contexto do surgimento da organização política e social do pós II Guerra Mundial. Assim, ao expor algumas características e uma base histórica mínima, intenta-se contextualizar as discussões a serem empreendidas nos capítulos posteriores.

1.1.1 Das Características Gerais

Ao longo da história, segundo Herz e Hoffman (2004) diversos mecanismos de estabilização do sistema internacional¹³ podem ser apresentados como significativos exemplos de cooperação, tal como os que constituem as modernas OIGs ou das relações bilaterais permanentes geridas no quadro da rede diplomática (MERLE, 1991). Assim, foram instituídos como “os chamados Arranjos *ad hoc*, o multilateralismo, os regimes internacionais, as alianças militares, segurança coletiva, balanço do poder, as zonas de influência, a estabilidade hegemônica, o Concerto de Estados, o direito internacional, as práticas diplomáticas” (p. 18).

Tais mecanismos também compreendem o campo de estudos que envolve a política internacional mediada por seus “acontecimentos, atores, fenômenos e processos que ocorrem além das fronteiras dos Estados nacionais” (Ibid). Mormente estes estudos constituem objeto

¹² Também chamado de Fórum Econômico Mundial (FEM), organização de âmbito principalmente privado (o qual se auto identifica como uma organização sem fins lucrativos), sediada em Genebra é financiada por empresas, normalmente estas com receita superior a US\$ 5 bilhões de dólares, ou seja, de empresas líderes em seus segmentos. Essa organização é comumente conhecida pelas suas emblemáticas reuniões anual em Davos (Suíça).

¹³ Um sistema é um conjunto de unidades inter-relacionadas, que através de uma estrutura e de um processo enquadra e define os fins e instrumentos da sua atividade. Segundo Raymond Aron, o sistema internacional é o conjunto formado pelas unidades políticas que mantêm, entre si, relações regulares e susceptíveis que incluem o sistema) e as variáveis externas (aquelas que incluem o ambiente). A análise sistêmica sublinha que o sistema estudado não existe senão em função do seu ambiente e que, portanto, ele só pode ser definido e analisado em face da sua relação com o ambiente. Em síntese, um sistema é um conjunto de relações entre um certo número de atores, compreendidas dentro de um determinado tipo de ambiente, sujeito a um modo de regulação adequado (SOUSA, 2005, p. 171-172).

da disciplina de relações internacionais, que nas palavras de Braillard (1990, p. 82, 86) é “um local privilegiado de encontro de diversas ciências sociais” que se caracterizam pelo fato de se “constituírem fluxos que atravessam fronteiras... que se estabelecem em diversas sociedades”.

Neste escopo, Cretella Neto (2007, p. XXIX) afirma que o Direito Internacional (DI) enquanto disciplina se construiu a partir do século XVI com a formação dos Estados nacionais na Europa e nos três séculos seguintes, ainda era ditado apenas pelos Estados e regulava exclusivamente as relações jurídicas entre eles, os tratados e acordos eram normalmente feitos de forma bilaterais ou regionais (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Essa característica unisubjetiva sofreu alterações no século XIX com as primeiras formas modernas de OIs (CRETELLA NETO, 2007), o que segundo Herz e Hoffman (2004) colocaram novas atribuições às formas de atuação do DI antes centrado nas relações entre os Estados¹⁴ e após a segunda metade do XX se deparou com a atuação em maior relevância e abrangência das OIGs. Essa passagem incidiu na forma de como se celebram os tratados que saíram da exclusividade dos Estados a serem debatidos entre outras instâncias.

De acordo com Cretella Neto (2007, p. XXXIX) as modernas OIGs surgiram como “produto de profundas transformações na sociedade internacional” os quais decorreram “de forma cautelosa no exercício de seus limitados poderes, e quando adotavam decisões que pudessem vincular os Estados-membros, procuravam primeiro obter consentimento dos Estados para assumir as obrigações”.

As relações bilaterais ou multilaterais entre Estados até se constituírem nas OIGs modernas, advém de “longa história”, de um processo lento, a ocorrência frequente de conferências e o estabelecimento de estrutura fixa é percebida pelo autor a partir do século XIX o qual faz a distinção do seu surgimento sintetizadas no quadro abaixo que apresenta em três gerações.

¹⁴ De acordo com Merle (1981, p. 261) “a questão de saber se as OIGs deviam ser consideradas como sujeitos do direito foi longamente debatida” e pode-se considerar resolvida a partir da sentença decretada pelo Tribunal Internacional de Justiça (11.04.1948) relativa a indenização de perdas sofridas a serviço das Nações Unidas. Ao julgar o direito, para a ONU, de apresentar uma queixa destinada a cobrir os prejuízos causados pela perda de um de seus agentes (no caso, o conde Bernadotte, mediador da ONU, na Palestina, assassinado no exercício das suas funções), a Corte Internacional de Justiça teve de se pronunciar sobre a personalidade jurídica da ONU. Estabeleceu que esta gozava da personalidade internacional, como também da capacidade necessária ao exercício de suas funções.

Quadro 1: Processo de consolidação das Organizações Internacionais

1ª Geração 1815-1914: preparação para as organizações internacionais	2ª Geração: entre-guerras e fim da II Guerra Mundial Período de transição	3ª Geração: Posterior a 1945: consolidação das organizações internacionais
<ul style="list-style-type: none"> - apresentam caráter permanente, - dotadas, de órgãos próprios, quanto de outros, emprestados dos Estados”, - constituem “competências de ordem técnica, científica, econômica, mas não política”. 	Era de desenvolvimento das organizações internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - modernas organizações internacionais, - período de dinamismo acentuado em que se ampliam a pauta de matérias. - mudança do <i>locus</i> dos seus processos de decisão, antes exclusivamente governamentais, de governos nacionais para organizações internacionais.

Fonte: Cretella Neto (2007)

Para Merle (1981, p. 255) a passagem da “rede tradicional das relações diplomáticas” para as modernas OIGs, criou um “novo circuito de comunicação, que ofereceu aos Estados um quadro permanente para o tratamento coletivo dos seus problemas”. Neste sentido, Fonseca Jr (2008, p.95) asseverou que as criações multilaterais, como OIGs, são resultados de deliberações políticas que as institui, e são os “próprios Estados que, em determinado momento, movidos por interesses políticos específicos, estabelecem modelos de convivência que significariam abandonar as soluções unilaterais”.

A existência autônoma que deu o formato efetivo das OIGs é decorrente, segundo Merle (1981, p. 255) do sistema de conferências diplomáticas, em que os “arranjos técnicos (periodicidade das conferências previstas para o tratamento de certos problemas, instituiu um *bureau* ou secretariado para assumir a ligação entre os membros das conferências e a continuidade do trabalho durante os intervalos das sessões)” tornou-se progressivamente o sustentáculo da permanência, que distingue as instituições das conferências diplomáticas.

Deste modo, a tentativa em trazer a perspectiva histórica do surgimento e o desenvolvimento das organizações internacionais encontrou em Sato (2005) a importância de se fazer uma breve reflexão sobre a experiência histórica vivida por essas entidades. Pois, são organizações que vem se transformando ao longo dos tempos e se adequando as diversas mudanças sociais e políticas.

Um fato ilustrativo dessas transformações ocorreu com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) o qual suas competências eram delimitadas aos Estados e se

ampliou com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 21.03.1986.

De acordo com a referida Convenção o artigo 2.1 reconhece a ampliação do significado de tratado como:

Um acordo internacional regido pelo Direito Internacional e concluído por escrito: (i) *entre um ou mais Estados e uma ou mais organizações internacionais*; ou (ii) *entre organizações internacionais*, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação particular.

Em relação às OIGs convém expor que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, em seu artigo 2.1. Alínea i) estabelece igualdade entre as expressões “organização internacional e organização intergovernamental”. Enquanto que o termo Organização Não Governamental- ONG, tem seu reconhecimento pela ONU versado no art. 71 de sua Carta¹⁵, referente à atuação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas- ECOSOC, órgão que congrega ONGs em *status* consultivo (ONU, 2001).

Antes do reconhecimento da ONU do termo ONG, segundo Tavares (1999, p.15), as organizações internacionais figuram de longa data e remontam ao século XVI. Lafer (1995) relata que as primeiras tentativas de ação internacional por meio dessas organizações se deram em nome dos direitos humanos e destaca dois momentos do século XIX: (1) da insurgência da Sociedade contra escravidão, (2) da Convenção de Genebra que deu origem à Cruz Vermelha¹⁶.

Anos mais tarde, no século XX a proliferação de várias organizações deu margem ao estabelecimento da União das Associações Internacionais – UIA, e surgia com o objetivo de catalogar e identificar as diversas organizações de caráter privado e governamental (CRETELLA NETO, 2007, p. 21).

¹⁵ Artigo 71- O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso (ONU, 2001, p. 40).

¹⁶ A Convenção de Genebra em 1864 foi uma iniciativa de discussão para a assistência aos prisioneiros de guerra. Ao longo dos anos esta função se ampliou e se tronou no Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV e abrange a proteção a detidos civis em situações de guerra ou em nações que violem os Estatutos dos Direitos Humanos. Preocupa-se com a melhoria das condições de detenção, a garantia do suprimento e distribuição de alimentos para as vítimas civis de conflitos, promove assistência médica e busca melhorar as condições de saneamento especialmente em acampamentos de refugiados ou detidos. Também atua em assistência a vítimas de desastres naturais, como enchentes, terremotos, furacões, especialmente em nações com carência de recursos próprios para assistência às vítimas. O CICV baseia-se no princípio da neutralidade, não se envolvendo nas questões militares ou políticas, de modo a ser digna da confiança das partes em conflito e assim exercer suas atividades humanitárias livremente. Fonte: <http://cruzvermelha.org.br/>. Acesso em 25 maio.2012.

De acordo com Herz e Hoffman (2004, p. 17) OIGs e ONGs consistem na “forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional”; estão envolvidas como mecanismos de estabilização do Sistema Internacional e se destacam sob a característica do multilateralismo, sendo este último assinalado por uma “coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com um conjunto de princípios”.

O caráter permanente das OIGs é caracterizado por Nasser (2005, p. 04) em entidades constituídas por personalidade jurídica do Direito Internacional, são “formadas por Estados que se reúnem, e que apresentam determinadas características”. Logo, “toda organização internacional persegue uma finalidade diversa, assim como os Estados”.

A coordenação entre vários Estados por meio das OIGs constitui um ordenamento jurídico com estrutura própria, com ações e normas jurídicas peculiares (ZANGHI, 1998). São estruturas permanentes, com aparelho burocrático próprio composto de orçamento, pessoal e sede física. Portanto, um espaço social para os Estados negociarem (GAMA, LOPES, 2009). De acordo com Zanghi (1998, p. 856):

Este ordenamento, embora se mova, em sentido lato, na órbita do ordenamento internacional geral, de que se distingue e frequentemente se afasta em virtude da própria autonomia, possui um caráter particular, quer em relação aos Estados e ao ato que lhe deu origem, quer porque visa a disciplinar, não já toda a vida dos membros, mas apenas algumas das suas atividades.

Constituídas por personalidade jurídica internacional, ou seja, da capacidade genérica de adquirir direitos e contrair obrigações, com estrutura e normas jurídicas próprias e autonomia específica, a criação de uma OIG se dá por meio do caráter voluntário entre os Estados e a “primeira forma de aquisição do *status* de membro de uma organização internacional é a que se realiza pela participação do sujeito na estipulação do acordo institucional e em sua ratificação consecutiva” (ZANGHI, 1998, p. 857).

Embora possuam personalidade jurídica, OIGs como a ONU e a OMC, ainda que tenham uma abrangência “universal” não são soberanas como os Estados que as compõem. “Tanto as organizações internacionais quanto as confederações de Estados não se caracterizam como Estados e a associação que resulta dessa união não se caracteriza como Estado” (CRETELLA NETO, 2007, p. 16).

Nos dois casos citados, reitera-se que a cooperação é institucionalizada, com base em um ato jurídico típico, um tratado ou uma constituição. Contudo, há diversas denominações ao ato institucional de uma OIG e pode ser um Acordo, uma Carta (ONU), Constituição

(Organização Internacional do Trabalho-OIT), Protocolo, Pacto (Sociedade das Nações) (ZANGHI, 1998; HERZ e HOFFAMN, 2004).

Quanto à variedade de nomes, Cretella Neto (2007, p. 11) sugere que a partir da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações internacionais ou entre organizações internacionais (1986):

não mais se faz diferença entre os vocábulos *tratado, acordo, ajuste, ato, carta, concordata, constituição, convenção, declaração, estatuto, liga, memorando de entendimento, modus vivendi, pacto, protocolo* ou *troca de notas*, considerados...como absolutamente equivalentes (Ibid).

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados¹⁷, assinada em 26 de maio de 1969, passou a vigorar internacionalmente em 27.01.1980 e estabeleceu a faculdade das OIGs firmarem tratados com Estados. De acordo, com Artigo 2 da Convenção:

a) tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre os Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específico.

Em muitos casos, os tratados constituem o instrumento de origem das OIGs, para Herz e Hoffman (2004, p.17) é no Ato Constitutivo ou Tratado Constitutivo que se encontra definida a estrutura das OIGs e “não há uma regra geral para determiná-la, há diferenciações na estrutura institucional dentre as várias organizações”.

Para Nasser (2005, p.01) os tratados constitutivos das OIGs são semelhantes à constituição dos países e trazem “os instrumentos que devem ser usados para que os Estados cheguem a um acordo”. A ratificação de um acordo nas OIGs depende do quórum mínimo estabelecido em seu Ato Constitutivo para se aprovar ou não suas decisões, as decisões deverão ser acatadas por todos os países membros, “porque não será a decisão de nenhum país, mas decisão da organização”.

¹⁷ A primeira Convenção internacional sobre a celebração dos Tratados foi a de Havana de 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da 6ª Conferência Internacional Americana. Essa Convenção, ainda encontra-se vigente entre oito países, Brasil, Equador, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e República Dominicana. Pode se dizer que esta Convenção: “foi a mola propulsora para que em 1949, a Comissão do Direito Internacional das Nações Unidas iniciasse os estudos acerca do tema (Celebração dos Tratados). Mediante esses estudos e a consulta aos Governos dos Estados, a Comissão elaborou a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, aprovada em 23 de maio de 1969, na cidade de Viena, Áustria, ao final de uma conferência diplomática internacional convocada pela ONU. Sua negociação envolveu cerca de cento e dez países. No entanto, ao final da conferência apenas trinta e dois países assinaram-na, incluindo entre eles o Brasil (Favaro, Valadão 2008, p. 2681) Fonte: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/11_839.pdf.

A entrada em vigor do instrumento que institucionaliza as OIGs, segundo Cretella Neto (2007, p. 80) é estabelecido no ato constitutivo da OIG, se caso não estiver expresso, estará sujeita a determinada condição, pode ser qualitativa e quantitativa. Assim, passa a vigorar quando: a) um número mínimo de notificações; b) um limite fracionário, expresso como porcentagem do número de Estados que participaram da conclusão do acordo; c) uma ratificação unânime dos Estados signatários¹⁸.

Em vista desses problemas, no 3º Capítulo será visto como a ONUDI embora tenha sido criada no quadro das Nações Unidas em 1966, como órgão subsidiário, é somente 1979 que terá a aprovação de seu Ato Constitutivo tornando-se agência especializada da ONU em 1985, momento em que o 80º Estado-membro notificou a ratificação de seu Ato Constitutivo, aprovado em 1979.

Outra característica das OIGs se assinala quanto aos custos de funcionamento; em geral, propõem o projeto de orçamento (*Draft Budgets*), com previsão de despesas de administração, salários, custos operacionais e de manutenção com os prédios. As fontes de recursos regulares das OIGs são pagas pelos Estados-membros e são estabelecidas

segundo fórmulas matemáticas que levam em conta o PIB, as reservas monetárias, as importações, as exportações e a variabilidade das exportações, como o caso do FMI. Já as contribuições dos Estados-membros do Banco Mundial e da Sociedade Financeira Internacional são proporcionais às suas quotas-partes no FMI (CRETELLA NETO, 2007, p. 243).

Diferentes formas de contribuições podem provir da facilitação por parte dos Estados-membros na ocupação de prédios, tanto para a Sede como para os escritórios, na disposição de local e pessoal para organização de eventos; doações de pessoas físicas e jurídicas, vendas de produtos, como publicações e campanhas de caráter emergenciais¹⁹.

Existem casos extraordinários em que a captação de recursos procede dos mercados financeiros²⁰ ou das fontes de financiamento independentes, exemplos “o FMI e Banco

¹⁸ Para ilustrar, a situação quanto à entrada em vigor de um tratado, ou do número mínimo de notificações, utiliza-se o Artigo 84 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, relativo à entrada em vigor do mesmo, que estabelece: “A presente *Convenção* entrará em vigor no trigésimo dia que se seguir à data do depósito do trigésimo quinto instrumento de ratificação ou adesão. 2. Para cada Estado que ratificar a *Convenção* ou a ela aderir após o depósito do trigésimo quinto instrumento de ratificação ou adesão, a *Convenção* entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito, por esse Estado, de seu instrumento de ratificação ou adesão”.

¹⁹ Emersas de ocasiões de crises ou catástrofes naturais, como ex. o tsunami na Ásia/Pacífico em 2009, terremotos como o ocorrido no Haiti em 2010, desabamentos dentre outros. No caso da ONU, os recursos para estes fins não estão contemplados no seu orçamento regular.

²⁰ Neste caso, Cretella Neto (2007, p. 244), afirma que a ONU “para financiar suas operações de manutenção no Congo” teve que recorrer ao mercado financeira para captar recurso, no entanto o autor não cita o ano em que ocorreu tal operação.

Mundial obtêm remuneração por meio dos pagamentos dos tomadores de empréstimos, a União Europeia também recebe direitos aduaneiros” (Idem, p. 244).

No caso da ONU, seu orçamento é aprovado na Assembleia Geral- AG, deste modo, seus custos são de responsabilidade de todos os países-membros, os quais fixaram que as contribuições regulares devem “ser no máximo 22% e no mínimo 0,01% do total do orçamento”²¹ (ONU, 2009, p. 16). Essas contribuições não cobrem as despesas com a manutenção de paz²² ou dos seus programas, agências/organizações autônomas, como a ONUDI, PNUD que dispõem de orçamento independente da ONU.

Com relação ao orçamento das OIGs, Cretella Netto (2007) assinala um problema de forte impacto, refere-se à retirada de um ou mais membros da organização e pode ser representada em duas situações: 1. da perda significativa de receita, 2. da crise política na organização. Sobre a primeira situação, o autor, aponta que a maior parte das contribuições das OIGs procede dos países industrializados, “o que não deixa de indicar a origem de uma série de pressões políticas que buscam exercer” (p. 244).

Nas Nações Unidas as contribuições refletem a posição que o país ocupa na economia mundial e significa a capacidade de pagamento perante a organização, quanto mais rico, maior será a contribuição, visto por outro lado, isso se estabelece na ideia de que “os países em desenvolvimento devem pagar menos do que os países ricos” (RAMALHO e GOES, 2010, p. 64). Tal situação põe em relevo a presença dos EUA na organização, sendo o maior contribuinte ao longo da história. Igual influência é perceptível nas instituições de *Bretton Woods*.

As situações de crise-política²³ e conseqüentemente da perda financeira que podem resultar na saída de um país de uma OIG são exemplificados na retirada dos EUA da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1984, da OIT, no período de 1975-1988 (CRETELLA NETO, 2007) e da ONUDI na década de 1990, no referido período também saíram desta, o Canadá e a Austrália (ONUDI, 1996; HOLLY, 1999; LUKEN 2004).

²¹ Antes do ano de 2000 a cota máxima era de 25% paga pelos EUA.

²² De acordo com Ramalho e Góes as operações de paz não estavam previstas na Carta da ONU (1945), contudo ao longo do tempo se tornaram uma de suas principais modalidades de atuação. Até março de 2010, “foram mais de 60 missões, nem sempre exitosas”, os quais se registrou para o referido ano mais de 123 mil funcionários da ONU, atuando em 16 missões de paz, com orçamento superior a US\$ 7,8 bilhões (RAMALHO; GOES, 2010). Fontes: www.un.org/en/peacekeeping/documents/factsheet.pdf. e Ministério das Relações Exteriores: www.re.gov.br. Acessados em 28/10/2011.

²³ A dissolução da Liga das Nações é um exemplo significativo de situação de crise política de uma OIG. A Liga gradativamente presenciou a saída de seus países-membros e em 1946 oficializou sua total dissolução.

Deste âmbito, reitera-se que os EUA como maior contribuinte da ONU, no caso da ONUDI, justificou sua saída no corte de seus gastos globais com o sistema das Nações Unidas, o que inclui seus gastos com todas as agências e programas. Vale ressaltar que nem todo país pertencente a uma das agências ou programas da ONU é obrigado a ser estado-membro das Nações Unidas, esse pressuposto de certa forma dá a liberdade de saída de qualquer país de uma ou outra agência da ONU, quando o quiser, e ainda assim continuar membro das Nações Unidas, desvinculando-se apenas da agência ou órgão da ONU.

De acordo com Zanghi (1998, p. 858) a retirada de um membro da OIG poderá ser de duas formas: 1. no princípio do “caráter voluntário do vínculo associativo”, da mesma forma que permitiu a entrada, permite a retirada por vontade própria; 2. decorre por “consequência de uma decisão da organização, por graves motivos particulares”.

No primeiro caso, o país interessado usará o mecanismo do Direito Penal Internacional denominado *denúncia*, assim deixa de se obrigar pelo tratado. O mecanismo *denúncia* só é concedido ao Estado quite com todas as contribuições obrigatórias e o pedido de saída deve ser feito 5 anos após a adesão à organização, e sua saída só será realizada após 6 meses do comunicado de desligamento à organização (NASSER, 2005).

No segundo caso, a forma de retirada poderá ocorrer em casos graves, assim “a hipótese da *expulsão*, embora presente em diversos atos institucionais tem-se registrado casos muito limitados, em virtude da gravidade de tal medida”. O que se aplica comumente é o mecanismo da suspensão, uma medida temporária, aplicada em caráter de sanção, o que “não provoca a perda de *status*, mas limita-se a privar um Estado-membro do gozo dos seus direitos” (ZANGHI, 1998, p. 858).

No caso da ONU,

A suspensão de algum Estado-Membro pode ocorrer quando o Conselho de Segurança tomar medidas preventivas ou coercitivas contra ele, cabendo a expulsão sempre que houver uma violação persistente dos preceitos da Carta. O exercício dos direitos e privilégios de um membro que tenha sido suspenso pode ser restabelecido pelo Conselho de Segurança. Porém, desde 1945, nenhum País-Membro da ONU foi suspenso ou expulso da Organização (UNIC, 2011, p.03).

Outra característica assinalada por Zanghi (1998) sublinha que a maioria das OIGs são basicamente constituídas por uma estrutura ternária, seus órgãos principais são: 1) Assembleia geral que reúne todos os estados-membros anualmente; 2) Órgão executivo que pode receber outras denominações como: comitê, conselho entre outros; 3) Órgão burocrático de caráter

administrativo e tem como figura principal o Secretário Geral (SG) ou Diretor Geral (DG), complementado pelo aparato técnico de funcionários internacionais. À secretaria geral cabe acompanhar as diversas atividades dos diversos órgãos constituintes de uma OIG bem como coordenar o relacionamento com os estados-membros.

Zanghi (1998) ao esboçar sobre as características quanto à estrutura das OIGs coloca o seguinte problema:

o direito internacional geral não contém normas orientadas a disciplinar a estrutura interna das organizações internacionais; prevalece, portanto, a este respeito, o princípio da liberdade de organização, que faz com que exista uma grande variedade quanto ao número, dimensões, funcionamento e competência dos órgãos de tais entidades. Esta liberdade constitui uma das manifestações mais evidentes do poder de autonomia que têm as organizações internacionais; não encontra qualquer limite externo (p. 858).

Quando o olhar se volta ao quadro de funcionários, cabe destacar que estes gozam de prerrogativas contempladas em alguns tratados e convenções internacionais, equiparáveis aos que se concedem aos diplomatas. Tais condições estão estabelecidas na Declaração de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e encontra complemento na Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas de 1947. Na Carta da ONU essas atribuições estão expressas no Capítulo XV, artigo 100 e 105 rezam o seguinte:

1. No desempenho de seus deveres, o Secretário-Geral e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem receberão instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à organização. Abster-se-ão de qualquer ação que seja incompatível com a sua posição de funcionários internacionais responsáveis somente perante a Organização. 2. Cada Membro das Nações Unidas se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral e do pessoal do Secretariado e não procurará exercer qualquer influência sobre eles, no desempenho de suas funções (CARTA da ONU, 2001, p.54).

Complementar a passagem anterior, o artigo 105 da *Carta da ONU* expressa que:

1. Organização gozará no território de cada um de seus Membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos. 2. Os representantes dos Membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessários ao exercício independente de suas funções relacionadas com a Organização (p. 56).

Segundo Cretella Neto (2007, p. 655) “na prática os funcionários mais graduados e representantes” gozam²⁴ dessas “imunidades e privilégios”, os quais, além de participarem das “negociações entre os Estados”, dispõem de passaportes internacionais (especiais), por isso não enfrentam filas nos aeroportos e recebem tratamento privilegiado nos aviões (NASSER, 2005; SASSEN, 2010). Contudo, a Declaração de Viena sobre Relações Diplomáticas, expressa que os privilégios e imunidades, não são para beneficiarem esses indivíduos, mas para “garantir o eficaz desempenho das funções das missões diplomáticas, em seu caráter de representantes de Estados”, no caso, dos funcionários das OIGs como representantes destas organizações.

Nos países onde representam a OIG, esse tipo de funcionário, ao desfrutar de prerrogativas semelhantes aos representantes de Estado em países estrangeiros, como diplomatas e embaixadores, lhes são concedidos isenções tributárias e aduaneiras, inviolabilidade de residência e propriedade, inviolabilidade dos arquivos e documentos, imunidade penal, civil e administrativa (significa que não podem ser presos em flagrante delito), possuem isenção social e trabalhista, por isso não podem ser enquadrados nas leis trabalhistas do país hospedeiro e tais privilégios são estendidos aos seus cônjuges e dependentes.

Por outro lado, os Estados possuem o direito de considerá-los como *persona non grata*, que do latim quer dizer “pessoa não bem-vinda”. Em outras palavras, é o indivíduo inaceitável ou indesejável pelo governo anfitrião²⁵.

A atuação de determinados funcionários de OIGs podem ser enquadradas na composição da CCT- Classe Capitalista Transnacional, segundo a perspectiva defendida por Sklair, a CCT “constitui os agentes responsáveis pelas PTNs- práticas transnacionais da CCT”, tais práticas se referem aos efeitos causados por determinados agentes inseridos em contextos institucionais específicos (Ibid, 2010).

Embora não utilize os termos de Sklair de PTNs ou da CCT, Sassen (2010) apresenta uma situação característica das práticas transnacionais, e pode ser extraída na seguinte passagem em que aponta que em alguns casos,

²⁴ A maioria dos funcionários das OIGs são contratados temporariamente.

²⁵ A este respeito Declaração de Viena sobre Relações Diplomáticas assegura o seguinte: Artigo 9º. 1. O Estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar ao Estado acreditante que o Chefe da Missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da Missão é *persona non grata* ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável. O Estado acreditante, conforme o caso, retirará a pessoa em questão ou dará por terminadas as suas funções na Missão. Uma pessoa poderá ser declarada *non grata* ou não aceitável mesmo antes de chegar ao território do Estado acreditado.

o secretariado de uma instituição internacional tenta explicitamente formar uma rede de autoridades de governos específicos para agir como uma vanguarda de negociação e desenvolver novas regras que venham a ser aplicadas a todos os membros; exemplos são as negociações da OMC em favor das TRIPS (aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio), negociações para a governança da internet e coisas do gênero (Ibid, p. 150).

Outra forma de atuação no âmbito das OIGs é comentada por Herz e Hoffman (2004, p. 30) quando analisam o papel do funcionário público internacional e destacam o papel do Secretário Geral, e à maneira como atua “têm impactos diferenciados” na direção das OIGs e pode depender de suas personalidades, das alianças que fazem ou das “condições da política internacional em cada momento histórico”. Para as autoras, a condição política de SG lhes possibilita posição estratégica:

Na interseção entre os setores administrativos e políticos das organizações, tendo de lidar com os aspectos supranacionais e intergovernamentais da organização. Ao mesmo em que dirigem uma burocracia que deve ter independência em relação às representações nacionais, os secretários-gerais tem a função de negociar com os representantes dos diferentes países para garantir a aprovação de decisões e realização de operações (Idem, p.30-31).

Em síntese, pode-se dizer que esses funcionários são importantes agentes do processo de transnacionalização em curso e negociadores das relações entre os Estados e outros agentes.

Em paralelo a influência das personalidades de funcionários das OIGs, as negociações em muitos fóruns multilaterais podem ser fortalecidas pela formação de redes, os quais podem ser vistas em organizações com o escopo da ONU, na formação de grupos de países ou redes. Casos assim, são pertinentes à análise aprofundada, pois no caso de formação de redes dentro da ONU que se trata de uma OIG que em tese preza pela igualdade de seus membros (o que nem sempre é evidente), e se expressa por ser um foro aberto e de “negociação permanente” (FONSECA Jr, 2008, p. 23), a formação de redes, muitas vezes é utilizada como estratégias, assim os países precisam formar forças, por meio de alianças a fim de salvaguardarem interesses (SLAUGHTER, 2004).

Na ONU, a formação de redes pode se insinuar como contraponto às diferenciações entre os países, exemplo dessa situação se estabelece em geral em oposição ou para contrabalancear o poder dos 5 países (5 P): EUA, Rússia, China, França e Reino Unido,

componentes permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)²⁶, os quais detêm posição privilegiada em algumas questões.

Para contornar a situação, países desenvolvidos de peso como o Japão, Austrália, Canadá e Alemanha, ou países em desenvolvimento – os PDEs (Índia, Brasil, México, Paquistão, Nigéria, Indonésia, Argentina) se agrupam, ou em alguns casos se reúnem por afinidades de interesses, por geografia (União Europeia, União Africana) ou por meio de grupos como o G-Rio, G-77, grupo das pequenas ilhas. É comum esses grupos se manifestarem nas rodadas de negociação em várias assembleias e se posicionarem em nome do grupo a fim de barganharem força.

Das redes observadas em OIGs ou da formação de grupos de países é possível abstrair o papel das redes de funcionários do governo. Dentro dessa problemática Slaughter (2004), cita a coordenação além das fronteiras nacionais compostas por juízes, legisladores, reguladores financeiros, que no tratamento de assuntos específicos:

cada vez mais trocam informações e coordenam atividades de combate à criminalidade global e resolvem problemas comuns em escala global. Estas redes do governo são uma característica fundamental da ordem mundial no século XXI, mas eles são subestimados e subutilizados para resolver os problemas centrais da governança global (Ibid, p.1).

Mas, no caso daqueles em que atuação se dá em torno da economia global, por exemplo, “as redes de ministros das finanças e banqueiros centrais” são “jogadores importantes na resposta a nível nacional e regional de crises financeiras” e sua participação pode ser vista na combinação de redes dos diversos Gs: o G-7, G-8, G-20²⁷ ou nas reuniões de organizações, como o Comitê de Basileia²⁸, Organização Internacional das Comissões de Valores- IOSCO, Associação Internacional de Supervisores de Seguros, Fórum de Estabilidade Financeira ou dos membros do Conselho de Governadores do FMI (Ibid).

Estes grupos de agentes são sublinhados por Slaughter como reguladores financeiros e têm papel fundamental na elaboração de diretrizes políticas importantes no cenário mundial.

²⁶ Os (5 P) se destacam entre as dez maiores economias do mundo. De acordo, com a lista de países por PIB do FMI, em 2012, os EUA aparece no topo (US\$ 15, 653 trilhões) seguido da China (US\$ 8,250 trilhões), a França (US\$ 2,580 trilhões) ocupa a 5ª posição, 6ª Reino Unido (US\$ 2,434 trilhões) 9ª Rússia (US\$ 1,947 trilhões). Estes números foram apresentados pelo FMI na segunda semana de outubro de 2012. Em 2010, os EUA aparece em 1º, China 2º, a França 5º, Rússia 6º e o Reino Unido 10º. Fonte: (www.ifm.org)

²⁷ O G-20 foi criado em 1999 para ampliar o G-8 (Grupo dos países mais ricos do mundo), deste modo, agrupa os 20 países mais ricos do mundo e incluem economias emergentes. Membros: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia

²⁸ É uma OI de autoridades de supervisão bancária criada em 1974 pelos presidentes dos BCs-Bancos Centrais dos países do G-10 que visa fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Suas discussões podem ocorrer tanto nos encontros oficiais ou em seus bastidores, e pode render o intercâmbio de informações no qual esses fluxos ajudam a compor “nova arquitetura financeira internacional” e atuam além das OIGs tradicionais²⁹.

A partir das observações tanto de Slaughter como de outros autores evidencia-se a importância das OIGs como ponto de encontro de diversos agentes para organização do sistema econômico global ou para a discussão de diversas temáticas dos quais as causas e efeitos transbordam as fronteiras nacionais, sejam referentes ao meio ambiente, de regulação técnica, crise financeira e dentre outras temáticas que pesam nas movimentações da dinâmica global.

1.1.2 Formas de Classificação das Organizações Internacionais

O objetivo do tópico é prosseguir na caracterização das OIGs, deste modo, parte das classificações e tem como ponto de partida as preocupações de Cretella Neto (2007, p.19) o qual afirma que há várias propostas de classificação das OIGs com critérios igualmente variados. Tais classificações, “não deve ser entendido de modo rígido”, pois muitas podem ser enquadradas em mais de uma categoria. Assim, cabe assinalar que as formas de classificação se remetem ao “Ato Constitutivo”, ou seja, aos termos estabelecidos em sua constituição que fazem referência às atividades que desempenham, o que as enquadra em uma determinada função.

Diante do exposto, a classificação das OIGs apresentada a seguir tem por finalidade mostrar um breve esboço e tem por base fontes como: a) o Dicionário de Ciência Política com o seu verbete de organizações internacionais (ZANGHI, 1998); b) O Anuário das Associações Internacionais, catalogação elaborada pela União das Associações Internacionais- UIA. Entretanto, para enfatizar alguns pontos são utilizados autores que tratam da questão como também recorreu à consulta dos *websites* das OIGs (referidas no texto) como forma de mostrar como se identificam.

a) do Dicionário de Ciência Política, neste as organizações internacionais estão classificadas em seis categoriais:

1. Das organizações econômicas: “constituídas com fins de cooperação entre os Estados com vista a alcançar objetivos econômicos gerais ou restritos a determinados setores”, subdivididas em duas categorias: a) das organizações internacionais restritas a

²⁹ Para Slaughter as OIs tradicionais são aquelas criadas no contexto do pós II Guerra Mundial como as Nações Unidas e todas as organizações que dela provêm como as organizações de Bretton Woods.

produtos de base, como o Órgão Internacional dos Vinhos, Conselho Internacional do Açúcar, do Trigo, e do Café³⁰; b) com função monetária e bancária como o FMI, a Associação Internacional para o Desenvolvimento- IDA e a Sociedade Financeira Internacional- SFI³¹.

2. Organizações técnicas: cita-se a União Internacional de Proteção a Propriedade Intelectual.

3. Organizações técnico-científicas, destinadas a desenvolver os conhecimentos científicos em cooperação com seus estados-membros, e se destacam as agências especializadas da ONU, como Agência Internacional para a Energia Atômica- AIEA e o Comitê de Medicina e Farmácias Militares.

4. Organizações sociais: destacam-se uma série de agências especializadas da ONU, como a Organização para a Alimentação e Agricultura- FAO, OMS e a OIT.

5. Organizações militares; destaca-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte- OTAN.

6. Organizações ligadas aos setores de comunicação destacam-se a UPU e a UIT³².

Outras características das OIGs, de acordo com Zanghi (1998, p. 856), se atribuem ao fato de serem abertas ou fechadas³³; universais e regionais ou particulares. No caso das OIGs, o caráter aberto ou fechado em geral se encontra estipulado no ato institucional, onde são descritas as disposições de admissão ou não de membros diferentes da ocasião em que se deu sua assinatura de criação.

³⁰ Embora não mencionada no dicionário, acrescenta-se, neste escopo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo- OPEP.

³¹ A IDA e SFI fazem parte do GBM Grupo do Banco Mundial- GBM.

³² A UIT foi criada em 1865, é considerada a mais antiga OIG moderna em funcionamento, responsável pelos assuntos de tecnologia e comunicação, padronização e regulamentação das ondas de rádio e telecomunicações internacionais. A UPU, de 1874, se constitui como fórum de cooperação e coordenação dos serviços postais o qual defini regras relacionadas às trocas dos serviços postais internacionais dos países membros. No ano de 2012 a UIT registrou uma composição de 193 países membros e mais 700 entidades do setor privado, enquanto que a UPU registrou o número de 192 países-membros.

³³ Nestes dois casos são semelhantes às características encontradas em Weber na classificação de relação associativa, o qual define como: “Uma relação social (tanto faz se comunitária ou associativa) será designada *aberta* para fora, quando na medida em que a participação naquela ação recíproca, que a constitui segundo o conteúdo de seu sentido, não é negada, por sua ordem vigente, a ninguém que efetivamente esteja em condições e disposto a tomar parte nela. Ao contrário, é chamada *fechada* para fora quando e na medida em que o conteúdo de seu sentido ou sua ordem vigente exclui, limita ou liga a participação a determinadas condições. O caráter aberto ou fechado pode estar condicionado de maneira tradicional, afetiva ou racional, com vista a valores ou fins. O caráter fechado, por motivos *racionais* deve-se especialmente à seguinte circunstância: uma relação social pode proporcionar aos participantes determinadas oportunidades de satisfazer seus interesses, interiores ou exteriores, seja com vista ao fim ou ao resultado, seja através da ação solidária ou em virtude do equilíbrio de interesses incompatíveis. Quando os participantes dessa relação esperam de sua propagação melhores possibilidades para si mesmos, no que se refere ao aspecto quantitativo, qualitativo, de segurança ou de valor destas oportunidades, interessa-lhes seu caráter aberto; quando, ao contrário, eles esperam obter essas vantagens de sua monopolização, interessa-lhes seu caráter fechado *para* fora (WEBER, 1991, p.7).

As OIGs abertas podem admitir participação de outras OIGs (NASSER, 2005), e podem compor-se com outras entidades não estatais, a OIT e a OMC são ilustrativas. No caso da OIT sua representação é composta pelos Estados-membros e delegações tripartites, formadas por representantes do governo, classe patronal e trabalhadores (SANTOS Jr, 2010).

Na OMC a presença de atores não estatais é perceptível na uniformização das práticas comerciais ou das resoluções de disputas e controvérsias, pois interesses envolvem não somente os Estados, mas agentes privados, portanto agrega diferentes agentes das relações econômicas transnacionais.

Outro exemplo é encontrado nas Nações Unidas, que por meio do ECOSOC mantém relações com cerca de 3.500 ONGs, em caráter consultivo. De acordo a publicação NGLS-UN Non-Governmental Liaison Service³⁴, o ECOSOC se disponibiliza aberto com “todas as outras ONGs que procuram a ONU para trabalharem em parceria” (2011, p. 07).

A presença de entidades não governamentais nas OIGs é assinalada por Cretella Neto (2007, p. 130) na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de Montego Bay, 1982. Para o autor este fato é verificado “no regime convencional de controvérsias no âmbito da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos”, a admissão de atores não estatais como as “empresas públicas, pessoas naturais e jurídicas, para conduzir atividades de exploração na área em questão”, são observadas na possibilidade destes, de terem “acesso sem o patrocínio de qualquer Estado”.

Outra forma de participação em OIGs se dá por meio do *status* de observador. De acordo com Cretella Neto, a palavra “observador” é empregada “para designar o *status* do Estado ou da entidade não membro, convidada a participar de uma ou mais sessões de um dos órgãos da organização”. Na condição de observador a AG da ONU convidou, a Suíça, a Santa Sé, a Coreia do Norte, e a Comunidade Econômica Europeia”. Condição semelhante pode ser exemplificada com as ONGs e outras OIGs, conforme Cretella Neto (2007, p. 111) que ao participarem em caráter de “observadores”, diferentemente dos membros efetivos, “em regra, não têm direito a voto nem à palavra e dificilmente alcançarão o *status* de membro permanente, pois são atores menores e fragmentários das relações internacionais, geralmente não estatais”.

Outra situação é a do participante parcial, e refere-se ao Estado que queira se envolver em “tarefas de certos órgãos particulares ou subsidiários”. Neste caso, Cretella Neto cita como exemplo a Suíça (quando não membro da ONU), que na condição de observador, participava

³⁴ Essa publicação trata-se de um manual da ONU direcionado para as ONGs.

de certas atividades do Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio- UNCTAD e da ONUDI.

As organizações internacionais universais possuem objetivos gerais e compreendem uma grande cifra de estados soberanos, sua denominação e atuação não tem uma delimitação geográfica específica, neste caso, cita-se como exemplos a ONU, a OMC e a OMA Organização Mundial das Aduanas.

Organizações regionais ou particulares podem compreender uma delimitação geográfica referida em sua denominação, são exemplos a Organização dos Estados Americanos- OEA e a antiga a Organização para Cooperação Econômica da Europa - OECE, Liga dos Estados Árabes - LEA, Organização da Unidade Africana - OUA, União Europeia - UE e o MERCOSUL- Mercado Comum do Sul³⁵.

Destes exemplos, a OECE³⁶ é ilustrativa no que tange as transformações, sendo instituída em 1947 sob a tutela dos EUA, via Plano Marshall³⁷, seu objetivo foi promover a recuperação da Europa do pós-guerra. A recuperação europeia era necessária para suprir diversas demandas, sejam por produtos alimentícios, bens de capital e outras mercadorias, paralelamente a região registrava o déficit comercial de US\$ 5,8 bilhões (1946) e de US\$ 7,5 bilhões (1947) (EICHENGREEN, 2007). Assim, com intuito de contornar a crise europeia entre 1947 e 1951 o Plano Marshall dispôs “recursos da ordem de 17 bilhões de dólares” (SARAIVA, 2008, p. 201).

O Plano Marshall foi coordenado pela OECE, e por sua vez cumpriria a dois objetivos fundamentais: 1. De ordem política, de articulação das “forças aliadas na Europa” em oposição à União Soviética. 2. De interesse comercial. A contrapartida europeia para a obtenção dos fundos seria gastá-los na compra de bens e serviços das empresas norte americanas, o que favoreceu aos EUA “um contrapeso importante de grande superávit comercial” e em termos políticos, possibilitou diversas articulações e alianças com instituições norte americanas e europeias que foram decisivas no desenho do “mapa geopolítico da guerra fria” (PEREIRA, 2009).

³⁵ Composto por 5 países da América do Sul, são eles: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

³⁶ Contudo, anos depois ganha a denominação de Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No que toca a uma das preocupações dessa pesquisa a respeito da industrialização, cabe expor que para além da estratégia geopolítica do pós II Guerra, a OECE se constitui um marco importante na distribuição de zonas francas, pois de acordo com Pereira, foi concebida “para promover a criação de uniões aduaneiras e de zonas de livres comércio em âmbito regional, bem como impulsionar as relações econômicas entre os Estados – membros e com os EUA” (p. 66).

³⁷ Segundo Saraiva (2008, p. 200) o Plano Marshall trata-se da tradução econômica da Doutrina Truman (1947), tal formulação foi apresentado na aula inaugural da Universidade de Harvard em 5/06/1947, sendo “peça chave na estratégia norte-americana da guerra fria” (p. 201)

A situação criada a partir do Plano Marshall favoreceu a observação feita por Rostow (1978) o qual afirma que a partir do pós -1945 a Europa começou a despontar para a “fase de bens duráveis e de consumo e serviços”, em decorrência em parte da migração de determinadas empresas norte-americanas de setores líderes ligados ao consumo, e os resultados do Plano ao final da década de 1950 apresentou à região “um amplo desenvolvimento industrial” (SARAIVA, 2008, p. 202).

Paralelo ao contexto, outras transformações decorreram da OECE, como o aumento na composição dos membros, que no ano de 1959 compreendia os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia, Turquia e Espanha. Com a sua conversão em 1961 na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, como efeito, o quadro se amplia e a partir de 1964 passa a admitir Estados não europeus como o Canadá, os EUA e o Japão. Segundo (Pereira, 2010, p.66) esse grupo atualmente é conhecido “como o grupo dos trinta países mais ricos do mundo”.

Deste modo, se observa que o surgimento da OECE/OCDE se deu mediante os arranjos da regulação econômica do pós-guerra dos quais resultaram uma série de organizações. A respeito da OCDE desde que surgiu seu sentido essencialmente não modificou, em sentido análogo Slaughter (2004) a identifica como “uma instituição internacional que tem como principal função a realização de diferentes redes de reguladores nacionais para tratar de problemas comuns e propor modelos de soluções”.

Tal visão está em consonância com o que está postado no *website* da organização, o qual diz que sua missão está em promover “políticas que melhorem o desenvolvimento econômico e bem-estar social de pessoas em todo o mundo”³⁸ e cita o seu papel em estabelecer padrões internacionais em diversas áreas desde agricultura, políticas fiscais, de segurança para produtos químicos, mensurações sobre produtividade, fluxos globais de comércio e investimentos, entre outros.

Apesar da crise que assola a Europa nos últimos anos, em números, pode se traçar a situação da OCDE e destaca-se que em 2010 enquadrava-se no grupo de Estados que representa 14% da população mundial e concentra quase $\frac{3}{4}$ PIB – Produto Interno Bruto mundial, 84% do comércio mundial e 60% do consumo mundial de energia (ARCE, 2010), em 2011, a organização registrou a composição de 34 países-membros, com o orçamento de 342 milhões de euros (OECD, 2011).

³⁸ Fonte: <http://www.ocde.org>. Acesso em 10 de março de 2011.

Os parágrafos dedicados a OCDE além de ilustrar sua magnitude, procura enfatizar a influência das grandes potências na criação e no funcionamento de OIGs, que segundo Herz e Hoffman (2004) se deve a princípio à atuação do governo norte-americano no pós-II Guerra, com sua necessidade de expansão de capital, de sua política de contenção. Estes assuntos são abordados a seguir com a criação das instituições de Bretton Wodds e das Nações Unidas.

Outra implicação relativa à criação de organizações regionais ou a formação dos blocos econômicos regionais, segundo Cretella Neto (2007) pode refletir uma resposta ao quadro de imobilismo³⁹ das OIGs universais, em alguns casos, caracterizado nos percalços das negociações entre os países ou no fracasso da implementação de determinadas decisões. O surgimento das organizações regionais pode ser uma forma para compensar o problema, no sentido de viabilizar esforços de cooperação, os exemplos citados pelo autor, são a criação da Comunidade Econômica Europeia - CEE⁴⁰ e do MERCOSUL.

Feita essas considerações, a seguir destaca-se a classificação do Anuário da União das Associações Internacionais - UIA que apresenta em maioria a catalogação de organizações internacionais de caráter privado.

b) Classificação do Anuário das Organizações Internacionais

A classificação das OIGs encontrada no Anuário das Associações Internacionais (Yearbook of International Organizations)⁴¹ trata do levantamento das mais diversas OIs realizado pela UIA com atualizações disponíveis no seu *website* (www.uia.org). Seu objetivo é monitorar, fornecer informações a respeito do que fazem, onde estão e quais os objetivos. A maioria dessas organizações são privadas ou de organizações da sociedade civil.

O precursor do Anuário das Organizações Internacionais⁴², o *Annuaire Internationale de la Vie 1905-1907* foi publicado no ano em que surgiu a UIA, em 1907, fundada por Henri La Fontaine e Paul Otlet⁴³, com sede em Bruxelas (Bélgica). O surgimento da UIA no início do século passado deveu-se à grande proliferação de uniões e associações privadas, que estavam curso naquele momento. Deste modo, a UIA foi criada com a finalidade coordenar os

³⁹ Essa discussão é presente nas teorias das relações internacionais que tratam da ineficiência das OIGs, o que traz à tona a situação de lentidão dos procedimentos das OIGs. Diante desse problema, alguns Estados (na maioria das vezes as potências) que encontram dificuldades de manobra de seus interesses “preferem tentar resolver seus problemas por entendimento direto, fora do quadro das OIGs (MERLE, 1981, p. 258).

⁴⁰ Em 1992 com o Tratado de Maastricht passou a denominar-se União Européia.

⁴¹ Além do *Anuário*, a UIA publica a Enciclopédia dos problemas do Mundo e potencial humano (Encyclopedia of World Problems and Human Potential) e o International Congress Calendar.

⁴² Em diante será referido apenas por *Anuário*.

⁴³ O primeiro foi professor de direito internacional e devido suas ações políticas em prol da paz recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1913, o segundo é considerado o pai fundador da documentação (mais conhecida como ciência da informação) por ser o criador do Sistema de Classificação Decimal Universal. Fontes: www.nobelprize.gov e <http://www.uia.be/paul-otlet-1868-1944>. Acessado em 10/04/2012.

objetivos dessas organizações, “e por seus objetivos, parecem atender as necessidades humanas universais” (CRETELLA NETO, 2007, p. 21).

A UIA é um instituto de pesquisa e centro de documentação que vem realizando o mapeamento das OIs antes de ter reconhecimento pelo ECOSOC (Res. 334B-XI), fato ocorrido em 1947, e possui *status* consultivo perante esse órgão desde 1951. A UIA também colabora com outras organizações da ONU como a FAO, OIT, Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), é associado a UNESCO e ao Departamento de Informação Pública da ONU- DPI e de outras OIs como a World Alliance for Citizen Participation- CIVICUS⁴⁴, Federação das Associações Europeias Internacionais (FAIB). Portanto, participa de uma imensa rede de relações com outras OIGs e organizações privadas (UIA, 2012).

Em números o *website* da UIA informa que o *Anuário* editado em 1996, “listava mais de 28.036 entidades, e de alguma forma podem ser consideradas internacionais”. A publicação de 2011 registrou as “entradas de 63.056 organizações da sociedade civil em 300 países e territórios, em todos os campos da atividade humana”, este fato reflete diretamente o cenário internacional dinâmico (UIA, 2011) e como se pode observar, resulta em uma multiplicidade de organizações que visam atender diversas demandas.

O *Anuário* dispõe de informações básicas de diversas formas associativas de caráter internacional, encontram-se organizações de caráter mais gerais, com pauta diversificada ou de finalidades específicas como a UNICEF. Assim, a listagem do *Anuário* da UIA compreende três distinções: 1. organizações intergovernamentais, 2. governamentais, 3. não governamentais de caráter não lucrativo.

Sobre essa classificação, em seu site a UIA aponta que todos esses órgãos têm membros em pelo menos três países e não têm suas atividades ou tomada de decisão estruturada em favor de qualquer país em particular. Embora inclua a presença dessas organizações em pelo menos três países, a UIA esclarece que sua classificação exclui as empresas multinacionais e devido suas especificidades se diferenciam, pois o objetivo destas é a busca do lucro, enquanto que as OIs sejam OIGs ou ONGs, (em tese) não perseguem este fim, pois muitas estão focadas em uma única temática e, em tese, sem fins lucrativos.

Para Herz e Hoffman (2004, p. 19) o *Anuário* da UIA, apresenta-se como indicador do crescimento das relações em âmbito multilateral e o consideram como a maior referência

⁴⁴ Sua publicação emblemática é o - Índice da Sociedade Civil (CSI).

disponível sobre as organizações internacionais sejam: organizações internacionais, intergovernamentais ou organizações não governamentais internacionais.

Tal como visto anteriormente a maioria das OIGs partiram de associações de Estados, que de simples uniões, “evoluíram até se constituírem em comunidades supranacionais” (ZANGHI, 1998, p. 855). De acordo com Cohen e Kennedy (2007, p. 53), tal situação “aponta a capacidade crescente desses atores supraestatais para moldarem assuntos mundiais”. Apesar das OIs modernas datarem do século XIX, estas surgiram “com a crescente necessidade de regras e procedimentos para padronizar as transações transfronteiriças” e a partir da segunda metade do século XX, tomaram outra dimensão, notada não somente quanto ao crescimento, mas em importância no cenário internacional, sejam OIGs ou ONGs.

A propagação dessas organizações pode ser avaliada nos seguintes números, no início do século XX, em 1900 existiam no mundo 37 OIGs, no ano 2000 somavam-se 6.743, enquanto que as Organizações Internacionais Não Governamentais- OINGs tiveram seu crescimento notável a partir de 1950, e no ano 2000, ultrapassavam o número de 47 mil, “embora nem todas fossem igualmente de âmbito mundial” (HELD e MECGREW, 2001 *apud* COHEN e KENNEDY, 2000, p. 54).

Tal proporção se deve a pauta abrangente com questões ligadas aos negócios, religião, de atuação profissional, da política, do movimento ambientalista, das mulheres, das práticas desportivas e de lazer entre outros. Deste modo, Cohen e Kennedy citam OINGs famosas como a Anistia Internacional, o Greenpeace, OXFAM e a Cruz Vermelha.

Em relação ao crescente número de ONGs, Dupas (2005) analisa a problemática no espaço ocupado pela sociedade civil e as relacionam a um “novo associativismo”, composto por “associações de bairro, moradores, iniciativas culturais, ambientais”, associações de profissionais ou de distintos segmentos sociais, com reivindicações referentes à defesa de direitos de diferentes enfoques como os relacionados à “questão de gênero, cor e credo” (p. 181).

No entanto, o problema central suscitado por Dupas se remete às assimetrias de poderes entre os principais atores na geopolítica mundial, dessa forma, a busca de legitimidade por parte destes estão imbricados em instabilidades, contradições e conflitos de interesses que provocam desequilíbrios.

Os três principais atores identificados pelo referido autor no contexto da nova ordem global são: o grande capital (as grandes corporações e seus acionistas), a sociedade civil (em suas várias instâncias, p.ex. representadas pelas ONGs) e o Estado. Todos participam no jogo global mantendo, às vezes, relações entre si, ora de negociação ou de conflitos. Cabe lembrar

que o Estado é o agente fundamental que atua entre estes, pois tanto o capital quanto a sociedade civil, podem depender deste na manutenção ou no cumprimento de seus interesses.

Sobre o crescimento das ONGs cabe colocar as observações de Fiore (1994, p.298), que nas suas análises das transformações da atuação do Estado, chama atenção para a “multiplicação das organizações sociais e políticas supranacionais e de centros de poder de decisão que, afetando a vida de cada um, escapam cada vez mais do controle democrático das cidadanias constituídas territorialmente”. Muitas dessas entidades não mais se delimitam as fronteiras nacionais e a maioria de suas preocupações atingem assuntos que eram (e continuam) sob a competência dos Estados nacionais, embora este cada vez mais, divida a maior parte de suas ações com outros atores, seja com seu consentimento ou por pressão.

Como se pode observar, as transformações institucionais se deparam não somente no processo de transição entre tradicional e o moderno (antagônicos) tal como será visto no 2º Capítulo com as teorias de modernização, mas esbarram na preocupação em dar conta dessas transformações, o que envolve o engajamento de diversos atores nos direcionamentos antes empreendidos pelos Estados nacionais.

Desta forma, Sassen (2010) enfatiza a importância na identificação e conceituação de “um conjunto específico de operações que se dá dentro de cenários institucionais nacionais, mas que é voltado para agendas não nacionais ou transnacionais, sendo que, anteriormente estava ligada a agendas nacionais”. A autora esclarece que a dispersão no cenário mundial dos centros de decisão, parte de uma reorganização do sistema mundial provocada por novas formas de regulação, mediada por OIGs e por algumas ONGs, e estão instituídas, no que denominou por agendas estatais desnacionalizadas atreladas a forças globais que moldam a “nova geografia de poder” (p. 32).

Tais transformações são apontadas por Cretella Neto (2007) no panorama institucional onde se relacionam Estados e organizações internacionais o qual afirma “está evoluindo rapidamente”. Deste modo,

as organizações, cada vez mais, interpretam seus poderes – inclusive de forma vinculante – e os aumentam, fazendo com que o consentimento prévio e individual dos Estados perca importância. O processo apresenta-se como uma via de mão dupla: os Estados também, de forma crescente, vêm conferindo cada vez mais amplos poderes de governança às organizações internacionais (Ibid, p.40).

O reposicionamento do Estado, dentro de um campo mais amplo de poder é refletido por diversas maneiras, uma delas é colocada por Sassen (2010, p. 32) na importância

“crescente de uma variedade de ordens institucionais, envolvidas em vários aspectos do bem comum, ou entendido de forma ampla, como a rede internacional de ONGs e o regime internacional de direitos humanos”. Segundo a autora que compartilha da visão semelhante a de Slaughter, tais arranjos, acarretam a troca de informações e de experiências e possibilita a coordenação de ações em conjunto, o que pode perpassar as fronteiras de seus Estados nacionais.

A variedade de ONGs é analisada por Ianni (2004, p.88) sob a denominação de “novos contratos sociais” relacionados com problemáticas ligadas a ecologia, crianças, jovens, populações nativas, grupos étnicos e entre outros, o autor expressa o problema nas “lutas por novos contratos sociais, em âmbito nacional, regional e mundial” e são decorrentes do aumento das relações internacionais, sejam no âmbito das trocas comerciais e da cooperação em diversas formas.

Com este teor, eis o que aponta Silva (1997) em que constam,

A presença das multinacionais, das ONGs, dos organismos multilaterais, das religiões mundiais, das instituições científicas, de grupos e agentes de poder globais emergentes não são “aparatos” tais quais os mecanismos do Estado-nação podem ser transformados. São forças atuantes que aceleram a ação de sindicatos, a luta das organizações indígenas, o movimento dos sem-terra, a reestruturação produtiva, as propostas do ambientalismo mundial sob formas de interferências locais, além dos marcos nacionais. Essa presença dinâmica não é isenta de contradições e conflitos (Ibid, p. 269).

Em relação aos parágrafos dedicados à classificação do *Anuário* da UIA este é ilustrativo como indicador do crescimento do número das diversas OIs, sejam de caráter intergovernamental ou privado, sendo assim, o *Anuário* constitui como um dos meios de identificá-las.

1.2 Das Noções de Regulação

A exposição das OIGs feitas anteriormente procurou demonstrar de modo geral suas características, para esta seção procurou-se esboçar a influência que algumas OIGs adquiriram em decisões de questões políticas, econômicas e sociais. A presente seção está subdividida em dois pontos: (I) preâmbulo das noções de regulação com o aporte teórico de Michalet (2003), especificamente com as configurações do desenvolvimento do capitalismo; (II) trata da emergência de OIGs no pós II Guerra Mundial. Embora passados mais de 50 anos de suas elaborações, as OIGs que surgiram neste contexto, como as Instituições de *Bretton Woods*

prosseguem em suas funções e exercem enorme importância no cenário mundial, é por isso que se dá atenção a elas nesta seção.

1.2.1 Os princípios de regulação no século XX a partir do *entre-guerras*

A necessidade de ações e acordos que assegurassem a paz e a reconstrução econômica dos vários países devastados com as duas guerras mundiais do século XX levaram a assinatura de acordos, tratados e determinadas regras da ordem internacional. Neste âmbito, o caráter associativo empreendido por diversos Estados com fins de cooperação pode ser relacionado às noções de regulação apresentado por Michalet (2003) no livro “O que é a Mundialização”.

Neste livro, a noção de regulação está relacionada às características presentes nos processos dos modos de desenvolvimento do capitalismo, apresentadas em três configurações principais e “correspondem a uma dimensão espacial, uma lógica econômica e um agente dominante na forma de organização territorial das relações de produção” (SERÁFICO, 2009, p. 34). E são situadas nas configurações: Internacional, Multinacional e Global (2003, p.22). Em resumo, assumem a multidimensionalidade referentes às dimensões da produção e das trocas de bens e serviços e da circulação dos capitais financeiros. Suas características na:

1. Configuração Internacional: remonta ao século XV (na visão dos historiadores) ou o final do século XVII (com a teorização dos economistas) e perdura até os anos de 1960; dentre as configurações é a mais longa e demarca-se nas trocas comerciais, ou seja, a especialização internacional ordenada pela imobilidade dos fatores de produção, onde o Estado-nação centralizava o poder enquanto agente político e econômico.

2. Configuração Multinacional se contextualiza entre as décadas de 1960-1980, no qual os fatores de produção não mais se assinalam pela imobilidade. A mobilidade da produção dos bens e serviços é regida pela movimentação interempresas que visa diminuir custos de produção, pautada pela lógica da competitividade, pelo aumento dos fluxos materiais e financeiros. A regulação parte de um regime misto entre o Estado e as empresas, onde as EMNs (empresas multinacionais) são os atores predominantes e se caracterizam pela proliferação dos IDEs (Investimentos diretos externos). De acordo com Seráfico (2009, p. 34), nessa configuração “o território nacional, visto como espaço de ação econômica teve sua importância reduzida em relação ao espaço multinacional”.

3. Configuração Global se caracteriza pela predominância da dimensão financeira,

referente às aplicações das empresas no mercado financeiro e os atores predominantes são as instituições financeiras privadas, companhias de seguro, fundos de pensão, estes, “assumem participações no capital das sociedades cotadas”. Nesta configuração, verifica-se que a lógica financeira estende-se às outras dimensões reais da economia, isto é, da produção e das trocas (MICHALET, 2003, p. 3).

Quando propõe os três princípios de regulação, Michalet (2003, p 26) esclarece que são princípios usados pelo discurso econômico-político, com o objetivo de viabilizarem “medidas regulatórias que visam corrigir determinadas disjunções dos mercados”, exemplos são “as leis voltadas pelo Parlamento como os regulamentos e circulares da administração ou normas emitidas por organismos especializados na tecnologia, nas finanças ou nas atividades de produção”, o autor cita o discurso utilizado nas últimas décadas do século XX para justificar as políticas neoliberais.

Michalet lembra que a noção de *regulation*, derivada do inglês refere-se à regulamentação, o exemplo refere-se às normas ou leis votadas pelo Parlamento e demonstra a constituição de mecanismos para regular as atividades da produção econômica. Outro modo de se observar a utilidade desta noção, é reportada no contexto dos *Trinta anos gloriosos* (1950-1970)⁴⁵, com predomínio do fordismo⁴⁶, de forte influência keynesiana, este contexto se baseou na mistura de intervenções econômicas estatais e envolveu um sistema de redistribuição da renda nacional e de garantias sociais- o *Welfare State*⁴⁷.

⁴⁵ Tipificada por Hobsbawn na Década de Ouro.

⁴⁶ O fordismo é a forma organizacional de cadeia contínua que implica submissão à cadência do conjunto da máquina, preconizando a estandardização das peças e dos produtos na fabricação de produtos baratos a serem produzidos e vendidos em massa. A concessão de salários elevados ultrapassa o domínio da organização do trabalho e corresponde à lógica de crescimento no nível macroeconômico. Portanto, é um modo de regulação que repousa na manutenção de forte aumento da demanda sem baixa das taxas de lucro. A intervenção do Estado e o desenvolvimento dos acordos entre parceiros sociais nos países industrializados depois de 1945 favoreceram o aumento da regulação da demanda, que é condição necessária desse modo de regulação, o qual entrou em crise desde o começo dos anos 1970 (BENKO, 1999, p. 236).

⁴⁷ ESTADO DO BEM-ESTAR (Welfare State): Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. Não se trata de uma economia estatizada; enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, Previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego. O Estado do bem-estar corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos socialdemocratas. Nos Estados Unidos, certos aspectos do Estado do bem estar desenvolveram-se particularmente no período de vigência do New Deal. Segundo Paul Sweezy, economista norte-americano, alguns rudimentos do Estado do bem-estar foram aplicados no governo de Bismarck (1815-1898), no Império Germânico. No campo teórico, o ponto de partida da formulação dos contornos do Estado do bem-estar tem seus fundamentos na obra de A.C. Pigou, *Economics of Welfare* (Economia do Bem-estar), 1920. Posteriormente, sua natureza foi rigorosamente analisada e defendida pelo economista inglês John Strachey e pelo sueco Gunnar Myrdal. Para Myrdal, trata-se de uma economia organicamente estruturada pela ação do poder público. Essa intervenção ocorre no plano dos poderes central, estadual e municipal. Ao mesmo tempo, o

Feita essas considerações, procura-se mostrar como as OIGs conduziram e conduzem diretrizes, sem esquecer que neste escopo é possível observar outros dispositivos de formatação das relações econômicas que cada vez mais se encontram em mecanismos baseados em tratados, acordos, resoluções e entre outros mediados sob intensas negociações entre os Estados ou nas discussões dos Gs (grupos de países).

Vale destacar que diversas discussões ocorridas em fóruns multilaterais deram origem a várias agências da ONU preocupadas com o desenvolvimento econômico, a título de exemplo se ilustra as negociações empreendidas no extinto Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT⁴⁸ que na última década do século XX se formatou na OMC, este é um dos exemplos de como os Estados se deparam na compatibilização de diferentes processos e estruturas jurídicas.

A respeito da elaboração de Michalet cabe utilizar as observações de Seráfico, o qual diz que em “cada uma dessas configurações ao mesmo tempo redefine e inclui a precedente, transformando as relações entre os agentes sociais que as produzem a partir de diferentes localizações no processo produtivo e em diferentes escalas territoriais” (2009, p. 35). Dito isso, pontua-se a pertinência dessas configurações, o qual permite contextualizar o desenvolvimento do capitalismo em seus:

eixos estruturantes, por assim dizer, das relações de produção vistas como relações que se dão sempre, mas de formas diferentes, em amplitude supranacional, articulando Países e sociedades, Estados nacionais e classes sociais de diferentes continentes e regiões do mundo (Ibid).

No caso das OIGs, a “relação associativa” em que se fundamentam, corroboram no “ajuste” ou na “união de interesses racionalmente motivados” (WEBER, 1991, p.25) e podem ser observadas na definição do “conjunto de normas e princípios encontrados nos tratados e convenções internacionais e oriundos dos costumes” (HERZ e HOFFMAN, 2004, p. 22). No entanto, a concertação das vontades entre os agentes de regulação do mercado, seja no âmbito dos Estados nacionais ou de suas relações transfronteiriças mostram que o Estado prestou-se como um dos agentes reguladores dessas interações que abarcam outros agentes econômicos.

controle público sobre a economia é limitado pelo controle que a sociedade civil tem sobre o Estado. Embora Myrdal tenha como ponto de referência para a sua análise as social-democracias escandinavas, ele afirma que o Estado do bem-estar é ainda um objetivo futuro. Será, segundo ele, uma sociedade na qual se torne possível a realização dos princípios de fraternidade, liberdade e igualdade, prometidos pela Revolução Francesa. Mesmo discordando de Karl Marx, o ensaísta sueco diz que o Estado do bem-estar, no futuro, corresponderá ao “reino da felicidade”, sonhado pelo autor de *O Capital*. (SANDRONI, 1999, 220-221).

⁴⁸ O GATT é um caso ilustrativo de como as negociações podem derivar em uma OIG, ou seja, das diversas rodadas estabelecidas periodicamente no âmbito deste Acordo se derivou a OMC.

Destarte, o capitalismo moderno com sua economia de mercado é permeado por vícios e disfunções e demanda o funcionamento mediante regulamentações prescritas por um aparelho burocrático, seja no âmbito dos Estados nacionais ou de forma mais ampla, por OIGs, o que pressupõem por um aparato jurídico com códigos, tribunais, normatizações de diferentes relações, por ex. as de foco comercial, por isso devem atender em tese a vários interesses, e em determinados casos, resultam na imposição de normas, e ora ou outra, se caracterizam por processos de conflito, cooperação.

No que tangem as OIGs econômicas, sua ação econômica é social, pois está carregada de sentido, o que na definição weberiana de “relação associativa” e, se relacionada à união de Estados, pode ser estabelecida “a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso *próprio*; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte” (WEBER, 1991, p. 25) o que pressupõe teoricamente a um benefício mútuo. O problema aqui circunda no fato de quem realmente se beneficia nessas relações.

Segundo Fonseca Jr (2008, p.94) as OIGs prestam serviço “necessariamente coletivo e visa a beneficiar a todos os membros da instituição, o que impediria, em tese, que fosse apropriado por um Estado individual”, mas na prática como diz Dupas (2005) esse palco é permeado pelas assimetrias e nem sempre esse benefício é mútuo. Deste modo, a união entre Estados em OIGs se define em um palco de negociações, e conforme Fonseca Jr (2008) trata de criações dos próprios Estados, ou seja, eles mesmos criaram e gerenciam (p.25) e devem de modo próprio, atender a seus interesses (p.22).

No entanto, a questão se desdobra em diversas implicações, sejam em termos de benefícios (quem se beneficia) e das consequências (benéficas ou não/dependendo do ponto de vista de quem analisa ou de como são recebidas essas ações ou dos efeitos causados: esperados ou não) das tomadas de decisões nessas instâncias. São problemas que devem ser desvelados os quais desafiam a sociedade. Portanto, o tópico seguinte se desafia a identificar alguns dos agentes, contextualizando-os em suas respectivas configurações do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, a dinâmica da mundialização capitalista, esboçados nesta seção tem como ponto de partida a configuração internacional, e delimita-se a partir da influência norte-americana do Pós-II Guerra até os anos de 1960, período marcado pela regulação intergovernamental sob a forma pública da mundialização (MICHALET, 2003). Onde seus reflexos podem ser vistos nas escolhas racionais feitas pelos governos, sobre as várias instâncias dos processos decisórios.

Neste contexto na configuração multinacional e de sua sucessora - a global, tais escolhas têm como escopo delimitados a partir dos Estados nacionais, mas aparecem cada vez mais intercambiáveis a vários agentes e com várias escalas hierarquizadas (SASSEN, 2010), que na configuração global a regulação econômica se dimensiona na premissa de abertura econômica dos países e no consenso baseado na “convicção de que as leis das cadências econômicas são universais”, onde o “credo neoliberal não pode admitir que possa haver outra verdade além da lei do mercado” (MICHALET, 2003, p. 111).

1.2.2 A regulação nas Configurações do Capitalismo e seus agentes

O primeiro princípio de regulação em discussão se pauta na influência norte-americana (da configuração internacional do capitalismo) do Pós II Guerra Mundial, marcado pela regulação intergovernamental (MICHALET, 2003). Nessa configuração se dá a emergência das Nações Unidas (ligada a questões da paz mundial) e às instituições de *Bretton Woods*, que determinaram os princípios de regulação econômica correspondentes ao alicerce do voluntarismo intergovernamental organizado a partir da segunda metade do século XX.

A regulação a partir da Conferência de *Bretton Woods* de 1944 se encarregou de restituir a estabilidade da economia mundial, o qual veio a ocorrer mediante o crescimento da importância do EUA no cenário mundial, decorrente do deslocamento da hegemonia inglesa para os EUA.

Sobre o último assunto convém uma curta digressão em que se pode dizer que entre os anos de 1871 e 1914, prevaleceu a hegemonia europeia na economia mundial em decorrência em parte por ter inaugurado a Revolução Industrial e, a partir do século XX, os EUA tomam seu espaço no cenário mundial (entre 1880 e 1900, tornou-se o líder industrial do mundo). Entretanto, neste primeiro momento, sua economia estava orientada para o mercado interno, e para ilustrar o contexto, Cervo (2008, p. 86) afirma que a participação dos EUA no comércio mundial em 1913, “era de 10% e sua exportação mundial de capitais não passava de 9%”.

Todavia, entre os fins do século XIX e início do século XX é perceptível a presença dos EUA entre as potências econômicas mundiais. De acordo com Cervo (2008) no período de 1870-1914 este país encontrava-se no grupo composto pela Grã-Bretanha, França, Alemanha (dos países industrializados) e a configuração que regulava a economia neste período assentava-se nas relações bilaterais, que nos termos de Michalet predominavam na “configuração internacional”.

Os níveis de crescimento do período são caracterizados por Shmidt, 1985 *apud* Cervo, (2008, p.85) na seguinte passagem “apesar do retorno gradual ao protecionismo depois de 1878, o comércio mundial aumentou anualmente 3,4 % em média, entre 1870 e 1914, ele se multiplicou por três”. Depois de 1914, com a 1ª Guerra Mundial, o mundo sofre as consequências, uma delas se deu com a queda da política monetária internacional baseada na libra (moeda inglesa) que perdeu força com o desmantelamento do padrão ouro (*ouro-libra*) e implicou seriamente o cenário do entre-guerras mundiais⁴⁹.

Diante desse cenário, os problemas da recessão econômica obrigavam a instituição do padrão monetário internacional⁵⁰ que atendesse aos interesses da produção, da instituição do pleno emprego, a superação da instabilidade geral das flutuações cambiais (decorrentes do excesso de emissão monetária), do protecionismo exacerbado, desvalorizações, e da malograda reativação do padrão ouro, estes são alguns dos fatores que levaram ao estouro da bolsa de 1929 e, dentre as implicações ocasionou a onda de desemprego geral e queda brusca dos preços dos produtos agrícolas afetando diretamente países exportadores destes produtos (OLIVEIRA, 2008).

Diante da crise, as teorias liberais que regiam o *mainstream* acadêmico não dispunham de ferramentas de explicação da crise, as providências possíveis de atenuação à crise mostraram-se distintas em determinadas regiões. Os EUA recorreram à política intervencionista do Estado, o *New Deal*⁵¹, de orientação keynesiana, a Alemanha, Japão e a Itália optaram por regimes totalitários de orientação nazifascista.

⁴⁹ Corresponde ao intervalo entre as duas grandes guerras mundiais ocorridas no século XX.

⁵⁰ Padrão monetário internacional ou Sistema Monetário Internacional - SMI historicamente cita-se dois tipos: com padrão e sem padrão metálico. O primeiro organizou o intercâmbio internacional entre 1821 e 1971, mediante três grandes versões: o Bimetalismo Internacional 1821-1873, o Padrão Ouro 1873-1931 e o Sistema Bretton Woods 1944-1971; e o segundo, desde 1971 até agora (ARCE, 2010, p. 18). O Sistema Monetário é internacional porque expandem a nível internacional duas das três funções básicas de uma moeda (unidade de conta e forma de pagamento). É um sistema porque constitui uma relação de hierarquia de Bancos Centrais. Sua função é assegurar a conversibilidade de distintas moedas; a liquidez internacional e, finalmente, ajustar a Balança de Pagamento. Por sua vez, um Sistema Financeiro Internacional está constituído por atores privados, que competem no mercado mundial para explorar ao máximo os diferentes rendimentos do capital dinheiro. No SMI, as funções da moeda não é um elemento essencial de sua existência (OLIVEIRA, 2008, p. 17).

⁵¹ NEW DEAL. Programa econômico adotado em 1933 pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt para combater os efeitos da Grande Depressão e refazer a prosperidade do país. O *New Deal* (Nova Política) seguiu, na prática, os ensinamentos que a reflexão teórica de Keynes e baseou-se na intervenção do Estado no processo produtivo, por meio de um audacioso plano de obras públicas, com o objetivo de atingir o pleno emprego, o que contradizia toda a tradição liberal dos Estados Unidos. Dentro dessa orientação intervencionista, Roosevelt, segundo suas próprias palavras, decidiu enfrentar o problema da crise como se enfrenta uma guerra. Começou pelo controle do sistema financeiro do país, decretou o embargo do ouro e desvalorizou o dólar para favorecer as exportações. A nova política estendeu-se a todos os campos da atividade econômica. O incremento à produção industrial foi regulamentado pelo National Industrial Recovering Act — Nira (Lei de Recuperação da Indústria Nacional), que redefiniu as relações entre patrões e empregados e estabeleceu o sistema de previdência social. Paralelo ao Nira, foi criada a National Recovery Administration (Administração de Recuperação Nacional), encarregada da aplicação e controle do programa industrial do governo. Esse órgão estatal induzia os

O quadro desenhado no entre-guerras, como a crise de 1929 e a ascensão de aventuras totalitárias, fundamentaram-se na introdução de formas de regulação. De acordo com Oliveira (2008) a criação das instituições de *Bretton Woods* se erigiram na ideia da constituição de uma ordem econômica internacional que destravasse os obstáculos do comércio entre as nações, com regras monetárias que garantisse a confiança na moeda-reserva e sua liquidez com ajuste não deflacionário da balança de pagamentos.

Outra implicação do contexto desafiava os EUA no estabelecimento de relações do multilateralismo econômico que se impôs diante da iminência de crise da produção industrial e da recessão que elevava a população de desempregados de cerca de 2,5 milhões para 8 milhões desde o final de 1945. Assim, a supressão do dismantelamento econômico deste país só seria possível com uma política de poder verdadeiramente mundial (SARAIVA, 2008, p. 199) o que fez de alvo o resto do mundo, o qual deveria se pautar “sob a influência dos valores do capitalismo” (p. 200). Esses países (o mundo subdesenvolvido) eram fundamentais no abastecimento de matérias primas para produção norte-americana.

Com efeito, a criação das instituições de *Bretton Woods* antecede a uma série de negociações entre os EUA e a Inglaterra para o planejamento econômico do mundo no pós-guerra, e visava balizar “tensões entre conflitos de política econômica”, as preocupações em pauta colocavam em questão o regime das taxas de câmbio, o regime de reservas e as obrigações de ajustamento (WILLIANSO, 1988, p. 323).

Garllip (2001, p. 103-104) confirma que a nova institucionalidade econômico-financeira emergente de *Bretton Woods* elaborou regras de funcionamento da economia

empresários a estabelecer entre si acordos sobre preços, salários e programas de produção, visando à racionalização da economia. Os empresários que oferecessem resistência à orientação dada poderiam ter suas licenças cassadas. O controle estendeu-se à Bolsa de Valores e à subscrição das sociedades anônimas. Objetivando conseguir recursos para o Estado e redistribuir a renda, instaurou-se uma sobretaxa progressiva de 31% para as rendas anuais acima de 50 mil dólares e até de 75% para as que iam além de 5 milhões de dólares. O National Industrial Recovery Act determinou a redução das horas de trabalho sem diminuição do salário, procurando assim levar a uma maior absorção da mão-de-obra desempregada. Foi criado um salário mínimo nacional e decretada a liberdade de organização sindical e a convenção coletiva de trabalho. Instituiu-se o seguro social, em parte financiado pelos patrões. Para reanimar a construção civil e combater o desemprego, criou-se o programa da casa própria e aplicaram-se 500 milhões de dólares nos projetos do Civilian Conservation Corps, voltado para o reflorestamento e o combate a incêndios e inundações. Foi abolida a Lei Seca e incentivada a produção de vinho e cerveja. A política agrícola foi regulamentada pelo Agriculture Adjustment Act (AAA). O governo assumiu as dívidas dos pequenos proprietários e ofereceu facilidades de créditos e prêmios para os fazendeiros que se engajassem nas metas governamentais, comprometendo-se a comprar os produtos estocados. Processou-se também a eletrificação rural e muitos agricultores foram transferidos para áreas mais produtivas. A execução do *New Deal* contou com uma forte oposição dos industriais e dos setores conservadores da sociedade norte-americana, que denunciavam a intervenção do Estado na economia como um processo de socialização da vida nacional. No entanto, foi o programa de Roosevelt que fortaleceu e consolidou o sistema capitalista no país. Nos anos de sua aplicação, o grande capital passou por um intenso processo de desenvolvimento e concentração, enquanto as pequenas empresas eram eliminadas ou absorvidas. No final da década de 30, três companhias produziram 80% dos automóveis do país, enquanto outras três eram responsáveis pela produção de 60% do aço (SANDRONI, 1999, p. 422-423).

mundial “capazes de reduzirem tensões políticas e sociais” bem como “evitar os erros do Tratado de Versalhes”⁵². Para o autor, ao suprimir os resquícios das “desordens monetárias e os instrumentos ociosos e riqueza mal empregada”, fatores que geraram o fascismo e a guerra, foram justificativas que se agregavam ao objetivo maior da expansão comercial norte-americana, daí a necessidade da nova ordem econômica e financeira.

As decisões institucionais que no campo econômico originaram instituições focadas a impor meios de viabilização do mercado, Michalet (2003) as considerou como a organização da arquitetura da economia mundial e permitiu a formação de novas articulações econômicas, políticas, tecnológicas e culturais (IANNI, 2008) intensificadas por diversas práticas como as relações de fluxos de capital, do comércio e de movimentos migratórios⁵³, e doravante veio a expandir a industrialização para o mundo subdesenvolvido, entre outros.

Holly (1999, p. 12) observa este contexto por um movimento de institucionalização política, no qual “converte a relação de poder entre países dominantes e países dominados por uma relação de dominação institucionalizada”. As consequências trouxeram para a organização territorial das relações de produção uma dinâmica que além de se ordenarem no

⁵² O advento da 1ª Guerra Mundial (1914-1917) acentuou as necessidades de regulamentação da paz, o Tratado de Versalhes insere-se nos diversos tratados de paz que se sucediam ao fim da guerra e deram as bases para a criação da Liga das Nações, assim os tratados de (Versalhes, Saint Germain, Trianon, Neuilly e Sèvres) colocavam em pauta questões sobre: Desarmamento e segurança, delimitação de fronteiras na Europa e questões econômicas e financeiras. A todos esses tratados anexava-se o pacto de criação da Sociedade das Nações” (CERVO, 2008, p. 133). Neste domínio, o estabelecimento entre os países vencedores do Tratado de Versalhes em 25/01/1919 implicou em duas características. 1. responsabilizou o império alemão e seus aliados pela deflagração da guerra, colocando-os de fora das discussões de negociação do referido tratado. 2. determinou a criação da Liga das Nações. A Liga das Nações foi estabelecida em 1922 com adesão de 55 países, para Wigth (2002, p. 203) representava até o momento a “mais elaborada tentativa de reorganização racional das relações internacionais”, ou nas palavras de Cervo (2008, p. 135) foi a “primeira tentativa de regulamentação de uma sociedade global” que viria a sucumbir com a instauração da II Guerra Mundial em 1939. Entretanto, a organização não logrou êxito e sua dissolução em 1942 deveu-se às falhas em relação aos “conceitos europeus pelos vitoriosos” e a forte intervenção dos países vencedores da I Guerra Mundial dentro da organização que ao impor pesadas sanções aos vencidos tivera desdobramentos resultando na saída gradativa de muitos países da Liga. Segundo Cervo (2008), as “decisões de Versalhes dificilmente serviram de base para orientar a conduta dos Estados” (p.130), o tratado de Versalhes, embora tenha sido incentivado pelos Estados Unidos, não tivera o reconhecimento por parte deste, (havia um impasse de pensamento entre o presidente Wilson que apoiava a formação da organização e do senado norte americano que não apoiava), em razão disso registra-se a não participação dos EUA na Liga. Entre outros fatos, percebe-se que a Liga se assentava no contexto em que a Europa constituía uma zona de “alta pressão”, o que não a livrou da ascensão dos regimes totalitários (ex. do nazismo e fascismo) e do conflito de maior proporção deflagrado com a II Guerra Mundial. Contudo, a pretensão da Liga de escopo universal possibilitou para que muitos autores a considerassem como a precursora das Nações Unidas, pois ofertou uma estrutura que se preocupava com questões dos direitos humanos, entre outros assuntos, dentre seus feitos destaca-se que foi da Liga que surgiu a OIT. Cabe citar que embora seja precursora da ONU não se pode considerar a Liga como organização mundial, pois ao levar em conta que no contexto de sua existência, metade do globo “ainda estava numa situação de dependência colonial, não possuindo representatividade” além disso se constituiu como organização extremamente conservadora, pois se assentou sob os desígnios dos vencedores da 1ª Guerra, que em termos não se diferenciou do pensamento que moldara o Concerto Europeu do século XIX gerenciado pelas 5 potências europeias, ou seja, permanecera um sistema em que as grandes potências detém o poder (KENNEDY, p. 31, 2009).

⁵³ Para efeito de ilustração cabe frisar que entre 1871 e 1914 a migração internacional alcançou o marco de 40 milhões de pessoas CERVO (2008, p. 85).

conjunto de instituições funcionais (HOBBSAWN, 1995), acabaram “desenvolvendo os movimentos e o perfil da sociedade global” (IANNI, 1995, p. 57).

Assim, os EUA se tornara o credor do resto mundo, e as organizações de *Bretton Woods* surgiram para gerenciar seus interesses econômicos perante o mundo, e ao longo de sua existência, essas instituições de acordo com Belluzzo (1995) se mostram submissas ou muito sensíveis à influência e os interesses norte-americanos.

Neste sentido, como se vê a seguir, a influência norte-americana, é vista na ONU por meio do Conselho de Segurança, que segundo (HOLLY, 1999) lida com uma estrutura que institucionaliza a relação social de dominação no mundo, sendo assim, a presença norte americana é marcada tanto na concepção dos aspectos econômicos de *Bretton Woods* como da ONU que foram assentadas sob a égide dos vencedores da II Guerra Mundial.

A presença dos países ricos na criação de estruturas de regulação do pós-II Guerra proclamava que “as nações precisavam trabalhar juntas para resolverem os problemas internacionais sejam econômicos, sociais e humanitários que tendessem minar a paz do mundo” (TOYE e TOYE, 2004, p. 2). Contudo, o gerenciamento da paz e o reordenamento dos processos econômicos apesar de imbricados, tiveram desdobramentos peculiares a partir da ONU e das instituições de *Bretton Woods*.

Os EUA movidos não só pelo fato de se manterem economicamente, precisavam criar condições e estratégias de expansão de seus capitais excedentes no mercado mundial, naquelas condições em que “o capitalismo racional tem em conta as possibilidades do mercado, isto é, oportunidades econômicas no sentido mais estrito do termo; quanto mais racional for, mais se baseia na venda para grandes massas e na possibilidade de abastecê-las” (WEBER, 1968, p. 295).

Tal premissa, entre outras medidas, aplicou-se naquilo que se convencionou a chamar de ajuda internacional dos países ricos, principalmente dos EUA, e a ajuda, por sua vez, pouco teve de altruísta, pois o objetivo era o direcionamento dos investimentos de grandes empresas para novos mercados, no caso ao mundo subdesenvolvido que precisava se “desenvolver”, esta questão será retomada no próximo capítulo.

A necessidade de expansão comercial norte-americana se deparava com o problema dos países que não tinham como comprar dos EUA, neste contexto, enquanto os EUA detinham 70% das reservas internacionais de capital e entre os anos de 1940-44, segundo Ribeiro (2007, p. 56) apresentara sua produção industrial com crescimento de “90%, a agrícola 20%, e o produto nacional bruto 60%”. Assim “o interesse norte-americano na expansão internacional dos mercados para setores importantes da agricultura e da indústria

americanos”, além de depender da possibilidade “de que os outros países possam comprá-los”, se traduz na capacidade do “poder de compra desses países para os produtos industrializados”. Em outras palavras, dependia de algum grau de crescimento destes, e seria melhor assistido “se esse crescimento for dependente de empréstimos procedentes de capital excedente e negociado em bancos, sob critérios bancários” (Ibid), o que foi impulsionado pelo Banco Mundial.

Nessa direção, Harvey enfatiza que a América agia como “banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercados ao poder das grandes corporações” (2006, p.137). Por outro lado, as contestações em torno da influência norte-americana em relação às instituições de *Bretton Woods*, de acordo com Pereira (2009) tomam forma por meio da União das Repúblicas Socialistas (URSS), que não ratificou os documentos que originaram esses bancos, pois percebia nessas instituições a influência política dos EUA.

Tendo em vista que a formação de instituições de regulação econômica se deparava com as contendas relativas às disputas ideológicas, décadas mais tarde serão alvo das reivindicações dos países em desenvolvimento (principalmente por meio dos encontros do sistema das ONU). Contudo, as preocupações com relação à liberalização do comércio impulsionaram discussões que não só emanaram diretamente da Conferência de *Bretton Woods*, mas insurgiam na ONU por meio do ECOSOC o qual se aventurou na tentativa de estabelecimento da Organização Internacional do Comércio (OIC), que deveria se tornar uma agência especializada da ONU, no entanto, não logrou êxito, devido aos interesses dos EUA.

As discussões para a criação da OIC no sentido de debater a liberalização do comércio internacional transcorreram entre 1947a 1948 e enquanto não se estabelecia, o GAAT⁵⁴ foi instituído temporariamente até sua efetivação, devido aos impasses do senado norte americano que via seus interesses comprometidos em relação aos países não industrializados, este rejeitou a Carta de Havana que tratava das bases da OIC (WILLIAMSON, 1988).

Anos mais tarde às discussões da Carta de Havana e a necessidade de inserção dos países atrasados⁵⁵ no comércio internacional, as relações empreendidas entre desenvolvidos e os subdesenvolvidos, resultaram reivindicações que se materializaram no clamor de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e da UNCTAD, assuntos retomados no 2º capítulo.

⁵⁴ Ou Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras.

⁵⁵ Países atrasados é um outro termo usado para designar os países subdesenvolvidos, ou pobres, em desenvolvimento. Ao longo do texto é também utilizado 3º Mundo. O emprego destes termos se extrai conforme o contexto abordado e as correntes teóricas que as utilizam.

Das discussões do que deveria ser a OIC se derivou o GAAT, pois o primeiro não conseguiu se fortalecer politicamente para se estabelecer como uma organização internacional, contudo, de provisório o GATT, tornou-se efetivo, e tratava-se de um acordo que estabelecia os princípios de harmonização das políticas aduaneiras dos Estados signatários, e direcionava um conjunto de normas e concessões tarifárias, com vistas a impulsionar a liberação comercial, combater práticas protecionistas, regular provisoriamente as relações comerciais internacionais (LIMA, 2005). Foi um acordo de limitação à imposição de “mais restrições ao comércio e estabelecer um esquema para negociar reduções das barreiras ao comércio em bases multilaterais”.

Desse modo, a liberalização do comércio convergia com ideia de crescimento o que supostamente levaria o desenvolvimento dos países. Assim, a celebração do provisório GATT, estabelecido em Genebra em 1948 com a assinatura de 23 países, se fundou em 3 regras basilares: (1) não aumentar as tarifas; (2) não impor restrições quantitativas (cotas); (3) assegurar a condição da nação mais favorecida a todos os membros do GATT.

De acordo com Michalet (2003) o GATT é marcado por uma série de negociações e compromissos assumidos pelos países-membros, no entanto, seu objetivo não estava assentado prioritariamente no estabelecimento do livre comércio em escala mundial, mas se pautava em “liberalizar as trocas em uma base multilateral e não apenas bilateral”. Os compromissos assumidos com o GATT visavam, em tese, estabelecer as condições para um “comércio justo” (*fair trade*), os quais se estabeleceram por várias rodadas de negociações e conferências ministeriais que perduram por mais de 40 anos.

O GATT sobrevivera a diversos NCM (Ciclos de Negociações Comerciais Multilaterais) e chegou a contar em 1988, com aproximadamente 100 países-membros (WILLIANSO, 1988). A dissolução do *Acordo* processou-se a partir da *Rodada do Uruguai* (1986-1994⁵⁶) onde se esboçou a criação de um organismo regulatório de amplas proporções, tendo em vista que o GATT funcionava apenas como Acordo e não como uma organização internacional, em lugar do GATT resultou no surgimento da OMC em 1995.

O objetivo em mostrar o GATT é situá-lo como mais um dos mecanismos que tivera participação significativa no processo de liberalização econômica; a outra intenção é lançar luz no papel dos EUA, no seu envolvimento em políticas externas (principalmente econômicas) no pós II Guerra e, dentre os vários exemplos de seu engajamento no cenário internacional se menciona a reconstrução europeia com o Plano Marshall (1946), e na

⁵⁶ A rodada do Uruguai foi a 8ª desenvolvida no âmbito do GATT.

América Latina o Ponto IV- Ação Internacional para o Desenvolvimento e Aliança para Progresso e o Corpo de Paz⁵⁷ (ambos da década de 1960/governo Kennedy) que compuseram a política externa de ajuda norte-americana, cabe também citar a participação norte-americana em diversos golpes de Estado⁵⁸.

Fora da órbita norte americana, e dentro do contexto da Guerra Fria, o Tratado de Roma (1957), assinado na Europa, cria a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Segundo Schittini (2011) as implicações da “liberalização comercial intra-zona seria o equivalente ao protecionismo extra-zona, o que poderia significar uma divisão no bloco capitalista”. Essa medida se arrolava em meio à dinâmica geopolítica permeada entre as forças antagônicas ideológicas das influências norte-americana (capitalista) e soviética (socialista), conhecida como corrida armamentista que dividiu os Estados em economias, ideologias ou zonas de influência, iniciada em meados da década de 1940 e perdurou até o final da década de 1980 (HOBSBAWN, 1995).

A Guerra Fria deflagrada a partir do discurso do presidente norte-americano Winston Churchill em 1946, demarcou não somente a situação política dos países atrelados às duas ideologias emergentes, mas no ínterim do processo de descolonização deu margem ao surgimento de outro grupo, embora não tão pujante quanto à polarização capitalismo-socialismo, o terreno propiciado pelas novas nações iria constituir o alvo de disputa da influência dos dois polos dominantes, assim na interface entre as ideologias predominantes, a especificidade da condição periférica fez vir à tona nas décadas seguintes, o Movimento dos países não alinhados (MNA).

Neste contexto, a industrialização “crescia a taxas explosivas” e refletia os efeitos do modelo fordista-keynesiano, resultado de um conjunto de configurações político-econômicas, de controle do trabalho, tecnologias e hábitos de consumo (HOBSBAWN 1995), e também justifica a importância da criação de uma organização internacional que viesse a tratar especificamente do problema da industrialização, problema visto no 3º Capítulo.

⁵⁷ É uma agência federal norte-americana criada no governo J. F. Kennedy (1961) sua missão é ajudar os PEDs mandando voluntários a esses países, onde trabalham em projetos destinados a atender às “necessidade do país anfitrião”. O Corpo da Paz serviu em 139 países, seu maior programa – “é a educação — inclusive o ensino do inglês – seguido por programas de saúde, como imunização e educação em saúde”, com destaque à prevenção do HIV/Aids, principalmente na África. Há também programas para dar apoio ao desenvolvimento de pequenas empresas, proteger o meio ambiente, promover avanços na agricultura e orientar jovens. Fonte: <http://www.embaixadaamericana.org.br/arc-index.php?action=materia&id=6036&submenu=&itemmenu=21> e <http://www.peacecorps.gov/>.

⁵⁸ Exemplos o golpe militar de 1964 no Brasil, o golpe de 1965 na Indonésia e a deposição de Salvador Allende no Chile, na década de 1970. Estes fatos são revividos na leitura de Naomi Kleim em “A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre”.

A respeito desse processo, Harvey (2004) afirma que entre o período de 1945-1973 os efeitos da política keynesiano-fordista atingiu maturidade enquanto sistema de produção em massa na ascensão de indústrias de alta tecnologia em regiões dos EUA, Grã-Bretanha, Tóquio- Iocohama, Rur-Reno, regiões, que segundo Arrighi (1999) compuseram a tríade do capitalismo (EUA, Europa e Japão), ou seja, do mundo desenvolvido.

Essa dinâmica expõe a nova divisão do trabalho e da produção do qual partiu da reformulação ou complementação do modelo fordista, a busca de eficiência e da valorização do capital é voltada à busca de locais onde a força de trabalho fosse barata, leis brandas, dentre outros. Doravante, as exigências de flexibilização apontam a um novo padrão de acumulação do capital – a acumulação flexível, em substituição ao modelo fordista keynesiano.

Valle (2000) mostra que esta é a mesma lógica que vai fomentar a criação das zonas francas⁵⁹ espalhadas pelo mundo, ou seja, modernizará regiões que se assentavam em produção econômica do setor primário, em muitos casos de agricultura de subsistência ou com foco no mercado local. Neste âmbito a autora mostra as transformações ocorridas a partir da Zona Franca de Manaus em relação não somente a economia da região amazônica, mas aponta algumas transformações sociais que alteraram o paradigma econômico tradicional-mercantil-extrativista, proveniente da coleta de recursos da floresta, transformado-o para o modelo baseado na zona de livre comércio de importação e exportação (SERÁFICO, 2005).

Em meio a essas transformações o que se desprende da expansão e do crescimento industrial de meados do século XX em diante, são as demandas que atestam que tanto as instituições de Bretton Woods, GATT, depois UNCTAD, PNUD e ONUDI e outras agências da ONU, embora com suas especificidades surgiram para serem encarregadas de proverem o desenvolvimento no mundo.

Anos após a instituição dos acordos de *Bretton Woods*, verificou-se que suas instituições não lograram exatamente os propósitos pretendidos, contudo há de se considerar o que Michalet (2003) atentou a respeito do conjunto de normas e regras que compuseram a regulação intergovernamental, pois estas além de delinearem a arquitetura econômica mundial representaram a construção de um aparato econômico institucional de caráter multilateral.

Deste modo, o FMI seria o principal agente de um sistema de pagamento internacional estável em torno do dólar americano, ou seja, o regente do câmbio internacional. De acordo com Eichengreen (2007, p. 131) o fundo foi “criado para monitorar as políticas econômicas

⁵⁹ Há diversos tipos de zonas francas e de acordo com o relatório da OIT, escrito por Boyenge (2007), identifica-se uma vasta nomenclatura com mais de 30 tipos de zonas francas.

nacionais e oferecer financiamento para equilibrar as balanças de pagamento de países em situações de risco”, enquanto que o Banco Mundial/BIRD seria responsável pelo financiamento de projetos de investimento nos seus países membros, primordialmente com foco na reconstrução europeia, no entanto, mais tarde abarcou a maior parte dos programas de desenvolvimento dos países pobres, que resultou nas políticas modernizadoras de muitos países.

De acordo com o histórico disponível no *website* do BM⁶⁰, afirma que “sua missão foi evoluindo”, e sua importância se dá a partir do BIRD “como facilitador da reconstrução pós-guerra e de desenvolvimento para o mandato atual de redução da pobreza mundial”. Seu primeiro empréstimo foi direcionado à reconstrução da França em 1947 no pós II Guerra (BM, 2011). Segundo Pereira (2009, p. 71-72) este empréstimo foi durante os primeiros 50 anos do Banco, o maior, no valor de US\$ 500 milhões, contudo naquele ano foi liberado apenas a metade desse valor e dentre as condições para a liberação, a França teria que expulsar os comunistas de seu país, “equilibrar seu orçamento e aumentar os impostos”.

O empréstimo para a França seguia uma instrução do Departamento de Estado norte-americano, o que mais uma vez atesta a influência do país na direção do Banco. Além dos iniciais US\$ 250 milhões da França, nesse período foram direcionados para a reconstrução dos países europeus US\$ 207 milhões (Holanda), US\$ 40 milhões (Dinamarca) e US\$ 12 milhões (Luxemburgo) (p.71). Em 1948 começam os primeiros empréstimos aos “países menos desenvolvidos”, Chile (1948), com US\$ 16 milhões, com rígidas exigências para a compra de equipamento hidroelétrico, máquinas e equipamentos agrícolas⁶¹, México e Brasil (1949) (Ibid).

Como se vê, a princípio os empréstimos do BM/BIRD se concentraram até o final da década de 1950 aos países mais industrializados (RIBEIRO, 2007, p. 53) e tal como a ONU e o FMI, a demanda do Grupo do Banco Mundial - GBM veio a ser aumentada mediante ao processo de descolonização em curso nas décadas de 1950-60-70, e priorizou atenção aos países pobres, onde o problema do desenvolvimento se assentava no discurso da contenção da ideologia socialista (MARANHÃO, 2009).

Constata-se no *website* do Banco que suas categorias de empréstimos estão agrupadas em duas: 1. de investimento 2. ajustamento.

⁶⁰ www.worldbank.org

⁶¹ A compra desses equipamentos era proveniente de empresas norte-americanas.

A primeira corresponde aos “instrumentos tradicionais”: a) com foco aos empréstimos de infraestrutura social e econômica, b) de assistência técnica ou institucional⁶²; c) de intermediação financeira voltada aos bancos e outras instituições financeiras, em geral vinculadas a programas de ajustamento; d) empréstimos de ajuda e reconstrução em casos emergenciais, que podem decorrer de catástrofes naturais ou conflitos (PEREIRA, 2009, p.13).

A segunda categoria, de ajustamento estrutural corresponde aos empréstimos para os países altamente endividados⁶³, são os “países acossadas por problemas na balança de pagamentos, condicionadas à implementação de um conjunto de medidas de caráter macroeconômico e estrutural”. Em geral, tais empréstimos estão em sintonia com os programas do FMI e se complementam nos empréstimos de “ajustamento setorial que fragmenta a política de reestruturação econômica setor a setor. Ambas as modalidades se caracterizam por grande volume de recursos, desembolso rápido” (PEREIRA, 2009, p. 13).

O Banco Mundial/BIRD na ocasião de sua fundação em 1944 contou com a participação de 42 países-membros, no ano de 2011 totalizou-se em 187 países. Sua estrutura é composta por duas instituições de desenvolvimento⁶⁴:

1. BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento concede empréstimos a governos de renda média e credibilidade a países de baixa renda.

2. IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento “fornece empréstimos sem juros chamados créditos-e subsídios para os governos dos países mais pobres”.

E cinco agências complementares:

1. IFC (FIAS) – Corporação Financeira Internacional, foi criada em 1956 com o objetivo de financiar diretamente “sem o aval governamental – a expansão do setor privado, estrangeiro, nacional e internacional, em países pobres e de renda média” (Ibid, 2009, p.29);

2. ICSID – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos: de acordo com seu *website* “fornece instalações internacionais de conciliação e arbitragem de disputas sobre investimentos” (www.worldbank.org);

3. MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos “fornece garantias contra perdas causadas por riscos não comerciais para os investidores nos países em desenvolvimento” (Ibid);

⁶² O BM coordena por meio de investimentos a assistência técnica que pode ser realizada por meio da “importação de conhecimento e tecnologia, e a realização de estudos e consultorias e programas de formação e treinamento de quadros técnicos e profissionais” (PEREIRA, 2009, p. 13).

⁶³ Em inglês - / Heavily Indebted Poor Countries (HIPC).

⁶⁴ A expressão “Banco Mundial” designa apenas o BIRD e a AID (PEREIRA, 2009, p. 7).

4. IBM- Instituto do Banco Mundial – criado inicialmente para “formar quadros políticos e técnicos para atuar na elaboração e/ou execução tanto da política econômica doméstica como de projetos e programas direcionados ao desenvolvimento capitalista em países da periferia” (PEREIRA, 2009, p.32). Suas atribuições de formação técnica foram ampliando-se ao longo dos anos se constituindo em um importante *think-tank*.

5. Painel de Inspeção é o um foro independente que visa “investigar denúncias de pessoas ou organizações afetadas ou que podem ser afetadas negativamente por projetos financiados pelo Banco Mundial” (Ibid, p. 33).

Estes formam o GBM – o Grupo do Banco Mundial e de acordo com informações disponíveis no *website* do Banco informa que este possui mais de 10.000 (dez mil) funcionários espalhados em mais de 100 escritórios pelo mundo.

Os parágrafos dedicados ao BM e a seguir ao FMI, versam, embora de modo sucinto, sobre o que são e sobre as condições de sua emergência, e tiveram como marco mundial de cooperação a coordenação do Sistema Monetário Internacional (SMI) e financeiro, que visou restabelecer e regular o equilíbrio e o crescimento econômico mundial.

No que tange ao FMI este surgiu basicamente com 2 funções: 1. de nortear a manutenção da estabilidade das taxas de câmbio e do financiamento dos débitos temporários em conta corrente; 2. dar auxílio aos países com problemas em suas balanças de pagamento (BP), por meio de empréstimos. A criação do FMI fez com que seus países membros concordassem em manter os seguintes ajustes:

1. declarar paridades oficiais em relação ao dólar, por sua vez novamente atrelado ao padrão-ouro, variando as taxas de câmbio somente em 1% do valor do dólar; 2. Contribuir para gerar um fundo do qual os países-membros pudessem retirar recursos a fim de defender suas taxas cambiais (ROTHERBERG, 2005, p.23).

No que toca aos problemas das Balanças de Pagamentos (BP), decorrem quando a entrada de divisas estrangeiras num país (por meio dos ganhos com exportações e da entrada de capitais) não são suficientes para cobrirem seus gastos (sejam com importações ou da saída de capitais). Assim, o FMI veio a socorrer diversos países deficitários em suas BPs, contudo, a maioria dos empréstimos que em tese viria corrigir as difusões das BPs de muitos países, acabaram por agravar a situação destes, fato observável com nitidez com as políticas neoliberais em voga a partir dos anos 1980 (TAVARES, 1996).

Além de socorrer os países com dificuldades com as balanças de pagamentos, o FMI cobre assistência técnica e financeira, que nas últimas décadas se encarregou pela

coordenação e monitoramento de programas de ajustes estruturais de vários países, portanto, os empréstimos concedidos por este fundo aos países membros ocorrem mediante a sujeição desses às condições prescritas pelo fundo.

Diferentemente do Banco Mundial o FMI não faz empréstimos para projetos de desenvolvimento, seus empréstimos segundo (www.imf.org) são para a recomposição das reservas dos países membros e permite “fazer grandes pagamentos por importações e outros propósitos externos” que não seriam possíveis sem a ajuda do Fundo.

Embora, o FMI tenha sido instituído na Conferência de *Bretton Woods*, sua oficialização se dá a partir de 27 de dezembro de 1945, com a assinatura do Ato Constitutivo por 29 países-fundadores, suas primeiras operações financeiras datam a partir de 01/03/1947, o primeiro país tomador de empréstimo foi a França (www.ifm.org) e paralelamente, em maio de 1947 esse país foi o primeiro país tomador de empréstimo do BIRD no valor de US\$ 250 milhões (PEREIRA, 2009).

Ao longo dos anos o número de países-membros se expandiu, nas décadas de 1950 e 1960 sua expansão resultou do processo de descolonização com a entrada das ex-colônias. Esse período demarca a primeira fase da atuação do FMI que perdurou até o início da década de 1970, e a partir desse momento, com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro (promulgada pelos EUA no governo de Nixon), cada país tornava-se responsável pela paridade de sua moeda, adotava-se o sistema de câmbio flutuante extinguindo-se as taxas fixas, junto com todo sistema econômico mundial, o sistema de regulação de *Bretton Woods* entrava em crise.

Dentre outras mudanças, se estabelecia as bases da desregulamentação dos mercados e a crescente mobilidade de capital era cada vez mais recorrente. Neste escopo a configuração internacional cedia lugar à outra com base multinacional (MICHALET, 2003), e os acordos mediatizados entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais- EMNs passaram a configurar o que Harvey (2006,) denominou como “regime de acumulação flexível, e se prescreveram à reorganização dos processos de produção”.

Este período é identificado nos termos de Michalet (2003) pela transição da configuração internacional para a configuração multinacional que intensificou o processo de desterritorialização das relações de produção, caracterizado na passagem de uma economia internacional para moldes transnacionais (HOBSBAWN, 1995). É nesse cenário que os “espaços tradicionais como *locus* da atividade econômica”, cedem espaço para relações mais complexas (VALLE, 2007, p. 31) e de amplas proporções.

Entretanto, Seráfico (2009, p. 34) observa que, na configuração internacional do capitalismo, o Estado-Nação ainda “atuava como controlador dos fluxos de bens e serviços” e ao mesmo tempo, segundo Michalet (2003), atuava como ator da política comercial. Nesse período, ainda não era manifestada a “necessidade da desterritorialização da produção” (SERÁFICO, 2009, p. 34), processo pelo qual irá se intensificar na configuração multinacional do capitalismo e vai abrir brechas para a configuração precedente: a global.

A emergência dessas relações entre vários agentes para a promoção da expansão capitalista corporificada na configuração multinacional do capitalismo é marcada pela regulação de um regime misto entre o Estado e as empresas (MICHALET, 2003). Os acordos firmados entre esses dois agentes imprimiram a redefinição do papel das soberanias nacionais.

Ianni (2004) sugere que a regulação mista, teve nas organizações multilaterais como um dos agentes de condução das mudanças que ocorreram no período. O autor especifica que as organizações multilaterais do capitalismo podem ser vistas como “as principais porta-vozes das classes dominantes mundiais” (IANNI, 2004, p. 26).

Neste sentido, Sklair (1995) com a análise da sociedade global, apresenta sistematicamente os meios que possibilitaram esse quadro, denominando por “práticas transnacionais econômicas, políticas e ideológico-culturais”. Esses três níveis das – Práticas Transnacionais (PTNs), estão representadas por “estruturas coesas de práticas, organizadas e padronizadas” por meio da Classe Capitalista Transnacional (CCT).

A compreensão das PTNs evidencia a formação da *sociedade civil mundial e das estruturas mundiais de poder* (IANNI, 2004). Para Sklair (1995), os conceitos de CCT e PTNs são utilizados para explicar como se estruturam o processo de transnacionalização. O conceito das PTNs refere-se aos efeitos causados por determinados agentes inseridos em contextos institucionais específicos, e não se caracteriza por uma instituição principal, todavia a Corporação Transnacional - CTN é o *locus* das práticas econômicas transnacionais e o agente primário e o foco institucional das PTNs (p. 70).

Sklair (1989) ao compreender a CTN como uma instituição-chave do sistema global, identifica os agentes responsáveis pelas práticas transnacionais, podem ser definidos pela CCT e utiliza esse conceito para identificar os integrantes da classe global (SASSEN, 2010) e os principais agentes são:

- Os proprietários e os principais acionistas das empresas transnacionais;
- Os altos funcionários do Estado (burocratas e líderes políticos) e se incluem aqueles que compõem redes transnacionais de funcionários governamentais (SASSEN, 2010; SLAUGHTER, 2004);

- Funcionários globalizados, a exemplo os executivos das Corporações Transnacionais ou, como denominou Sassen (2010, p. 147), a “nova classe profissional transnacional”;

- Os responsáveis pelas “instituições da ideologia-cultura do consumismo”, que, ao serem veiculadas através da mídia transnacional, produzem os valores e as atitudes inspiradas na maioria das vezes na aparente necessidade por produtos (SKLAIR, 1995).

Ao inserir as OIGs do capitalismo como constituintes da CCT, Sklair (1995, p. 70) destaca seus agentes como produtores do ambiente propício para a liberalização dos mercados, portanto, são responsáveis pela condução do “ambiente político dentro do qual os produtos de um país podem ser comercializados com sucesso em outro”. Neste sentido, identificou o BM e o FMI como importantes agentes de condução das PTNs em prol dos interesses da CCT.

Assim, as OIGs criadas na Conferência de *Bretton Woods*, além de representarem a construção de um aparato econômico institucional de caráter multilateral, provocada por novas formas de regulação, desempenharam e continuam a desempenhar um importante papel no processo de acumulação e expansão capitalista, ou seja da arquitetura da economia mundial.

Organizações como o BM e a ONU ao deterem influência política, econômica, social e cultural (IANNI, 2008; PEREIRA, 2009), apresentam-se por especificidades, no caso da ONU em termos de influência econômica é branda, se comparada as instituições de *Bretton Woods*, contudo, reitera-se que o poder emanados dessas organizações provêm da influência dos países desenvolvidos nestes organismos.

Em paralelo à atuação dessas organizações observa-se que os principais centros de comando e decisão dispersam-se em distintas instituições, organizações, agências, empresas, corporações e conglomerados. Para Ianni (2008, p. 130), denominam-se “internacionais, multilaterais, multinacionais, transnacionais, mundiais ou globais”. A dispersão no cenário mundial dos centros de decisão se sinaliza por uma reorganização do sistema mundial provocada por novas formas de regulação.

Quando Sassen (2010, p. 32) as observa inseridas na pauta das “agendas estatais desnacionalizadas”, articuladas a ditames globais, configuradas por uma “nova geografia de poder” as identifica na desestabilização da hierarquia escalar centrada no Estado nacional. Como instituições, estes têm sido responsáveis “para implementação do sistema econômico global” (p. 30), ou seja, o Estado também participa e estabelece as novas estruturas que promovem a globalização. Essas mudanças mostram quanto o Estado diluiu suas capacidades regulatórias, e resultou na forma como interferem suas ações dentro de suas fronteiras, e

divide assim, suas decisões em um espaço demarcado por diversos agentes sejam governamentais, nacionais e internacionais. Sassen (2010) identifica esse cenário como um reposicionamento do Estado dentro de um campo mais amplo de poder e pode ocorrer por diversas maneiras.

Uma das inquietações cruciais feitas por Sassen se situa a respeito de como “os Estados lidam com esse envolvimento com o global” (2010, p. 32). Esses envolvimento acarretaram aos Estados nacionais cada vez mais sua sujeição às leis e normas constituídas por OIGs reguladoras, como também às diretrizes de blocos econômicos regionais⁶⁵, das empresas, e são decorrentes da interdependência cada vez mais intensa dos processos que saíram da delimitação de fronteiras geográficas para esferas supranacionais.

Cabe ressaltar que, no caso das OIGs, como a ONU, Banco Mundial e FMI, foram os Estados, os responsáveis pela sua criação e legitimação. Foram instituídas sob o consentimento dos Estados e isso suscita outro problema referente à hierarquia pautada naqueles que compõem o núcleo do sistema capitalista internacional, em termos de poder e riqueza, tal como configurado no pós-guerra (PEREIRA, 2009).

Tal cenário pode ser visto em relação ao poder de voto que países ricos como EUA têm no FMI ou no Conselho de Segurança da ONU. Tal problema alude à disposição de recursos para o funcionamento das OIGs, de responsabilidade de todos os países membros, porém, tal situação põe em relevo a atuação dos EUA que historicamente tem sido o maior contribuinte de organizações como a ONU, BM e o FMI, e de várias agências da ONU o que também explica a interferência do país na gestão dessas organizações.

Para ilustrar a situação se utiliza as análises de Pereira (2009), que no âmbito do Banco Mundial, destaca duas situações: 1. Que não é coincidência que a sede do Banco se localize em Washington (EUA), 2. Que ao longo dos anos a maioria dos presidentes do BM foram norte-americanos, com exceção de James Wolfenhson, australiano, naturalizado norte-americano, o qual esteve à frente do Banco de 1995-2005 (PEREIRA, 2009).

Todavia, a influência dos EUA tem sua maior expressividade em relação ao poder de voto no BM, e isto é proporcional à cota de ações que cada país possui. Essa estrutura, enquanto poder e riqueza no sistema de voto do Banco favorece os EUA, sendo um dos principais acionistas; semelhante situação é vista no FMI onde os votos correspondem a cota de contribuição dos países ao Fundo, sendo também o EUA o maior acionista⁶⁶ (Ibid).

⁶⁵ Exemplo as normas que aderiram os países europeus ao se constituírem a Zona do Euro.

⁶⁶ O nexa entre o BM e o FMI é de tal ordem que, desde início, a pré-condição de um país se tornar membro do BIRD é vincular-se ao FMI (PEREIRA, 2009, p. 7).

Para contornar a situação em que “os quatro primeiros acionistas do Banco Mundial são os países mais ricos do mundo” (Ibid, p.43), muitos países formam o que Sassen (2010) e Slaughter (2004) denominam de “redes trans-governamentais de autoridades”, sendo válida dentro das OIGs, tais formações objetivam alcançar “influência pela agregação de interesses” (FONSECA Jr, 2008).

Pereira (2009) evidencia estas redes no litígio dos votos do Banco, quando os Estados-membros, na maioria das vezes precisam se articular em grupos para conseguirem maior peso, e levam em conta, segundo o autor, o poder dos cinco maiores acionistas, estes na ocasião de sua pesquisa detinham em junho de 2007, 37,33% de votos na composição da Diretoria executiva do Banco, sendo que os EUA detinham 16,38 %, Japão 7,86%, Alemanha 4,49%, Reino Unido 4,3% e a França 4,3%.

Os maiores acionistas do BM ao comporem a instância de decisão do Banco, têm a prerrogativa estabelecida na Cláusula V do Estatuto do Banco o que revela a hierarquização quanto à riqueza dos países firmada no referido documento. Assim, desde sua fundação em *Bretton Wodds*, segundo Pereira (2009, p.8) “o fundamental de sua estrutura e de suas funções segue inalterado, tal como estabelece o acordo de fundação do Banco”.

A instância de decisões do BM está basicamente estruturada em duas: (1) a Instância máxima dos governadores, (2) Diretoria executiva. A primeira se faz perante o Conselho dos Governadores, em que cada país é representado por um governador e um suplente e podem ser normalmente o ministro da Fazenda ou o presidente do Banco Central do país que está representando. A Diretoria executiva é composta por 24 membros, dos quais cinco destes são nomeados pelos cinco maiores acionistas: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. A respeito do poder de voto de cada país Pereira (2009, p. 38) esclarece o seguinte:

[...] está condicionado pela sua subscrição de capital, definida formalmente em função do tamanho da economia doméstica e da renda *per capita* e, informalmente, da força política dos Estados no sistema internacional. Em outras palavras, a desigualdade de poder político e riqueza que caracteriza o sistema internacional se reflete no Banco Mundial, modelando a estrutura da tomada de decisão.

Sobre a participação dos países-membros no Banco Mundial/BIRD, o relatório do BACEN (1999, p. 185) assinala o seguinte: “Estes, por sua vez, adquirem quotas do BIRD que refletem as suas participações no FMI, o que, de certa forma, representa também a participação de cada país na economia mundial”.

Como se vê ao longo do texto, a partir da segunda metade do século XX a representação dos agentes decisivos da economia global é representada pelos governos, principalmente os dos países mais ricos, que têm uma atuação significativa no FMI, o Banco Mundial e décadas mais tarde na OMC, e nos diversos Gs (G-7, G-20...).

Feita as considerações, cabe ressaltar que os parágrafos anteriores tiveram como objetivo mostrar que embora a regulação econômica empreendida por OIGs tenha a forte influência dos países ricos, os países de menor peso também arquitetam estratégias, tal como visto na composição de redes na tentativa de tentarem contornar o poder dos países dominantes.

Neste sentido, cabe colocar as observações de Castells que embora suas preocupações estejam fundamentadas no desenvolvimento global viabilizado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o autor se refere que sozinha nem as tecnologias ou administração teriam desenvolvido a economia global, sem a ajuda, em especial, dos governos dos países ricos, a exemplo do G-7 e de “suas instituições internacionais auxiliares, o FMI, o BM e a OMC”, os quais constituíram como agentes que assinalaram os alicerces da globalização mediante políticas interrelacionadas, e são elas:

a desregulamentação das atividades econômicas domésticas (que começou com os mercados financeiros; a liberalização do comércio e dos investimentos internacionais; e a privatização das empresas públicas (quase sempre vendidas a investidores estrangeiros)” (2006, p. 178).

Esse processo se iniciou nos EUA na década de 1970, na Inglaterra, início da década de 1980, espalhando-se por outros lugares da Europa e consolidou-se na maioria dos Estados nacionais, quando passaram a programar agendas de ajuste estrutural coordenadas pelas agências multilaterais do capitalismo. Neste sentido, Castells prossegue afirmando que na década de 1990 torna-se “padrão normal no sistema econômico internacional” e disso se extrai a influência das políticas neoliberais, que na constituição de suas agendas esvaneceram o discurso da NOEI (da década de 1970) e deu lugar ao quadro de liberalização dos mercados.

Castells (2006) compartilha das mesmas observações de Sassen (2010) quando afirma que os Estados nacionais, ao negociarem sua entrada com os processos globais do capitalismo, se submetem a um processo mediado por diferenciadas escalas hierárquicas, tal pensamento se assemelha ao de Dupas (2005b) que os situa sob os moldes ordenados por assimetrias na nova ordem global .

Tais relações podem ser entendidas por uma “nova geografia do poder” (SASSEN, 2010) ou como pontuou Castells (2006, p.173) por uma geometria da economia global, que

não constitui “uma economia planetária”, mas apresenta-se excludente em vários aspectos, pois:

Não abarca todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade. Embora seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estrutura reais dizem respeito só a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, em proporções que variam conforme a posição particular de um país na divisão internacional do trabalho (CASTELLS, 2006, p.173).

Para Dupas (2005b, p. 28), as instituições internacionais desempenham um papel fundamental para a globalização contemporânea, baseada na lógica econômica, constituem “uma força normativa e política decisiva”, pois utilizam mecanismos de arbitragem para resolução de controvérsias e acordos comerciais entre os Estados – tal como feito pela OMC ou das condicionalidades vistas no BM na liberação de empréstimos.

No que concerne às condicionalidades cabe uma breve explanação, para este fim se utiliza o Glossário da Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento- IPAD, e ao definir as condicionalidades, aponta como fato sempre presente na cooperação para o desenvolvimento, e com passar dos anos e das mudanças da sociedade o seu conteúdo foi dimensionado a outros elementos que marcam as características da cooperação, dividida em duas gerações: 1. A condicionalidade complexa; 2. A condicionalidade política. Sobre essa questão o *Glossário* faz as seguintes considerações:

Depois da condicionalidade simples das primeiras décadas de desenvolvimento, nos anos 80 surge a condicionalidade complexa: a primeira geração de condicionalidade aparece associada aos problemas da dívida externa e aos programas de ajustamento estrutural – é suposto os receptores realizarem reformas profundas e precisas nas políticas econômicas se quisessem receber ajuda; a segunda geração surge em finais dos anos 80, inícios dos anos 90, e está relacionada com o alargar da intervenção da esfera econômica para a esfera política – condicionalidade política – com três condições básicas – democracia, direitos humanos e boa governança. Fonte: Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/cooperacao/glossario.pdf>. Acessado 07/01/2012

Outra fonte no qual se encontra a definição de condicionalidades é o glossário encontrado no website do FMI e defini por:

Políticas econômicas que os membros pretendem seguir como uma condição para o uso de recursos do FMI. Estes são frequentemente expressados como critérios de desempenho (por exemplo, as metas monetárias e orçamentais), e de valores de referência que se destinam a garantir que o uso do crédito do

FMI, sendo este temporário e coerente com o programa de ajustamento desenhado, que visem a corrigir o desequilíbrio de um membro dos pagamentos externos (Fonte: <http://www.imf.org/external/np/exr/glossary/showTerm.asp#19>). Acessado: 07/01/2012.

A agenda a ser seguida pelos países para cumprirem as condicionalidades, focam a partir da década de 1980 em programas de ajustamento estrutural, e priorizaram resultados guiados por indicadores econômicos gerais, tais como: a redução da inflação, dos desequilíbrios orçamentais (redução dos gastos sociais), liberalização econômica e privatizações, entre outros (PEREIRA, 2009). Caso o país tomador do empréstimo não cumpra com essa série de prescrições sofrerá as penalidades devidas.

O fato de organizações do capitalismo global, a exemplo do FMI e da OMC que possuem os recursos monetários para prestarem serviços de ajuda ou auxílio aos países, segundo Ianni (2001), lhes conferem o poder com o qual podem intervir nos governos nacionais, valendo-se de aporte jurídico-político para induzirem ou sugerirem políticas monetárias e fiscais. No caso da OMC isso pode ser visto em suas recomendações sobre regras fiscais, de regulação comercial, dentre outros.

Complementar a atuação desses organismos, outros agentes e outras formas de transnacionalização compõem esse processo como, por exemplo, a formação de blocos econômicos regionais, ou do poder visto em muitas empresas multinacionais, grupos de pressão, agências de classificação de risco, entre outros.

Passado mais de meio século da criação das instituições de *Bretton Woods* e das Nações Unidas é verificado a grande influência de poder e negociação por parte de algumas OIGs, desta forma, os tópicos tratados até aqui procuraram identificar alguns dos mecanismos e agentes responsáveis pela arquitetura da economia mundial e se constitui como o ponto de partida para o 2º capítulo que propõe situar a questão do desenvolvimento nas Nações Unidas a fim de contextualizar o cenário ao qual surgiu a ONUDI. Cabe expor que a atuação da ONU enquanto agente em prol do desenvolvimento, se comparada às instituições de *Bretton Woods* não se demonstra tão enérgica, mas sua importância no cenário mundial, tanto nesta questão como em outras são emblemáticas, e merece substancial atenção como também mais pesquisas a respeito.

CAPÍTULO II

2 AS NAÇÕES UNIDAS E A PAUTA DE DESENVOLVIMENTO

A trajetória da pauta do desenvolvimento nas Nações Unidas é o assunto discorrido nos próximos tópicos, não se trata de uma discussão teórica do desenvolvimento envolvendo a identificação de consensos e divergências debatidos desde clássicos da economia política ou de outras abordagens no campo das ciências sociais, embora se esbarre com algumas destas questões, a intenção é mostrar como algumas influências teóricas refletiram na concepção de desenvolvimento das Nações Unidas, o que se pode caracterizar sob a influência de alguns de seus peritos.

Deste modo, o texto trata dos embasamentos teóricos da modernização (os que tiveram influência os primeiros anos da ONU) e tece alguns aspectos de deliberações que dizem respeito ao desenvolvimento empreendidas por meio de conferências, AG e alguns órgãos das Nações Unidas.

Põe-se em relevo que o tratamento da temática do desenvolvimento que por si é uma temática complexa, e no caso das Nações Unidas é de difícil codificação tendo em vista que o universo onusiano é composto por mais de 70 entidades e por 193 países com diferenciações econômicas, culturais, geográficas entre outras, o que se propõem é situar como a questão do desenvolvimento ocupou espaço e se expandiu em seus vários programas, agências especializadas, fundos e conferências que ao longo do tempo agregaram outras variáveis além da econômica.

2.1 Do arsenal teórico do desenvolvimento nos primeiros anos das Nações Unidas

Nos esforços de estabelecer o desenvolvimento no Mundo, o *website* da ONU/Brasil, na sessão “A ONU e o desenvolvimento” enfatiza que ao longo dos anos desempenha importante papel no sentido de “alcançar um consenso internacional sobre as ações para o desenvolvimento”, isso remete ao seu objetivo de “coordenar os esforços para criar um mundo mais seguro para esta e futuras gerações” (www.onu.org.br; UNICEF, 2012, p.05).

Desta forma, um de seus principais objetivos é o apoiar e proteger os mais vulneráveis e oprimidos (www.onu.org.br). No entanto, para Fonseca Jr (2008, p. 34) as atividades operacionais específicas para este fim, ainda não aparecem claramente definidas nas

negociações da *Carta de São Francisco*⁶⁷, mas emergiram de imposições da realidade, no sentido de aliviar as várias formas de sofrimento humano e atenuar as desigualdades.

Conforme Machado e Pamplona (2008) o propósito inicial das Nações Unidas erigiu ligado à manutenção da paz internacional, e as questões do campo econômico e social e a promoção da segurança internacional aparecem citadas na *Carta das Nações Unidas* nos capítulos IX e X. No Art.1 (3), do Capítulo IX sobre a – *Cooperação Internacional Econômica e Social* verifica-se que o estabelecimento das “relações pacíficas e amistosas entre as nações”, por meio das Nações Unidas favorecerão

níveis mais altos de vida, trabalho efetivo, condições de progresso e desenvolvimento econômico e social e também deve oferecer a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional” (Cap. IX. Art. 55, Carta da ONU, 2001, p. 33).

O Capítulo X referente ao *Conselho Econômico e Social ECOSOC*⁶⁸, a questão do desenvolvimento se desenha a partir de funções que se estabelecem no sentido de prover recomendações, e determina o seguinte:

Artigo 62: 1. O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas. 2. Poderá, igualmente, fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos. 3. Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência. 4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência.

A preparação de estudos, como se pode observar por meio do Art. 62 da Carta, prescreve à identificação dos problemas e dos meios a serem encontrados para sua superação e orientam ao contínuo debate a ser realizado por meio de conferências e outros mecanismos. A possibilidade dos Estados de discutirem e participarem não somente nas AGs, mas nas diversas agências especializadas, se pauta no processo de produção e de aperfeiçoamento contínuo ao tratamento do desenvolvimento. Neste sentido, se move a inquietação de como ocorrem a participação dos estados perante esse processo, e de como vem sendo discutido ao longo dos anos pelos agentes que compõem a organização.

⁶⁷ Outro nome dado a Carta de fundação das Nações Unidas.

⁶⁸ As competências do ECOSOC estão expressas no artigo 55 da Carta das Nações Unidas, no entanto, suas atribuições necessitam da aprovação da AG; ou seja, funciona como órgão auxiliar da AG.

O debate contínuo entre os vários mecanismos e agentes da ONU sobre o desenvolvimento está presente nas discussões de suas AGs, agências especializadas, conferências globais, nas instituições de *Bretton Woods*⁶⁹, outras OIGs, ONGs, entre outros. A pauta do desenvolvimento na organização segue a trajetória, a princípio quantitativa ditada pelo crescimento dos países medidos via PIB *per capita* até declarar-se numa “face mais humana” idealizando-se no limiar do século XXI na “eliminação da pobreza”, proclamada nos ODMs – Objetivos do Milênio.

A trajetória como foi tratada a questão do desenvolvimento na ONU, partiu da preocupação de que este problema se apresenta ligado à manutenção da paz entre as nações, brotou mediante a garantia de que o “bem estar econômico e social para todos” estava ligado à premissa de que a redução da violência dentro ou entre os Estados “poderiam ser reduzidas se desigualdades e privações econômicas diminuíssem” (MACHADO e PAMPLONA 2008, p. 56).

Cretella Neto (2007, p. 417) afirma que a dupla finalidade, manutenção da paz internacional e o desenvolvimento econômico revelam aspirações do contexto do pós-II Guerra, e considera a dificuldade da consecução dos mesmos, pois para alcançá-los depende de uma série de negociações e de resoluções que se estabelecem ao longo dos anos.

No campo teórico, o ponto de partida para temática do desenvolvimento na ONU teve nas teorias sobre modernização o campo de ideias que, nas primeiras décadas da organização tiveram materialidade em seus relatórios. Neste primeiro momento, pode-se constatar que a procura por melhor expressar o processo de desenvolvimento ecoou em posições teóricas associadas às seguintes palavras: progresso e modernização (e implicitamente a alusão à evolução). Outra ideia despontava na inclusão de fatores não econômicos nas teorias de desenvolvimento, tal inclusão era útil na implementação das políticas de modernização empreendidas em meados do século XX no mundo subdesenvolvido (MORAES, 2005).

Além da influência nos primeiros relatórios da ONU, as teorias de Modernização segundo autores como Sklair (1995) e Cohen e Kennedy (2004), deixaram como herdeiras as teorias da globalização, em decorrência dessa influência os tópicos seguintes procuram dar um tratamento ao arcabouço teórico que fundamentou as teorias de Modernização, esta discussão é útil para o entendimento do contexto atual em que se discute o processo de globalização, embora a temática aqui traga sua delimitação aos aspectos econômicos, não se

⁶⁹ Embora façam parte do sistema das Nações Unidas estas organizações são totalmente autônomas em relação à ONU.

aprofundando em outros pontos, reconhece-se a importância das outras discussões que estão envolvidas.

2.2 Dos primeiros relatórios sobre desenvolvimento das Nações Unidas

O capitalismo industrial como parâmetro formatou o pensamento a ser validado como universal e surgiu dos sistemas sociais econômicos e políticos da Europa Ocidental e da América do Norte, fundamentado entre os séculos XVII até o século XIX. Este contexto se caracteriza na emergência da modernidade e sua problematização pode-se dizer que suscitou nos autores clássicos da sociologia como Durkheim, uma perspectiva da ordem, Marx, revolucionária e Weber, pessimista.

A produção científica das ciências sociais a partir desses autores construiu reflexões epistemológicas e metodológicas relevantes para o entendimento dos fenômenos emergentes com a modernidade, onde as transformações econômicas, culturais e políticas lhes instigaram na busca de conceitos e de explicações que dessem conta dessas experiências que estavam moldando a formação histórica e social da sociedade industrial emergente e de suas práticas, que resultaram na complexificação das relações na sociedade.

Passados vários anos das análises do advento da modernidade feita pelos clássicos das ciências sociais, verifica-se a utilidade de suas observações feitas a partir das transformações emergentes com a sociedade capitalista, assim para a compreensão do desenvolvimento como objetivo a ser alcançado, demonstra que o parâmetro que tem a sociedade industrial como tipo ideal, para lembrar Weber, é revigorado nas teorias da modernização em meados do século XX, e coloca os países industrializados como o exemplo a ser seguido pelos demais.

A partir dessa elaboração apontava-se a alternativa assentada no “progresso material” e com esse ímpeto, “ideias, ações e políticas foram propaladas para países com pouca ou nenhuma experiência anterior com a indústria”, suas economias muitas vezes associadas às sociedades camponesas, receberiam o emblema de “atrasadas”, subdesenvolvidas, tradicionais e outras adjetivações (ESTEVA, 1992, p. 14).

Tal compreensão, nesse tópico, ao se remeter ao século XX, precisamente após a II Guerra Mundial, é possível observar que alguns termos e noções ganharam fôlego por meio dos “discursos das ciências sociais”, e assim termos como “subdesenvolvimento e terceiro-mundo”⁷⁰, de acordo com Moraes (2005, p. 8) encontraram relevo nas Teorias da

⁷⁰ A expressão Terceiro Mundo foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy em um artigo escrito na revista *L'Observateur*, em 1952. <http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>

Modernização e estão implicados basicamente em três questões: 1. Hierárquica que alude à classificação das sociedades⁷¹; 2. De universalização, 3. Dos meios de mudança.

De acordo com Santos Jr (2010) a teoria da Modernização, organiza-se por um “ramo mais ideológico e engajado da Teoria do Desenvolvimento”, o que para Cardoso (2005, p. 01), “a modernização é apresentada como suporte teórico à teoria do subdesenvolvimento, quando esta era submetida à severa crítica teórica e política”. Essas colocações mostram que o arsenal teórico constituído por essas teorias representaram um “conjunto nada homogêneo de reflexões” (MORAES, 2005, p. 09).

A influência do “paradigma weberiano da singularidade”, segundo Benaion (2006, p. 66) é retomado pelos teóricos do subdesenvolvimento, quando tentam explicar ou apontar as causas do não desenvolvimento, e apresenta o subdesenvolvimento como teoria alternativa à teoria clássica de crescimento econômico capitalista, em vigor nos fins do século XVII e início de XIX, onde predominava os ditames do *laissez-faire* (do livre comércio) e das vantagens comparativas.

Os teóricos ao explicarem o “subdesenvolvimento como um tipo de desenvolvimento capitalista”, característico das “ex-colônias”, levaram em conta o fato destas regiões se constituírem historicamente como fornecedoras dos “elementos para a acumulação do capital do centro” (Ibid). Tem-se neste quadro, o esboço da Divisão Internacional do Trabalho- DIT, característica do imperialismo o qual manteve (ou mantêm sob outros moldes) os países em uma relação hierárquica, justificada por meio das especializações, expressada pelo livre comércio, onde cada país se especializaria na produção de mercadoria em que tivesse maior “vantagem comparativa”, pressuposto da teoria ricardina⁷².

⁷¹ As influências devem em parte à teoria estrutural-funcionalista que tipificou as sociedades em atrasadas e avançadas, outra influência parte do evolucionismo em voga no século XIX, onde se destaca Darwin (1859) com *A origem das espécies*, suas influências ecoaram no legado do positivismo atribuído ao progresso. O legado deixado pelo evolucionismo contribuiu para que termos como “evolução e o desenvolvimento começassem a ser utilizados como termos intercambiáveis por cientistas”. Sendo que a metáfora biológica fora transplantada para esfera social no último trimestre do século XVIII. Por volta de 1800 começa a ser usado como verbo reflexivo (autodesenvolvimento), e começa a desaparecer da concepção animista do universo. Algumas décadas depois, segundo Esteva todas as possibilidades foram abertas para o sujeito humano, assim o indivíduo passa a ser visto como autor de seu próprio desenvolvimento. O “desenvolvimento tornou-se a categoria central da obra de Marx: revelado como um processo histórico que se desenrola com o mesmo caráter necessário das leis naturais. Tanto o conceito hegeliano da história e conceito darwinista de evolução foram entrelaçadas em desenvolvimento, reforçado com a aura científica de Marx” (ESTEVA, 1992).

⁷² O pressuposto de David Ricardo é conhecido pelo seu clássico exemplo da produção de vinho em Portugal e produção de tecido da Inglaterra. Embora Portugal pudesse produzir os dois produtos, a produção de tecido na Inglaterra apresenta um menor custo relativo de produção do que em Portugal, e no caso do vinho a Inglaterra teria um custo maior ao produzi-lo, sendo que a sugestão dada por Ricardo recomendava que Portugal se concentrasse na produção de vinho o qual poderia vendê-lo em maior quantidade e a menor preço para Inglaterra e por sua vez geraria um excedente que permitiria a compra dos tecidos ingleses. As trocas aqui, segundo a visão ricardina seriam benéficas para ambos os países (RICARDO, 1982). Cabe expor que a lei das vantagens comparativas ricardina foi criticada posteriormente pelos neoclássicos.

Contudo, as relações ditadas ao *laissez-faire*⁷³ processaram-se no intercâmbio (desigual ou de expropriação) entre o centro (desenvolvido e industrializado) e a periferia (subdesenvolvida, fornecedora de matéria-prima), ambos dependiam um do outro, porém nas trocas, os produtos industrializados continham o maior valor agregado do que os produtos primários⁷⁴, e tal relação favorecia os países industrializados.

Explicações como esta ganharam pulso nas teorias da dependência (Pós década de 1950) o qual destacou a deterioração dos termos de troca. Para explicar a condição de atraso dessas sociedades no processo do desenvolvimento do capitalismo, de acordo com Moraes (2005, p. 46), entre as várias formulações, a perspectiva faseológica, de interpretação histórica, baseada em escalonamentos, etapas ou estágios, ganhou proselitismo com as teorias de modernização. Estas premissas podem ser resgatadas a partir dos clássicos como Smith, List, e os trabalhos de juventude de Marx e Engels. Segundo Moraes, estes últimos:

Sugeriam a famosa sequência dos cinco modos de produção, que seria transformada em cama de procusto por Stalin e pelo marxismo ortodoxo. Mas, mesmo em obra de maturidade, no prefácio do *Capital* figura a ideia de “espelho” fornecido aos países atrasados por aqueles que já se haviam adiantado no processo de desenvolvimento capitalista. Marx, como se sabe, qualificou e moderou essa afirmação em vários momentos, seus seguidores, nem tanto (Ibid).

Ideias explanadas por escalas evolutivas foram elucidadas nos 5 estágios Rostowianos os quais mostram: 1. A sociedade tradicional, de predomínio das atividades agrícolas e subsistência com níveis muito limitados de produção. 2. As pré-condições, que consistem nas transformações que afetaram, e alteraram profundamente a estrutura social e o sistema político, assim como as técnicas de produção. Nas sociedades da etapa anterior, as técnicas de

⁷³ A palavra faz alusão ao livre mercado, mas se remete da máxima “LAISSEZ-FAIRE, LAISSEZ-PASSER” (Deixar Fazer, Deixar Passar). Palavras de ordem do liberalismo econômico, e proclama a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. O lema foi cunhado pelos fisiocratas franceses no século XVIII, mas a política do *laissez-faire* foi praticada e defendida de modo radical pela Inglaterra, que estava na vanguarda da produção industrial e necessitava de mercados para seus produtos. Essa política opunha-se radicalmente às práticas corporativistas e mercantilistas, que impediam a produção em larga escala e resguardavam os domínios coloniais. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia. Fonte: (SANDRONI, 1999, p. 329). A premissa ancorou na doutrina do liberalismo econômico, fundamentado na liberdade pessoal, na propriedade privada, na iniciativa privada industrial e no controle da livre empresa.

⁷⁴ São bens produzidos em atividades agropecuárias ou resultantes de extração mineral e vegetal. São produtos originários, portanto, do setor primário da produção. A produção de produtos primários é em geral predominante na economia e especialmente nas exportações dos países subdesenvolvidos. Na maioria das vezes, destinam-se ao mercado externo e seus preços costumam sofrer grandes oscilações, ao contrário dos produtos manufaturados, característicos dos países desenvolvidos (SANDRONI, 1999, p. 498). Incluem-se no setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) por exemplo, produtos de grande importância no comércio internacional como algodão, soja e minérios.

produção tradicionais não favoreciam o aumento da produtividade. Esta é a fase de transição para o *take-off*, quando a etapa das pré-condições

foi em grande parte, uma questão de construir capital social básico- estradas de ferro, portos e rodovias e de encontrar um arranjo econômico em que a conversão da agricultura para o comércio e a indústria fosse vantajosa, pois, no primeiro caso, havia superioridade relativa na agricultura e na produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para a exportação (ROSTOW, 1978, p.32).

3. O arranco (*take-off*), fase que corresponde ao impulso da industrialização, de alocação das pessoas do setor agrícola para os centros urbanos industrializados e da emergência de instituições políticas e sociais necessárias ao desenvolvimento. Nesta fase, Rostow defende o acesso do poder político de um grupo que se encarregue da modernização da economia, o qual deve encarar-lo “como assunto sério e do mais elevado teor político, este grupo também deve estar preparado para aceitar inovações”, pois estas servem para viabilizar os incentivos econômicos da industrialização⁷⁵ (Ibid, p. 20).

4. Maturidade, fase de investimento em modernas tecnologias e diversificação produtiva que acarreta na ampliação e diversificação dos bens e serviços produzidos nas economias nacionais; bens que, anteriormente, eram importados serão produzidos localmente. “Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui capacidade técnica e organizacional para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir” (Ibid, p.22-23).

5. Do consumo de massa, especificado como o “período de difusão maciça de produtos duráveis de consumo e serviços”. Nesta fase duas coisas podem ser vistas: 1. Elevação da renda *per capita*, 2. Mudança na estrutura da força de trabalho predominantemente urbana e responsável pelo aumento da “produção da população urbana em relação ao total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados-conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida” (Ibid, p. 23-24).

As etapas rostowianas se apresentavam como uma espécie de generalização sobre o desenvolvimento, embora o autor reconheça às limitações do método, quando diz que “nunca será demais salientar, desde logo, que as etapas de desenvolvimento são um modo arbitrário e restrito de encarar a sequência da História moderna, e que não são, em qualquer sentido absoluto, uma forma exata” (Ibid, p. 13-14). Contudo, as etapas se constituíram na forma ao

⁷⁵ Neste caso, o autor observa que em muitos países foram “os grupos comerciais e bancários que assumiram com facilidade a direção dos empreendimentos industriais. Em muitos outros países, contudo, a formação da capacidade de iniciativa apropriada foi um processo mais árduo” (ROSTOW, 1978, p.69).

qual o autor procurou dar cientificidade à explicação da chegada ao desenvolvimento em fases ou nos 5 estágios de desenvolvimento.

De acordo com Gilman (2003) o propósito de Rostow por meio das teorias da modernização “representaria a entrada do liberalismo” e sua classificação em etapas validava uma teorização geral da sociedade que levaria ao crescimento econômico calcado na produtividade, baseado em uma única direção. Outra questão se dá em torno de como pular as etapas de desenvolvimento, para tal feito o processo de industrialização seria a força motriz que engendraria ao desenvolvimento (ROSTOW, 1978).

Análises como a de Rostow tendem a homogeneizar as sociedades no sentido de levarem a um ponto específico: à industrialização, e essas elaborações emergiram para explicar as causas da riqueza e da pobreza das nações, e ao condenar os países pobres numa escala evolutiva, foram transplantados do campo teórico, a termos práticos, como na inversão de capital público e/ou privado (interno ou externo) a ser alocado em investimentos técnicos e de infraestrutura no setor produtivo e social, ou seja, dos recursos que viabilizavam a implantação de grandes empresas em diversos lugares.

Sobre Rostow é importante enfatizar o seu papel enquanto cientista social (professor de história econômica/pesquisador) e da sua influência além dos seus manuais de economia produzidos na vida acadêmica, pois dentre outras funções, desempenhou papel fundamental na consolidação da hegemonia norte-americana, enquanto formulador de políticas no governo Kennedy, na década de 1960, era ele quem escrevia os discursos de Kennedy (RIBEIRO, 2007). Com atuação política forte, como funcionário do Estado norte-americano, produziu um conhecimento útil e instrumental enquadrando-se no conjunto de engenharia social que se dispunha a solucionar os problemas do mundo com foco nas nações subdesenvolvidas (LATHAM, 2000, GILMAN, 2003; RIBEIRO, 2007).

As ideias de Rostow apontavam para a “busca do desenvolvimento econômico”⁷⁶ pelos países e, este como objetivo social é analisado por Wallerstein (1994, p.04) em um texto publicado no início da década 1990; neste, o autor chama atenção com a seguinte afirmação: “eu duvido que tenha havido um único governo em qualquer lugar nos últimos 30 anos que não tenha afirmado que estava perseguindo este objetivo, pelo menos para seu próprio país”.

Tal afirmação assinala o contexto desenhado com a geopolítica do pós II Guerra Mundial e se lançava sob variadas luzes, com o manto de legitimação social a premissa de que

⁷⁶ Cabe expor a seguinte ressalva, feita pelo autor, sobre desenvolvimento “certamente é verdade também que desde 1945 o conceito como doutrina tem sido aplicado de forma mais ampla e com maior legitimação social do que nunca. Mas é claro que a ideia básica tem raízes muito mais antigas (WALLERSTEIN, 1994, p.04).

desenvolvimento era o caminho a ser seguido é caracterizado por Wallerstein com o seguinte problema:

Somos informados de que o socialismo é o caminho para o desenvolvimento. Somos informados de que o *laissez faire* é o caminho para o desenvolvimento. Somos informados de que a ruptura com a tradição é dito como uma tradição revitalizada é o caminho para o desenvolvimento. Somos informados de que a industrialização é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que maior produtividade agrícola é o caminho para o desenvolvimento... Dizem-nos que para que o desenvolvimento seja possível só o será se fizermos a coisa certa (Ibid).

A referência aos problemas lançados pelas teorias de modernização aparece concretamente no contexto de criação das Nações Unidas e para as novas nações que surgiram em meados do século XX e outras antigas ex-colônias, neste contexto, as políticas norte-americanas, em meados da década de 1940 viabilizaram-se na implantação do Programa Ponto IV de Truman ou Doutrina Truman (1946) e décadas adiante na Aliança para o Progresso (governo Kennedy-1961) e jogavam como referencial a ser alcançado, o modelo da sociedade norte-americana.

Moraes (2005, p. 10) traduz essas circunstâncias na projeção da “imagem-destino” dos EUA, tal projeção orientou “a ajuda norte-americana” para muitos países. Segundo Gilman (2003), tal situação “é melhor compreendida como uma manifestação do liberalismo do pós-guerra americano” e representou “o mais explícito e sistemático projeto já criado pelos americanos para reformar as sociedades estrangeiras” (p.5). Assim, os EUA encontrara um campo fértil para sua atuação externa, que no II Pós Guerra, a princípio, se deparou com uma Europa destruída seguida de um mundo a ser modernizado, dos novos países (as ex-possessões europeias) e outras nações periféricas, a exemplo da América Latina.

Desse projeto, pode-se afirmar que a ajuda norte-americana voltada primeiramente à Europa/Japão, por conseguinte às ex-colônias, embora justificada ideologicamente com a política de contenção ao avanço do comunismo, seu principal interesse era o avanço das relações comerciais norte-americanas que visava evitar o colapso de seus excedentes e aumento de suas relações comerciais, ou seja, a busca por lucros.

A condição de subdesenvolvidos, que demarcou os novos países abarcou outras ex-colônias, os descolonizados do século XIX, em sua maioria países da América Latina (FONTOURA, 2007). Assim, ao compreender essas regiões, de acordo com Cardoso (2005, p. 02) o subdesenvolvimento mediante as teorias da modernização aparece:

com a astúcia de um deslocamento das questões: em lugar de discutir o desenvolvimento de um conjunto de regiões ou de nações “atrasadas”, o objeto da análise passa a ser a sociedade, toda e qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar, atribuindo à história da sociedade assim pensada as mesmas características do evolucionismo e do determinismo em que a teoria do subdesenvolvimento se calcava. Agora, porém, com alto grau de abstração e de formalismo. Todas as sociedades se distribuiriam ao longo de uma mesma escala, na qual seria possível distinguir um estado ou estágio primitivo ou tradicional” e um outro moderno, com variados ou variáveis estados intermediários, cada um dos quais identificáveis por possuírem diferencialmente atributos que a teoria da modernização define no seu nível mais alto de elaboração teórica através de um conjunto de variáveis-padrão.

A citação ao trazer as variáveis-padrão está se referindo a um dos mais proeminentes teóricos da modernização e da sociologia norte-americana: Talcott Parsons, e por meio da elaboração das variáveis-padrão permitiu a análise comparativa das sociedades. Basicamente, as variáveis-padrão consistem em pares dicotômicos: 1. Afetividade *vs* imparcialidade (expectativa de gratificação); 2. Orientação individual *vs* orientação para coletividade (por imputação - ascription); 3. Universalismo *vs* particularismo (definição dos tipos de orientação de valor); 4. adscrição *vs* realização (achievement); 5. Difusão *vs* especificidade (RAMOS, 1967, p. 73).

Em síntese, são parâmetros dicotômicos que forneceram o sinóptico a Parsons da orientação enfrentada pelos atores em suas ações; e assim e são subdivididos em dois conjuntos os quais caracterizam a sociedade não moderna (tradicional): orientação para coletividade, difusidade, afetividade, particularismo, coletividade e a sociedade moderna caracterizada pela realização (achievement), especificidade, imparcialidade, universalismo e orientação individual (self) (PARSONS, 1956).

Os parâmetros dicotômicos se assentaram nas comparações entre as sociedades, e evidenciavam o postulado histórico que envolva toda sociedade à procura do alcance ao estágio em que estão as sociedades chamadas de desenvolvidas ou modernizadas, nesse problema foi possível incluir “tipos intermediários” até se chegar ao desenvolvimento (CARDOSO, 2005, PARSONS, 1969). Dessa forma, as ideias de evolução aparecem coligadas à capacidade de adaptação e por sua vez referem-se aos processos de integração e diferenciação.

De acordo com Latham, autores como Parsons se apoiaram na corrente estrutural-funcionalista como forma de “ordenar as sociedades em uma escala histórica, linear, sequencial e de desenvolvimento” (2000, p. 34). Nota-se em Parsons, a influência da

orientação evolucionista, “quer se trate de Durkheim, Spencer, Weber, Sombart ou Marx” (ROCHER, 1976, p. 77).

No livro *Sociedades Perspectivas Evolutivas e Comparativas*⁷⁷, Parsons (1969) apresenta “o problema da evolução societária” e o aborda mediante “as sociedades intermediárias adiantadas”, sequenciada por meio da “variação e diferenciação, de formas simples a formas progressivamente mais complexas” (Ibid, p. 12-13). Com esta perspectiva o autor não descarta variabilidade de padrões humanos de ação, conduzidos pelos pares dicotômicos das variáveis-padrão, contudo, o que se apresenta é uma teoria que se traduz por uma sociologia da ordem e que estava em consonância com a ordem política norte-americana do pós guerra.

As preocupações de Parsons estão carregadas pelo pensamento conduzido no processo evolutivo e tiveram como parâmetro o quadro de democratização representado pela sociedade norte-americana, a ser refletida no contexto da Guerra Fria aos outros países (LATHAM, 2000, GILMAN, 2003). Nota-se que as elaborações de Parsons fazem parte de um contexto teórico que segundo Gilman (2003) e Sklair (1995) são explicações e prescrições que transbordavam das fronteiras da economia, o que demandou da “economia do desenvolvimento” a explicação dos fatores “não econômicos” com abrangência à questão de valores, presentes nas mais diferentes sociedades.

Com esta perspectiva se transcreve visão de David Rockefeller⁷⁸, que nos anos 1950 foi integrante do Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Internacional norte americano, segundo ele, tanto intelectuais e como os decisores políticos norte americanos:

estavam cada vez mais consciente da necessidade de desenvolver uma estratégia abrangente para a compreensão dos problemas comum a essas áreas do mundo que em breve seria recolhidos no âmbito da rubrica de "terceiro mundo" (GILMAN, 2003, p.72).

A “necessidade estratégica” para se compreender o problema do terceiro mundo (uma das metáforas para designar os países pobres), “alimentou boa parte da formação da ONU”, e ganhou expressão em vários teóricos como Myrdal, Perrox, Lewis e muitos outros que se ocuparam com a temática (IANNI, 2011, p. 77).

⁷⁷ Complementar a este volume tem-se *O Sistema das Sociedades Modernas*, os dois volumes compreendem um único livro, integrante da série *Fundamentos da Sociologia Moderna*, organizado por Alex Inkeles. O objetivo do livro deveria compreender a sociedade total como um sistema social e tentou fazê-lo mediante uma perspectiva comparativa. Cabe expor que o Alex Inkeles também fizera parte dos teóricos que propalaram as ideias de modernização (GILMAN, 2003)

⁷⁸ Banqueiro e neto de John D. Rockefeller (fundador da Standard Oil), na época uma das maiores empresas em atuação.

Para Gilman (2003) estes intelectuais formaram uma espécie de “redes sociais que deram origem a uma terminologia duradoura e um conjunto de ideias sobre o desenvolvimento”. Essas redes articulam-se na difusão de ideias, e ganham arguição, em contextos posteriores às teorias da modernização, caso exemplar é visto na expansão do ideário neoliberal.

Para exemplificar essa situação utiliza-se Maranhão (2009, p. 12) que ao citar autores como Minella (2009) e Cruz (2007) argumentam que na difusão do ideário neoliberal “não resultou da imposição das políticas das organizações multilaterais”, mas deve às “práticas de atores sociais que, articulados em redes, extrapolam as fronteiras setoriais e territoriais, e transferem tendências comuns por entre os diferentes conteúdos e reformas”.

O que se pode deprender desse tipo de análise é que há um emaranhado bem articulado que envolve vários agentes, seja da esfera burocrática estatal (Estados, agências intergovernamentais), da academia (na produção de conhecimento) que discutem, produzem e disseminam questões que podem ser materializadas em várias políticas.

Maranhão (2009, p. 18) esclarece que muitos desses indivíduos advêm de “centro de estudos”, os *think tanks* os quais se ocupam na “elaboração de ideias e estratégias”, embora estejam alocados nos institutos de pesquisa ou centros de estudos, mantém “relações de proximidade com círculos das altas finanças”, que no seu “exercício de poder simbólico” (TEXEIRA, 2009, p. 04) “transitam da academia aos meios de comunicação, sempre com objetivos muito bem-definidos” (FRANCISCO FONSECA, 2005 *apud* MARANHÃO, 2010, p. 18).

Nesta passagem a autora está se reportando à Bourdieu, e lembra que o exercício de “poder simbólico” é algo tão característico desses institutos (p.4). Outra colocação situa que o sucesso do discurso depreendido a partir dos *think tanks* e de seus especialistas “não é medido por sua receita, mas pelo total de influência na competição pelo poder político (Abelson, 2002 *apud* Teixeira). Portanto, como explica Bourdieu (1999), a noção de poder de um discurso está ligada ao seu efeito de penetração, na audiência e no seu reconhecimento, mas como dissera Teixeira “O difícil é quantificar isso com precisão”.

Deste modo, Teixeira (2009, p. 10) elenca uma série ferramentas de divulgação dessas “teorias, e propostas políticas”: publicação de livros, revistas, dissertações, monografias, ou *papers* e *newsletters*, conferências e *workshops*, páginas na Internet, no comparecimento “de audiências (*hearings*) no Congresso, ou a *talk shows* e *talk radios*; ou buscando se manter com forte presença na mídia, em especial jornal impresso e TV”.

Neste sentido, a articulação em rede ao ser associada aos *think tanks*, pode ser vista aqui nas elaborações das teorias de modernização como também na difusão do ideário neoliberal. Nestes dois casos, Teixeira (2009, p. 04) exemplifica que os *think tanks* norte-americanos representam um “importante aparato de pesquisa na difusão de conhecimento” em diversas áreas e sua influência tem uma abrangência internacional, e os considera “como uma das principais ferramentas ideológicas do governo norte-americano para a disseminação e a legitimação de seus interesses ao redor do mundo”.

Ao olhar a produção dos *think tanks*, Teixeira (2009, p. 04) alerta que se deve observar de onde provém o discurso original e “com base no interesse de quem, ou de quais grupos, fará toda a diferença no resultado da atividade” desses centros. Para Soares (2009, p. 01-02) esses centros assumem o sentido de pontes “entre conhecimento e poder” e muitas de suas ideias influem nas “decisões na esfera política” como também cuidam “da geração, processamento e a disseminação de conhecimentos, que se tornam a nova fonte de produtividade e conseqüentemente de poder nas sociedades contemporâneas”.

A ideia de redes vinculada a *think tanks*, para o objetivo do presente texto se faz premente em dois momentos diferentes (das teorias de modernização e do ideário neoliberal) e tem como elo a influência de intelectuais, na difusão de seus respectivos conteúdos, dos quais fluíram por meio de canais institucionais específicos.

No contexto das teorias de modernização, utiliza-se a obra *Mandarins of the future*⁷⁹ – *Modernization theory in Cold War América*, neste Gilman (2003) ao trazer as teorias da modernização mostra como passaram a vigorar a partir de teóricos da economia, da sociologia e ciência política do pós-guerra, e se tornaram um “conceito chave de desenvolvimento no paradigma científico social norte-americano da década 1960”. Dentre os circuitos intelectuais

⁷⁹ Que se pode traduzir em: Os Mandarins do Futuro: Teoria da Modernização na Guerra Fria Americana. Uma interessante observação a respeito do título de Gilman é citada por Ribeiro (2007) e se refere a expressão “mandarim do futuro” cunhada por Ithiel de Sola Poll, o qual considerou “as ciências sociais... como as novas humanidades do século XX. Elas têm a mesma relação à formação dos mandarins do século XX que as humanidades sempre tiveram para a formação dos mandarins no passado. No passado, quando se pretendia educar um príncipe ou político, ou funcionário público, para lidar com seu trabalho, lhe ensinavam latim, filosofia, história, literatura - a maioria dos quais tinha muito pouca óbvia relação ao que ele ia fazer. Hoje em dia, por meio das ciências sociais somos capazes de dar-lhe uma ferramenta ainda melhor para a compreensão do mundo em torno dele. O dia da filosofia, literatura, etc., ainda não acabou. Eles têm o seu valor. Mas há um grande número de coisas que aprendemos a entender melhor através da psicologia, sociologia, análise de sistemas, e ciência política. Tal conhecimento é importante para os mandarins do futuro, pois é pelo conhecimento que os homens de poder são humanizados e civilizados. Eles precisam de um caminho para perceber as conseqüências do que fazem, para que suas ações não sejam brutal, estúpida, burocrática, mas sim inteligente e humana. A única esperança para o governo humano no futuro é através do uso extensivo das ciências sociais por parte do governo. In: "The necessity for social scientists doing research for governments". In Horowitz, Irving Louis (Ed.). *The rise and fall of Project Camelot: Studies in the relationship between social science and practical politics*. Cambridge, Mass. & London: The M. I. T. Press, 1967, p. 267-268 (Projeto Camelot: *apud* RIBEIRO, 2007. p.126).

de difusão e influência destas teorias, Gilman cita o Departamento de Relações Sociais de Harvard (DRS).

Segundo o autor, o DRS moldou a teoria da modernização de 4 maneiras: a) sob a influência de Parsons; b) do fundamento de uma teoria social descritiva, da ação humana, que ajudou a justificar a criação de tecnologias de reformas sociais direcionadas aos países não ocidentais. c) Como fonte institucional para a promoção da teoria social parsoniana, que forneceu as bases para a teoria da modernização. d) serviu para acolher os intelectuais que tratariam desse arcabouço teórico seja como professores ou estudantes (Ibid, p.73).

Grande parte dos sociólogos da teoria da modernização tivera alguma ligação com o DRS ou como professores ou colaboradores (Talcott Parsons, David McClelland, Inkeles Alex, Edward Shils, e Eisenstadt) ou como os alunos (Francis Sutton, Robert Bellah, Neil Smelser, Marion Levy, e Clifford Geertz). Estes, segundo Gilman, estavam interessados em traçar uma metodologia que lhes permitissem a compreensão da situação da geopolítica norte-americana do pós-II Guerra, identificada com o Terceiro Mundo.

Para esse empreendimento cita-se também a criação da Comissão de Estudos Comparativos sobre as Novas Nações (Universidade de Chicago) que no final da década de 1950, economistas, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos, como Lloyd Fallers, David Apter, Edward Shils, e Clifford Geertz, trabalharam com o objetivo de “formular um quadro comparativo de profundidade histórica que permitiria todos os estados novos serem vistos como variantes de uma única classe e complexo de fenômenos” (GILMAN 2003, p.79).

Em uma análise realizada pela Comissão Gulbenkian, intitulada “Para Abrir as Ciências Sociais”, o grupo de estudiosos presidido por Immanuel Wallerstein, parte da seguinte constatação: que a partir de 1945 o campo das ciências sociais foi afetado principalmente por 3 fatores: 1 relacionado à dinâmica da política mundial, 2. do grande crescimento econômico e 3. da expansão quantitativa e geográfica das universidades. (WALLERSTEIN, 1996).

A partir desse período verificou-se a “criação de estudos por áreas ou regiões” (p.59) dentre os fatores que os influenciaram, destacou-se o fator político, ou seja, o papel político dos EUA no cenário mundial lhes exigia conhecimento e especialistas que tratassem das “realidades das várias regiões” principalmente neste momento em que se tornavam “politicamente tão ativas”. Além do governo norte-americano, estudos foram financiados por

instituições privadas filantrópicas como a Carnegie Corporation⁸⁰, Fundação Rockefeller⁸¹ e a Fundação Ford⁸² (GILMAN, 2003).

Latham (2000) cita estas instituições e outros estudiosos que ocuparam da análise comparativa das sociedades como Lucian Pye, Daniel Lerner, James Coleman. Deste modo, para o autor, vários estudiosos deram subsídios à emergência de um campo de preocupações denso, motivados com a questão do desenvolvimento, que após a II Guerra se tornou um desafio tanto para os governos como para os teóricos, que de uma forma ou outra, se ocupariam não só em explicar (no caso dos teóricos), mas supostamente solucionar os problemas do desenvolvimento. Deste modo, como assevera Latham, estes, se basearam em

redes de relações pessoais, fazendo uso de recursos federais, e ativamente buscando posições na arena de formulação de políticas, muitos cientistas sociais reivindicaram que sua experiência foi essencial para conter o comunismo em um mundo vulnerável aos perigos da pobreza e do declínio do império ocidental (Ibid, p. 37).

As teorias do desenvolvimento que tentam ou tentaram dar conta do problema, a partir dos anos de 1940 seguem sumariamente a seguinte pauta: centram no crescimento econômico como processo gradual de transição (tradicional/moderno ou do rural para uma sociedade industrial e urbana, ou de subdesenvolvimento/desenvolvimento⁸³), dos efeitos do desenvolvimento econômico e social, nos atores responsáveis pela sua promoção que pode ser o Estado, as elites e entre outros, e dos entraves para a aplicação do desenvolvimento (GILMAN, 2003).

É neste ensejo que cabem as observações de Cardoso (2005, p. 4) que vê a promoção dessas teorias no estabelecimento de forte teor ideológico. Deste modo, assegura que a

⁸⁰ Carnegie Corporation de Nova York é um instituto de ensino criado por Andrew Carnegie em 1911 "para promover o avanço e difusão do conhecimento" é um dos mais antigos, maiores e mais influentes fundações americanas. Fonte: <http://www.carnegie.org/>. Acessado em 30/08/2012.

⁸¹ Financiou a Comissão de Política comparada (CCP) e o Social Science Research Council (SSRC)- Conselho de Pesquisa em Ciência Social.

⁸² A Fundação Ford é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano. Criada em 1936, a Fundação Ford já contribuiu com US\$ 13,3 bilhões em doações e empréstimos para auxiliar a produção e divulgação do conhecimento, apoiando a experimentação e promovendo o aprimoramento de indivíduos e organizações. Atualmente, não possui ações da Companhia Ford e sua diversificada carteira de investimentos é administrada para ser uma fonte permanente de recursos para custear seus programas e suas atividades (<http://www.programabolsa.org.br/fford.html>). Acessado em 23/08/2013.

⁸³ Essa ideia partia da tese-chave "de que existe uma via de modernização comum a todas as nações/povos/regiões (que por isso mesmo são iguais), mas que as nações /povos/regiões se encontram em estágio diferentes dessa via (e por isso mesmo não são, exatamente, iguais)" (WALLERSTEIN 1994, p. 64).

modernização é uma ideologia, mas é preciso considerar que sua aceitação e eficácia dependem em grande medida do caráter científico pretendido pela teoria de que ela é portadora. A modernização, enquanto teoria e enquanto ideologia atualiza as velhas questões do progresso e da evolução, dando-lhes renovadas destinações políticas e ideológicas.

Permeado a esses fatores, a instrumentalização do arsenal teórico de aporte às novas nações e as políticas voltadas a elas, encontrou no termo “subdesenvolvimento” seu slogan, assim o termo passa a ser corrente nos documentos da ONU e logo se expande “nos escritos do meio acadêmico, político e jornalísticos” (SANTOS JR, 2010), os quais identificam países subdesenvolvidos nas economias que não tinham alcançado os padrões de desenvolvimento tecnológico, econômico e social das sociedades industriais dos países desenvolvidos.

Dado o problema, as políticas desenvolvimentistas de vários estados nacionais permitiram a rápida rentabilidade do capital excedente norte-americano investido nessas regiões, assim, a alocação no exterior não somente possibilitou a garantia de retorno desses investimentos, mas seguiu-se com o crescimento econômico gerado do pós-guerra nos EUA, e doravante das contrações da crise dos anos 1970 em diante.

Diante disso, o que se deve colocar em causa, segundo Sklair (1995) é o que há por trás dessas teorias ou dos interesses envolvidos que ajudaram à consecução do que empiricamente, no plano das políticas públicas levou a essas ações ligadas ao desenvolvimento e se estreitarem no incentivo à industrialização em vista da expansão dos mercados em escala mundial (FAÉ, 2009). O desenvolvimento econômico dos países pobres contou com a “ajuda das sociedades mais ricas”, seja por meio dos investimentos desses Estados, de capital privado ou das agências financiadoras intergovernamentais.

Os programas de desenvolvimento direcionados aos países subdesenvolvidos, de acordo com as observações de Tenburck (1999, p 214) obtiveram o caminho sem muitos obstáculos, sendo este aberto pelo interesse de determinados grupos. Segundo o autor, este tipo de apoio decorreu, dentre outros fatores, do contato de pequenos grupos nativos que tiveram formação nos países europeus, as elites intelectuais empolgadas com as “ideias modernas de liberdade, igualdade, de autodeterminação e de progresso” forneceram “líderes para os movimentos de libertação e a futura elite governante nas áreas independentes”, ou seja, partiam das classes elitizadas alguns daqueles que iriam ser anfitriões das políticas reformistas.

Outra ponderação é abordada por Parsons (1969, p. 165) que apesar de admitir que a instituição de certos valores transcorresse de forma “desigual” e permeada por “conflitos”, o autor atribui às elites da maioria dessas sociedades o papel chave em aceitar “aspectos dos

valores da modernidade, principalmente o desenvolvimento econômico, a educação, a independência política e de certa forma a democracia”.

Sobre a articulação de determinadas classes locais e o interesse econômico externo, Cardoso (1980) insinua em suas análises das teorias da dependência que uma das novidades recaiu no ângulo da existência de relações *estruturais* e *globais* que ao articularem centro e periferia esses estudos procuraram mostrar

que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no *interior* dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe, pois, uma articulação *estrutural* entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior estado (p.11).

De outro modo, do lado de onde se partiu as recomendações para as políticas reformistas, e no plano político internacional, uma das ações significativas de reformismo social é observado sobre o uso do termo “subdesenvolvimento” e tem como marco inaugural o discurso de posse do presidente norte-americano Harry S. Truman⁸⁴, de 20 de janeiro de 1949.

Para Esteva (1992, p. 07) esse dia ficara marcado na história por dois emblemas: 1. A abertura ao mundo à “A Era do Desenvolvimento”; 2. A criação do conceito do mundo “subdesenvolvido”. O *Four Point Speech* (Discurso dos 4 Pontos) como ficou conhecido, asseverava que os países desenvolvidos deveriam “ajudar os outros a se ajudarem” e manifestou seu apoio a ONU como uma das empreendedoras e aliada na promoção das ações de ajuda ao desenvolvimento.

Uma das questões que podem ser apontadas a partir do referido discurso, traz o rótulo da ideia do subdesenvolvimento. Com essa palavra, Truman mudou o significado do desenvolvimento. Deste modo, a palavra desenvolvimento passou a demarcar as relações entre países ricos e pobres, e como eufemismo passava a aludir discretamente ou inadvertidamente para a era da “Hegemonia norte-americana” (ESTEVA, 1992, p.07).

⁸⁴ Truman não foi o primeiro a usar a palavra. Wilfred Benson, um ex-membro do Secretariado da OIT, foi provavelmente a pessoa que inventou isso, quando se referiu às “áreas subdesenvolvidas”, no texto: *The Economic Advanement od Underdeveloped*. In *The Economic Basis of Peace*. London: National Peace Council, 1942. Tradução: Sobre a base econômica para a paz. De acordo com Esteva (1993, p. 07) naquela ocasião “a expressão não encontrara nenhum eco, nem com o público nem com os especialistas. Dois anos mais tarde Rosenstein-Rodan continuou a falar de ‘áreas economicamente atrasadas’. Arthur Lewis, também em 1944, referiu-se ao fosso entre as nações ricas e pobres. Ao longo da década, a expressão apareceu ocasionalmente em livros técnicos ou documentos das Nações Unidas. Mas só adquiriu relevância quando Truman apresentou como o emblema de sua própria política. Neste contexto, é assumiu uma virulência insuspeita colonizadora”

Para Cardoso (2005, p.01), esse eufemismo parecia isentar os países ricos de sua “dívida para com os países subdesenvolvidos”. Tais relações se empreenderam na fórmula em que os países ricos ajudariam os países pobres a tornarem-se também ricos, como se a riqueza ou crescimento econômico fosse algo dado como certo.

Em meio a esses problemas, várias nações se deparavam com a fórmula de que o desenvolvimento sinalizava-se para a condição, que se caso, soubessem utilizar com eficiência a ajuda, poderiam assim alcançá-lo. E assim, democracias, ditaduras e ex-colônias se lançavam ao desafio de sua mobilização política, de alcance do objetivo de seu próprio desenvolvimento, embora o objetivo de certa forma traçado pelos outros.

Segundo a ótica do discurso do presidente norte-americano a superação do subdesenvolvimento veio reforçada ou justificada no pressuposto de que o “desenvolvimento está ligado à questão da ajuda” (MERRIEN & MENDY, 2010, p. 52) e isso fomentou grande parte da política externa norte-americana dos anos seguintes, do qual se depreendeu à industrialização de muitos países, a introdução de novos hábitos de consumo e de produtos, a migração de multinacionais para alhures, de novas formas de trabalho, urbanização⁸⁵, dentre outros.

No que toca ao discurso do Ponto IV, Gilman (2003) destaca a ênfase na industrialização como chave do progresso, da tecnologia como a chave para o crescimento econômico e a superação das condições não econômicas para o desenvolvimento do crescimento econômico. Tais premissas traduziam a fé sem limites no poder do conhecimento científico americano e de sua boa vontade “para tornar o mundo um lugar melhor a partir de um ponto de vista social”, ou seja, a partir da visão deles (dos norte-americanos).

As questões que devem ser enfatizadas é que a ajuda empreendida ao desenvolvimento estava (ou está) na maioria das vezes em sintonia com os interesses dos doadores do que aos destinatários (MERRIEN & MENDY, 2010, p. 52). Esta ideia, Browne (2012, p. 13) ao analisar o papel da ONUDI no imperativo da governança global e ao focar sua atenção nos países doadores da ajuda ao desenvolvimento, relata que estes em seus programas bilaterais, “em grande medida, ditavam a direção e a natureza de sua ajuda e quando a ajuda” era efetivada por meio do “sistema multilateral, também não escapava dos interesses dos grandes doadores”, e tornou-se uma “tendência cada vez mais acentuada”.

⁸⁵ Trabalhos como os das Professoras Izabel Valle, Marilene Corrêa, dos professores Renan Freitas Pinto e Marcelo Seráfico (Todos da UFAM - Universidade Federal do Amazonas) retratam como essas mudanças foram introduzidas na Amazônia a partir da implantação da ZFM- Zona Franca de Manaus em 1967, onde várias empresas estrangeiras se instalaram na região em busca dos incentivos que o mecanismo ZF- Zona Franca oferece como isenções fiscais totais ou parciais, baixos salários e entre outras vantagens.

O que veio à tona foi a dependência de financiamento a partir de um número limitado de grandes doadores, ou seja, dos países ricos do Norte. Neste sentido, percebe-se a dependência da ONU e de vários de seus organismos em torno destes países.

Quando estas questões são colocadas às teorias de modernização com recorte nos fins dos anos 1960, é possível observar que a partir deste período tanto as teorias de modernização quanto a questão da ajuda começavam a ser questionadas. Neste ensejo, alternativas teóricas se prostravam a explicar que a univocidade e linearidade de destino não se aplicam necessariamente ao passado dos países industrializados (Europa Ocidental e EUA), pois a situação da América Latina (do momento em que era alvo das teorias modernizadoras), para citar apenas um exemplo, não se assemelha ao passado dos países ricos e industrializados.

Contudo, entre essas questões Latham (2000, p. 24) pondera que a teoria da modernização “não foi a única causa determinante ou totalmente por trás de qualquer das políticas”. Ao longo de sua argumentação explica que foi “produto de “uma ampla gama de questões, eventos e forças históricas” e como ideologia, refletiu uma visão de mundo por meio do qual as necessidades estratégicas da América e opções políticas foram articuladas, avaliadas e compreendidas”.

Fora do campo teórico, no ano seguinte ao referido discurso de Truman, o governo norte americano criou a Agência o Desenvolvimento Internacional, a fim de “ajudar os esforços dos povos de regiões economicamente subdesenvolvidas para desenvolver seus recursos e melhorar suas condições de trabalho e de vida” (GILMAN, 2003, p. 71). Assim, criava-se mais um órgão de seu aparelho institucional e se complementava as instituições de *Breton Woods*, o qual na década de 1960 terá opulência na *Aliança para o Progresso* e em repercussões na criação de agências na ONU.

Dadas as perspectivas teóricas explanadas com as teorias da modernização e do processo que resultou, para interesse deste capítulo, a ênfase recai sobre a produção normativa que demarcou as características do subdesenvolvimento e ganhou periodicidade nas publicações de organismos como a ONU e o Banco Mundial (SANTOS JR, 1999).

Assim, “dados estatísticos sobre índices de mortalidade, escolaridade, renda *per capita*, desemprego, taxa de natalidade, consumo, alimentação etc.” (Ibid), esboçavam os parâmetros entre os países desenvolvidos e os PDEs. Apesar das dificuldades de quantificação de dados naquela época (se comparados aos meios que se têm atualmente na obtenção ou manipulação de dados), pode-se citar alguns dos primeiros relatórios da ONU a respeito dessas mensurações como o “The World Economic Report” publicados a partir de 1948 ou do Relatório da Situação Social Mundial, publicados a partir de 1952.

De acordo com Esteva (1992) relatórios como Situação Social Mundial, continham ideias de evolução e expressões como “desenvolvimento social” e apareciam como complemento vago à noção de “desenvolvimento econômico”. Nesses relatórios termos como social e econômico eram apresentados como algo distintos, e sua junção emergirá a partir da II Década de Desenvolvimento da ONU com ênfase a partir do fim da década de 1980.

No entanto, esses primeiros relatórios constituíram contribuições no campo de mensuração, um exemplo se dá nos primeiros anos das Nações Unidas com a criação da Comissão de Estatísticas, o qual delineou uma série de conjuntos de dados que passaram a possibilitar “a avaliação comparativa de progresso e desempenho, entre países ou regiões” (UN, 2005, p. 17).

Nestes primeiros anos, cabe lembrar, que o indicador usado como referência era o PIB e de acordo com Seindenberg (2003, p. 4) um grupo de cientistas sociais vinculados à organização em 1954 propuseram como complemento ao PIB “alguns indicadores da área da saúde, educação, ocupação e habitação, para melhor definir o desenvolvimento”.

Entretanto, é a partir da década de 1970 que a UNESCO e a Unsird- United Nations Research Institute for Social Development⁸⁶ e outras OIGs manifestam a necessidade de se atrelar indicadores sociais para análise do desenvolvimento dos países e/ou regiões (Ibid). Os que defendiam essa visão ficaram conhecidos pelo Movimento SI (Social Indicator Movement), porém foram alvo de críticas pelo fato de se aproveitarem do modismo para promoção de suas pesquisas e estudos, assim como, outros questionamentos foram direcionados sobre a fidedignidade dos dados e dos critérios de medição de indicadores sociais utilizados em sociedades diferenciadas (SEIDENBERG, 2003, p. 4).

Deste modo, evidencia-se a importância da ONU na mensuração do desenvolvimento dos países, e ao longo dos anos incluiu a justaposição econômico-social, sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, empoderamento das mulheres, entre outros.

Os esforços da ONU na produção de estatísticas internacionais se atribuem à preocupação do acesso público às informações, o que segundo a organização faz parte da construção da democracia. Tal produção normativa mostra que a ONU iniciou a sistematização de dados publicados anualmente em diversos relatórios, entre estes, põe-se em relevo suas produções emblemáticas dos Índices de Desenvolvimento Humano- IDHs, do PNUD, e são utilizados por diversas organizações internacionais.

⁸⁶ Tradução: Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

Com o olhar nesse tipo de produção, o tópico seguinte trata de um relatório em específico, considerado um dos pioneiros das Nações Unidas no tratamento do desenvolvimento dos países o *Measures for the Economic Development of under-developed countries*⁸⁷, publicado em 1951, o qual traz pontos-chaves de como a necessidade da criação das “pré-condições” para o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas, se direcionavam a intervir nas condições “não econômicas” que impediam ou impedem o desenvolvimento.

O *Measures* faz parte de um contexto em que o campo de investigação de interesse expansionista internacional se propunha na capacidade de intervenção e tivera como uma das influências as teorias de modernização, que foi forjada por meio da formulação científica social, carregada por uma função política e de significado cultural (LATHAM, 2000) e dentre outros problemas que se possa suscitar, um deles se coloca sobre qual o papel das ciências sociais neste contexto, o qual foi fundamental na organização política e econômica que se inscreve.

Além da abordagem do referido relatório, o próximo tópico tenta lançar luzes de como essas questões aparecem por meio de resoluções, conferências geridas no universo onusiano, tal descrição se faz necessária para situar como diversas ações estavam sendo empreendidas nas Nações Unidas em paralelo ao momento das discussões e da criação da ONUDI e de outras organizações criadas neste contexto para gerirem esforços para o desenvolvimento das nações.

2.3 Dos antecedentes a 1ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas

Dentre os primeiros relatórios das Nações Unidas a tratar da questão do desenvolvimento destacam-se: 1. *National and International Measures for full Employment* (1949); 2. *Measures for the Economic Development of under-developed countries* (1951); 3. *Measures for International Economic Stability* (1951).

De acordo com Toye e Toye (2004) estes surgiram dosados no teor de “keynesianismo extremo”, vigente à época quando reluziam as memórias da crise da década de 1930; suas sugestões pairavam sobre as condições internacionais de implementação de políticas de pleno emprego voltadas aos países subdesenvolvidos, e objetivavam à superação do “subdesenvolvimento mediante o apoio do Estado”.

⁸⁷ Em diante na maioria das vezes será referido apenas por *Measures*.

Destes relatórios, o *Measures for the Economic Development of under-developed countries* (Medidas de Desenvolvimento Econômico dos países subdesenvolvidos) é o objeto desta seção. A escolha se deu em decorrência da influência da teoria da modernização e por ser considerado o primeiro relatório da ONU a tratar de “forma mais aplicada a questão do desenvolvimento” (MORAES, 2005, p.05), cabe expor que antes de sua publicação, as Nações Unidas havia emitido algumas resoluções e até mesmo sua Carta Constitutiva havia atinado sobre questões econômicas.

No prefácio do *Measures*, o então DG da ONU Trygve Lie⁸⁸ tece considerações a respeito dos direcionamentos com as “políticas keynesianas de gestão da demanda” contidas no 1º Relatório de 1949, pois apesar de funcionarem como o “passo fundamental para alcançar o pleno emprego nos países em desenvolvimento”, o relatório “levantou dúvidas” de sua aplicação e, por conseguinte deu lugar a uma perspectiva mais de acordo com as realidades econômicas de desenvolvimento dos países que resultou no 2º relatório, o *Measures* (UN, 1951).

O *Measures* procurou identificar a “rápida criação de novos empregos como parte principal da solução e desenvolvimento econômico, e em longo prazo como o estado crítico para alcançá-lo” (UN, 1951, p. IV). Em outras palavras, havia a preocupação de superar o desemprego e subemprego nos países subdesenvolvidos, atividades chamadas de “desemprego disfarçado” (TOYE e TOYE, 2004, p. 102-103).

Toye e Toye (2004) em *The UN and Global Political Economy*⁸⁹, ao relatarem a trajetória da ONU e das relações Norte-Sul em torno das questões de comércio, finanças na arena do desenvolvimento, nos parágrafos em que tratam do *Measures* é possível observar como essas relações são pautadas por intensas negociações entre Norte-Sul. Os autores citam a Res. 290 (XI) / ECOSOC que aprovou o *Measures*, e se materializou em razão de discussões da 10ª sessão do ECOSOC, quando países como Brasil, Chile, Índia, Paquistão e Peru ressaltaram a “necessidade de ação para superar o desemprego e subemprego em países subdesenvolvidos” e, na 11ª sessão do ECOSOC, em virtude dessa pauta, o então delegado dos EUA, Isador Lubin, propôs a convocação de peritos para elaboração de um relatório referente a questão (Ibid).

Para Lopes Alves (2008) a referida resolução representa um dos primeiros passos de recomendações de políticas de Estado por meio do ECOSOC, a proposta do estudo era

⁸⁸ Trygve Lie, norueguês foi o 1º SG da ONU- Fev/1946 – Jan/1951 e Fev/1951 – Abr/1953.

⁸⁹ Livro integrante da coletânea de 14 volumes sobre a história intelectual das Nações Unidas. Detalhes e alguns livros e artigos relacionados são encontrados no site: www.unhistory.org.

condizente aos interesses dos EUA em moldar as condições de seu expansionismo econômico, da estruturação do ambiente externo favorável para tal.

Conforme afirmam Toye e Toye (2004, p.104) o relatório, na verdade, tinha “pouco a dizer especificamente sobre desemprego e subemprego”, pois centrava sua “ênfase sobre a especificação das exigências do desenvolvimento econômico”, e os problemas referentes ao emprego, segundo o *Measures* seriam resolvidos “quando o rápido desenvolvimento econômico estivesse se estabelecendo” (UN. 1951, p.17). Outra questão sugere que o *Measures* não esclareceu “o que significava desenvolvimento econômico ou progresso econômico” o que recaiu como “uma crítica generalizada”, pois estes termos eram usados indistintamente de forma intercambiável, que foi assumido como autoevidente (TOYE e TOYE, 2004).

De acordo com Moraes (2005, p.05) o tema do desenvolvimento, neste relatório tomou a “forma mais aplicada” especificamente sob a teoria da modernização, e se tratava de extensões do objeto de estudo dos teóricos que o elaboraram, ou seja, seus peritos faziam parte do grupo pertencente à era do *nation building* e fizeram escola nos fins da década de 1940-60.

Entre os teóricos que elaboraram o *Measures* destaca-se Arthur Lewis, que foi professor de economia política da Universidade de Manchester (Inglaterra) e entre outros cargos, no ano de 1950 foi Diretor do Fundo Especial da ONU. A influência de Lewis sobre o *Measures* é destacada por Moraes (2005) devido às coincidências com sua obra *Theory of economic growth*, que na tradução brasileira ficou denominado - *A Teoria do desenvolvimento econômico*, produzido três anos após a publicação do relatório da ONU.

Tanto o *Measures* e Lewis, ambos apresentam a forte influência de Stuart Mill, importante teórico da economia, portanto, conclui Moraes, há uma série de convergências entre as ideias dos textos em questão e a teoria de Stuart Mill. Moraes (2005, p. 37) encontrou nos cap. 7 e 13, do livro I de Stuart Mill *Princípios de Economia Política* as semelhanças com o *Measures*, e afirma que “há motivos para supor que a correspondência não é casual”. Uma das semelhanças entre as obras (*Measures*, Lewis e Stuart Mill) trata da transferência das pessoas ligadas às atividades de subsistência ou tradicional, considerada de baixa produtividade marginal para setores mais dinâmicos.

Neste sentido, o livro de Lewis argumenta que o crescimento econômico consistiu da “consequência aritmética direta da transferência de capital e de força de trabalho do setor de baixa produtividade (*no caso, da agricultura*) para o setor de alta produtividade, urbano-industrial” (PEREIRA, 2009, p. 80; LEWIS, 1960).

No livro de Lewis a argumentação é sustentada na premissa de que a oferta de mão de obra disponível (era ilimitada em relação ao capital existente nessas regiões) ao possibilitar a transferência para setores mais dinâmicos (ex. indústria) absorveria o contingente populacional alocado nos setores tradicionais, e conseqüentemente eliminaria o desemprego disfarçado ou subemprego (LEWIS, 1960).

Assim, o *Measures* aborda que o principal “remédio” para o subemprego é a criação de novas oportunidades de emprego. Uma das possibilidades cita a disposição de mais terra a ser posta para cultivo, isto

irá permitir algum alívio. Mas, na maioria dos países onde o subemprego, é agudo, quase todas as terras cultiváveis já estão em cultivo. Então o esforço deve se concentrar na criação de novas indústrias fora da terra, das quais as indústrias de transformação compõem a maior e geralmente a categoria mais promissora. Assim, o problema mais urgente desses países é a industrialização (UN, 1951, p.09).

No livro de Lewis, cogita-se que a alocação de pessoas (os subempregados) para setores como o da indústria possibilitaria aos investidores ganhos ou mais investimentos produtivos, em face de que os encargos pagos a estes trabalhadores deveriam corresponder com o nível um pouco acima de sua subsistência, isso em razão que a oferta de mão de obra era abundante nessas regiões (LEWIS, 1960).

A supressão ao subemprego realizada no deslocamento das pessoas das atividades de subsistência, trabalhadores por conta própria para ocupações socialmente rentáveis, no *Measures* é apresentado como “pré-condições” para se alterar o quadro das economias e sociedades subdesenvolvidas. Em termos práticos, este tipo de expediente pode ser verificado no êxodo rural à aglomeração dos centros urbanos, nos países que se empreenderam nos processos de modernização voltados para a industrialização (HOBSBAWN, 1995; DAVIS, 2006).

Moraes (2005, p. 33) prossegue suas observações e afirma que as pré-condições, descritas no *Measures* para o desenvolvimento são “basicamente de ordem institucional, social e psicossocial” e a tarefa do desenvolvimento econômico é “gerar novos empregos” por meio da alocação de pessoas para os setores mais produtivos, e de “medidas legais e administrativas”, ou seja, não partem somente, da criação das condições institucionais, mas na manutenção destas.

O pensamento baseado nas pré-condições para se alterar o quadro de subdesenvolvimento de um país é expresso na mensagem do SG da ONU, Trygve Lie, e na

sua apresentação do relatório, explana a ideia de que partisse do próprio povo a aspiração pelo progresso, cabe às instituições dos países estimularem tal aspiração (ONU, 1991), como visto anteriormente, coube em parte, às elites locais o empreendimento desta função.

A segunda parte do relatório trata especificamente das questões que abarcam os aspectos não econômicos. Contudo, expressa que as instituições seriam responsáveis ao estímulo do desejo pelo desenvolvimento, e somente um Estado forte seria capaz de realizá-lo⁹⁰ (UN, 1951). A supressão dos fatores que inibem as aspirações ao progresso, segundo o *Measures* está relacionado ao modo de vida das pessoas dos países subdesenvolvidos, e deveriam ser feitas mudanças estruturais, em função de melhorias na organização da esfera econômica ou das capacidades e potencialidades produtivas.

Neste escopo, as mudanças a serem empreendidas, abarcavam além do ambiente institucional, e partiam de recomendações baseadas na “reforma de cunho educacional e leiga”, com a finalidade de desestimular as “práticas de indução ao ócio e à descrença na possibilidade do progresso material”, neste caso, o relatório se refere aos “apelos extraterrenos que desencorajam desejos materiais”, e como supõem as análises do *Measures*, desestimulam as iniciativas de produção e consumo (ONU, 1951; MORAES, 2005).

Em face desses problemas, Moraes (2005, p.34) faz uma sistematização dos fatores, que segundo o *Measures* inibem as aspirações para o progresso e identifica:

a) os governos instáveis, ou arbitrários, porque não garantem a propriedade e os ganhos daqueles que se empenham; b) as formas de propriedade (da terra, sobretudo) desfavoráveis à inovação, ao investimento, à eficiência e à mobilidade - o trabalho preso a terra ou a propriedade comunal, por exemplo; c) as discriminações (de raças/etnias, de oportunidades etc.) que inibem ou mesmo inviabilizam a iniciativa de potenciais empreendedores e reduzem a mobilidade social imprescindível para estimular inovação.

O *Measures* ao recomendar uma política econômica “enérgica” de imposição ao progresso, concretizada na industrialização do mundo subdesenvolvido, e do seu imperativo hipotético da melhora dos padrões de vida por meio da industrialização, viabilizou-se no que Moraes (2005, p. 36) chamou de “agenda estatal sobrecarregada”, pois como assevera o autor, trata-se de uma “agenda destrutiva e aterradora, um massacre cultural”.

As recomendações do *Measures* ao promulgarem por um “governo eficiente e honesto” (UN, 1951, p. 17) reconhece a dificuldade de qualquer país em alcançá-los,

⁹⁰ Essa questão aparecerá décadas depois com a roupagem da boa governança o que serviu também para assegurar as boas práticas ou boas políticas, aquelas que salvaguardam os ditames neoliberais.

principalmente nos países subdesenvolvidos, outra recomendação refere-se ao papel do Estado na criação de condições estruturais voltadas a uma economia de mercado moderna.

Assim, caberia ao Estado viabilizar o aporte de infraestrutura, com a construção de estradas, meios de comunicação, implantação de redes de saúde e educação, institutos de pesquisa, criação de indústrias públicas em setores pioneiros ou de lucratividade duvidosa, i.e, nos setores onde o risco era maior. Em relação a estes o Estado tomaria à frente e deveria não somente criar as condições estruturais, mas ser o responsável por determinados setores da economia, por meio das empresas estatais, cabe expor que décadas mais tarde as estatais passariam pelo processo de privatização para cumprir os ditames da cartilha neoliberal.

Apesar da ênfase no papel da industrialização calcada na ideia de que a industrialização era “sinônimo de desenvolvimento”, o papel do setor primário não foi subestimado no *Measures* que incluía uma política de reforma agrária que priorizasse a propriedade da terra como uma função social útil, isso é uma alusão direta à racionalização das atividades da economia tradicional por meio da mecanização e industrialização do setor agroindustrial, por outro lado, o relatório cita sua preocupação com a possibilidade de desemprego a ser ocorrido com a utilização da mecanização da produção em certos ramos da indústria e da agricultura (UN, 1951b).

Outra observação extraída do *Measures*, de acordo com Lopes Alves (2008) é a sua distinção entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Dos critérios usados se destaca a renda nacional *per capita*, o qual, Santos Jr (2010) em sua pesquisa sobre o Banco Mundial mostra que a renda nacional foi um dos principais instrumentos utilizados em busca de respostas quantitativas e qualitativas nos países, e este aparece tanto nos primeiros documentos do Banco Mundial quanto da ONU como indicador de desenvolvimento.

De acordo com a classificação do *Measures* como a do BM quase todos os Estados não ocidentais se enquadravam como subdesenvolvidos (MORAES, 2005). Contudo, há ressalvas, neste sentido os responsáveis pelo *Measures* em seu preâmbulo afirmam das dificuldades na interpretação do que seriam países subdesenvolvidos, mediante o problema, o termo foi usado para comparar países de renda *per capita* baixa com os países de renda *per capita* elevada como EUA, Canadá, Austrália e Europa Ocidental (UN, 1951).

Com essas considerações, percebe-se que os peritos das Nações Unidas não ignoravam totalmente as limitações à noção do parâmetro de desenvolvimento medido pelo PIB *per capita* dos países (aumento da renda *per capita*). No entanto, eram os índices de PNB- Produto nacional bruto, e o índice de crescimento de produção *per capita* e Renda *per capita* PIB Produto Interno Bruto que vigoravam nas análises entre economistas, planejadores, nos

estudos encomendados pelos governos, agências multilaterais e constituíam um ponto de vista estritamente econômico.

A partir da década de 1960, o PIB enquanto indicador de desenvolvimento sofre as primeiras críticas, e como abordado anteriormente, na década 1970 o Movimento SI (Social Indicator Movement) procurou adensar alternativas de mensuração de desenvolvimento (SEIDENBERG, 2003).

Apesar da importância do Produto Interno Bruto - PIB, Souza (1999, p. 26) identifica suas limitações, pois “como média, camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa renda. Por ser um referencial quantitativo das riquezas das nações não mede o sentido mais amplo que envolve o desenvolvimento de uma nação”. Portanto, economias com renda muito concentrada, como a dos países exportadores de petróleo do Oriente Médio, possuem altas rendas *per capita*, mas apresentam graves problemas sociais, além disso, não mensura o trabalho informal nem os danos causados pelo desenvolvimento econômico na natureza⁹¹.

Para não se alongar na discussão, embora emblemática, o intuito é sinalizar a importância e as fragilidades do indicador na mensuração do desenvolvimento, que ao longo dos anos sofreu diversas críticas como também alternativas, assim, outros indicadores vieram à tona. Portanto, com todas as ressalvas que se possa ter em torno do PIB cabe transcrever as seguintes considerações feitas por Seidenberg (2003)

Entre todos os indicadores disponíveis que medem e quantificam o desenvolvimento, o PIB ainda detém o papel de indicador chave. Mas isto não se deve ao fato de haver consenso sobre a utilidade do PIB, ou por ser um instrumento relativamente simples de medição do bem-estar, ou ainda, porque é um dado facilmente encontrado e assim desempenha uma função básica entre os tomadores de decisão. O PIB ainda é um indicador chave, fundamentalmente, porque representa o credo estratégico das agências e das políticas locais, regionais e nacionais de desenvolvimento (p. 09).

Deste modo, ao se voltar para o contexto em que o *Measures*, escrito na década de 1950, o desenvolvimento, de acordo com Pereira (2009, p. 80) emergia como questão internacional permeada por uma visão etnocêntrica, “entendido como crescimento do PIB ou, quando muito, do PIB *per capita*, desenvolvimento significava basicamente industrialização”.

Fora as implicações teóricas que aqui tentam mostrar como estavam relacionadas às ações das Nações Unidas em suas primeiras décadas de existência, nos anos 1960, inauguram-se na organização as sucessivas “décadas do desenvolvimento”, que a partir deste momento,

⁹¹ Em alguns casos, esses tipos de danos são chamados de externalidades.

verifica-se em paralelo no mundo como vários países se incorporam na lógica da produção capitalista, mediado por diversos mecanismos. As sessões a seguir cuidam de modo descritivo as décadas de desenvolvimento das Nações Unidas.

2.4 A 2ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas e o estabelecimento da NOEI

De acordo com Toye e Toye (2004) depois de 1953, o SG da época “Dag Hammarskjöld, conduziu pessoalmente da ONU a retirada do keynesianismo extremo”⁹². Os primeiros instrumentos da ONU dedicados ao desenvolvimento foram: 1. de natureza monetária, com a criação das instituições de *Bretton Woods* e 2. de natureza comercial discutidas na Carta de Havana e de sua malograda tentativa de estabelecimento da OIC, assuntos discutidos pelo ECOSOC entre os fins da década de 1940 e início da década de 1950 (FONTOURA, 2007).

Neste período, em razão da desaprovação da *Carta de Havana* pelos EUA, para contornar a situação o ECOSOC tentou coordenar outras discussões sobre práticas comerciais restritivas por meio de acordos internacionais, mas os EUA não reconheceram os trabalhos deste órgão sobre as questões relativas ao comércio (ARAÚJO, 2006).

Ainda neste período, o Programa Estendido de Assistência Técnica - PEAT, foi criado pela Res. 222 A (IX) /ECOSOC, de 1949 com um orçamento inicial de US\$ 26 milhões (TOYE, TOYE, p. 164) e representou à ONU um dos primeiros passos na promoção do desenvolvimento econômico. Neste ano tramitava a bandeira levantada por Índia, Chile e Iugoslávia para a criação do SUNDEF (Fundo Especial das Nações para o Desenvolvimento Econômico). De acordo com Pereira:

Ao longo de quase dez anos em que tramitou nas Nações Unidas, o projeto do SUNDEF sofreu alterações importantes (Sanahuja, 2001:66). De acordo com a sua formulação original, o fundo complementaria os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial. Em meados da década de cinquenta, porém, propunha-se que o fundo fosse financiado por contribuições obrigatórias e progressivas e concedesse créditos em condições altamente facilitadas, de modo que o ônus recairia sobre os países industrializados. O governo norte-americano e seus aliados não aceitavam um fundo com tais características. Tampouco o BIRD, uma vez que isso poderia esvaziar sua missão como financiador do desenvolvimento. Para eles, a criação de um instrumento que concedesse créditos brandos seria aceitável somente se fosse administrado pelo BIRD, o qual os EUA e seus aliados poderiam

⁹² Dag Hammarskjöld foi o sucessor de Trygve Lie nas Nações Unidas e permaneceu durante o período de 1953-1958/1958-1961.

controlar sem dificuldade (Rich, 1994:77; Kapur et AL., 1997:1123-24 *apud* PEREIRA, 2009, p. 90-91).

No que concerne ao PEAT, para o seu funcionamento foi formado uma Comissão de Assistência Técnica, de acordo com Lambert (1993, p. 28) embora não tenha sido a única responsável pela implementação do Programa esta comissão “foi investida com poderes de fazer recomendações sobre a coordenação de programas de assistência técnica das agências especializadas” e estava “autorizada a remover as divergências entre vários órgãos do sistema das Nações Unidas sobre o uso dos recursos do programa”.

A partir desse momento houve na ONU uma gradual divisão entre a assistência técnica e assistência financeira, a última em maior parte realizada pelo BIRD/Banco Mundial. Essas mudanças afetaram o PEAT, e para auxiliá-lo, em 1954 a Comissão de Assistência Técnica foi autorizada a “examinar e aprovar os programas anuais elaborados por um órgão auxiliar novo, a Secretaria de Assistência Técnica”, e assim, a partir de 1957, a Secretaria por meio da Res. 1036 (XI) / ECOSOC passava a incluir os países do Terceiro Mundo como problema e começa a dar devida atenção à distribuição geográfica e as contribuições dos estados dentro da ONU (Ibid).

Lambert (1993) em sua pesquisa sobre as origens da ONUDI quando contextualiza o problema no âmbito dos mecanismos da ONU observou que tanto a Secretaria quanto o PEAT não tinham uma atuação independente e estavam subordinados as deliberações da Comissão de Assistência Técnica e das agências especializadas que forneciam boa parte dos recursos para implementação dos projetos. Com a demanda crescente da ajuda ao desenvolvimento devido às ex-colônias, os trabalhos empreendidos no âmbito dos órgãos supracitados não eram suficientes, e devido à crescente demanda as Nações Unidas teve que inserir modificações à questão de desenvolvimento.

Em síntese, este período se apresenta da seguinte forma, antes de 1945, a composição de estados nacionais independentes no mundo eram cerca de 70 países (FIORE, 2007, p. 38), na ocasião em que foi criada a ONU, integraram-lhes 51 Estados membros, sendo que em 1955 admitiu 16 países (ex-colônias) (WIGHT, 2002), perfazendo assim por 13,2% dos membros⁹³. Em 1966 esse número eleva-se a 45% (FONSECA Jr, 2008, p. 180), e trata-se de

⁹³ Afeganistão, Camboja, República Popular da China, Egito, Etiópia, Costa do Ouro, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã, Vietnã, e Yemen. A Federação Centro-Africana recusou o convite; Israel, Formosa, Coreia e África do Sul não receberam o convite (WIGHT, 2002, p. 238).

uma alteração significativa na composição das Nações Unidas, majoritariamente de países desenvolvidos para um número elevado de países subdesenvolvidos⁹⁴.

A entrada desses países nas Nações Unidas para os EUA, segundo Toye e Toye (2004, p.2) significou “na diluição gradual de sua capacidade de controlar e gerir a organização”⁹⁵, pois ao reduzir na AG o número dos países desenvolvidos, tirou-lhes a capacidade de se reunirem (os desenvolvidos) em maioria. Contudo, a influência de países desenvolvidos prevalece no Conselho de Segurança das Nações Unidas⁹⁶ (CSNU) e nos vários impasses nas negociações em diversos fóruns internacionais.

Neste contexto, os novos países, estrategicamente assumiram a posição política do não alinhamento com qualquer das duas superpotências o que lhes possibilitou além dos números, a formação de um grupo de pressão na ONU, com pauta reivindicatória que atendesse suas demandas.

De acordo com Fontoura (2007) o processo de descolonização se arrolava da conjunção quatro fatores: 1. por outorga do colonizador; 2. por imposição dos seus movimentos de libertação, 3. por pressão constante da ONU que, na AG, acolhe decisivamente o seu voto (as conhecidas maiorias automáticas); 4. da complacência das potências que não encontram, na conjuntura, razão ou força para se oporem às novas tendências.

Uma das consequências observadas com a independência das ex-colônias foi o grande deslocamento populacional do campo para as cidades e conseqüentemente o aumento das demandas sociais. Cabe reiterar mais uma vez que o aumento populacional, a partir da segunda metade do século XX ocorrera de forma acentuada nos países do 3º Mundo, e resultou no agravamento das condições de vida dessas populações (HOBSBAWN, 1995). E

⁹⁴ De acordo com Assano (2008) três momentos são marcantes na composição de países membros da ONU, o 1º de 1955 com a entrada dos 16 países, o 2º iniciado na década de 1960 com a entrada de 16 membros africanos e o Chipre e o 3º no início da década de 1990 com a entrada dos países da antiga URSS e da Iugoslávia, com o fim da Guerra Fria.

⁹⁵ Em termos práticos essa diluição foi relativa.

⁹⁶ O CSNU exerce competências executivas de forma permanente, sobre questões relativas a “manutenção ou restabelecimento da paz e segurança internacionais” (Carta da ONU, Cap. 5, Art.24.1), e em última instância faz “uso da força em legítima defesa coletiva” (BRIGIDO, 2010, p. 29). O CSNU é composto por 15 países, dos quais 5 são permanentes: Estados Unidos, China, Reino Unido, França e Rússia. Nos anos de 2011-2012, estes países estão representados pelos seguintes nomes: EUA (Susan Rice), China (Li Baodong), Reino Unido (Sir. Mark Lyall Grant), França (Gérard Araud) e Rússia (Vitaly Churkin). Os outros 10 representantes são eleitos periodicamente pela AG por um prazo de 2 anos e estão distribuídos sob o critério de paridade geográfica, assim 5 membros da África/Ásia, 1 do leste europeu (EEG), 2 da América Latina/Caribe (GRULAC) e 2 representam a Europa Ocidental e outros (WEOG) (Fonte: www.un.org. Acessado em 20/03/2012). No Apêndice B apresenta-se o quadro com a identificação dos Estados membros não permanentes do CSNU nos anos entre 2011-2013.

segundo Pollini Jr (1999) acabou reforçando o ambiente propício para insurreições sociais, especialmente de orientação socialista.

Tal problema é caracterizado por Santos Jr, na passagem em que transcreve que:

Esses países reivindicavam soluções urgentes para as causas da desnutrição, analfabetismo, epidemias, baixa expectativa de vida ao nascer, alta taxa de mortalidade infantil, fome coletiva etc. Entre 1943 e 1944, por exemplo, a fome crônica atingia de 50% a 60% da população dos países em desenvolvimento. Na Índia, a expectativa de vida dos pobres era de 25 anos – 40 anos, no México e na Colômbia – 90% dos que tinham 10 anos ou mais eram analfabetos – no México, era em torno de 50% (KAPUR; LEWIS; WEBB, 1997, p.63 *apud* SANTOS JR, 2010).

A superação desse quadro não constituiria apenas uma obrigação moral, mas uma condição necessária ao equilíbrio das relações internacionais (SANTOS JR, 2010), no qual o processo de descolonização colocou tanto para a ONU, o GATT e as instituições de *Bretton Woods* novos problemas, um deles diz respeito ao atrelamento político das ex-colônias, e suscitou tensões e desdobramentos que se concretizaram na formação de grupos de pressão em termos de política econômica internacional.

Um dos reflexos da pressão foi a *Conferência de Bandung*, convocada pela Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, em 1955, reuniu 24 países Afroasiáticos, e apesar de suas diferenças, representaram uma frente de contestação ao colonialismo e o imperialismo do Ocidente. A partir deste momento, Worley (1999, p. 97), expõe que os novos Estados afroasiáticos, as ex-colônias passaram a se encontrar com frequência para reivindicarem uma “nova posição nos negócios mundiais, bastante distinta da posição assumida dos blocos liderados pelas superpotências”.

De acordo com Fonseca Jr (2008, p. 181) outro elemento significativo no processo de descolonização deve-se a aliança que a URSS procurou forjar com os novos membros da ONU, “colocando-se ao lado na luta anti-imperialista”. Na ocasião da XV AG da ONU, em 1960, emanou da União Soviética o “primeiro projeto de resolução sobre o anticolonialismo, que por ser muito radical, será substituído pelo MNA”, aprovado por 82 votos e 9 abstenções.

Os países do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), além da posição estratégica de neutralidade às ideologias dos EUA e da URSS, formavam o novo grupo na política internacional e significou o fortalecimento da pressão nacionalista do 3^o Mundo. Esses países criaram “um órgão subsidiário da AG, o Comitê Especial sobre o Colonialismo (Res. 1.654, XVI AG)”, que serviu às novas nações como meio de “pressão sem a necessidade de se curvar frente aos poderes administradores, tal como ocorria no Conselho de Tutela ou na

Comissão de Informações sobre os Territórios sem autogoverno” (KAY, 1967, p. 795 *apud* FONSECA Jr, 2008, p.181).

Para Wigth (2002, p. 237) a “construção nacional” desses países passou a ser uma preocupação relacionada com “seu sentimento de independência e com das dificuldades de seu próprio desenvolvimento”. Cabe frisar que a questão colonial já aparecia na *Carta da ONU* nos capítulos XI e XII, relativa aos territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela. Deste modo, os artigos 73 e 76 cita o compromisso que os membros da ONU tem

no desenvolvimento da capacidade de autogoverno mediante o desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento (ONU, 2001, p. 41).

O processo de descolonização se oficializa com as resoluções 1514 (XV) que instituiu a *Declaração sobre a independência dos países e dos povos coloniais* de 1960, e dispõe que os “povos sob dominação colonial passem a ter seu estatuto jurídico internacional, podendo ascender à independência, à incorporação no país colonizador ou à integração em qualquer Estado” (XAVIER, 2007, p. 116).

De acordo com Xavier (2007, p.116-117) essa *Declaração* permitiu o apoio à democratização de vários países mediante a realização de eleições livres. A partir desse momento o MNA “se desviou das preocupações, a princípio políticas, como a libertação das colônias dos remanescentes, para se concentrarem no desenvolvimento econômico como causa fundamental da própria impotência política” (WORLEY, 1999, p. 97). Esse momento é analisado como ruptura importante em relação ao Ocidente, a nova postura da ONU levou na realização em 1961 da *Conferência de Belgrado*⁹⁷.

A partir desse contexto, orientações gerais brotavam em diversas resoluções e demarcam as primeiras propostas de metas globais a serem alcançadas, inicialmente apontadas aos países com a Declaração da *1ª Década de Desenvolvimento* estabelecida com a resolução 1515 (XV) intitulada *Ação Concertada em prol do Desenvolvimento*, ou *Estratégia para a Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento*.

Em 1961, após a morte do SG Hammanrskjold, foi nomeado o primeiro SG não europeu das Nações Unidas, U. Thant, da Birmânia⁹⁸, este assumia a organização no contexto

⁹⁷ Atualmente a cidade de Belgrado se chama Iugoslávia.

⁹⁸ Tornou-se oficialmente em 1989 “República da União Myanmar”, denominação reconhecida pela ONU e União Europeia; contudo os EUA e a Inglaterra não reconheceram o novo nome.

da Guerra Fria, segundo Toye e Toye (2004, p. 02), para sua gestão⁹⁹ acarretava na “ádua tarefa de tentar mediar entre as duas superpotências inflexíveis” ou atenuar na organização as repercussões das disputas ideológicas.

No ano que inicia a gestão U. Thant, a Res. 1710 (XVI) de 19 de dezembro de 1961 define a proclamação dos *decênios da ONU para o desenvolvimento* o que dá sequência à temática até o ano 2000 (CRETELLA NETO, 2007). Nesse ano, a AG/ ONU aprovou a res. 1707 (XVI), que recomendava os Estados membros a iniciarem negociações imediatas com o objetivo de facilitar a expansão do comércio com os países em desenvolvimento.

Conforme Machado e Pamplona (2008), à *Década do Desenvolvimento*, seguiu uma sugestão do presidente norte-americano Kennedy¹⁰⁰, na ocasião da 16ª AG das Nações Unidas e põe em destaque não somente o papel dos EUA na política internacional, mas traz a proposta da ONU com intenções de:

realizar ações que reduzissem a diferença entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, tendo como meta econômica um crescimento anual mínimo de 5% para estes últimos. Embora parte dos países tenha alcançado esta meta, o aumento do crescimento econômico não necessariamente produziu melhoras nas condições de vida das pessoas em muitos países em desenvolvimento (MACHADO e PAMPOLA, 2007, p. 5).

De acordo com Toye Toye (200, p.03), a proposta do presidente norte-americano consistia em uma resposta à “perda de controle americano dentro da organização”, assim como os empreendimentos de ajuda externa realizados pelos soviéticos¹⁰¹ se constituíam no contraponto ao qual deviam reagir. Mediante os problemas, os norte americanos assumiam ou (atribuíam a si) o “papel de liderança moral” com relação ao mundo subdesenvolvido, o que na ONU constituiu em uma estratégia com metas definidas para o desenvolvimento complementados na criação de diversas agências que dão suporte a essa questão.

Por outro lado, o parâmetro de crescimento econômico de 5% proposta pela ONU aos PEDs até 1970 como também a disponibilidade de 1% do PIB propostos para o financiamento dos PEDs, foram rejeitados pelos EUA, embora este tenha sugerido a Década de Desenvolvimento (TOYE e TOYE, 2004, p. 179).

⁹⁹ A presença de U. Thant na ONU é lembrada por Toye por 3 fatos: 1. de sua origem de cultura budista, 2. De que a Birmânia foi ex-colônia do Reino Unido, 3. que no ano seguinte à sua nomeação como SG a Birmânia se tornava um país socialista. Esse histórico é colocado pelos autores para enfatizarem que no seu mandato se arrolava no contexto em que o 3º Mundo (no contexto da Guerra Fria) e o seu desenvolvimento econômico haviam sido colocados como “preocupação central do sistema das Nações Unidas” (2004, p. 04).

¹⁰⁰ Toye e Toye (2004, p. 176) afirmam que foi Rostow quem incentivou o presidente Kennedy para proposta da “década de Desenvolvimento das Nações Unidas”.

¹⁰¹ Neste caso, o exemplo que pode ser citado foi Cuba.

Complementando-se a esses parâmetros outras metas são acenadas a partir da ONU, sejam voltadas para educação como as que foram lançadas em 3 conferências regionais da UNESCO, no ano de 1960 ou da proposta da OMS em 1966, de erradicação da varíola em 10 anos, objetivo alcançado em 11 anos (UN, 2005, p.18). No mesmo período, a ONU “formulou cerca de 50 metas para todo o campo do desenvolvimento e ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, vários organismos da ONU definiram outras metas globais com metas quantitativas” (Ibid, p. 19).

O problema com essas metas (ou recomendações!) suscita várias questões relativas aos meios de alcançá-las. Com relação a isto a ONU em “O Poder das Ideias da ONU: Lições a partir dos primeiros 60 anos”, se pronuncia da seguinte forma: “as metas forneceram um estímulo para políticas nacionais e uma referência para o sucesso ou fracasso” (Ibid, 2005, p. 19).

Em resumo, são indicativos; cumpri-las ou não, não se traduz necessariamente em penalidades. No caso dos 5% propostos para o crescimento da 1ª Década de Desenvolvimento como disseram Tøye e Tøye (2004, p. 178) era “resultado de um cálculo econômico e politicamente um número simbólico”. No entanto, isso remete a outra questão, que segundo Fonseca Jr (2008, p. 186) ao contrário das instituições de *Bretton Woods*, a noção de *condicionalidade* não cabe no vocabulário da ONU o tratamento que dá às suas resoluções, neste caso, se estabelecem apenas em indicativos.

A diferença entre as resoluções da ONU ao peso das condicionalidades consiste das primeiras não disporem como instrumentos de imposição aos países, este expediente, é usado pelas instituições de *Bretton Woods* ao concederem empréstimos aos países, ou na concessão de créditos para o financiamento do desenvolvimento ou na ajuda financeira para estabilização econômica dos países nos períodos de crise, e dentre os efeitos podem ocorrer alterações nas legislações nacionais como meio de se ajustarem às condições impostas pelas agências financiadoras.

Por outro lado, quando as Nações Unidas passou a considerar o “desenvolvimento como um problema internacional” (MARANHÃO, 2009), o fez de acordo com os seus objetivos expressos no Artigo 1.3 de sua *Carta* que coloca o seguinte: “conseguir uma *cooperação internacional* para resolver os problemas *internacionais* de caráter econômico, social, cultural ou humanitário” (Cretella Neto, 2007, p. 432).

Em consonância a este pressuposto surgiram o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para Desenvolvimento Social- UNRISD (1963), Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio- UNCTAD (1964), ONUDI (1966), PNUD (1967) e os

bancos regionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento, o BID, a UNESCO, o UNICEF, a Comissão Econômica da América Latina- CEPAL, o Programa Mundial de Alimentos (Ibid), os quais deveriam se concentrar nos principais problemas que impedem o desenvolvimento (CRETILLA NETO, 2007).

Para Maranhão (2009, p. 26), a criação dessas organizações, parte da alteração do foco “na moderação de conflitos intra-europeu” para os países da periferia capitalista, ou seja, alterava-se a lógica estabelecida com o *Plano Marshall* Europa/Japão para a adoção de uma política de propagação de crescimento econômico para os países periféricos. Essas políticas visavam amenizar problemas relativos à pobreza, distribuição de renda e das condições de vida (saúde, educação e saneamento básico).

No que toca as questões de industrialização, em 1961 foi criado por meio do ECOSOC o *Comitê das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial*, Res. 751 (XXIX) que em seguida resultou na criação do CID *Centro para o Desenvolvimento Industrial*, Res. 817 (Art. XXXI).

Complementar ao CID e para abranger a demanda da industrialização principalmente do 3º Mundo, foi criado pela AG/ONU o Fundo Especial, Res. 1240 (XIII), voltado à prestação de assistência técnica. Para coordenar suas atividades este órgão contou com o Conselho Administrativo composto por 18 Estados eleitos pelo ECOSOC com um mandato de três anos. Estes estavam distribuídos em 2 grupos principais: metade pelos estados beneficiários da assistência técnica, os PEDs e outros pelos países doadores, de acordo, com o princípio da equidade distribuição geográfica estava incluído nessa divisão (LAMBERT, 1993, p. 9).

O Fundo Especial com a Res. AG/ONU 2029 (XX) de novembro de 1965 se fundiu com o PEAT, e em janeiro 1966 se transformou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se tornando o mais importante órgão a tratar do desenvolvimento no sistema das Nações Unidas, sendo o maior financiador dos programas de assistência técnica em todo sistema ONU (Ibid).

Machado e Pamplona (2008) ao discutirem o surgimento do PNUD o caracterizam na influência da macroeconomia keynesiana predominante nas décadas de 1940 e 1950 sobre a agenda do desenvolvimento da ONU, este contexto além de demarcar os antecedentes do PNUD estava relacionado à estratégia intervencionista, que no pós-guerra passou a ser aplicada em todas as partes (SOUZA, 1999).

Estas questões segundo esses autores estavam sendo debatidas no ECOSOC e na CEPAL¹⁰², órgãos que tinham como componentes Hans Singer (ECOSOC) e Raul Prebisch (CEPAL). Contudo, as análises de Machado e Pamplona (2008) apenas cita a importância destes especialistas e centram suas análises sobre o PNUD, de acordo com esses autores as influências que tiveram resquícios no PNUD fazem alusão às preocupações na relação dos países industrializados e não industrializados e realçam questão no princípio de que:

os termos de troca variavam de forma a penalizar os exportadores de alimentos e matérias-primas, beneficiando os exportadores de bens manufaturados. Uma consequência óbvia desta constatação era a necessidade de os países em desenvolvimento se industrializarem, o que só poderia ocorrer rapidamente com a ajuda do Estado (Ibid, 2008, p. 56).

Formulações do tipo tiveram impactos sobre os países da América Latina/Caribe, e ficaram conhecidas como Teoria da Dependência. Nas Nações Unidas as teorias da dependência tiveram acolhimento por meio da CEPAL e dos teóricos latinos americanos, e se preocuparam em analisar “as causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento” (CARDOSO, 1980, p. 19). Para estes, embora tivessem o Estado como promotor do desenvolvimento, a pujança do pensamento asseverou-se por meio das trocas desiguais entre os países exportadores de matérias-primas e aqueles altamente industrializados exportadores de manufaturados.

De acordo com Cardoso (1980, p. 09) os textos cepalinos da década de 1950 propunham que o desenvolvimento nacional só poderia ser promovido mediante a ação coordenadora do Estado, por meio de captação de empréstimos intergovernamentais que financiaria a rápida industrialização, moldada sob uma política fiscal adequada abrangendo mudanças no regime de propriedade da terra.

Para Hogvelt (2004, p.16) as teorias de dependência surgiam como contraponto das teorias de modernização que se apresentavam a aceitar acriticamente a estrutura das relações entre países ricos e pobres, ou seja, prestaram para “mascarar a natureza continuada das relações imperialistas”, enquanto que as teorias da dependência se empreenderiam a “localizar as causas do atraso do Terceiro Mundo (em especial, da América Latina) dentro da dinâmica de crescimento contraditório do sistema capitalista”.

Para a autora, a “essência” desta teoria confirma que o “resultado da penetração de capital colonial” criou uma estrutura distorcida da economia e da sociedade nos países

¹⁰² A CEPAL, criada em 1948 por meio da Res. 106 (VI) do ECOSOC teve por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as demais nações do mundo.

coloniais o que se reproduziu em estagnação econômica geral e pauperização extrema das massas. Esses problemas implicaram no quadro de subordinação econômica em relação aos países ricos (desenvolvidos, avançados) (Ibid).

Este quadro (em meados do século XX) é retrado na concentração dos PEDs na produção de bens primários ou em derivados de produtos primários e respondiam por “quase 90% de suas receitas de exportação” e quase metade desses países, ganhavam “mais de 50% das suas receitas de exportação a partir de uma única mercadoria primária” e até 3/4 deles conquistaram mais de 60% de suas receitas de exportação a partir de três produtos primários (Ibid).

A orientação externa significou a dependência extrema nos mercados externos, seja na aquisição de capital ou de tecnologia e que se agravava muitas vezes pela concentração da dependência em poucos países. Assim, as teorias de dependência com suas várias orientações vieram a explicar as causas do subdesenvolvimento e as diferenças dos níveis de desenvolvimento em várias nações e/ou regiões, mas o foco de análise dessas teorias era a América Latina.

Como a análise aqui abarca o mundo subdesenvolvido em geral e a 1ª Década de Desenvolvimento da ONU, reporta-se que no âmbito da AG no ano de 1962, a ONU lança a Res. 1803 (XVII) que diz respeito à soberania permanente sobre os recursos naturais, um assunto de interesse tanto dos países desenvolvidos como os países em desenvolvimento. Há de se considerar que muitos dos PEDs são fornecedores de matérias-primas, a exemplo das *commodities*¹⁰³ minerais.

No mesmo ano, no Cairo é realizado a *Conferência sobre os problemas dos Países em Desenvolvimento* com a participação de 36 países os quais elaboraram a *Declaração do Cairo* e agendaram a realização de uma conferência que tratasse de todas as questões vitais relacionadas ao comércio internacional, o comércio de produtos primários e as relações econômicas entre desenvolvimento e países desenvolvidos (UNCTAD, 1985, p. 10, *apud* UNCTAD, 2006, p. 4).

A partir do agendamento desta Conferência se lançava as bases não somente à formação da 1ª UNCTAD- *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Comércio*, a ser realizada em Genebra (1964), mas como enfatizaram Toye e Toye (2004,

¹⁰³Commodities: O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desses produtos (*commodity exchange*). Londres, pela tradição colonial e comercial britânica, é um dos mais antigos centros de compra e venda de *commodities*, grande parte das quais nem sequer passa por seu porto (SANDRONI, 1999, p. 112-113).

p.12), houve o reconhecimento a respeito das “desigualdades políticas e econômicas das nações”. Isso refletia segundo Worley (1999) na obrigação das Nações Unidas de colocar seriamente em sua agenda o subdesenvolvimento, o 3º Mundo.

Até aquele momento, a 1ª UNCTAD foi “a maior conferência internacional sobre o comércio já convocada” (UN, 2005, p. 37) e acenou à origem da organização com o mesmo nome, tendo como idealizador e 1º SG, Raul Prebisch, economista e importante nome da CEPAL. As discussões em torno da UNCTAD decorreram de pressões dos PEDs por tarifas mais baixas para exportarem seus produtos, isto era visto como um meio de promoção ao crescimento econômico desses países, como uma medida de redução das desigualdades globais das relações comerciais.

Assim a UNCTAD além de fazer parte da estrutura institucional da ONU, torna-se um elemento permanente das discussões das relações Norte-Sul (UN, 2005, p. 37). Destarte, se colocava em pauta o descontentamento com o funcionamento do regime econômico internacional, regido em parte, sob a tutela das instituições de *Bretton Woods* e do GATT.

Diante da situação, os PEDs reivindicavam uma resposta “adequada aos problemas de desenvolvimento econômico” (UNCTAD, 2006, p. 2) e tais problemas figuravam no quadro da atuação das 3A (Ásia, África e América Latina), e agrupavam 130 países, representando naquele contexto 70% da população mundial e 30% das riquezas em contraposição ao Norte, do qual seus 30%, consumiam 70% do rendimento total que se estimava disponível ao gênero humano (ONUDI, 1975).

Essas disparidades eram discutidas simultaneamente por aqueles que compuseram a pauta reivindicatória da 1ª UNCTAD, o MNA e países da América Latina. Doravante se aliaram e oficializaram a formação G -77 (grupo dos 77 países), sendo a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento na ONU, representando a aliança dos países do sul. Como uma parte significativa dos países constituintes deste grupo eram as ex-colônias, reitera-se que estes acabaram por adotar uma política de neutralidade ou mesmo indefinida, os PNAs- países não alinhados, como também ficaram conhecidos, se favoreceram da ameaça de avanço do bloco socialista, e por outro lado, para o bloco oriental gerava dúvidas quanto ao seu posicionamento.

A resposta elaborada pelo mundo capitalista sobre a indefinição das ex-colônias aconteceu com as políticas de contenção que tiveram entre os provedores, as agências multilaterais e a nova postura estratégica internacional da ONU com relação ao desenvolvimento (MARANHÃO, 2009). Assim, as agências multilaterais ao contar com a

presença norte-americana formularam um “plano global identificando problemas e medidas de contenção ao problema do subdesenvolvimento” (CRETILLA, 2007, p. 439).

Fora da ONU, a contenção à ameaça comunista, presente no Programa Aliança para Progresso (1963) do governo dos EUA, foi viabilizada pela Agência de Desenvolvimento Internacional- USAID e contou com a colaboração do BM e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, fundado em 1959 e vinculado ao BM e tiveram como foco a América Latina.

A prescrição das políticas de contenção se fazia urgente devido à ocorrência de movimentos considerados “potencialmente desestabilizadores da ordem do sistema capitalista”. Fatos como a primeira experiência comunista no continente americano (Revolução Cubana-1959), construção do muro de Berlim em 1961 (Europa), a crise dos mísseis (1962) caracterizavam a apreensão dos EUA em relação ao bloco comunista e motivaram a atuação desse país no empreendimento de políticas externas. Algumas dessas políticas levaram a instauração de regimes militares nos países possivelmente suscetíveis aos focos revolucionários (MARANHÃO, 2009, POLINNI Jr. 1999).

O prosseguimento da temática do desenvolvimento na ONU é assinalado em 1966 com a adoção do *Pacto Internacional relativo aos Direitos econômicos, sociais, culturais*, e entrou em vigor em 03 de Janeiro de 1976; este “trouxe força legal para os elementos contidos na Declaração Universal de 1948” (UN, 2005, p. 21).

No ano seguinte ao *Pacto*, em 1967, o G-77 lança seu programa de ação, exposto na Carta de Argel; o documento se esforça na análise econômica dos países subdesenvolvidos ou dos países em vias de desenvolvimento e procura definir um “programa global, em que se anteveem, já, com nitidez, as questões que, durante muito tempo, constituiriam os temas preferenciais do diálogo Norte-Sul” (FONTOURA, s/p, 2007). De acordo com Toye e Toye (2004, p. 227) a Carta de Argel tem sido “descrita como a soma de todas as queixas dos países do Sul contra os países industriais”.

Em 1969 a ONU aprova a Res. 2542 (XVII), referente à noção de desenvolvimento social. O estabelecimento da *Declaração sobre o progresso e o desenvolvimento social* enfatiza que “a rápida elevação das receitas e da riqueza nacional, e sua distribuição entre todos os membros da sociedade, constituem a base de todo progresso social”. O seu art. 12 atribui que o papel da ONU se situa na “criação das condições necessárias para um desenvolvimento social e econômico acelerado e contínuo, particularmente nos PEDs”, a temática prosseguirá na década posterior com a *II Década do Desenvolvimento da ONU* e vai transcorrer em meio à crise de 1970 (ONU, 1969).

No entanto, na 1ª Década do Desenvolvimento, de acordo com Esteva (1992, p. 13) a questão do desenvolvimento era “percebido como um caminho definido de economia crescimento passando por vários estágios, e a integração foi a palavra de ordem ligando o aspecto social ao aspecto econômico”. O autor ainda salienta que neste período tanto os aspectos, o social e econômico, eram tratados separadamente o que nas décadas seguintes serão complementares.

2.5 O colapso do petróleo e do Sistema Monetário Internacional (SMI)

Na década de 1970, a Res. 2626 (XXV) de 24.10.1970, oficializa a II Década do Desenvolvimento das Nações Unidas e demarca a estratégia internacional de desenvolvimento, sendo que na AG da ONU em Lusaka 1973, o presidente argelino Houaru Boumediene, presidente em exercício do MNA, provocou à AG para realização de estudos relativos aos problemas das matérias-primas e do desenvolvimento (FONTOURA, 2007).

Dada à provocação, no ano seguinte, se oficializa na *Declaração sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional*, Res. 3201 e do Plano de Ação sobre a Criação de uma *Nova Ordem Econômica Internacional -NOEI*, Res. 3202 (S-VI), ambas resoluções de 1974, complementam-se com *A Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados* (Res. 3.281 (XXIX) de 12.12.1974).

O objetivo da NOEI foi o reconhecimento internacional do direito ao desenvolvimento dos PEDs, em sua maioria constituídos pelas ex-colônias. Nasser (2005) trata a NOEI como um ordenamento fundamentalmente econômico, político e jurídico e observa a inclusão, pelo Direito, de novos princípios, regras e mecanismos, as reivindicações do novo grupo de países no plano internacional provocava a adequação do Direito aos novos valores e às necessidades do grupo.

O texto da *Declaração* da NOEI afirma que é a primeira vez que a AG da ONU é convocada a estudar os problemas das matérias-primas e do desenvolvimento, as ex-colônias aparecem como preocupação fundamental da *Declaração* na seguinte passagem:

Os últimos vestígios da dominação estrangeira e colonial, a ocupação alheia, a discriminação racial, o apartheid e o neocolonialismo em todas as suas formas continuam a contar como um dos maiores obstáculos para a plena emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento e de todos os povos interessados (ONU, 1974. Disponível: www.un.org/law.avl).

Em vista da situação, segundo Mahiou (2012), a NOEI é o testemunho desses países de participarem efetivamente da vida internacional de forma que garantissem a igualdade entre os Estados e soberania. A reforma radical do sistema econômico internacional do pós 2ª Guerra Mundial não só viabilizou relações de interdependência e cooperação internacional, mas acarretou o crescimento acentuado das relações entre os países, e apesar de inseri-los no cenário da economia mundial não significou necessariamente melhorias ao acesso dos seus produtos nos mercados ou relações das trocas comerciais.

Coube à NOEI a inquietação de rogar pela diminuição das disparidades de poder nas relações econômicas entre os países, o que na *Declaração* pode ser lido em corrigir as desigualdades e reparar as injustiças atuais. Tal situação é caracterizada na *Declaração* quando diz que embora constituem 70% da população mundial, os PEDs são responsáveis por 30% das receitas mundial e isso reflete o aumento da disparidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento como algo corrente (ONU, 1974).

Na *Declaração* se evidencia a interdependência entre todos os membros da comunidade internacional, fato assinalado em outros momentos pela ONU como por exemplo o art. 9º da *Declaração sobre o progresso e o desenvolvimento social* de 1969 o qual dirige a comunidade internacional em seu conjunto.

Em síntese, o documento se referia que o progresso social e o desenvolvimento social se deve complementar por meio de uma ação internacional coordenada, e os esforços empreendidos no plano nacional devem visar o aumento do nível de vida das populações. A interdependência, nesta perspectiva não estaria somente atrelada às condições das relações comerciais, mas supostamente atrelada aos esforços na melhoria das condições de vida dos países.

Essas relações compuseram a pauta das sessões realizadas nos Fóruns da AG da ONU, UNCTAD (Nairóbi 1976 e Manila 1979); ONUDI (Lima 1975) Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (Paris 1975 e 1977) e outros fóruns da ONU. Em suma, as reivindicações da NOEI objetivavam: promoção à industrialização, crescimento econômico, acesso à tecnologias dentre outras.

De acordo com Mahiou (2012) a NOEI inspirou-se nas críticas à ordem econômica liberal, e na tentativa de explicar as origens do subdesenvolvimento e as formas de lidar com este problema prescrendo em sua superação. O que se percebe segundo o autor é a incorporação de regras mais flexíveis introduzidas por vários atos das organizações internacionais, no caso de declarações como a NOEI ou do que se dão por meio das resoluções, declarações, cartas, programas etc, implicam à problemática sobre a

obrigatoriedade desses textos, e de como os Estados nacionais e outros agentes como as empresas acatam as determinações contidas nesses mecanismos, ou seja, quais os impactos destas deliberações nos Estados nacionais.

O exemplo da NOIE ascende questões, o qual nem todos os países-membros votaram a favor da referida resolução. A maioria dos países desenvolvidos ou votaram contra ou se abstiveram. Assim, EUA, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Reino Unido e Luxemburgo, votaram contra e as abstenções foram da Áustria, Canadá, Espanha, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Países Baixos e Noruega, também considerados países desenvolvidos.

Fora essas implicações, ainda no período da II Década do Desenvolvimento da ONU que simultaneamente vivenciava o contexto da crise mundial, a respeito cabem retomar algumas considerações. Uma delas consiste na relação entre países produtores de matérias primas e os importadores, deste problema se extrai a crise energética, embora tenha sua parcela de contribuição para a crise da década de 1970 deve ter em conta os determinantes que levaram o desmantelamento do Sistema de *Bretton Woods*, que minou o SMI. Tais problemas serão explanados a seguir.

2.6 O 1º Ciclo das Conferências Sociais das Nações Unidas

A problemática do petróleo remonta antes das crises da década de 1970, no entanto, o destaque se concentrará a partir da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP (1960) e advém do interesse dos 5 maiores fornecedores de petróleo: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, estes constituíram o bloco de reação aos preços considerados baixos, pagos pelo grupo de empresas conhecidas como 7 irmãs, maiores compradoras do produto daquela época.

O cartel formado pelas 7 irmãs, como ficaram conhecidas a Standart Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, British Petroleum e Standart Oil da Califórnia, em 1949 controlavam cerca de 80% das reservas de petróleo fora dos EUA e da URSS; 90% da produção, 75% da capacidade de refino, 66% da frota de petroleiros e virtualmente todos os oleodutos, e às vésperas da crise em 1972, figuravam entre as 12 maiores empresas em ativos, a Exxon e a Shell eram as duas maiores em ativos no mundo, e somando-se à Total (ex CFP-Cia Francesa Petrolífera), juntas dominavam a produção e comercialização de petróleo no Oriente Médio (PIMENTEL, 2011).

A situação desencadeada em 1972 no qual a OPEP realizou o golpe sobre as exportações, se conduz à sua participação na propriedade das concessões e o direito de fixar

valor de sua receita por barril de petróleo e dos preços de exportação, assim, o preço do barril elevou-se de US\$ 2,80 para US\$ 11,65 dólares, o que de certa forma contribuiu na crise no mundo capitalista (Ibid).

O golpe dos países produtores de petróleo pode ser visto como reflexo da dependência da economia mundial em relação ao produto, ou da dependência das fontes de energia, no caso do petróleo, no século XX tornou-se a principal fonte de energia e o “mais importante recurso estratégico do mundo” (Ibid). De acordo com Pimentel um “dos mais importantes pilares de sustentação da sociedade industrial, é um produto finito, sujeito a limites de produção” (p. 19) e envolve-se no problema de maior amplitude atrelado a dependência das fontes de energia, sendo um dos efeitos do processo de industrialização.

Resumidamente, o aumento dos preços do petróleo, decorreu de uma ação de um grupo de países pobres, que se utilizaram da condição de produtores como instrumento de pressão política, o que não deixa de ser uma forma de manipulação da oferta. De acordo com Machado e Pamplona (2008) foi uma ação que pela primeira vez afetou diretamente os países industrializados dependentes do petróleo e que se alastrou por todo mundo. Em outras palavras se refere à dinâmica em que países produtores buscam aumentar seu controle sobre a *commodity* e países importadores buscam assegurar seu suprimento (PIMENTEL, 2011).

Outros pontos referentes à crise residem no fato de que a maioria das matérias-primas eram (e são) fixadas em dólar e por outro lado, a reciclagem dos *petrodólares*, decorrente da disponibilidade de dólares no mercado, afetou o preço de determinados produtos, como também se verificou que a oferta de moeda (dólar) excedia a demanda dos agentes econômicos.

No que concerne ao funcionamento do sistema de *Bretton Woods*, Chesnais (1996, p. 249) apontava que a moeda padrão estabelecida a partir dos acordos desse sistema, fixado pelo dólar embora “atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociado internacionalmente, também determinava as taxas de câmbio de todas as outras moedas”.

No entanto, a dissolução do *gold exxhange standard*, em 1971, os países passaram a determinar sua própria taxa de câmbio, desmantelando-se as taxas de câmbio flutuantes, principalmente entre o dólar, iene e o marco, os dois últimos infiltrando-se como papel moeda de referência internacional. Isso também decorreu do aumento dos gastos públicos dos EUA; assim, para compensar o déficit em sua balança comercial, esse país emitia mais moeda no mercado internacional, o que provocou o aumento do volume de dólares no mercado europeu (eurodólares).

Para Castells (2006, p. 177) o mercado de *eurodólares* significou um “meio para permitir que as EMNs estadunienses, emprestassem e recebessem empréstimos fora dos EUA, contornando as leis estadunidenses”; e permitiu o aumento do fluxo de capital em circulação global. Por outro lado, Alemanha e Japão apresentam suas balanças superavitárias, pois eram receptores de investimentos externos diretos.

Como aponta Belluzzo (1995) as flutuações cambiais vieram acompanhadas pela volatilidade das taxas de juros, e significa seu aumento, e conseqüentemente o aumento do endividamento dos países, fato ocorrido primeiramente nos EUA, seguido dos países europeus e os demais onde ocorreram crescimento das taxas de inflação, desvalorização cambial, aumento do desemprego e das greves (HARVEY, 2004b).

Sobre esse cenário Chesnais (1996, p. 45) demonstra que nos EUA, o “montante acumulado da dívida pública, da dívida das empresas e da dívida das famílias (crédito ao consumidor, *leasing* etc.) era de 1,9 trilhão de dólares em 1970 e já atingia 4 trilhões em 1978”. Esses e outros fatores tiveram proporções significativas nas décadas subseqüentes e ditaram uma nova pauta baseada em ajuste estrutural no sistema capitalista.

Para Eichengreen (2007, p. 183), o colapso financeiro decorrente do “aumento da mobilidade internacional do capital”, como das duas crises do petróleo, exigiram, para quase totalidade dos países industrializados, “modificações estruturais na maioria dos países que participaram do comércio internacionais, como exportadores ou como importadores desse produto” (FURTADO 1977, p. 114), isso resultou na necessidade de redução dos custos globais de produção, desaceleração do crescimento econômico e da produtividade em escala mundial, crescente taxa de desemprego e inflação.

Decorria neste processo modificações nas condições de financiamento do Estado, e afetou as empresas diante da competição internacional, que exigia transformação substancial no setor industrial de base tecnológica e administrativa; em síntese ficou conhecido como reestruturação produtiva, em que o modelo taylorista-fordista (de origem norte-americana) que regia a padronização industrial estava esmorecendo.

De acordo com Castells (2006, p. 97), tais circunstâncias induziram um “novo modelo de acumulação em descontinuidade histórica com o capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial” em que o padrão dólar-ouro cedeu lugar ao dólar flexível, ao adequar-se à nova dinâmica, se edificou o padrão de riqueza calcado no plano das finanças em substituição a produção e do pleno emprego (MAIA e MARIANO, 2008) e se traduziu, na queda da rentabilidade do capital investido na indústria, assim, “os capitais industriais saíram em busca de novas formas de valorização puramente financeiras” (CHESNAY, 1996, p. 252).

Além disso, às pressões da competitividade em paralelo com os avanços tecnológicos proporcionaram o aumento na produtividade e redução dos custos de produção e desenvolvimento de novos produtos dentre outros. Essas novas demandas mediante a crise de instabilidade financeira, de acordo com Belluzzo (1995) acomodou a descentralização do sistema monetário internacional e se verificou transformações financeiras conhecidas pelas designações genéricas de *globalização*, *desregulamentação* e *securitização*, tipificadas por Michalet na configuração global do capitalismo.

Dado o contexto, a premissa calcada na produtividade via industrialização entendida como desenvolvimento dos países, complementa-se às formas dinâmicas da financeirização do capital. No que cabe a expansão industrial, neste período pode ser vista por meio da explicação de Castells (2006) o qual aponta que em meio da flexibilização técnico-econômica e organizacional operacionalizada no processo de re-especialização das empresas transnacionais, coincide com determinações focadas na elaboração estratégica das empresas através de suas competências e dos avanços das tecnologias de informação.

2.7 A 3ª Década de Desenvolvimento das Nações Unidas

A década de 1970 foi marcada por diversas conferências internacionais de temas variados; em 1972, 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente Humano; Alimentação (1974), População (1974), Mulheres (1975), Assentamentos Humanos (1976), Emprego (1979), Ciência e Tecnologia (1979). Estas ficaram conhecidas como o 1º Ciclo de Conferências Sociais da ONU e apoiavam-se no conceito amplo de desenvolvimento, capaz de gerar estratégias nacionais e internacionais (CANO, 2006).

Contudo, em relação a essas conferências é reconhecido pela ONU que,

no começo as conferências não eram vistas como parte de um esforço coletivo, mesmo sendo convocadas pela Assembléia Geral. Cada uma delas tinha suas origens em processos intergovernamentais distintos, alguns deles datando de anos, mesmo décadas antes. No meio da década de 1990, no entanto, estava claro que algo especial e maior estava em andamento, com as conferências acontecendo uma após outra, cada uma voltada para um assunto diferente, e fornecendo uma abrangente visão de desenvolvimento. Por possuírem cada uma um foco distinto, todas se reforçavam, uma vez que estavam inevitavelmente conectadas. Juntas, elas criaram um quadro estratégico de desenvolvimento articulado e abrangente: A Agenda da ONU para o Desenvolvimento (www.un.org/a-onu-e-o-desenvolvimento.aspx)

Da citação supra é perceptível à alusão a dois momentos distintos em que se realizaram as conferências sociais da ONU: o primeiro ocorreu por meio de conferências esparsas, na década de 1970 e o segundo refere-se ao momento em que estas ocorreram de modo mais articulado, realizadas a partir da década de 1990, que será discutido adiante.

De acordo com Fonseca Jr (2008, p. 98) no primeiro ciclo, os temas ambientais ganharam nos anos de 1970, a qualidade de indivisibilidade, em razão de que se percebeu que os efeitos de ações nacionais iam além das fronteiras e afetavam as condições de vida de toda a comunidade internacional. Outra consideração coincide com as críticas à sociedade moderna que se insurgia, destacando o movimento *hippie* e sua contracultura, de Maio de 1968, entre outros (SILVA, 2005).

De acordo com Silva (2005) em relação ao movimento ambientalista que se insurgia, as críticas emersas se direcionavam ao mundo moderno (de sua ciência, técnica e estilo de vida), da crítica ao Estado e ao industrialismo autoritário, dentre as críticas se destaca a de viés neomalthusiano, de limitar o crescimento da população, a fim de evitar a degradação da qualidade de vida.

No que toca a influência neomalthusiana destaca-se o papel do *Clube de Roma* que lançou em 1972 o relatório *Os limites do Crescimento*, o qual apresentou previsões, de certo modo, catastróficas, das quais previam que em 100 anos, se mantidas as [atuais] taxas de crescimento populacional, exploração de recursos naturais e geração de poluição, a raça humana poderia desaparecer, cabe ressaltar que os [atuais] são relativos aos fins de 1960 e início de 1970. Outras questões são enfatizadas no quadro das possíveis consequências do crescimento e pontuam assuntos relativos à energia, meio ambiente, esgotamento dos recursos não renováveis, saúde, industrialização, tecnologia, crescimento populacional e produção de alimentos.

Dentro do contexto a 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (Suécia) contou com a participação de 133 países e mais de 400 outras organizações intergovernamentais e não governamentais. O encontro resultou na *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* (1972), documento conhecido como *Declaração de Estocolmo* e apresentou 26 Princípios que tratam dos diferentes campos relativos à questão ambiental: ciência e tecnologia, educação e outros.

Destes Princípios, Soares (2012) que participou da Conferência como um dos representantes da delegação brasileira, assevera que os 7 primeiros artigos “são o bê-á-bá ambientalista que qualquer criança hoje sabe de cor. Mas, na época, não sabia”. Tal afirmação põe em causa à novidade (à época) e o desafio colocado aos Estados nacionais, tanto para os

PEDs como aos países desenvolvidos, que nas relações entre Norte-Sul, a questão ambiental encontrará consonância aos apelos do direito ao desenvolvimento econômico e social.

As relações entre os países na Conferência é nítida no desempenho do G-77, deste modo, o Brasil liderou a posição contrária do 3º Mundo em relação a proposta de crescimento zero dos autores de *Limites do Crescimento* (do Clube de Roma). De acordo com Silva (2005, p. 36) essa proposta para os PEDs era injusta, tendo em vista que o 1º Mundo só se lembrava da natureza depois de a terem degradado, assegurando um patamar de produção e de tecnologia que agora queriam negar aos PEDs. Mediante a tese de crescimento zero, o Brasil não assinou a *Declaração de Estocolmo*, alegando pautar-se em justificativas como esta.

Na Conferência além da *Declaração*, foi esboçado e posto em votação o *Plano de Ação*, que segundo, Soares são mais de 100 recomendações e mostra o estado incipiente da consideração internacional sobre o assunto. Contudo, as ações da ONU em torno da *Conferência* resultaram em uma agência especializada relativa à temática, pois não havia até o momento um órgão dentro da ONU que tratasse especificamente do assunto, assim surgiram o PNUMA - *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, o Programa de Observação da Terra (Earthwatch), e o CMMAD - *Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (SILVA, 2005, p. 33).

Do ponto de vista político, segundo Soares (2012), a *Conferência* “veio marcar o campo de jogo em que o meio ambiente e desenvolvimento têm de se combinar. Tratar de um sem o outro não funciona”, o que fez com que os estados nacionais criassem órgãos específicos relativos à temática.

Em 1974 o PNUMA e o UNCTAD se reúnem no México para assinatura da *Declaração de Cocoyoc*, de acordo com Silva (2005) nesta reunião as discussões giravam em torno dos seguintes pontos: explosão populacional, pobreza, degradação e responsabilidade dos países desenvolvidos em decorrência de seu nível de consumo, desperdício e poluição.

Estes pontos são abordados em um relatório final feito em parceria com a Fundação Dag-Hammarskjold, PNUMA, 13 organizações da ONU e mais pesquisadores e políticos de 48 países. As conclusões apontam para o abuso de poder por parte dos países desenvolvidos e de sua interferência nos países do 3º Mundo e sua interligação com a degradação ecológica.

As propostas do relatório acenam para estratégias de desenvolvimento em dois quesitos: 1. o da *self-reliance* autoconfiança e 2. Da autonomia dos países pobres. No entanto, seu teor de crítica ao 1º Mundo ocasionou-lhes certa distância por parte de vários governos, políticos e cientistas. O que se tem mais uma vez em causa, se caracteriza nos interesses díspares entre os países do Norte-Sul.

Deste modo, o panorama demonstrou os antecedentes de como a temática ambiental irá se aglutinar nas décadas seguintes ao desenvolvimento e, com efeito, sua emergência se dá em um cenário demarcado pela crise generalizada do período, materializada na crise do petróleo, das relações dos países industrializados e dos PEDs, das relações da divisão internacional do trabalho-DIT e das novas formas de produção entre outros.

Justapõem-se a essas características a transferência de tecnologias e, está associada à procura de mão de obra barata, dos incentivos fiscais, entres outros atrativos que se deram em meio da transplantação de plantas industriais altamente poluentes e da transferência (ou aproveitamento) de tecnologias obsoletas dos países altamente industrializados para os PEDs; isso decorreu com forte impacto para as regiões receptoras, no entanto, para os PEDs o que estava em causa era o seu crescimento econômico, e as preocupações ambientais a princípio, esbarraram nesse objetivo.

Neste contexto os números de crescimento estabelecidos pela ONU eram de 6% e incluíam metas no fluxo de ajuda internacional formulada por meio das estratégias de desenvolvimento. Por outro lado, no âmbito do BM, na gestão Mcnamara¹⁰⁴ percebe-se que as estratégias para o desenvolvimento se deslocaram da ênfase nos agregados econômicos como crescimento econômico para agenda das necessidades básicas humanas (MARANHÃO, 2009).

Essa agenda consistiu na inclusão de alguns aspectos sociais aos quais foram incorporados na pauta do BM e da ONU a partir dos anos 1970, presente nos programas *por poor* (para os pobres) este tipo de abordagem partiu primeiramente da ONU e posteriormente, “5 anos, 10 ou 15 anos foram sendo adotadas pelas instituições de *Bretton Wodds*” (MARKS, 2005). Ou seja, essas instituições “mudaram sua mente para adotar as políticas ou abordagens que muito tinham rejeitado anteriormente” (Ibid).

A incorporação deste discurso ocorreu concomitante, às pressões dos países à ONU e os reflexos ressoaram para que os bancos multilaterais apoiassem reformas sociais, contudo, a abordagem das necessidades básicas se conformaria a uma estratégia de segurança política, pois “tratava de gerir por meio de empréstimos para aspectos sociais básicos, os potenciais conflitos decorrentes da situação da pobreza” (MARANHÃO, p. 36) o que não deixava de ser uma reação à pressão dos países periféricos. No entanto, essas políticas, no caso do BM

¹⁰⁴ Robert McNamara foi presidente do BM entre 1968 e 1981, antes disso, entre outros cargos, foi presidente da Ford Motors e secretário de Defesa dos EUA nos governos de Kennedy (1961-1963) e de Johnson (1963-1969). Fonte: (PEREIRA, 2009, p. 50).

seriam interrompidas com as políticas de ajuste estrutural organizadas pelo Banco nos anos de 1980.

De acordo com Alves Lopes (1999) a sugestão de ajuda financeira dos países industrializados ao desenvolvimento era de que a ajuda aumentasse gradualmente a 0,7% até 1975, essa meta teve apoio no âmbito da UNCTAD e só foi atingida plenamente por apenas 5 países: Suécia, Noruega, Luxemburgo, Países Baixos e Dinamarca.

No âmbito do Banco Mundial e no intuito de divulgar o desenvolvimento, ao final da década, em 1978 é publicado o primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Mundial (RDM) o qual se tornou a publicação anual mais importante do Banco (PEREIRA, 2009, p. 156). De acordo com o site do Banco Mundial a cada ano o RDM apresenta como foco um aspecto específico do desenvolvimento (www.worldbank.com).

De acordo com Pereira, o RDM estava centrado na ideia de interdependência, e dava destaque ao processo de endividamento externo, do qual grande parte dos países da periferia estava financiando seu crescimento econômico, o relatório limitava-se a recomendar mudanças no perfil das dívidas (prazos maiores de vencimento) e nas estruturas de crédito (acesso a mercados de títulos de longo prazo e maior equilíbrio entre o financiamento de fontes privadas e públicas) (BANCO MUNDIAL, 1978: 27 *apud* PEREIRA, 2009).

As primeiras páginas do RDM de 1978 promulga a relação entre crescimento econômico e redução da pobreza. Cabe lembrar que o relatório foi lançado no contexto da gestão de MacNamara, no qual o alvo eram as políticas *por poor*, o que justifica a alusão na melhoria nos indicadores sociais: saúde/condições nutricionais, expansão do sistema de educação/aumento dos níveis alfabetização (RDM, 1978, p. 01, *apud* FAÉ, 2009, p. 201).

Além da alusão em relação aos indicadores sociais, a importância da influência das recomendações que saíram de relatórios como o RDM refletiram em torno das políticas voltadas aos estados nacionais, que na década de 1980, resultaram em grande parte do mundo, na adoção do modelo de políticas neoliberais com implicações estruturais que estavam moldando a arquitetura da configuração global do capitalismo.

Apesar do contexto não ser mais propício às discussões entre Norte-Sul, o que vê na formatação dessas políticas na década de 1980, é a influência dos centros decisórios que partem das agências multilaterais, principalmente das instituições de *Bretton Wodds* enquanto que a ONU aparenta ter esvanecido diante dessas questões.

Os efeitos da crise da década de 1970 refletiram na década posterior com a tomada de políticas de desregulamentação e liberalização econômica, provenientes das ideias neoliberais.

Nas Nações Unidas, esse momento, é assinalado pelo declínio da influência econômica de suas instituições e corresponde aos anos de 1982 até a década de 1990 (RICUPERO, 2007).

Segundo Toye e Toye (2004) o “diálogo Norte-Sul estava efetivamente morto em 1981” e tornara-se cada vez mais marginal nas questões de comércio e desenvolvimento, e fica à mercê dos ditames das instituições multilaterais. O período também é marcado pela crise financeira em todo o sistema das Nações Unidas e se refletia nos impactos na captação de recursos e pagamento das contribuições dos estados membros, deste modo, a crise se arrolava por vários órgãos e agências da ONU. A fragilidade que pesa sobre as contribuições da ONU serviu de mecanismo de pressão para estados ricos como os EUA, em vista que ONU dependia destes para se manter.

Como se vê a década de 1980 é um período de apreensão ao qual afeta seriamente a questão da ajuda ao desenvolvimento. No final da década de 1970 e início da década de 1980 é lançado o Relatório Brandt¹⁰⁵ que abordava a problemática do desenvolvimento em torno das relações entre o Norte (desenvolvido) – Sul (subdesenvolvido), o Relatório trata-se de uma elaboração de uma comissão independente para questões de desenvolvimento internacional (Comissão Norte-Sul) que fora encomendada pelo presidente do Banco do Mundial, Robert McNamara.

De acordo com Rangel (1986) o relatório atribuiu ao Norte toda a responsabilidade pelo atraso do Sul e todo ônus dos esforços no sentido de salvar esses países de sua pobreza. As prescrições do relatório se dão por meio do aumento da ajuda aos PEDs que em curto prazo poderiam acarretar um custo elevado aos países desenvolvidos, no entanto, tais esforços evitariam transtornos futuros decorrentes das relações desiguais entre os países, outros pontos tocam em questões como desarmamento, fome, comércio, indústria, migração transnacional, organizações internacionais, energia, reforma agrária, saúde, emprego, habitação, dentre outros, e propõem uma série de recomendações a respeito desses temas (BRANDT, 1981).

No âmbito da ONU, além do problema da relação norte-sul visto no Relatório Brandt, segundo Cretella Neto (2007, p. 440) é mantida a Res. 35/56, de 05.12.1980, sobre a Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Terceira Década (1980-1990) sendo também aprovado por meio da Res. 35/66 de 05.12.1980 - A Década de Desenvolvimento para a África (DDA) (ONUDI, 1987).

¹⁰⁵ De fato o relatório foi concluído em 1979 e foi apresentado em 1980, sua elaboração foi coordenada pelo prêmio Nobel da Paz de 1971, o alemão socialista e jornalista Willy Brandt, este foi chanceler da Alemanha (1969-1974). Fonte: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/brandt_willy.shtml. Acessado em 01/10/2012.

Por outro lado, nos países desenvolvidos – a Revolução Conservadora dos governos de Reagan nos EUA (1980) e Thatcher na Inglaterra (1979) adotaram políticas de ajuste estrutural, de redução da participação do Estado na economia, exigia-se a estabilidade monetária por meio de disciplina orçamentária que visava ajustes da balança de pagamentos de taxas flutuantes, elevação das taxas de juros e combate à inflação e redução dos gastos sociais (TAVARES, 1993; DUPAS, 2005a).

Anderson (1995) afirma que a política econômica neoliberal propagou-se além dos EUA e dos países da OCDE espalhou-se para o leste europeu e aos países subdesenvolvidos da América Latina. Conforme Cocco (2000, p. 61), esses países se integraram na tendência de ordem global de Reforma do Estado, e acataram as recomendações de ajuste macroeconômico desenhados pelas organizações de *Bretton Wodds*, que impuseram entre outras medidas, garantias que assegurem o pagamento da dívida dos países, e como resultado transferiu-se grande parte do funcionalismo estatal para o setor privado, outros serviços da competência do Estado foram transferidos para as ONGs (atribuindo-lhes responsabilização pelo atendimento das necessidades básicas das camadas mais pobres).

Assim, a crise do modelo de regulação que foram atribuídas como resultado das economias fordistas e das políticas de industrialização por substituição de importação¹⁰⁶ do II pós-guerra, demarcou mudanças de reestruturação do sistema capitalista envolvidas por uma série de eventos.

Um dos efeitos se deu com o aumento da dívida dos países e resultou em recessão mundial, vários exemplos podem ser pontuados como a crise da dívida de 1982 (México¹⁰⁷), moratória imposta pelo Brasil em 1986, junção de recessão e inflação (estagflação) em vários países da OCDE, atenuação das políticas de bem-estar social com políticas salariais restritivas, privatizações dos projetos nacionais desenvolvimentistas com a venda de setores inteiros da economia (ex. da Argentina e outros países), o que permitiu em alguns casos a conversão da dívida (desses países) em títulos de propriedade entregues aos credores (CHESNAYS, 1999, p. 256).

¹⁰⁶ Consiste no aumento da produção interna de um país mediante à diminuição de suas importações, é também obtido pelo controle das taxas de importação e manipulação das taxas de câmbio. Esse tipo de política encontrou defesa por meio da CEPAL; este modelo foi implantado em muitos países da América Latina, p. ex. Brasil, México e Argentina, em países da África e África do Sul. Uma das ideias chave tinha a seguinte premissa: “produzir internamente tudo o que antes era importado/ou que iria ser importado” (TAVARES, 1972).

¹⁰⁷ A crise do México de 1982 como de vários países em desenvolvimento pode ser assinalada pela incapacidade cumprir com os pagamentos perante aos bancos, Chesnay (1996, p. 256) faz uma observação interessante a respeito da crise da dívida do Terceiro Mundo para com os Bancos, e aponta o seguinte “não houve nenhuma crise bancária, quando muito, para certos bancos de certos países, houve prejuízos que levaram a uma queda nos lucros e, no caso dos bancos privados, nos dividendos e na cotação de suas ações nas Bolsas”.

Deste modo, dar-se-á vazão a abertura dos mercados, em detrimento de políticas econômicas determinadas de fora para dentro. Com o apoio político e financeiro dos países industriais, neste contexto as agências multilaterais consistiram por um tempo, segundo Ricupero, como:

a única fonte possível de finanças e os provedores exclusivos de apoio para os acordos de reestruturação da dívida, não é de admirar que eles tinham todos os "dentes" de que precisavam para impressionar com uma força persuasiva especial as suas doutrinas sobre países totalmente debilitados pelo período descrito como a década perdida (Ibid, 2007, p.14).

A agenda de desenvolvimento foi estreitada a tal ponto que seus reflexos foram constatados nos dados estatísticos de diversas agências da ONU. De acordo com Marks (2005) os anos da década de 1980 foram batizados como uma década perdida para o desenvolvimento, e em especial para os países da África Subsaariana¹⁰⁸ e América Latina, os quais vivenciavam os desequilíbrios sociais resultantes em parte da distribuição desigual de renda ou dos ganhos do progresso técnico.

Em razão desses fatores, no final da década, a ONU brandamente despontou suas primeiras críticas às políticas neoliberais e o slogan assumido recomenda por políticas de desenvolvimento que se apresente por uma face mais humana.

Por outro lado, de acordo com Santos (2002), o consenso neoliberal, emerge como a ordem vigente e assim, foi legitimado no *Consenso de Washington* que serviu como meio de regulação e dinamização das políticas neoliberais, manifestadas no início da década de 1980 e funcionariam com uma espécie de panacéia para os problemas de ordem econômica, e à mão invisível do mercado, que se delegava como a resolução dos problemas do desenvolvimento, acabara acentuando os problemas sociais em diversas partes do mundo.

Para Castells (2006, p. 176) isso pode ser analisado pela interação entre os mercados, governos e instituições financeiras os quais promovem suas ações em nome dos mercados. Nesse contexto, Ianni (1995) evidencia a relação da política econômica com as agências multilaterais e expõe o neoliberalismo como meio de generalização das forças do mercado em âmbito global.

¹⁰⁸ Países da África Subsaariana (em ordem alfabética): África do Sul, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe.

Conforme Castells (2006), essa época favorecia a esses governos a opção pela globalização entendida como abertura de seus mercados. Esse cenário é identificado na configuração global (MICHALET, 2003), onde as empresas e mercados financeiros se reestruturaram tendo como principal instrumento a desregulamentação dos mercados, sendo assim, o princípio exclusivo da regulação.

Deste modo, o resultado de uma série de negociações e de convergências implicou no “enfraquecimento dos atores públicos em benefício dos atores privados” (p. 107) é com esta perspectiva que Ianni (2011, p. 225) assinalou que a crescente transnacionalização da economia além de reorientar reduziu a capacidade decisória dos governos nacionais.

No âmbito das Nações Unidas, em 1986, a questão do desenvolvimento prossegue e agrega novas conotações seja como Direito ao Desenvolvimento, Res. 41/123 estabelecida pela AG na *Declaração do Direito Internacional ao Desenvolvimento*, o qual situa “a pessoa humana como sujeito central do desenvolvimento”, premissa que lançará as bases para um novo enfoque na questão do desenvolvimento, como será visto a seguir com a introdução do Índice de Desenvolvimento Humano.

Outra conotação dada à questão aparece com a denominação de “desenvolvimento sustentável” por meio do Relatório Brundtland de 1987, tal conceito é “entendido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46 *apud* MARANHÃO, 2009, p. 78). Deste modo, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se situa como um dos reflexos das perspectivas pós-Estocolmo, embora alteradas pelas crises do petróleo (SOARES, 2012), retomam no fim da década 1980, e um dos fatos que marcam a preocupação com o ambiente se dá em função do acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia em 1986, até aquele momento o maior acidente nuclear civil registrado.

Mediante as preocupações, no âmbito da ONU o SG da época, Juarez Perez Cuellar, convidou a 1ª Ministra da Noruega, Gro Harlem para organizar uma comissão independente, a fim de produzirem propostas sobre o meio ambiente, e resultou no Relatório Brundtland. De acordo com Soares (2012) o relatório

continha uma ideia-força, o conceito de desenvolvimento sustentável com a finalidade de reorientar as políticas econômicas sem barrar o caminho aos retardatários, os países subdesenvolvidos. Era preciso contornar a desconfiança que havia permeado Estocolmo e permitir decisões inovadoras no âmbito global (s/p).

Soares prossegue suas observações e atina que a redação do relatório aparece com um “tom meio literário”, sobre isso destaca a passagem no qual o desenvolvimento sustentável visaria “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de futuras gerações proverem suas próprias necessidades”, e isso não tranquilizou as dúvidas dos PEDs quanto a condicionamentos impostos ao crescimento de suas economias. Mais adiante, se negociou no PNUMA outro texto mais explicativo, que passou a ser aceito.

Por outro lado, ao final da década de 1980, coube à ONU assumir o que Marks (2005) denominou no papel de “discordância construtiva” através do UNICEF quando propõe a adoção de ajuste estrutural com uma face humana – o *Adjustment with Human Face*. Tal abordagem veio publicada em dois volumes de relatórios do UNICEF em 1987, e as repercussões da abordagem com a face humana, tomam densidade na década de 1990 concretizadas pelo segundo ciclo de conferências sociais.

Além do relatório do UNICEF, a Comissão Econômica para a África (CEA) se manifesta, e argumenta que as tentativas de desenvolvimento empreendidas na África não foram benéficas, e em 1989, a Comissão emitiu o relatório Quadro Africano alternativo para o ajuste estrutural de Programas (AAF-SAP), adotado pela AG da ONU em novembro do referido ano, este relatório apontava as falhas desses empreendimentos.

Em resposta, o escritório africano do BIRD publica em 1989 o Relatório Sub-saharian África: from crisis to sustainable growth, relata que apesar dos fracassos das reformas na África da década de 1980 resultarem do privilégio dado às variáveis econômicas em detrimento das variáveis políticas e sociais nos projetos de desenvolvimentos financiados pelo Banco e pelos governos nacionais, os peritos do BM justificam que as políticas de ajuste estrutural não lograram êxito, devido a fatores de ordem interna, de gestão, em outras palavras, responsabiliza o problema na questão da má governança (PEREIRA, 2009).

Problemas como este podem ser enquadrados nas assertivas de Elias quando pondera que os peritos do desenvolvimento, dos países mais avançados, ao recomendarem a agenda para o desenvolvimento, partiam da formulação de um problema estritamente econômico, de recomendações que objetivavam “regular a produtividade e o rendimento”. Entretanto, tais recomendações podem ou não produzir resultados previsíveis, pois “planos puramente econômicos podem falhar, porque outros aspectos não econômicos, mas funcionalmente interdependentes de uma sociedade, atuam como um travão, empurrando-os na direção oposta” e conclui dizendo que “ações planejadas podem ter consequências inesperadas (2007, p. 160).

Tavares (1996, p.134) mostra que esse enfoque sobre a crise das políticas de ajuste é atribuído ao “problema da governabilidade” e se refere “na capacidade ou poder de formular e implementar políticas, obedecendo o tempo e administrando conflitos, em abandonar os objetivos centrais inicialmente propostos pelas autoridades constituídas”.

Esse tipo de problema, em específico da África, mostrado no relatório do BM o direciona para os atores que gerenciavam as instâncias de desenvolvimento, no âmbito dos estados e de sua instabilidade política. Neste caso, a má governança de gestão é identificada no problema da corrupção dentro dos Estados (PEREIRA, 2009; MARANHÃO, 2009).

Portanto, as conclusões do relatório do BM serviram para responsabilizar os países subdesenvolvidos pelo próprio processo de desenvolvimento, deste modo, condenava os próprios países pelo fracasso de suas políticas de desenvolvimento. Para complementar suas justificativas o relatório da BM sobre a África apresenta recomendações baseadas no princípio de (*building capacity*), construção de capacidades, e se apresenta nos esforços das políticas macroeconômicas e eficiência na infraestrutura, tópicos que aparecem em várias publicações do Banco a partir da década de 1990.

O enfoque dessas premissas do BM tem influência nas teorias do capital humano de Schultz e da Escola de Chicago, a teoria coloca o ser humano a partir da perspectiva do aumento da produção, em suma, significa garantir maior produtividade à economia por meio do aumento da produtividade das pessoas (MARANHÃO, 2009).

Segundo Maranhão (2009) construir capacidades parte da composição de três elementos: 1. O desenvolvimento humano (provisão de saúde básica, educação, nutrição e habilidades técnicas); 2. Reestruturação das instituições públicas e privadas; 3. Aperfeiçoamento institucional. Os três elementos, são definidos no relatório do BM sobre a África nos termos do aumento da produtividade das economias, ou seja, enfatizou reformas nas estruturas dos Estados da África Subsaariana.

A ideia acima esboça o conceito de governança o qual terá uma sistematização maior no BM na década de 1990, e dará ênfase na função do ambiente institucional, assunto este que não é novidade. Neste sentido, remete-se ao que foi visto no *Measures* de 1951, e como se vê, no fim do século XX no contexto do Banco Mundial vem reencarnado na doutrina de boa governança. Embora observados em tempos diferentes e com especificidades, o papel do ambiente institucional nos dois momentos (do pós-guerra: *Measures*/ fim de século: BIRD) tem em comum o princípio da importância da função do Estado, e neste sentido este se faz imprescindível quanto agente viabilizador das políticas de desenvolvimento.

Cabe expor que à forma de como o Estado intervém na economia nestes dois momentos tem suas especificidades, contudo, o que se quer destacar é a capacidade ou à exigência recaída ao Estado em gerir políticas eficazes e isso depende do funcionamento de suas instituições. Assim o funcionamento do aparelho estatal, na década de 1990 passou a ser norteado por noções de “boas práticas” ou “boas políticas”. Essas premissas começam a ser vigoradas no momento em que o Estado sofria muitas críticas a respeito de sua ineficiência o que abrangia o funcionamento de suas empresas estatais e coincidentemente, neste período muitas estatais foram privatizadas como forma de enxugamento da máquina do Estado.

Apesar da abordagem resumida, a questão de eficácia das instituições do Estado, na direção de suas políticas econômicas é pertinente para o entendimento de como as políticas nos estados nacionais deveriam ser empreendidas, neste ensejo é necessário expor as alterações do conceito de *Governabilidade* sofrido ao longo das últimas décadas do século XX que segundo Fiore (1995) passou por várias redefinições nos debates acadêmicos e políticos.

Para os primeiros debates (década de 1960) recaíram na inflexão conservadora das teorias de modernização e do seu otimismo desenvolvimentista (década de 1950) o qual mantinha a relação de desenvolvimento econômico e construção democrática da periferia capitalista, no entanto, a partir dos argumentos de Samuel Huntington, Fiore destaca que em meados da década de 1960, há uma inversão que adverte para a crise democrática dos países industrializados e os da periferia, onde as preocupações com a governabilidade tenderam a focar a preservação da ordem, ou seja, da gestão da instabilidade política (Ibid).

Com peculiaridades nos países centrais e na periferia, a crise democrática se deu na sobrecarga de demandas sociais, argumento que ademais racionalizou a virada conservadora dos anos da década de 1980 e desmantelou anos de conquistas das políticas do *Welfare State*, enquanto que na periferia, a crise democrática, se deu na debilidade institucional de suas democracias, argumento este segundo Fiore foram conveniente aos regimes autoritários ou militares que insurgiram na América Latina e África (anos de 1960-70) que se prestavam na preservação da ordem.

Dessa trajetória, as alterações do conceito da *Governabilidade* partiram da escola da Nova política econômica (*new political economy*): junção entre o neoliberalismo econômico de Hayek e da Teoria de Jogos, seguida pela teoria da ação racional que resultou na escola da escolha pública; estas teorias serviram de base do neoliberalismo do final do século XX (Ibid).

Contudo, Fiore remete que essas teorias tratam do aprofundamento schumpeteriano sobre a política enquanto mercado e o cálculo do interesse individual o qual procura fundamentar o comportamento dos eleitores, das burocracias e da classe política. Essa visão reduz o Estado, os governos e os sistemas políticos a uma soma de indivíduos orientados na busca de vantagens individuais. Isso permitiu a derivação implícita de que a funcionalidade das democracias de massa do pós-II Guerra (que demandava direitos via gastos sociais públicos), fosse responsabilizada pela ingovernabilidade e crise fiscal, instabilidade e crise das economias centrais das décadas de 1970-80.

Segundo Fiore, na década de 1980 a agenda da governabilidade é desenhada com as premissas do Estado Mínimo, de Robert Nozick e segue-se na segunda metade da década com o neo-institucionalismo, de Anthony Downs, redimensionado na importância dos valores sociais de impacto do comportamento dos atores e das instituições políticas e econômicas, a ideia síntese de governabilidade é acentuada na possibilidade de alterar os comportamentos por meio da indução de valores pessoais e sociais.

A trajetória do conceito como se pode observar é carregada de nuances, e na década de 1990, a governabilidade é incorporada na linguagem do BM e agências multilaterais, moldada nos princípios de governança ou boa governança, os quais se associam ao programa de homogeneização das políticas de corte liberal-conservador (Ibid).

Apesar do conceito de governabilidade ter variado de acordo com “o tempo e espaço” o que aponta para condições sistêmicas de exercício eficiente do poder, segundo Fiore, não há muita novidade conceitual nos princípios da boa governança ou de boas práticas aplicado nas últimas décadas e os demarca no escopo de “indeterminação teórica”, e resumido assim, como categoria estratégica, nesse caso, de manutenção do sistema ou da ordem.

No caso, do BM, a expressão Governança propagou-se a partir do documento Governance and Development (1992), neste são preconizados as boas práticas, boas políticas, boas instituições a serem adotadas e mantidas pelos países, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento”, e implica no exercício da autoridade, controle, administração, poder e capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” (WORLD BANK, 1992, p. 01).

Com outro foco, as Nações Unidas endossa a discussão da construção das capacidades, e parte das formulações de Amartya Sen que ressoa na ONU na formulação do IDH pelo PNUD. De acordo com Maranhão (2009) a apreensão da expressão “capacidades” aparecem sob óticas diferentes entre o BM e a ONU, o primeiro se centra na construção das capacidades

das pessoas com vistas ao aumento da produtividade, enquanto que a ONU, a partir da abordagem de Sen coloca o homem no centro deste processo.

A retomada da teoria do capital humano no viés dado por Sen, aborda o desenvolvimento como processo da expansão das liberdades, ou seja, de expansão de suas escolhas e traz a qualidade dos seres humanos, do fortalecimento de suas capacidades, não necessariamente no mérito de empregar essas qualidades como simplesmente o aumento de produtividade.

Portanto, o que essas abordagens trazem é o embasamento teórico de temas anteriormente esboçado na *Declaração do Direito ao Desenvolvimento*, de 1986, onde o homem é centro do desenvolvimento. Como visto as mudanças de perspectiva ao tratamento do desenvolvimento trazem a trajetória assinalada em redefinições, do qual o tópico seguinte focalizará a partir do II Ciclo das Conferências Sociais das Nações Unidas e de seus desdobramentos.

2.8 Do 2º Ciclo das Conferências Sociais das Nações Unidas, do IDH aos ODMs

Em face da configuração global, Michalet (2003) mostra dois aspectos: a vitória da globalização (p. 107) e a globalização desigual (p. 145) são títulos de capítulos do livro “O que é a Mundialização” o qual apresenta as configurações do capitalismo, discutidas no 1º Capítulo. Para esta sessão a configuração global é o contexto do qual se tece a questão do desenvolvimento nas Nações Unidas entre as décadas de 1990-2000.

O eco dos dois títulos citados do livro de Michalet se remete em paralelo ao contexto em que as Nações Unidas parece ter saído de seu esmorecimento, do que muitos autores consagraram na “década perdida”. Assim, na década de 1990 no que toca às resoluções relacionadas ao desenvolvimento, podem ser citadas: Res. S-18/3 de 01.05.1990, que discorre sobre a *Declaração sobre a Cooperação Econômica Internacional*; Res. 45/199 (21.12.1990) relativa a estratégia internacional para a quarta década de desenvolvimento da ONU (1990-2000); Res. 50/107 (20.12.1995), do qual e proclama a 1ª Década da ONU para erradicação da pobreza (1990-2000).

A saída ao esmorecimento da ONU na década de 1990 é dado na intensificação de suas conferências globais, conhecido como o 2º Ciclo Social das Conferências e realizou-se por meio da: Cúpula Mundial sobre a Criança (1992), ECO 92 (1992-Brasil), Conferência Mundial de Viena sobre os Direitos Humanos (1993-Viena), População (1994- Cairo) Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995-Copenhague), VI Conferência da Mulher,

Segurança e Paz (1995-Pequim) e Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (1996) (CANO, 2006).

Para Cano (2006, p. 61) o II Ciclo Social das Conferências, “partiu de uma dinâmica política aos programas de ação social em determinados campos” que buscavam auxiliar no avanço do consenso internacional acerca das prioridades do tema do desenvolvimento e traziam um novo elemento para o cenário internacional marcado com o fim da Guerra Fria ou da bipolaridade do Mundo, no qual há significativa inserção de novos países na ONU (países da ex-União Soviética) e resultará em preocupações enquanto ao desenvolvimento destes.

As Conferências trouxeram “novas abordagens a temas que já vinham sendo debatidos” (Ibid). Portanto, os temas globais se revestiram de uma nova dinâmica, não mais pontuada necessariamente para as questões de segurança internacional, embora esta tome outra tonalidade a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001¹⁰⁹.

Segundo Ribeiro (1997), conferências como a Eco 92 representam megas rituais globais. Os megas rituais são caracterizados por este autor por 3 tipos: 1. os megas shows de rock que propalam a estandarização da cultura global; 2. os grandes eventos de competições mundiais, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol; 3. as conferências da ONU, todos eventos promovidos por uma agência imediatamente vinculada à promoção do inter- e do trans-nacionalismo” (p. 23).

A Eco 92 que oficialmente denomina-se II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é marcada como uma das mais importantes conferências da história, e até aquele momento foi a maior conferência realizada pela ONU, e se realizou como “a primeira oportunidade de enaltecer a nova ordem mundial, após a queda do muro de Berlim” e estabeleceu-se em uma “estratégia internacional de prevenção de conflitos, tomada de paz, consolidação da paz, e manutenção da paz” (ONU, 2005, p.13).

No evento, reuniram-se os mais poderosos atores da economia política transnacional, constituindo um mega evento global com a presença de “representantes de Estados nacionais, de agências multilaterais e de corporações transnacionais, a comunidade científica e a sociedade civil global” que estabeleceram uma série de pactos e alianças que assentariam uma “nova ideologia transnacional ascendente, o ambientalismo” (RIBEIRO, 1997, p. 23).

¹⁰⁹ Se refere aos atentados ao World Trade Center ocorridos em 11.09.2001, após o acontecimento o Estado norte-americano se utilizou desse pressuposto para atacar facções terroristas, impingindo-lhe a conotação de “combate ao terrorismo ou de guerra ao terror” o que supostamente dava-lhes justificativa para invadir o Iraque¹⁰⁹, fato ocorrido em março de 2003. Esse discurso foi utilizado pelo presidente (da ocasião) George W. Bush, e na AG da ONU foi defendido pelo então secretário do Estado norte americano, Colin Powell. A invasão do Iraque decorreu da “suposta existência de armas de destruição em massa, nunca encontradas, e o vínculo ainda não estabelecido entre o então presidente iraquiano, Saddam Hussein, e o líder da rede Al-Qaeda, Osama Bin Laden, apontado como o responsável pelo 11 de Setembro” (TEXEIRA, 2009, p.07).

Dentre os resultados estão a aprovação da Agenda 21 (conjunto de objetivos comuns para a humanidade no próximo século), Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e a Declaração sobre Florestas. De acordo com Soares (2012) temas como o subdesenvolvimento e a desigualdade continuavam a dividir o mundo no que se identifica como norte-sul. Diante do cenário, os documentos aprovados na reunião deveriam partir de “acordos que traduzissem em todos os campos o conceito do desenvolvimento sustentável”.

Anos depois, no intuito de discutir e avaliar os resultados da Eco-92, em uma sessão extraordinária da AG da ONU, em 1997, se realiza a Rio +5¹¹⁰, as conclusões não foram satisfatórias; ademais tais discussões se assinalam no quadro de Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Maranhão (2009) coloca que por meio dessas conferências foram introduzidas críticas aos efeitos sociais das reformas de ajuste estrutural. A crítica estava voltada na falta de intervenção humana na globalização. Com esta noção, um dos pontos culminantes sobre a questão do desenvolvimento no sistema da ONU a partir de 1990 se deu com as publicações anuais do PNUD do Relatório do Desenvolvimento Humano - RDH.

A inovação do PNUD por meio do RDH veio com a introdução do Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, trata-se de uma “medida autêntica do progresso sócio-econômico” (PNUD, 1990, p. 20). Segundo os técnicos do PNUD parte de uma abordagem holística de desenvolvimento e alternativa ao PIB como mensuração do desenvolvimento, em outras palavras, uma alternativa fundamental à ortodoxia de *Bretton Woods* (Ibid).

O cálculo do IDH debruçou suas atenções para necessidades básicas como: educação, saúde, alimentação, entre outros, segundo seus elaboradores sua ênfase é em torno das pessoas e sua abrangência se dá nas dimensões econômica, social, cultural e política. Como indicador sumariza-se em 3 pilares: 1. renda (*per capita* real), 2. nível educacional (alfabetização e taxa de matrícula) e 3. Longevidade (expectativa de vida ao nascer). Estes se empreenderam (e ambicionam) a medir a qualidade de vida dos países.

Nos RDHs, o conceito empregado é o de desenvolvimento humano; em resumo, é definido como um processo de alargamento às escolhas das pessoas e o reforço das capacidades humanas (PNUD, 1990, p. 1). Complementam-se ao IDH outros índices para a mensuração do desenvolvimento humano: Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG); 2. IDHAD Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, 3. O Índice de pobreza humana (IPH) ou IPM - Índice de Pobreza Multidimensional (www.pnud.org.br).

¹¹⁰ Em 2012 foi realizada a Rio+ 20.

A ONU por meio dos relatórios de IDH mais uma vez se afirma como veiculador de ideias e valores no cenário internacional, devido à sua magnitude a organização desperta diversos debates e aos que concerne ao IDH, Cano (2006, p. 93) aponta inquietações a partir da metodologia utilizada na mensuração dos índices o que tem levado à sua permanente revisão e refinamento.

De acordo com Cano (2006, p. 69) estes relatórios direcionam a 2 questões: 1. Como o desenvolvimento econômico pode ser gerido segundo o interesse das pessoas? 2. Que políticas estratégias devem ser perseguidas, uma vez que as pessoas, não os produtos, são o foco principal da atenção nacional? São questões que batem de frente com ideias tradicionalmente aventadas ao desenvolvimento, como o de crescimento econômico do Produto Nacional Bruto- PNB, da renda per capita (ou aumento das rendas pessoais que envolvem a concentração de renda, que alarga o fosso social entre ricos e pobres), da industrialização, do avanço tecnológico ou modernização.

Por outro lado, a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), a abordagem do desenvolvimento humano alcançou ampla atenção, que são apresentadas anualmente com os IDHs e compõem uma série de indicadores.

Do ranking relativo ao ano de 2011, este é composto pela listagem de 187 países e são classificadas por IDHs:

- Muito Alto: corresponde as primeiras 47^a posições, os 10 primeiros são: Noruega, Austrália, Holanda, EUA, Nova Zelândia, Canadá, Irlanda, Liechtenstein, Alemanha, Suécia e Suíça.
- Alto: países que ocupam as posições entre 48^o a 93^o.
- Médio: países que ocupam as posições ente 94^o a 141^o.
- Baixo: países que ocupam as posições entre 142^o a 187^o.

Destes, o IDH mais baixo é ocupado pela República Democrática do Congo (PNUD, 2012). Na classificação de 2011 o Brasil figura com IDH Alto e ocupa 84^a posição, o que chama atenção é que nesse mesmo ano o país figurou como a 6^a maior economia mundial, o que demonstra o descompasso entre as questões.

No final da década de 1990, em comemoração a virada do milênio o sistema ONU e várias organizações, lançam na Cúpula do Milênio o novo redimensionamento ao Desenvolvimento com a Declaração do Milênio e o seu plano de ação, denominado Objetivos do Milênio- ODMs. Dentre as organizações envolvidas tem-se destaque o PNUD, Banco Mundial, UNICEF, PNUMA, UNFPA, OMS, FMI, FAO, OMC, OCEDE, FAO, FIDA, OIT,

UIT, ONUSIDA, UNCTAD, GNUD, UNESCO, ONU mulheres, ACNUDH, OPAS, OMM, OMT.

Assim, representantes de 189 países membros da ONU, incluindo 147 chefes de Estado assinaram a Declaração do Milênio, Res. 55/2, de 08 de setembro de 2000. Este documento segundo o *website* do Ministério das Relações Exteriores do Brasil é o “mais importante compromisso internacional em favor do desenvolvimento e da eliminação da pobreza e da fome no mundo”.

A Declaração apresenta os Objetivos do Milênio, definidos em 8 objetivos de redução da pobreza a serem alcançados até 2015, com 18 metas e 48 indicadores. No quadro página seguinte são apresentados os Objetivos do Milênio.

Quadro 2: Objetivos do Milênio

ODMs	Metas
1 Redução da metade da pobreza e a extrema fome	1. Reduzir pela metade até 2015, a proporção de pessoas que possuem renda abaixo de US\$ 1 por dia ¹¹¹ . 2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas que passam fome.
2 Universalização da educação primária	3. Garantir que, até 2015, as crianças e todo o mundo, tanto meninos quanto meninas, sejam capazes de completar todo o curso da escola primária.
3 Igualdade entre os gêneros	4. Eliminar a disparidade entre os sexos no que concerne as educações primária e secundária, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis educacionais até 2015.
4 Redução da mortalidade infantil	5. Reduzir em 2/3, até 2015, a mortalidade de crianças abaixo de 5 anos.
5 Melhoria da saúde materna	6. Reduzir em 3/4, até 2015, a taxa de mortalidade humana.
6 Combate a HIV/AIDS e malária	7. Ter cessado e começado a reverter, até 2015, o avanço do número de infectados com o vírus HIV/AIDS. 8. Ter cessado e começado a reverter, até 2015, o avanço do número de infectados com malária e outras doenças.
7. Promoção da sustentabilidade ambiental	9. Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. 10. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a fontes seguras de água e saneamento básico. 11. Ter alcançado até 2020 um aumento significativo na qualidade de vida de 100 milhões de pessoas que vivem em favelas
8. Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento	12. Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado na previsibilidade e na não discriminação. 13. Atender as necessidades especiais dos Países Menos Desenvolvidos (inclui alívio da dívida dos países mais endividados, o acesso dos produtos dos países menos desenvolvidos aos mercados dos países desenvolvidos, entre outros) 14. Atender as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem saída para o mar e dos países insulares em desenvolvimento (através do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável de Estados Insulares em desenvolvimento). 15. Lidar compreensivamente com as dívidas dos países em desenvolvimento. 16. A partir de um projeto de cooperação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, desenvolver e implementar estratégias para um trabalho decente e produtivo para os jovens. 17. Em cooperação com companhias farmacêuticas, prover acesso a remédios essenciais nos países em desenvolvimento. 18. Em cooperação com o setor privado, tornar disponíveis os benefícios de novas tecnologias, especialmente as tecnologias de informação e comunicações.

Fonte: www.un.org

¹¹¹ Peritos do Banco Mundial fixaram esse valor para US\$ 1,25 em 2008.

Dos 8 Objetivos do Milênio, conforme o Relatório dos ODMs de 2012, 3 foram cumpridos em 2012: (Pobreza, Favelas, Água). Apesar do otimismo das Nações Unidas para o cumprimento dos objetivos, projeções para 2015 estimam que mais 600 milhões de pessoas no mundo não terão acesso à água potável, e quase um bilhão de pessoas ainda viverão com menos de US\$ 1,25 por dia¹¹² (ONU, 2012, p. 04).

A análise do alcance desses objetivos (1990 é o ano-base para o cálculo dos avanços) apresentada no Relatório dos ODMs de 2012, mostra em números uma queda das taxas de pobreza e de extrema pobreza, com redução em todas as áreas em desenvolvimento, incluindo a África Subsaariana, a mais pobre do mundo; a proporção de pessoas que vivem com menos de US \$ 1,25 por dia caiu de 47% em 1990 para 24% em 2008, ou seja, de 2 bilhões de pessoas que se encontrava nessa situação, passou para menos de 1.400 bilhão (Ibid).

De acordo com o referido relatório, a despeito da crise financeira atual, problema que afetou nitidamente os países desenvolvidos, este aflige o andamento do ODM -08, a respeito cita-se o prefácio do Relatório dos ODMs, o qual é assinado pelo SG das Nações Unidas, Ban Ki-mon, este se pronuncia otimista, e afirma que

Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 é desafiador, mas não é impossível. Muito depende de se fazer cumprir a Meta 8: Parceria Global para o desenvolvimento. A atual crise econômica que afeta grande parte dos países desenvolvidos não deve retardar ou reverter o progresso conseguido. Vamos aproveitar o máximo dos sucessos alcançados até agora, e não vamos ceder até que todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam atingidos (ONU, 2012, p. 03).

A visão do SG se baseia perante os dados do relatório do PNUD de 2012 que apresenta alguns números animadores, contudo o desafio é grande e há diversos críticos do alcance dos ODMs. Sutilmente, Fonseca Jr (2008, p. 42) relata a fragilidade desses, pois se tratam de intenções e, entre as metas e a realização, a distância ainda é significativa, portanto, “não cria obrigações, somente pautas de conduta”.

Como se pode ver os ODMs são metas específicas a serem alcançadas até 2015, deste modo, coube aos estados signatários o acompanhamento do alcance dos ODMs que estão sendo divulgados por meio de relatórios nacionais e regionais.

Cabe lembrar que apesar destes objetivos serem firmados na Cúpula do Milênio, em 2000 e, são problemas outrora discutidos com o Pacto pelos Direitos Econômicos Sociais e

¹¹² Quando os ODMs foram lançados o teto era de US\$ 1,00, sendo que o critério adotado para definir o que seria abaixo da linha da pobreza é o que foi definido pelo RDM do Banco Mundial de 1990, sendo que esse valor foi redefinido pelo Banco Mundial em 2008. Fonte: http://www.economist.com/node/11409401?story_id=11409401&fsrc=RSS. Acessado em 12/03/2012.

Culturais, de 1966, na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) e do II Ciclo de Conferências Sociais da ONU e se prosseguiu na Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento – Monterrey 2002, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Johannesburgo, entre outras reuniões que discutiam o problema do desenvolvimento.

Diante do cenário esboçado a partir do processo de globalização sinalizado nas últimas décadas, discutido aqui por meio de organizações como as Nações Unidas, compreende-se que existem esforços na mobilização para o desenvolvimento, sejam em torno da liberalização da economia, de combate à pobreza, sumarizado nos ODMs ou da noção de sustentabilidade e estão concatenados à formação do sistema econômico global.

Dado o contexto de formação e organização do sistema econômico global, a proposta deste capítulo foi delinear como as Nações Unidas foi envolvida neste processo e de suas desenvolvimentos a respeito do desenvolvimento. Para o próximo capítulo, se tem o objeto central da pesquisa, e se trata de uma das agências da ONU envolvida no problema do desenvolvimento.

A escolha da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) se constitui como um dos parâmetros que se pode visualizar o papel das Nações Unidas sobre o problema do desenvolvimento, tal recorte considerou um dos fatores centrais do problema: a industrialização. Assim, o 3º capítulo apresenta um contexto de mais de 45 anos de existência da ONUDI emerge como agente viabilizador para a arquitetura da configuração global do capitalismo.

CAPÍTULO III

3 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ONUDI

A Organização das Nações Unidas para Industrialização é uma organização do setor público internacional e uma das agências especializadas do sistema das Nações Unidas. Criada em 17 de Novembro de 1966, por meio da Resolução 2152, foi aprovada na ocasião da 7ª plenária da Assembleia Geral da ONU. Surgiu com o objetivo de promover e acelerar o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento e economias em transição e para cooperação industrial internacional.

A organização funcionou até 1985, como órgão subsidiário das Nações Unidas, momento em que alcança o *status* de agência especializada. Dos quase 50 anos de história, sua trajetória se revela emblemática e, muitas vezes pontuada por disputas políticas e ideológicas entre os blocos de países. Tornou-se um dos palcos onde a pauta se arrolava em torno do desenvolvimento dos países, em específico, ligado em “grandes debates ideológicos sobre como industrializar” (BROWNE, 2012, p. XII).

Dentre os argumentos trazidos pela ONUDI, tem-se aquele que defende a industrialização como importante instrumento para melhorar o padrão de vida (UNIDO, 1979), tal pressuposto, no contexto em que surgia, estava em consonância ao pensamento de que desenvolvimento era sinônimo de industrialização (LUKEN, 2009). Assim, o problema proposto, se apresentou complexo mediante a diversidade social, econômica e política dos países e dos possíveis e imprevistos efeitos da divisão internacional do trabalho em vários lugares no Mundo.

Na prática a ONUDI se encarregaria de ajudar a gerir a rápida industrialização por meio do desenvolvimento da “aplicação de métodos modernos de produção e do planejamento nos países em desenvolvimento, por meio da troca de informações sobre novas tecnologias e apoiar na preparação de programas industrial de desenvolvimento” (BROWNE, 2012).

No plano político, nota-se que as relações na qual a ONUDI se inseriu se assinalam pela interdependência assimétrica entre os países. Um dos desafios foi e ainda é, organizar por meio de interesses divergentes o desenvolvimento industrial dos países.

Essas relações nas observações de Arrighi (1997) fornecem o sinóptico de como se apresentaram depois da década de 1950. Em suma, o sistema econômico se inscreveu por uma

estrutura jurídica interestatal hierárquica de poder político e apresenta o “núcleo orgânico” (ocidente) no topo da relação que rege (embora, os últimos anos, o núcleo orgânico tenham registrado certas perdas) os ditames acordados a partir do núcleo para periferia e para os mais pobres - a semiperiferia, de acordo com a visão deste autor esse foi o retrato do contexto dos últimos anos do século XX.

A importância dos PEDs neste contexto, figura no fato de serem tradicionalmente fornecedores de matérias-primas e na constituição como novos mercados de consumo e de produção, com baixas remunerações salariais, incentivos fiscais, entre outros atrativos que visam dar maiores condições para expansão do capital, e pode ser entendido, mas não unicamente, pelo aumento dos lucros das empresas multinacionais.

Quando Holly (1999, p. 13) analisa o papel da ONUDI nesse processo, assevera que tal contexto possibilitou o “feito industrial implantado no mundo, tornando os países até então confinados pesadamente em produção produtos primários em exportadores de produtos manufaturados”.

Na medida em que a internacionalização da produção avançava, os problemas com as relações econômicas entre os países desenvolvidos e os PEDs nas discussões da ONU acentuavam os antagonismos e se mostravam tanto nos blocos Leste-Oeste (ocidente-socialista), quanto na divisão Norte-Sul, e nos diversos fóruns internacionais (p.ex. rodadas do GATT, do G-77, UNCTAD entre outros) nos quais os países manifestavam suas posições e reivindicações.

De acordo com o estudo da UNIDO intitulado *Industry 2000: New Perspectives* (1979) tais relações podem ser atribuídas nos termos de interdependência global estabelecidos pelos “países industrializados que controlam a maior parte da produção, finanças, tecnologia e comércio do mundo” (p.14). Esses países para defenderem seus interesses se articulavam (e ainda se articulam!) por meio de organizações como OCDE, a CEE, o G-10 e a Comissão Trilateral¹¹³, daí a importância desta pesquisa em descrever algumas características das organizações internacionais no 1º Capítulo.

Embora identifique a nova interdependência global permeada por assimetrias, o referido estudo recomenda a introdução de “uma reciprocidade de interesses entre o Norte e o Sul, e só pode ser estabelecida de forma duradoura com a industrialização do sul. Assim, o

¹¹³ É um grupo de caráter privado, fundado em 1973, por David Rockefeller, formado por agentes da Europa, América do Norte e Ásia, como acadêmicos, políticos, presidentes de corporações, banqueiros, ONGs. De acordo com o seu site a Comissão foi criada para “reunir líderes experientes do setor privado para discutirem questões de interesse global, numa época em que a comunicação e a cooperação entre a Europa, América do Norte e Ásia estava faltando” Fonte: www.trilateral.org.

Norte teria um parceiro comercial viável” (UNIDO, 1979, p.17). Portanto, para expansão do capital a industrialização dos PEDs seria imperativo.

Cabe lembrar que a maioria dos países que passaram pelo processo de modernização periférica envolvem-se no que Harvey (2004) chamou de desenvolvimento geográfico desigual e combinado e praticaram (e praticam) políticas de atração dos IDEs, neste contexto, o mesmo fato é observado por Michalet na configuração multinacional quando diz que empresas e Estados operam em “conluio” para assim garantirem as condições técnicas, políticas, jurídicas e infraestruturais que permitam as condições da expansão capitalista.

Outra questão significativa do papel da ONUDI é observada na intermediação de ações de transferência de tecnologia. Para Holly (1999) esse intercâmbio entre os países ocorre de forma desigual e pode reforçar a questão de dependência, em vista que a maioria dos PEDs carece de investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento)¹¹⁴, e se comparados aos gastos feitos pelos países de economia de mercado o fosso é maior.

O referido autor, ressalta que tecnologia é um fator que deve ser tratado como mercadoria transferível (mediante pagamento), outra implicação se deve ao tipo de tecnologia transferida. No caso dos países receptores de novas tecnologias deve ter um olhar nas diferentes implicações sociais e das condições de acesso a essas tecnologias, o que também se questiona para os resultados das transformações nos espaços onde se instalaram os novos investimentos industriais (Ibid).

Um dos pressupostos que sustentavam a transferência de tecnologia se situava na introdução de empresas não competitivas dos países desenvolvidos para regiões onde lhes ofertassem condições para uma melhor rentabilidade de seus investimentos, ou seja, figurava-se como válvula de escape de pressões competitivas, aliada à fuga de tributos, de políticas ambientais, ou da transferência de equipamentos considerados obsoletos nos países industrializados, dentre outros.

A contrapartida das empresas que se instalavam nos PEDs estava no estabelecimento de ligações de setores, como por exemplo, possibilitar o processamento de matérias-primas locais, geração de empregos no país acolhedor, entrada de divisas por meio do capital investido, dentre outros (Ibid).

¹¹⁴ Se realiza tanto por meio de investimento público ou privado, existem contratos entre empresas privadas e Estado (contratos governamentais). A sigla P&D “Iniciais de “Pesquisa e Desenvolvimento”, geralmente, indica se uma empresa realiza pesquisas em seu interior e se desenvolve em produtos seus resultados, ou quanto realiza em investimentos neste âmbito de atividades. A sigla também é utilizada para designar as despesas globais que um país ou um governo realizam em pesquisa e desenvolvimento. Em geral, a sigla aparece em inglês como R&D, correspondente a *research and development* (SANDRONI, 1999. p. 450).

Freitas Pinto (1987, p. 29) observa esse tipo de problema por meio da distribuição das zonas francas pelo mundo. Parte do desenvolvimento de nova divisão internacional do trabalho, que em sua fase inicial se estabeleceu sob “uma tendência a concentrar a influência de determinados países sobre determinadas regiões do mundo” e isso se desenhou com os seguintes eixos: empresas japonesas deslocam-se para outras regiões do leste asiático enquanto que as empresas europeias se estabeleceram em regiões da África.

As empresas, ao transcenderem seu *locus* de origem visando à redução de custos e o alcance à maior competitividade, envolveram-se em processos cada vez mais complexos, o que foi possibilitado não somente pelos Investimentos Diretos Externos - IDEs ou pelas TICs tecnologias de informações e comunicação (CASTELLS, 2006), mas às novas formas de investimento (CHESNAIS, 1996).

Os IDEs constituíram (e ainda prevalecem) como um dos meios viabilizadores da modernização de muitos países. Os IDEs são vetores relacionados à entrada de capitais provenientes dos países industrializados. São investimentos que permitiram a mobilidade do capital, da produção dos bens e dos serviços.

Impulsionados pela necessidade de ampliação da acumulação capitalista, os IDEs provocaram a mobilidade das atividades de produção e de serviços das empresas para regiões que lhes oferecessem vantagens na maximização dos lucros. Em outras palavras, os IDEs marcaram o fenômeno de multinacionalização das empresas em que suas atividades de produção, distribuição e consumo começaram a organizar-se transnacionalmente, estabelecendo-se a partir do comprometimento dos governos nacionais em eliminar determinadas barreiras que impediram a entrada de capital estrangeiro.

Esse comprometimento dos Estados com as empresas se deu no regime de regulação de economia mista (da configuração multinacional), pautados nos acordos entre os governos e os atores privados (as empresas multinacionais). Trata-se de um período em que se dá o crescimento da expansão das relações produção, do qual se têm as zonas francas como um dos componentes desse processo (MICHALET, 2003).

Concomitante a essa situação, no contexto em que se estabelece a ONUDI, os PEDs necessariamente recorriam e ainda recorrem “à obtenção de capital externo para o financiamento dos projetos industriais” (ONUDI, 1979, p.32).

Contudo, um dos resultados foi a geração das dívidas contraídas pelos PEDs no financiamento da infraestrutura de seus projetos industriais (lê-se criar estruturas para entrada do capital privado), que em determinados casos, cláusulas contratuais dos empréstimos

obrigavam os países a importarem o maquinário ou bens de capital¹¹⁵ dos países ricos, necessários à implantação de infraestrutura. Os empréstimos do Banco Mundial¹¹⁶, p.ex., estabeleciam que a compra desses bens fossem realizadas nos EUA, o maior acionista do Banco (POLINNI Jr, 1999; PEREIRA, 2009).

Neste procedimento, um dos papéis da ONUDI na promoção industrial dos PEDs recaia na obtenção de fundos para fins industriais, projetos, formação, estudo e pesquisa e na promoção de transferência de indústrias de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, formação de associações e federações industriais (UNIDO, 1979; HOLLY, 1999).

Em linhas gerais segundo Browne (2012) a justificativa da existência de uma instituição intergovernamental como a ONUDI se resume em três imperativos: 1. Do momento em que foi criada na evidenciação forte do pós-guerra, da importância da experiência da industrialização na condução do processo de desenvolvimento; 2. na defesa e propagação de políticas industriais apropriadas por parte dos governos e 3. das novas políticas impulsionadas por mudanças climáticas.

O último item trata-se da resposta de reivindicações externas em torno da questão ambiental, ou seja, é uma preocupação tomada com afinco em tempos recentes, em decorrência da deterioração ambiental, sobre este problema a ONUDI classificou como “a maior falha de mercado que o mundo já viu” e pode se dizer que é uma das justificativas mais fortes da intervenção pública nos processos de industrialização (ONUDI, 2011; BROWNE, 2012).

Em relação ao cenário atual da ONUDI, suas ações abarcam o foco temático resumido em três pilares: (1) Comércio e capacitação, (2) Redução da pobreza através de atividades produtivas, (3) Meio ambiente e energia. Além desses, segundo Browne (2012) há outro componente “transversal” e se refere à assistência aos países emergentes das crises, no último tópico do capítulo se retoma a questão.

Assim, os pilares que orientam as ações da ONUDI partem da estratégia de globalização inclusiva e sustentabilidade ambiental e assume um papel importante na agenda do desenvolvimento global (www.unido.org). É em torno deste papel que se volta uma das

¹¹⁵ São bens que servem para a produção de outros bens, especialmente os bens de consumo, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria. Alguns autores usam a expressão bens de capital como sinônimo de bens de produção; outros preferem usar esta última expressão para designar algo mais genérico, que inclui ainda os bens intermediários (matéria-prima depois de algumas transformações, como, por exemplo, o aço) e as matérias-primas (SANDRONI, 1999, p. 51).

¹¹⁶ Em vários relatórios da ONUDI encontra-se referências ao seu papel de execução dos projetos financiados pelo Banco Mundial, nos relatórios da década de 1990 é verificado sua importância nos projetos de reestruturação estrutural dos PEDs financiados pelo Banco.

preocupações deste trabalho e, para uma compreensão geral do problema a seguir é apresentado a caracterização da estrutura, objetivos e funcionamento da ONUDI.

3.1 A Estrutura Organizacional da ONUDI

Os principais órgãos da ONUDI estão estabelecidos no Art. 7 de sua Constituição e se compõem: Conferência Geral - CG (designada por Conferência); Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI (Conselho); Comissão de Orçamento e o Secretariado. Tal estrutura não difere muito das outras agências especializadas do Sistema das Nações Unidas.

Conferência Geral: é órgão mais importante e reúne todos os Estados membros (172, dados de 2013), em sessão ordinária a cada 2 anos, em Viena; em casos extraordinários, pode ser convocada pelo Diretor Geral (DG), pelo CDI- Conselho de Desenvolvimento Industrial ou pela maioria dos Estados membros (Art. 8^o do Ato Constitutivo da ONUDI, 1984).

Na CG são determinadas as políticas gerais e o programa de trabalho, são examinados os relatórios do CDI, do DG, dos órgãos subsidiários e aprovam o Programa e Comissão de Orçamento (orçamento ordinário: das contribuições regulares e o operacional: assistência técnica e atividades relacionadas: contribuições voluntárias), estabelecimento de tabelas de contribuições, fiscalização e utilização efetiva dos recursos financeiros. Cabe ainda eleger o DG e os membros do CDI (mandato de 4 anos).

Conselho de Desenvolvimento Industrial: é composto por 53 representantes dos estados membros, eleitos na CG, por um mandato de 4 anos em base rotacional de todos os estados membros. Sua missão é analisar a implantação do programa de trabalho, os orçamentos regulares e operacionais, fazer recomendações à CG sobre questões de política, incluindo a nomeação do DG e examinar as propostas do DG, em caso de vacância deste, cabe ao Conselho nomear um DG interino até a realização da próxima Conferência Geral.

A composição do CDI agrupa três grupos de países A B e C, estão em conformidade com o art. 4 da Res. 2152 (XXI), o qual rege a distribuição com base a uma representação geográfica equitativa. No período em que a ONUDI foi instituída, esses grupos eram distribuídos em A, B, C e D, sendo que os grupos A e C correspondiam ao G-77 (3^o Mundo), o grupo B abrangia todo o ocidente europeu industrialmente desenvolvido, EUA, Canadá, Austrália e a Nova Zelândia e o grupo D era composto dos países socialistas (ex. URSS) e a Europa Oriental.

Em números essa distribuição desenhava-se da seguinte forma: os grupos A e C: 33 membros (62,3%), representados pelos PEDs: Ásia, África e América Latina; o grupo B: 15

membros (28,3%) representados pelos países desenvolvidos e o grupo D com 5 membros (9,4%) representados pelos países socialistas (ex. URSS e Europa Oriental). De acordo com Lambert (1993, p.88) isso significava “que nenhum dos três principais grupos de países poderiam ter controle de 2/3 dos votos no CDI, o que lhe permitiria tomar decisões sobre questões fundamentais na ausência de acordo”.

Comitê de Programa e Comissão de Orçamento se reúne uma vez por ano, composto por 27 membros, eleitos na CG (mandato de 2 anos). Sua missão é dar auxílio ao CDI na preparação do orçamento e análise do programa de trabalho (Art. 10 da Constituição da ONUDI) e suas decisões são aprovadas por uma maioria de 2/3 dos membros presentes e votantes que “consideram e aprovam o programa de trabalho e os orçamentos. As deliberações deverão ser apresentadas à CG que poderá fazer alterações no programa de trabalho e os orçamentos” (LAMBERT, 1993, p. 107).

Secretariado é estruturado pelos funcionários da ONUDI e coordenado pelo DG, eleito na CG com o mandato de 4 anos e com a possibilidade de reeleição. Desde 2006, o cargo de DG está sob a responsabilidade de Kandeh K. Yumella (Serra Leoa).

Ao longo dos anos a ONUDI teve em sua direção 06 diretores todos de nacionalidade de países em desenvolvimento e são os seguintes nomes apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3: Lista de Diretores da ONUDI 1966-2010

Diretor Geral	Período	Nacionalidade
Ibrahim Abdel-Rahman	1966-1974	Egito
Adb El-Rahman Khane	1975-1985	Argélia
Domingo L.Siazon Jr	1985-1993	Filipinas
Mauricio de Maria Campos	1993-1997	México
Carlos Mariños	1998-2001	Argentina
Kandeh K. Yumkella	2006-atual	Serra Leoa

Fonte: www.unido.org

Os Escritórios: Os escritórios da ONUDI viabilizam o trabalho em campo nos diversos países. A organização conta uma rede com mais 50 escritórios de representação espalhados nos cinco continentes¹¹⁷. Os escritórios são divididos em 3 categorias: 1.

¹¹⁷ Vários desses escritórios cobrem mais de um país. Um acordo de entendimento com PNUD levou à criação de mesas da ONUDI em 16 Escritórios do PNUD em todo o mundo.

Escritórios Centrais, 2. Escritórios de campo, 3. Escritórios de Promoção de Investimento e Tecnologia.

A Ásia conta com 19 escritórios, 03 de promoção e investimento em tecnologia; a América Latina possui 08, sendo 02 (dois) escritórios de promoção e investimento em tecnologia (Brasil e México); a África possui 09 (nove), a Europa conta com 09 (nove), além da Sede, os escritórios centrais da Suécia e de Bruxelas, o escritório de Nova York compõem o quadro de 3 (três) dos escritórios centrais.

Os diretórios dos escritórios ou escritórios centrais consistem em elos com órgãos da ONU e outras OIGs, sendo que os escritórios de Investimento e Tecnologia têm a função de promover o desenvolvimento da economia mundial (ONUDI, 2011), ou como dissera Holly “sua principal função é identificar parceiros estrangeiros interessados investir em projetos industriais nos países em desenvolvimento” (1999, p. 80).

Estão em funcionamento 13 escritórios de investimento e promoção à tecnologia¹¹⁸ (dados de 2012), sendo que em 1994 eram 10 e a maioria funcionava nos países de economia de mercado; outra constatação mostra o crescimento de escritórios no continente africano (HOLLY, 1999). A mudança para região africana deve ser observada por meio do papel da ONUDI assumido perante o quadro das Nações Unidas no combate à pobreza, consolidada nos ODMs- Objetivos do Milênio. Contudo, a preocupação com a industrialização da África sempre esteve presente na pauta da ONUDI.

De modo geral, o número de escritórios aumentou significativamente. Em 1999 existiam 23, em 2011 o número superou 50 escritórios espalhados pelo mundo. Como esclarece o relatório de 1999, o aumento partiu da estratégia de atuação ampla e da descentralização de responsabilidades dos escritórios centrais, o objetivo foi dar maior atribuição ao pessoal de campo, com ênfase no atendimento aos países e na elaboração de programas feitos sob medida para estes (ONUDI, 1999; 2012).

Com relação à atuação dos escritórios o relatório de 1999 faz menção à mensagem do então DG de Operações em Campo e Divisão de Administração da ONUDI, Nilmadhab Mohanty e se refere às operações de campo da seguinte forma:

O principal papel dos escritórios de campo é o de promover e apoiar assistência técnica a fim de incentivar a capacitação nacional para fins industriais e desenvolvimento a nível de governo, setor público, das associações industriais e empresas (ONUDI, 2000, p. 11).

¹¹⁸ Financiados pelos respectivos governos anfitriões. De acordo com Browne eles tem 4 objetivos: 1. Divulgar as últimas informações sobre as condições jurídicas e econômicas, financiamento de investimentos e oportunidades de cooperação industrial; 2. Identificar e promover oportunidades de investimentos específicos;

Portanto, além de atender as parcerias (governos, empresas e associações industriais) o crescimento no número de escritórios parte de estratégias que surgiram com a reforma iniciada na organização em meados da década de 1990. Uma visão crítica da atuação dos escritórios é feita por Holly (1999, p. 59) ao afirmar que estes

apoiam o processo de internacionalização do capital, e ao mesmo tempo reforçam as relações de dominação no sistema global e sua principal função é identificar parceiros estrangeiros interessados a investir em projetos industriais nos países em desenvolvimento.

A respeito da citação, os relatórios anuais da ONUDI confirmam seu compromisso em buscar parcerias nos países, tanto com os Estados nacionais, empresas, associações e confederações de industriais, instituições de ensino, entre outros.

A busca dessas parcerias pode ser avaliada por meio das considerações de Holly o qual situa o papel da ONUDI por meio do setor industrial, na viabilização de ajustes para consolidação do sistema global. Este teor possibilita observá-la como participante das articulações que promovem ajustes de ordem jurídico-político de várias escalas (SASSEN, 1998, 2010), e seus escritórios constituem pontos estratégicos para a formação e a organização de espaços, dentro do quadro institucional da globalização econômica ou da racionalização do processo.

Além da ação direta nos países por meio dos escritórios, a ONUDI mantém programas regionais específicos e alguns deles funcionam em cooperação com blocos regionais.

3.2 Objetivos, Funções, Serviços e Eixos Temáticos

Objetivos, funções, serviços e outras atribuições estão expressos no Ato Constitutivo, o artigo 1º do Capítulo I, aponta o seguinte:

A organização tem como objetivo principal a promoção e aceleração do desenvolvimento industrial nos países em vias de desenvolvimento, tendo em vista contribuir para a instauração de uma nova ordem econômica internacional. Promoverá igualmente o desenvolvimento e a cooperação industriais a nível mundial, regional e nacional, assim como a nível setorial (ONUDI, 1986a).

Para Holly (1999, p.16) o referido artigo fornece a indicação sobre a tentativa dos PEDs de estabelecerem por meio da ONUDI uma superestrutura de regulação da economia

global e a referência à Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) em diferentes níveis (global, regional e nacional) é indicativo do interesse na economia mundial, tomada em conjunto e em sua evolução. A abrangência nos três níveis demonstra o grande desafio quanto à forma da atuação dos PDEs nas relações econômicas internacionais.

Deste modo, a ONUDI foi criada para “*promover e acelerar a industrialização dos países em desenvolvimento e economias de transição*” (www.unido.org), ou como afirma Browne (2012) é a única organização das Nações Unidas que foi criada especificamente para atender os países em desenvolvimento.

A partir da década de 1990, com o novo cenário internacional (fim da Guerra Fria e desmantelamento da União Soviética, liberalização de mercados, entre outros) os desafios da ONUDI se dimensionam ao novo contexto, onde segundo Holly o “triunfo neoliberal”, em voga significou abandonar a filosofia subjacente à intervenção da UNIDO, particularmente aqueles dos anos 1970 e 1980 calcadas na NOIE (1999, p. 62), e teve que se adequar ao novo contexto mediante a realização de sua reforma estrutural, a fim de evitar a própria extinção.

A este contexto, complementa-se na pauta de projetos da ONUDI a temática de “ecologização” (BAARK e STRAHL, 1995; LUKEN, 2008), e sua incorporação é reflexo das discussões emersas no âmbito da ONU no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, com a retomada das conferências sociais, em particular da Eco 92, do qual resultou na Agenda 21 (em resumo, dos compromissos firmados pelos países em relação ao meio ambiente) e consequentemente da disponibilidade crescente de fontes de financiamento dos projetos relativos à temática.

Embora presente em alguns projetos, como se pode constatar em diversos relatórios anuais da organização anteriores à década de 1990, a temática do meio ambiente, a partir da referida década ganha maior densidade e um dos aspectos que deve ser considerado parte do aumento do volume dos financiamentos dos projetos ligados à questão, provenientes de organizações como o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (GNUM), Fundo Multilateral para implementação do Protocolo de Montreal¹¹⁹, Convenção de Basiléia, Global Environment Facility e outros.

¹¹⁹ O Fundo é proveniente do Protocolo de Montreal que foi assinado em 1987 ou Convenção sobre a Proteção da Camada de Ozônio, e foi elaborado em resposta ao esgotamento grave de ozônio na atmosfera terrestre que ameaça a saúde humana e animal por meio de uma maior radiação ultravioleta, causada da emissão de clorofluorocarbonetos (CFCs) e outras substâncias destruidoras de ozônio (SDO) por numerosos processos industriais, e estabeleceu metas de redução da emissão de CFCs (BROWNE, 2012). Este tratado entrou em vigor em 1989 com a ratificação de 29 países mais a CEE- Comunidade dos Estados Europeus (juntos representavam 82% das produção dessas substâncias) o objetivo do tratado é limitar, controlar e regular a produção, consumo e o comércio de substâncias destruidoras da camada de ozônio-SDO. Meta reduzir em 80%, em 50 anos a emissão das SDOs. No ano de 2008 estava ratificado por 196 países (ONUDI, 2010a).

Vê-se que a partir da última década do século XX que a temática aparece com mais afinco na ONUDI e conforme afirmação de seu *website*, sua missão está “em possibilitar que cada país tenha a oportunidade de crescer um florescente setor produtivo, para aumentar a sua participação no comércio internacional e para salvaguardar o meio ambiente”. Assim, “promover o desenvolvimento industrial para a redução da pobreza, a globalização inclusiva e sustentabilidade ambiental”, estão implicados na problemática do desenvolvimento enfatizada no sistema das Nações Unidas nos últimos anos.

A partir da virada para o século XXI, a missão da ONUDI se adicionou aos desafios traçados em 2000 com a Declaração do Milênio – e os Objetivos do Milênio (ODMs). A amplitude de questões envolvidas nos ODMs, resumidamente, se direciona em reduzir o número de pessoas que vivem em extrema pobreza no Mundo até 2015. Deste modo, a ONUDI afirma que em cumprimento aos ODMs e por meio de sua experiência “trabalha para melhorar as condições de vida nos países mais pobres do mundo”.

No website na sessão Declaração de Missão, afirma que a organização atua como “*parceiro para a prosperidade*” e “*aspira reduzir a pobreza através do desenvolvimento industrial sustentável*” (www.unido.org). Assim, visa dar a oportunidade aos países, de crescimento no setor produtivo para aumentar sua participação no comércio internacional e salvaguardar o meio ambiente.

Verifica-se que a missão da ONUDI ao longo dos anos se adaptou às transformações ocorridas no cenário internacional, e põe em relevo questões como a superação da pobreza, liberalização do comércio, meio ambiente, conformidade, entre outros. Um dos problemas suscitados recai na intensidade que esses itens são enquadrados nas exigências dos processos que envolvem a industrialização. Alguns destes, quando situados em relação aos objetivos, funções e os eixos temáticos da organização, demandam à identificação dos interesses implícitos ao tratamento dado e de como a organização e outros agentes emergem imbricados no processo.

Outro argumento empreendido pela ONUDI enfatiza que todos participem dos benefícios da globalização, e o que intriga na afirmação é como se dá tal participação, como é (ou deveria ser) compartilhada por todos, tendo em vista que a globalização é um processo desigual.

A desigualdade neste processo não é só atestada por vários autores como também é reiterada em vários relatórios da ONU, no prefácio do Trade and Development¹²⁰ (TDR) da UNCTAD 2012, assinado pelo seu SG Supachai Panitchpakdi, faz a seguinte ponderação:

Em particular, a interação entre a globalização e as mudanças da tecnologia, criaram tanto vencedores e perdedores, seus efeitos negativos sobre a distribuição geral da renda em muitos países devem ser considerados no contexto do resultado de políticas macroeconômicas, financeira e trabalhistas adotadas. Essas políticas tem ocasionado o aumento do desemprego, como também aponta que o crescimento dos salários tem ficado atrás da produtividade e renda dos acionistas, que está cada vez mais concentrada em 1% da população com rendimentos mais elevados (UNCTAD/TDR, 2012, p.10).

Esses e outros problemas em que a ONUDI está envolvida são notadamente discutidos em convenções internacionais/ou globais, relacionadas às questões políticas, econômicas, técnicas e jurídicas, ou se limitado às questões do processo de industrialização, e podem ser observados pelas demandas impulsionadas por relações de pressões da competitividade, ciclo do produto, conquista de mercados, e pressões dos movimentos sociais internacionais, entre outros problemas. A questão que se sobressai é: qual é papel da ONUDI nestes meandros?

Preocupações como transferência de tecnologias, P&D, inovação, padronização, credificação, liberalização econômica, protecionismo, comércio justo, exigências dos consumidores são impulsionados pelas demandas da globalização da economia mundial e se apresentam por um processo de inclusão e exclusão. Para ONUDI, apesar da dicotomia, a globalização pode “trazer novas oportunidades para os países em desenvolvimento e estes devem aproveitar através de políticas e estratégias industriais apropriadas” (ONUDI, 1995).

Alguns desses problemas podem ser vistos por meio da ONUDI e são tratados nos tópicos abaixo, pois a partir do surgimento e da atuação da organização é também possível observar como o processo que levou muitos autores a denominar como globalização foi se erigindo, embora nem todos os aspectos do processo sejam acenados (mesmo porque seria impossível!), o texto apenas oferece uma seleção de aspectos que parecem relevantes quando se tem um olhar sobre uma organização como a ONUDI, de caráter universalista, porém com foco na industrialização dos países em desenvolvimento, que pode ser entendido na inserção destes na economia global.

¹²⁰ Em português pode ser traduzido como Relatório Anual de Comércio de Desenvolvimento da UNCTAD.

3.3 Dos eixos Temáticos:

A ONUDI atua em dois 2 eixos:

1. Fórum Global;
2. Agência de Cooperação Técnica.

1) Como **fórum global** visa gerar conhecimentos relacionados à indústria, e os conhecimentos compartilhados pela ONUDI partem do princípio denominado por governança industrial e estatística e servem como plataforma de informações tanto para o setor público quanto para o setor o privado (ONUDI, 2006).

Como veiculador de conhecimentos, a contribuição da ONUDI é realizada mediante a gestão de capacidades industriais assentada em uma rede de contatos com outras instituições governamentais, intergovernamentais, instituições financeiras, conferências internacionais, empresas e geração de informações relativas às transferências de tecnologia, de suporte a gestão de produção mais limpa (de eficiência energética e menos poluidoras), e de uma série de dados estatísticos que servem de subsídio para o mapeamento dos pontos estratégicos, ou seja, na identificação de pontos críticos e de potencialidades como também na mensuração do desempenho dos setores industriais dos vários países.

A atuação da ONUDI enquanto Fórum Global se dá em “conexão ao cumprimento dos ODMs” (ONUDI, 2000, p. 05), e participa de diversas reuniões, conferências internacionais de outras OIGS ou na parceria com estas. Assim, cita-se sua incorporação como membro do PNUD, da atuação junto ao Fundo Mundial para o Meio Ambiente- FMAM; PNUMA (na construção de redes de produção de energia limpa); colaboração a COP-Conferência de Estocolmo sobre contaminantes orgânicos permanentes¹²¹, e com as instituições de *Bretton Wodds*, (FMI, Banco Mundial/IFC), como também no cumprimento dos Protocolos de Montreal e de Kyoto (a ONUDI é executora de diversos projetos financiados por estas organizações e no âmbito dos referidos protocolos).

Além destes, cita-se o apoio prestado ao Comitê de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC, no qual efetua estudos para determinar as necessidades dos países em desenvolvimento nesse setor, e participa como observador do GT de Comércio da OMC (ONUDI, 1999, p.09), além destes, tem parcerias com a OCDE, ONGs, governos, instituições

¹²¹ Conhecida como Conferências das Partes.

de pesquisas, universidades¹²², diversas associações (associações ligadas ao comércio e indústria), bancos de desenvolvimento regional, dentre outros.

Da atuação como fórum global também se destacam:

a) A publicação do Informe Anual sobre Desenvolvimento Industrial, os dados deste são utilizados nos relatórios de outras organizações internacionais a exemplo do RDM-Relatório de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, relatórios da UNCTAD, Câmara Internacional do Comércio (CCI), entre outros.

Para elaboração do Informe a ONUDI recebe dados da OCDE referentes aos indicadores dos países desenvolvidos com cobertura global do valor acrescentado manufatureiro (VAM), números de empresas, emprego, salários industriais, custos de entrada e de capital de formação para os setores industriais. Estes dados estão de acordo com Classificação do Padrão Internacional Industrial (ISIC) da ONU (BROWNE, 2012).

De acordo com Browne (2012, p. 47) na prática ainda é impossível à obtenção completa de dados por país, em virtude de que “muitos países não realizam pesquisas industriais regularmente”; para estes a ONUDI procura fornecer assistência técnica para os serviços de estatística.

2). Como **agência de cooperação técnica**, oferece projetos e dá suporte técnico à implantação destes, atualmente a cooperação técnica é ofertada por meio dos Programas Integrados (PI) e têm em média 4 ou 5 componentes que aparecem de forma combinadas nos programas.

Em geral, a cooperação técnica da ONUDI está coordenada por 06 subdivisões que além de direcionar os países a cumprirem as diretrizes das políticas ambientais internacionais, se ocupam do:

a) Apoio setorial a Agroindústrias por meio de investimentos, modernização e aumento da capacidade técnica das atividades produtivas no setor agroindustrial, produção rural, melhoramento na produção no setor alimentício etc.

¹²² Em 2006 fechou parceria com três universidades europeias da Áustria, Itália e Holanda. Nos PEDs e países ao redor do Mediterrâneo (Egito, Líbano, Marrocos, Síria e Tunísia), com Universidade de Ghent, na Bélgica a parceria foi fechada com o objetivo do desenvolvimento de biotecnologias para o desenvolvimento industrial, isto deu margem ao estabelecimento de uma rede de instituições públicas de P&D com a colaboração de países desenvolvidos. A ONUDI tem laços com dois institutos da Universidade das Nações Unidas, com Instituto de Pesquisa de Inovação e Tecnologia (MERIT) (Países Baixos) que visa à investigação e formação em ciência e inovação tecnológica. Com o Instituto Mundial para o Desenvolvimento Econômico e Pesquisa (WIDER), na Finlândia colabora na investigação sobre a natureza dos processos de industrialização. Em 2011, a UNIDO junto Said Business School da Universidade de Oxford criaram o Instituto de Desenvolvimento da Capacitação, o instituto foi criado para promover o diálogo, partilhar experiências, e fornecer treinamento sobre questões relativas ao desenvolvimento industrial sustentável.

- b) Produção mais limpa e ordenação do Meio Ambiente, disponibilização de tecnologias de fornecimento de energia limpa, transferência de tecnologias (ecologicamente racionais).
- c) Eficiência de Energia industrial.
- d) Promoção industrial
- e) Protocolo de Montreal.
- f) PMEs- Pequenas e Médias Empresas: estabelecimento de incentivos à PMEs e subcontratação.

As atividades de cooperação técnica são oferecidas por meio da capacitação da gestão industrial, realização de cursos técnicos, seminários e adequações a normatizações internacionais, p. ex. na implantação das normas da ISO. A ONUDI atua na regulamentação de tratados, protocolos, cumprimento dos diversos protocolos de âmbito da temática ambiental, de normatizações do comércio, no âmbito da OMC e da União Europeia, entre outros.

A cooperação técnica da ONUDI trabalha no sentido de ajudar os países a cumprirem ou a se adequarem às normas ou diretrizes, sejam de políticas ambientais ou do processo de produção e comércio, para assim, adquirirem competitividade perante aos mercados mais exigentes em relação à conformidade, normas sanitárias, meio ambiente e de responsabilidade social. Em outras palavras, atua para socializar e racionalizar comportamentos heterogêneos entre os agentes envolvidos.

As prioridades temáticas da ONUDI estão estabelecidas em pilares que abarcam a indústria, o comércio e meio ambiente, ou seja: 1) Redução da pobreza através de atividades produtivas; 2) Comércio e Capacitação; e 3) Energia e Meio Ambiente. As prioridades temáticas da ONUDI estão em consonância com as metas estabelecidas no quadro global de ações coletivas dos ODMs (ONUUDI, 2011).

A estratégia institucional da ONUDI a respeito dos ODMs e como fórum global consiste por meio da indústria, em dar ênfase ao aumento da produtividade impulsionada por um acervo ampliado de conhecimentos, maiores atitudes profissionais e da difusão de tecnologia (CG-10, 2005, p. 03).

A contribuição da ONUDI aos ODMS situa na redução da pobreza como o principal objetivo para o próximo decênio (C.G-10, 2005, p. 02). Em meio aos ODMs, o compromisso assumido pela ONUDI se dá especificamente no âmbito da ODM-1, ODM-3, ODM-4; ODM-8. Estes se inscrevem no seguinte:

1 Redução da pobreza através de incentivos as atividades produtivas está em consonância aos ODMs: 1 (pobreza); 3 (gênero) e 4 (saúde materna), e tem como pauta a integração dos países em desenvolvimento no comércio global por meio de aporte à capacidade comercial, difusão de tecnologias, produção sustentável, fomento a indústria com atenção as PMEs em zonas menos desenvolvidas, fornecimento de energia à zonas rurais para fins de produção, inserção das mulheres como empresárias, geração de empregos, assessoria de políticas industriais, entre outros.

As prioridades da ONUDI vinculadas ao ODM-1 levam em consideração as problemáticas como a má distribuição da riqueza entre os pobres e ricos (CG/ONUDI, 2005). Deste modo, dados de relatórios de agências internacionais mostram, de um lado, em muitos países o 1% da população responde por 10 a 20% da riqueza nacional (UNCTAD/TDR, 2012), de outro lado, segundo projeção do PNUD o número de pessoas em situação de risco de fome poderá chegar a 600 milhões até 2080 (WORDWATCH, 2012), em torno dessas questões que ações de OIGs em torno do desenvolvimento devem ser empreendidas no sentido de atenuá-las.

Para enfatizar a problemática, um relatório da FAO de 2011 mostra que o número de pessoas subnutridas no mundo está em torno de 925 milhões (dados de 2010), a maioria na África do Sul e sul da Ásia. Entretanto, em relação ao ano anterior (2009) há uma perspectiva de melhora, deste modo, os dados de 2009 registravam o número de 1.023 bilhão, o decréscimo de 7,5% se situou em regiões da Ásia (mesmo assim estima-se o número 80 milhões de pessoas passando fome na região), enquanto que na África Subsaariana 1/3 da população passa fome e pelo menos metade da população do Burundi, das Ilhas Comores, da República democrática do Congo e da Eritréria, sofrem de fome crônica (FAO, 2011).

O Relatório de Comércio e Desenvolvimento (TDR) da UNCTAD de 2012 mostra que as desigualdades de renda tanto dentro dos países quanto entre eles, a partir de 1980 tem se agravado. Ao ilustrar o quadro comparativo entre os países, mensurados pela renda *per capita*, registrou-se em 1980 que a renda *per capita* dos 15 países mais ricos era 44 vezes maior que os 15 mais pobres, no ano 2000, cresceu para 62. Contudo, em 2009, caiu para 56; segundo a explicação da UNCTAD isso decorreu do bom desempenho econômico em vários países em desenvolvimento (UNCTAD/TDR, 2012).

Os números citados além de mostrarem mudanças no cenário econômico mundial são ilustrativos em relação a uma das justificativas da ênfase da ONUDI em empreender projetos e captar investimentos à regiões pobres do mundo, assim, o direcionamento na

industrialização em regiões como a África Subsaariana encontra defesa no argumento de redução da pobreza e o objetivo é inseri-los nos mercados globais.

Promover a industrialização nos países em desenvolvimento e nos Países Menos Avançados¹²³ (PMAs), demanda criar as condições de hospitalidade à acumulação capitalista, à entrada dos investimentos, do mercado livre, e isso toca em uma série de questões que em grande parte cabe aos Estados nacionais solucioná-las, p. ex formular/reformular o sistema legal dentro das jurisdições nacionais.

Deste modo, o panorama apresentado serve para demonstrar a problemática com a qual a ONUDI tem que lidar em torno do desenvolvimento dos PEDs, PMAs e economias em transição, e abarcam situações que tangem as mudanças no cenário mundial, das crises decorrentes da financeirização global, desigualdades, mudanças climáticas, entre outros problemas, e se vistos por meio dos 3 (três) pilares os quais a ONUDI prioriza, se apresentam interligados e demandam resposta.

2 Comércio e Capacitação: está relacionado ao ODM - 08 Parceria Global para o Desenvolvimento.

A ONUDI trabalha em cooperação com o UNCTAD, CCI, OMC nos trabalhos de facilitação do comércio, a tarefa da organização é prestar apoio no estabelecimento das normalizações e controle de qualidade para os países em desenvolvimento (ONUDI, 2001), ou seja, fornecer a cooperação técnica aos países à cumprirem ou a se adequarem as normas ou diretrizes. Para tanto, oferece serviços de assessoria e assistência técnica nas áreas de competitividade, modernização industrial, políticas comerciais que visam fortalecer a capacidade comercial dos países para inseri-los no mercado global. Assim serve de apoio aos países recém chegados à OMC no enquadramento de suas diretrizes para acessibilidade aos mercados globais.

A respeito deste foco da ONUDI e que está relacionado ao ODM – 08 é notória a observação feita pelo SG da ONU Ban Ki-mon, que no prefácio do Informe de 2012 dos ODMs, embora seja otimista em sua conclusão o DG expõe sua preocupação com a crise financeira atual que assola os países desenvolvidos. Neste sentido é perceptível a preocupação em relação à temática que é discutida em vários fóruns internacionais o que inclui Estados, OIGs, empresas, bancos e OIGs.

¹²³ Os países menos avançados constituem os mais pobres do mundo. São designados oficialmente pela Assembleia Geral da ONU de acordo com uma série de critérios. Existem atualmente 49 países (dados de 2013). Em anexo está a lista dos países menos avançados. Estes países recebem atenção especial dos esforços da ONU em prol do desenvolvimento. Fonte: <http://www.unric.org/pt/paises-menos-avancados>. Acessado: 05/01/2013.

Sobre essa temática Browne (2012) afirma que a importância da ONUDI cresceu a tal ponto que seu escopo ultrapassou a UNCTAD e do CCI Câmara de Comércio Internacional.

3 Energia e Meio Ambiente está relacionado ao ODM: 7 Promoção da sustentabilidade ambiental e melhoria ao acesso à energia.

Esse objetivo visa promover a eficiência na indústria com incentivo à utilização de fontes renováveis de energia, produção de energia limpa, e do uso do recurso para fins de produção em zonas rurais. O foco leva em consideração que o alívio da pobreza se constitui um objetivo comum e de responsabilidade global, e segue o princípio denominado pela organização por desenvolvimento industrial sustentável.

O seu papel em torno da temática é importante, pois a ONUDI ajuda a introduzir novas formas de se produzir visando eficiência energética e formas mais limpas e sustentáveis de produção com menos impacto sobre o meio ambiente. A ONUDI também monitora os países no cumprimento dos acordos internacionais relativos ao meio ambiente.

3.4 Os Estados Membros

Na ocasião em que foi instituída como agência autônoma, em 1985, a ONUDI possuía 130 estados membros (LUKEN, 2009), em 1988 eram 151, 1992: 155, 2004: 165 e no ano de 2013: 172, permanecendo como a principal agência da ONU responsável pela industrialização no mundo (ONUDI, 1989, 2007, 2011).

A Constituição da ONUDI, em seu Art. 4 permite a presença de Estados ou outras entidades na condição de observadores ou em caráter consultivo. “Estes são ocasionalmente convidados a participar, sem direito a voto, ou nos trabalhos da Organização, sobre as questões que lhes interessem” (HOLLY, 1999, p. 45).

A ONUDI no seu campo de atuação geográfica classifica-se da seguinte maneira: 1. Ásia/Pacífico/ África (exclui Japão e Chipre e inclui Israel), 2. Europa Ocidental e outros (inclui Japão e Chipre e exclui Israel); 3. América Latina/Caribe; 4. NPI- Novos Países Independentes. O Tadjiquistão é o único país que ainda não é integrante de um de desses grupos (UNIDO, 2005).

Até 2012, três países se retiraram da organização (EUA, Canadá e Austrália, na década de 1990) e na década seguinte Lituânia e Reino Unido denunciaram a Constituição da ONUDI oficializando sua retirada no fim de 2012. Os integrantes mais recente são: Montenegro

(2006), Samoa (2008) e Tuvalu (2011). Na condição de países observadores estão: a Santa Sé e a Ordem Soberana de Malta¹²⁴.

Da listagem de países membros da ONUDI apresentada no Anexo - 3¹²⁵ (p. 238), em específico dos PEDs, os exemplos significativos de crescimento industrial nos últimos anos se dão em relação a 2 grupos de países: 1. Da industrialização da Ásia Oriental: Japão, os tigres asiáticos, a Coreia do Sul, China Taipei (Taiwan), Cingapura e Hong Kong; 2. Leste Asiático: a Indonésia, Malásia e Tailândia (BROWNE, 2012).

Muitos destes países em meados do século XX enquadravam-se como países subdesenvolvidos, contudo, alguns cresceram como economias de enclave (caso de Cingapura e Hong Kong¹²⁶), viabilizados via Investimento Direto Externo. Nestas regiões a entrada de empresas manufatureiras se materializou por mecanismos como as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) joint-ventures e da colaboração dos Estados nacionais.

Como mencionado esses países marcam o aparecimento dos países recentemente industrializados - NICs, os quais surgiram a partir do desenvolvimento de estratégias voltadas para industrialização, ou seja, surgiram com as políticas de modernização de países periféricos, e um dos mecanismos facilitadores se deu com a sistematização de uma rede de ZPEs na Ásia, Hong Kong, Cingapura e Taiwan¹²⁷, assim como na África e na América Latina.

Sklair (1989) afirma que o processo de modernização consistiu na abertura de portas ao capital estrangeiro por meio da criação proposital de parques industriais orientados para as estratégias de terceirização no exterior realizadas pelas Corporações Transnacionais (CTNs).

No caso Asiático, o crescimento manufatureiro, conforme afirma, Browne (2012, p16) partiu “indiscutivelmente, de condições culturais juntamente com o governo autoritário, força de trabalho adaptável”, isenção de impostos, baixos custos de instalações para as empresas entre outros. Portanto, conclui o autor que a “industrialização acelerada não foi um acidente”.

No caso dos “tigres asiáticos”, ao longo dos anos de forma consistente ocorreu um crescimento anual entre 8% e 10% (Ibid, p. 04). O leste asiático, ao contrário dos “tigres”, segundo Browne, o seu desenvolvimento inicial decorreu da utilização dos seus recursos naturais os quais se voltaram às exportações.

¹²⁴ A Ordem Soberana de Malta é uma ordem religiosa, sediada em Roma, para alguns analistas é considerada como um sujeito do Direito Público Internacional, embora com nome semelhante. Deve-se tomar o cuidado em não confundir com a República de Malta que é um país soberano da Europa.

¹²⁵

¹²⁶ De Zonas Francas Industriais estabelecidas nas décadas de 1960-70, nos últimos anos, a economia deste país passou a se concentrar no setor de serviços.

¹²⁷ A implantação dessas zonas nessa região se deu nos anos de 1960 e 1970 e se especializaram na produção de componentes eletrônicos e produtos têxteis (MICHALET, 2003).

O caso da América Latina, de acordo com Browne (2012) entre os anos de 1965-1980, o crescimento do setor manufatureiro registrou por volta de 10% anuais, porém a partir da década de 1980, em razão da crise e do malogrado estabelecimento das políticas de ajustes estruturais, esse número decaiu, causando efeitos sociais alarmantes, como visto anteriormente a maioria desses países sofreram os agravantes da crise de suas dívidas.

Segundo o relatório da UNCTAD de 2012 (TDR: Relatório de Comércio e Desenvolvimento) o crescimento econômico dos PEDs nos últimos anos veio marcado por uma menor dependência das economias desenvolvidas. Os números do relatório apontam que entre os anos de 2006 e 2012, 64% da produção global partiu dos países em desenvolvimento, em contraste aos 22% dos países desenvolvidos, tais números revelam uma mudança em relação ao quadro entre a década de 1980 e 1990, onde os países desenvolvidos detinham 75% do crescimento global (UNCTAD, 2012).

Os números do relatório da UNCTAD revelam a mudança no cenário econômico mundial ao longo dos últimos anos. No caso dos PEDs o crescimento despontou no fenômeno dos NICs e dentre outras implicações ao cenário internacional demonstrou a vulnerabilidade dos países devido a maior interdependência econômica entre eles.

Dentre as implicações que envolvem as relações da ONUDI, uma delas se dá pelo fato de se deparar na interdependência assimétrica dos países e o desafio desde sua origem é organizar por meio de interesses divergentes o desenvolvimento industrial dos países, com foco nos PEDs, essas discussões fizeram parte da NOEI, e de várias conferências do universo onusiano como nas várias rodadas do GATT.

De acordo com Lambert (1993, p. 24) o surgimento da ONUDI se dá em meio às discussões de três grupos-chaves de Estados: 1. O bloco ocidental, representado pelos países altamente industrializados e ricos, 2. da URSS e seus aliados do Leste Europeu e o 3. Terceiro Mundo. A compreensão da atuação destes é significativa em relação aos direcionamentos políticos e econômicos que permeavam o contexto da Guerra Fria, nas discussões, negociações e divergências que, na ONU resultaram em importantes desdobramentos, como exemplo à criação de vários de seus órgãos.

Em torno dessas querelas a primeira parte do tópico a seguir faz uma breve alusão e tem o objetivo, ainda que resumido, de trazer o histórico da ONUDI, dos seus antecedentes até a conversão em agência especializada da ONU em 1985, processo que levou quase 20 anos para se concretizar.

3.5 Dos antecedentes da criação da ONUDI

O estabelecimento da ONUDI em 1966 antecede uma série de discussões relativas à temática do desenvolvimento. Apesar da palavra industrialização não aparecer na *Carta das Nações Unidas*, a questão da industrialização pode ser atribuída aos já citados Art. 55 e 62 da Carta.

Browne (2012, p. 11) relata que nos debates da ONU pós II Guerra sobre questões econômicas e sociais, o desenvolvimento industrial foi tratado com um “relativo atraso em sua agenda” e nos primeiros 10 anos as Nações Unidas se pontuou nas questões sobre financiamento, comércio, transportes e uma série de questões sociais, incluindo o pleno emprego, situação das mulheres e crianças, refugiados, estupefacientes, bem-estar social e direitos humanos.

Os esforços da ONU sobre industrialização, neste período eram de competência da Assembleia Geral (AG) e do ECOSOC e esparsamente de outros órgãos de seu sistema. Lambert (1993), afirma que nesse período na ONU, os trabalhos direcionados ao desenvolvimento industrial foram se expandindo gradualmente por meio das resoluções da AG, ECOSOC, das ações do PEAT e de outras agências e órgãos, porém eram limitados e não correspondiam à demanda crescente, faltando-lhes sistematização e enfoque mais direcionado.

Entretanto, “foi na década de 1950 que a ONU começou a dedicar especial atenção ao desenvolvimento industrial do sul” (Ibid, 1993, p.10) e suas preocupações vieram por meio da necessidade da elaboração de estudos. Segundo Browne (2012, p.10) a partir de 1952 o ECOSOC começou a pedir estudos sobre a produtividade, e em 1954, o secretariado da ONU produziu um documento denominado “Esforços para elevar a produtividade na Indústria” o qual fazia a “análise dos resultados das missões de assistência técnica sobre a situação da produção nos países subdesenvolvidos” (Ibid).

Ao final do referido ano, outro relatório foi publicado denominado “Métodos e Problemas de Industrialização dos países subdesenvolvidos” que solicitava do SG da ONU um levantamento a todos os órgãos do sistema das Nações Unidas sobre os problemas de desenvolvimento industrial. Por meio do levantamento o SG deveria propor uma ação apropriada referente à questão (LAMBERT, 1993).

Um dos principais autores deste relatório foi Hans Singer e uma das conclusões do estudo afirmava que a “implementação de trabalho relacionado com o desenvolvimento industrial não poderia ser totalmente assegurado pelo SG da ONU e ao ECOSOC” (Ibid, p.

10), o estudo acenava para a criação de um órgão que viesse especificamente tratar da questão.

Browne, ao citar o relatório destaca o ponto que trata do papel das instituições internacionais à temática de industrialização, e observa que, no momento da referida publicação, há uma atenção limitada em torno da assistência fornecida à indústria, e cita que o Banco Mundial ao concentrar investimentos em infraestrutura teve-se apenas a dois empréstimos (Índia e Iugoslávia), enquanto que 5 % da assistência técnica da ONU eram dirigidas para fins de industrialização.

Outras ponderações são apontadas pelo autor e cita que a escassez de recursos alocados para a industrialização foram atribuídas a dois fatores, que corroboraram na prioridade relativamente baixa colocada sobre o desenvolvimento industrial por parte dos governos: 1. os países em fase de pré-desenvolvimento industrial raramente estavam em posição de tirar pleno partido da ajuda neste campo; 2. muitas áreas subdesenvolvidas onde a indústria secundária foi estabelecida, em grande parte estavam nas mãos de empresários privados e, portanto, estava fora do alcance direto da ajuda prestada aos governos (Ibid).

A resposta da ONU quanto às limitações resultou em 1956 na elaboração de um programa de trabalho sobre industrialização e uma seção de indústria foi estabelecida no secretariado da ONU (BROWNE, 2012), esta seção em 1961, por meio do ECOSOC veio a ser chamada de Comitê das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial¹²⁸, Res. 751 (XXIX) /ECOSOC, sendo este aprovado pela Res. 1525 da AG/ONU (XV) em dezembro do mesmo ano (LAMBERT, 1993).

No primeiro relatório do referido *Comitê*, apresentado em sua 1ª sessão, recomendou a criação de um órgão para auxiliá-lo (LAMBERT, 1993; BROWNE, 2012). A argumentação foi reforçada na 2ª Sessão (1962) e pondera que a atuação de organizações como o Banco Mundial, OIT, UNESCO, FAO, OMS, AIEA, embora tivessem alguns projetos ligados à industrialização, não constituíam como temática central destes.

De acordo com Holly (1999, p. 15) as intervenções da ONU por meio desses órgãos, foram feitas “sem um plano geral, de acordo com a lógica e os próprios objetivos de cada parte interessada”. Neste sentido, o autor cita a passagem do relatório da 2ª Sessão do *Comitê*, em que diz:

É evidente que a partir da informação disponível, que os recursos de desenvolvimento industrial foram insuficientes, dadas as necessidades dos

¹²⁸ Em diante será referido como *Comitê*.

países em desenvolvimento... em termos de desenvolvimento industrial, diversas organizações compartilham as responsabilidades. Neste sentido, o Comitê observa que certas atividades industriais desenvolvidas por essas instituições eram relativamente recentes (...). E que, embora sejam úteis para promover o desenvolvimento industrial não eram realmente prioritárias e sua contribuição para o desenvolvimento industrial é "marginal" (Ibid).

Constatação semelhante é feita por Lambert (1993) e afirma que nesta reunião reforçava-se a recomendação feita no 1º relatório do *Comitê* para a criação do Centro para o Desenvolvimento Industrial, o qual será objeto em pauta na 3ª reunião do *Comitê*, em maio de 1963, sendo este aprovado.

Por meio do Comitê das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e do Centro para o Desenvolvimento Industrial, surgia os primeiros mecanismos da ONU específicos à industrialização, couberam-lhes à promoção de coordenação e centralização dentro da ONU das informações de todos os programas de assistência técnica à industrialização e de estabelecer e manter um serviço de documentação sobre aspectos econômicos e técnicos da industrialização (LAMBERT, 1993; HOLLY, 1999).

Na 3ª sessão do Comitê das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial é “reconhecido que o Centro para o Desenvolvimento Industrial não poderia pertencer ao ECOSOC”. A arguição deu margem nas sessões do Centro para o Desenvolvimento Industrial e do *Comitê* para que sinalizassem à criação de uma agência especializada para industrialização, mas a pauta encontrou opiniões divergentes.

Deste modo, os países desenvolvidos defendiam o fortalecimento do Centro de Desenvolvimento Industrial e dos programas e ações dentro dos órgãos da ONU atuantes em projetos relacionados ao tema e sugeriam “a realocação do Programa Estendido de Assistência Técnica (PEAT) e do Fundo Especial (FS)”; e apontavam que a criação da nova agência colocava o risco de duplicação desses serviços (HOLLY, 1999).

Outro argumento dos países desenvolvidos destacava que os encargos financeiros da nova agência seria em grande parte responsabilidade deles, pois eram os maiores contribuintes da ONU, e certamente isso seria transplantado para a nova organização.

Por outro lado, Brasil, Argentina e outros países da América Latina/Caribe e membros do grupo afro-asiático (Argélia, Camarões, Iraque) defendiam a criação de uma agência específica para a industrialização, entre inúmeros argumentos, partiam do pressuposto da existência na ONU de várias agências especializadas nas áreas da agricultura (FAO), saúde (OMS), correios (ITU) entre outras. Portanto, a industrialização deveria ter uma agência específica.

Outra arguição criticada pelos PEDs recaía sobre o argumento dos países desenvolvidos em fortalecer as estruturas existentes, de acordo com a visão dos PEDs essa proposta não complementar as suas imensas necessidades em termos de industrialização. De acordo com as observações de Bretton sobre o problema:

somente uma organização internacional permanente...dotada da capacidade e dos recursos necessários, e com autonomia administrativa e de recursos financeiros substanciais, iria abordar e resolver todos os problemas complexos desafios de desenvolvimento industrial (1968, p. 458).

Em meio à querela, há de se considerar o posicionamento do bloco socialista. De acordo com Bretton, sua posição foi menos “desconfortável”, o bloco não se demonstrava contrário ao posicionamento do 3º Mundo. Tal comportamento era estratégico perante o contexto da Guerra Fria e para enfatizar a questão o autor cita o pronunciamento do delegado da Tchecoslováquia, o Sr. Muzik, na AG/ONU (26/11/1965), o qual declara que seu país é favorável a proposta do grupo da América Latina para a criação de uma agência especializada, contudo, é preferível definir a estrutura e as funções desta instituição antes de decidir por sua criação.

As divergências entre os países desenvolvidos e os PEDs em relação à criação da agência para a industrialização prossegue, e nas sessões do Centro para Desenvolvimento Industrial que se sucederam são apresentadas resoluções com propostas opostas, a dos países desenvolvidos que solicitavam o fortalecimento das estruturas existentes e a dos PEDs que reivindicavam a criação de uma agência especializada.

Na ocasião da 17ª sessão da AG das Nações Unidas (1962), Brasil, Colômbia, Madagascar, Paquistão e Iugoslávia solicitaram ao SG da ONU um projeto de resolução referente à nomeação de uma comissão de especialistas que viessem preparar o estudo para a criação da agência especializada para industrialização, este projeto de resolução foi aprovado (Ibid, p. 30) e resultou na Res. 873/ECOSOC/CID.

Os resultados do relatório referente a Res. 873/ECOSOC foram apresentados pelos especialistas¹²⁹ ao SG/ONU em 29/03/1963, de acordo com Bretton (1963) nas conclusões não demonstravam-se nem claramente a favor ou contra as duas teses.

De acordo com um dos peritos da comissão, o delegado indiano, Sr. Ramachandran, a criação imediata da agência em questão era inviável e deveria ser vista como objetivo futuro, além disso, considerava que os encargos financeiros demandados para o funcionamento da

¹²⁹ O grupo era composto de 10 peritos, 6 pertencentes aos PEDs (Índia, Paquistão, Nigéria, México, Brasil) e 4 dos países desenvolvidos (URSS, Polônia/Hungria, Estados Unidos, Reino Unido).

agência nos moldes de funcionamento das agências da ONU requeriam um valor substancial e compatível com as funções e objetivos da agência (Ibid).

Essa preocupação acenava com “as dificuldades financeiras das Nações Unidas atribuíveis aos órgãos e despesas crescentes existentes e da proliferação de novos corpos” (Bretton, 1968, p. 472). Em relação aos encargos financeiros o apoio dos países desenvolvidos seria essencial para suprir custos com a nova organização. Esse problema

foi manifestado na reunião em Genebra, em outubro de 1964, onde 11 grandes contribuintes argumentaram que a criação de uma nova agência especializada deve ser objeto de negociações entre a ONU e os Estados interessados, em par deveriam chegar a um consenso entre Estados-Membros, e não o resultado de uma simples votação por maioria da Assembleia Geral (Ibid).

A citação de Bretton não só revela a preocupação dos interesses dos países ricos dentro das Nações Unidas nas questões da industrialização, mas retrata o choque político na organização entre os grupos de países.

Por fim, de acordo com Holly (1999) os peritos sugerem a criação de um órgão especial para a industrialização (e não uma agência especializada) sob a autoridade da AG e do SG da ONU, ou seja, um órgão subsidiário tal como existente em alguns organismos da ONU, a exemplo do Fundo Especial do Alto Comissariado para os Refugiados, vinculado ao UNICEF.

As discussões da criação da ONUDI prosseguiram na 18ª Sessão da AG da ONU em 11/12/1963. Em meio às discussões Bretton (1968) observa que os impasses se geravam no interior dos grupos opostos, no caso, dos PEDs, alguns países africanos,

percebendo que suas necessidades em termos de industrialização não eram idênticas às de outros Estados em desenvolvimento mais avançados, como o Brasil e a Índia, temiam que uma agência especializada concentrasse seus esforços nos países ou regiões que possuíam uma infraestrutura econômica e técnica superior à deles (p. 468).

Por outro lado, Bretton destaca a mudança do posicionamento dos EUA em relação à criação da agência, e decorreu de sua imagem desgastada, por causa de sua intervenção em eventos como a Guerra do Vietnã.

Ao flexibilizar sua postura perante as discussões, os EUA se abstiveram “de perguntar a aplicação do artigo 19 da Carta” para o 3º Mundo e “especialmente o grupo latino-

americano muito comprometido com a criação de uma agência especializada para o desenvolvimento industrial”.

Cabe expor que o referido artigo faz menção ao pagamento em dia das contribuições e da habilitação dos estados membros ao direito de voto na AG da ONU, e neste contexto, a maioria dos PEDs estava em situação de inadimplência (BRETTON, 1968; LAMBERT, 1993). Todavia, como lembra Bretton, os EUA e os países desenvolvidos estavam diante de um impasse

ou tornam-se membros de uma instituição que eles não acreditam, mas seriam obrigados a garantir o financiamento ou recusavam-se a participar, criando assim o ressentimento dos países em desenvolvimento e, assim, alimentar a propaganda comunista (p.468).

As discussões para criação da ONUDI prosseguiram na 4ª sessão do Centro para Industrialização das Nações Unidas realizada em 1964. Nesta reunião foram analisados os dois projetos de resoluções: dos PEDs e dos países desenvolvidos.

O projeto, proposto pela Argentina, Brasil, Colômbia, Iraque, Tunísia, Chile, Equador e Iugoslávia, previa a criação de uma agência especializada para o desenvolvimento industrial na ONU, e foi aprovado por 19 votos a favor e 09 contra. A segunda proposta oriunda dos EUA defendia a permanência da estrutura existente, esta proposta também foi aprovada.

No caso da aprovação da segunda resolução, Lambert (1993) afirma que pode ser interpretada como uma “decisão temporária que não contradiz a ideia de formação de uma nova agência especializada em uma data posterior” (p.13). Por fim, coube a AG decidir os impasses, e tal premissa está em consonância ao Art. 22 da Carta das Nações Unidas que compete à AG o estabelecimento de “órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho de suas funções” (HOLLY,1999, p. 32).

A discussão foi decidida na 20ª AG/ONU (nov. a dez. de 1965) e segundo Lambert, novamente os dois projetos divergentes se defrontavam. Apesar do posicionamento contrário de alguns países desenvolvidos, aprova-se a criação da ONUDI, Res. 2089 (XX) e teve “apoio de 50 países, incluindo o bloco oriental”. Tal aprovação “não continha indicações claras sobre a estrutura da nova agência” e o problema pairava em “saber se a nova organização era para ser uma agência especializada da ONU ou teria alguma outra forma de organização” (Ibid, p.18).

A Res. 2089 (XX) previa a formação de uma comissão *ad hoc* que se encarregaria de redigir os aspectos jurídicos e administrativos da ONUDI, além disso, a referida resolução assegurava que os encargos financeiros seriam “efetuados a partir do orçamento regular da

ONU”, das contribuições voluntárias dos Estados membros da ONU, de membros de agências especializadas, e da AIEA e pelos recursos do PNUD (LAMBERT, 1993, p. 16).

A referida comissão foi aprovada na AG da ONU em 21/12/1965 e foi composta por 21 PEDs, 10 países ocidentais (Estados Unidos, Austrália, Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Holanda, Finlândia, França, Alemanha Ocidental, Suécia), 04 países do bloco oriental (o URSS, Romênia, Tchecoslováquia, Iugoslávia), e Cuba. Entre 28 de Março a 2 de Maio de 1966, reuniram-se em onze sessões (Ibid, p.18).

Aprovada a Res. 2089, coube ao SG da ONU a “competência para tomar medidas conducentes à formação do secretariado da nova organização sem demora, com os recursos do Secretariado das Nações Unidas”. O Diretor Executivo da ONUDI seria nomeado pelo Secretário-Geral da ONU e aprovado pela Assembleia Geral (Ibid).

Para Bretton (1968, p. 456) a aprovação de diferentes resoluções, no contexto das assembleias da ONU deve ser vista como técnica disponível para os PEDs, pois estes são maioria na AG. Para os PEDs, o fato de constituírem maioria não os livrava dos entraves, como se vê com a criação da ONUDI e a aprovação de determinadas resoluções estes países tiveram que enfrentar intensas negociações e divergências e isso decorreu perante todo o processo de criação da conversão da ONUDI em agência especializada da ONU e de várias outras questões dentro do sistema onusiano.

Das discussões para a criação da ONUDI, o CDI Centro de Desenvolvimento Industrial e a Comissão de Desenvolvimento Industrial da ONU tiveram papel fundamental. Cabe citar a realização de uma série de encontros promovidos por estes órgãos em prol da industrialização. De acordo com o histórico encontrado no *website* da ONUDI (2012) destacam-se os seguintes encontros realizados nos países em desenvolvimento:

- 1º Simpósio Regional para os países cobertos pela Comissão Econômica para a Ásia e extremo Oriente, ocorrido em dezembro de 1965.
- Simpósio de Desenvolvimento Regional para os países cobertos pela Comissão Econômica para África, ocorrido em janeiro e fevereiro de 1966.
- Simpósio de Desenvolvimento para os países da América Latina, ocorrido em Março de 1966.
- IV Simpósio de Desenvolvimento Regional para os países Árabes, ocorrido no Kuwait, em março de 1966.

Os encontros além de assinalarem preocupações da ONU em traçar recomendações e diretrizes para a industrialização dos PEDs buscavam abrangência em níveis nacional, sub-regional, regional e internacional. A ONUDI em seu *website* reconhece que tais encontros

marcam os antecedentes de sua criação, fato ocorrido em 1966 com a dissolução do Centro de Desenvolvimento Industrial (<http://www.unido.org/quienes-somos/historia.html>).

3.6 Da criação da ONUDI

Com a dissolução do CDI, a ONUDI é oficializada em 17/11/1966 (Res.2152/XXI), enquanto órgão da ONU ou órgão de execução pago a partir do orçamento regular da ONU e seu 1º DG foi Ibrahim Helmi Abdel-Rahman (Egito).

A princípio tivera por dilema a localização de sua sede, Nova York ou Genebra por acomodarem a maioria dos órgãos da ONU teriam grande possibilidade de abrigar a sede, porém as capitais da Índia, Grécia, Áustria, Quênia, Peru, Turquia, Trinidad e Tobago foram propostas para sediar o secretariado da organização, mas o local escolhido pela AG da ONU foi Viena, na Áustria, por ser um local central na Europa, e também representava o afastamento da sede da ONU (Nova York).

Segundo Lambert (1993), a escolha de Viena significava aparentemente uma independência da ONUDI em relação aos ditames dos EUA, fato recorrente em organizações como FMI e Banco Mundial.

A ONUDI ao iniciar suas atividades depende financeiramente e politicamente das diretrizes da AG da ONU. Nesses primeiros anos para o marco de ações em prol da industrialização, aprovados em 1968 no programa de orçamento estão focados em 3 programas: 1. Tecnologia Industrial; 2. Serviços e Instituições; 3. Políticas industriais e programação. E se subdividem em subprogramas que abarcam: P&D, legislação industrial, normatização, treinamentos, financiamentos, redistribuição de algumas indústrias (mecânica, farmacêutica, metalúrgica), transferência de tecnologia, e desenvolvimento de tecnologia endógena (HOLLY, 1999).

Segundo Holly (1999) estes componentes permanece ao longo dos anos na organização, contudo os eixos estruturantes ao longo de tempo foram alterados, mas as áreas que abrangem as atividades técnica mudaram pouco, assim projetos que envolvem: programas de cooperação técnica para industrialização, transferência de tecnologia, projetos para auxiliar os governos no planejamento e programação, projetos de criação e instituições industriais, instituições de formação e projetos para ajudar pequenas e médias empresas, continuam essenciais na pauta da ONUDI.

No plano político, os primeiros anos da ONUDI são marcados pelas disputas de relações de forças. Se nos primeiros anos se arrolavam em torno da sua criação, depois de

1966 prossegue em torno de sua conversão como agência especializada da ONU e persistem seus velhos problemas, como as questões relativas ao orçamento, dentre outros.

Outra preocupação estava no estabelecimento do marco legal que regeria a ONUDI, a preocupação é vista no momento da realização da I CG da ONUDI, realizada nos dias 01-08 de Junho de 1971, em Viena, na ocasião “o G-77 apresentou um projeto de resolução que se refere, principalmente, à estrutura organizacional e de financiamento”. Nesta reunião se confirmou o PNUD como a principal fonte de financiamento das atividades operacionais da ONUDI (LAMBERT, 1993, p. 26).

Quatro anos após a I CG se realiza a II CG da ONUDI, em Lima (de 12 a 26 de Março de 1975) e tem como um dos marcos significativos as discussões para a conversão da ONUDI em agência especializada.

Nessas discussões para os PEDS, o objetivo da mudança de *status* para agência especializada se deve ao aumento substancial das funções da organização, pois para esses países a organização deveria “fornecer os recursos necessários, com o objetivo de reforçar e expandir suas atividades, lhes aumentando à capacidade de prestar assistência mais eficaz aos países envolvidos no processo de industrialização” (BRETTON, 1979, p. 568).

Relativo ao problema, o posicionamento dos países desenvolvidos, segundo Holly (1999), permaneceu relutante e nas discussões o Leste Europeu, embora preocupado com as questões dos custos com a nova organização se demonstrou favorável as reivindicações do 3º Mundo.

De acordo como Browne (2012, p. 11) e Lambert (1993) tensões como estas são recorrentes ao longo da história no sistema das Nações Unidas e são resultado de uma incongruência fundamental na cooperação para o desenvolvimento. A ONUDI como tantas outras agências e programas da ONU constituem mais um palco dessa relação de forças entre os blocos de países.

Como se vê o campo de força entre os países é um problema abordado em vários momentos do texto e torna-se emblemático para o entendimento da conversão da ONUDI em uma agência especializada. Em relação ao problema da conversão da ONUDI em agência especializada, cabe expor que o problema é resolvido após uma década de sua II CG (Conferência de Lima de 1975), quando se alcança o número mínimo de países que a reconheceram como tal (quando 80º Estado membro depositasse sua ratificação), fato ocorrido em 1985. Para Holly (1999) essa demora reflete a falta de entusiasmo na comunidade internacional para a nova agência especializada. Este e outros problemas são discutidos no tópico a seguir.

3.7 Da Conferência de Lima ao esmorecimento da NOIE

No cenário o qual se realizava II Conferência Geral da ONUDI (Conferência de Lima, 1975), a taxa de crescimento industrial dentro do grupo dos PEDs apresentava diferenças consideráveis, em sua distribuição geográfica, no 3º Mundo mais da metade desse número se localizou na América Latina (1975: 4,9%), enquanto entre 1966 e 1975 o maior aumento industrial ocorreu no Brasil (23,9%), no México (10,7%) e Argentina (9,4%), seguidos por mais sete outros PEDs (Coreia do Sul, Índia, Turquia, Irã, Indonésia, Hong Kong, Tailândia), juntos forneceram quase $\frac{3}{4}$ do aumento da produção industrial nos PEDs (ONUDI, 1978).

Em 1975, segundo levantamento da ONUDI a produção industrial no mundo apresentava-se da seguinte forma: 63,7% suportados pelos países industrializados, com economias de mercado enquanto que 27,7% partiam das economias de planejamento centralizado (países socialistas) e 8,6% para os países em desenvolvimento (UNIDO *apud* SER, 1979, p. 6).

Diante do cenário, a II CG da ONUDI apresenta para a discussão a Declaração de Lima e o Plano de Ação para o Desenvolvimento Industrial e Cooperação Econômica. A *Declaração* trata da análise das causas do subdesenvolvimento com propostas para a reforma da economia internacional e o *Plano* traça diretrizes gerais para resolver os problemas de desenvolvimento econômico, até os fins da década de 1980 (HOLLY, 1999, ONUDI, 1975).

A Conferência de Lima como também sua reunião preparatória, de acordo com Holly (1999, p. 62) constituíram momentos para os PEDs de reafirmarem seus compromissos de estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional e dos princípios estabelecidos na Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a década de 1970 (UNIDO, 1975).

Bretton (1979, p. 567) esclarece que essas ocasiões refletiam a oportunidade de estabelecer um documento com valor de decisão e não apenas de recomendações tal como se configurou a Carta de Direitos e Deveres dos Estados, aprovada pela A.G/ONU em 1974.

Diante dessas premissas, conforme a Declaração de Lima (ONUDI, 1975, p.46) os países signatários da *Declaração* ratificam a convicção de que a indústria é um instrumento dinâmico para o crescimento e essencial para o rápido desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento.

Na ocasião, se esboçou a expectativa de crescimento industrial para os PEDs estimada a 25% até o ano 2000, sendo que os números da produção industrial mundial dos PEDs em 1975 eram de 7% (ONUDI, 1975, BROWNE, 2012). Esses números implicariam no crescimento industrial dos PEDs a uma “taxa consideravelmente superior do que os 8%

recomendados na Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (DER, 1979, p. 47).

Para efeito de ilustração, outros números referentes ao contexto são citados na II CG da ONUDI, como p. ex. o fato de que 2/3 da população mundial viviam no 3º Mundo, neste ensejo é destacado que no “meio da década de 1970, 300 milhões de pessoas, ou quase ¼ da força de trabalho do mundo, estava desempregada ou tinham apenas trabalho em tempo parcial” (LAMBERT, 1993, p. 20). Cabe expor que no início da década de 1970 a população mundial girava em torno de 3.692.492.000 bilhões, e em 1975, esse número foi estimado em 4.068.109.000 bilhões de pessoas¹³⁰ (www.brasilpnuma.org.br).

Segundo dados de um estudo da ONUDI, em 1975, a Europa registrou o número de 3 milhões de desempregados e a situação de crise é atestada na queda de 17% das exportações dos EUA, sendo que nos outros países industrializados a queda foi de 3,3% das exportações, por outro lado para os PDEs registra-se o aumento de 25% de suas exportações (ONUDI, 1978).

Segundo Holly (1999, p. 65), a Declaração de Lima faz algumas considerações voltadas às disposições relativas à industrialização e sobre o estabelecimento da estratégia para a NOIE e sua pauta se concentra em quatro eixos: 1 divisão internacional do trabalho, 2 políticas comerciais, 3 políticas financeiras e o 4 papel das organizações internacionais.

Questões complementares sublinham pontos relativos à melhoria da educação, (formação técnica dos trabalhadores com especial atenção aos países menos desenvolvidos); ênfase em processos de trabalho intensivo de produção; maior integração das mulheres em atividades sociais e econômicas e, em particular, no processo de industrialização, com base na igualdade de direitos; reforço da posição de negociação em relação aos países industriais (com relação a preços, recursos, atração de equipamentos tecnológicos e acesso aos mercados); incentivo às indústrias de base agrícola ou relacionados ao desenvolvimento rural; incentivo à pesquisa; transferência de tecnologia; estabelecimento de indústrias de base necessária para independência econômica, maior participação no comércio mundial (ONUDI, 1975).

Uma das passagens da Declaração de Lima enfatiza o respeito à soberania dos estados nacionais, e destaca a “eliminação de todas as formas de dominação estrangeira e socioeconômicas de exploração, onde quer que possam existir”, segundo o documento isto, se

¹³⁰ Em 1945 a população mundial era estimada em torno de 2,5 bilhões, um dos primeiros relatórios da ONU referente à questão foi publicado em 1953 denominado *The Determinants and Consequences of Population Trends* (Determinantes e Consequências das Tendências Populacionais), uma projeção feita por este relatório estimava que a população mundial em 2000 estaria entre 3,3 e 2,8 bilhões, na realidade esse número chegou a 6 bilhões.

expressa como condição prévia de desenvolvimento econômico, e complementa-se ao “direito inalienável dos Estados de controlar os seus recursos naturais” (UNIDO, 1975, p. 47-48). Essas questões são resquícios do processo de descolonização, recente naquele contexto.

Lambert (1993) destaca que o rascunho da *Declaração* e do *Plano de Ação* proposto pelo G-77 continha uma disposição que atribuía obrigatoriedade de 1% da receita bruta do produto nacional a ser direcionada para assistência dos PEDs, tanto os países ricos do ocidente como o bloco oriental se demonstraram contrários à proposta.

Como se pode observar, a Declaração de Lima refletia preocupações decorrentes da crise internacional que assolava na década de 1970, e nos itens 15 e 19 considera o possível efeito da crise em relação à ajuda de cooperação técnica entre países e destaca a necessidade de regulação da promoção da industrialização mundial. Neste sentido, o item 42 do documento salienta que:

o jogo irrestrito das forças de mercado não é o meio mais adequado para promover industrialização em escala mundial, nem de alcançar efetiva cooperação internacional em domínio da indústria e que as atividades das corporações transnacionais devem ser sujeitas a regulação e supervisão, a fim de garantir que essas atividades sejam compatíveis com o desenvolvimento de planos e políticas dos países de acolhimento, tendo em conta os códigos de conduta nacionais e outros instrumentos (ONUDI, 1975, p. 49).

Tal necessidade está relacionada à maior influência dos PEDs sobre as decisões relativas aos assuntos do Sistema Monetário Internacional (SMI).

Outra questão, segundo Lambert (1993) refere-se à disposição sobre a subordinação do capital privado estrangeiro e às exigências dos planos econômicos nacionais. Neste sentido, o autor assevera que no âmbito da intervenção das empresas nos PEDs, os países ocidentais defendiam a tese de que os PEDs deveriam proporcionar condições para as corporações internacionais se instalarem e concederem o mesmo estatuto dado às empresas nacionais, ou seja, era um posicionamento conveniente aos interesses dos países ricos, pois estes além abrigarem as sedes das multinacionais, detinham a maior participação em termos de industrialização dos PEDS como também no SMI.

Como se vê a II CG da ONUDI de 1975 e a Declaração de Lima constituem marcos dos primeiros anos da organização, e trouxeram o estabelecimento de parâmetros para os anos seguintes. A partir dessa Conferência a ONUDI passa a ser vista pelos PEDs como um “ator-chave na implementação da Declaração NOEI” o que deu “origem ao papel previsto para

organização de Fórum Global” (BROWNE, 2012, p. 13). De acordo com Holly (1999), em linhas gerais, a ONUDI manteve-se fiel à estratégia adotada pela CG em Lima até 1987.

Com relação ao prosseguimento das reuniões para a conversão da ONUDI em agência especializada, dentre as várias reuniões da Comissão Intergovernamental responsável para elaboração do projeto do Ato Constitutivo, destaca-se a reunião de Viena (1976), com a presença de 78 Estados, observadores, ONGs entre outros.

E em meio às disputas entre norte-sul e das diferenças políticas entre os soviéticos e os países do ocidente, a referida Comissão não concluiu seus trabalhos postergando-o à outra reunião (Res. 32/167 de 19.12.1977) que se realizou em 20.02.1978 em Viena, onde participaram 123 Estados, mais uma vez não se concluiu as discussões, e outra reunião é marcada (Res.33/161/AG/ONU, de 20.12.1978) para o 08.04.1979.

A 3ª reunião de 08.04.1979, em Viena registra o desapontamento com a lentidão no processo refletido na redução de participantes em 82 Estados. Conforme Lambert (1993), após quatro anos de intensas discussões, nesta reunião aprovou-se, por consenso, a Constituição, a qual leva mais seis anos para entrar em vigor, quando 80º Estado-membro depositasse o instrumento de ratificação, fato concretizado em 21 de Junho de 1985 (BRETTON, 1979).

De acordo com Lambert (1993) as reuniões da Comissão Intergovernamental se encarregaram de examinar os projetos do G -77 e dos países ocidentais, relativos à proposta de redação do Ato Constitutivo. Tal função era problemática devido as diferentes visões entre os grupos. Entre os temas polêmicos suscitados, de acordo com Holly (1999), está à inclusão no preâmbulo da afirmação que o estabelecimento da ONUDI se dá sobre os princípios de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), no qual os países desenvolvidos recusavam a aceitar a menção à Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

Os países ocidentais como os EUA, Grã-Bretanha, Holanda e Nova Zelândia se justificavam a respeito da não inclusão no preâmbulo do Ato Constitutivo da ONUDI, pois nos documentos fundadores do BIRD e AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica não existe preâmbulo, além disso, para o Ato Constitutivo da ONUDI consideravam desnecessária a cláusula de manutenção da paz e segurança, bem como da não interferência nos assuntos internos de outros países, essa visão desfocava das funções da ONUDI. A China se mostrou favorável a essas visões (LAMERT, 1993).

Outro ponto divergente se deu com o Art. 14 referente aos principais órgãos (CG, Secretaria, Conselho de Desenvolvimento Industrial e o Comitê de Programa e Orçamentos), destes, a ênfase ocorreu em torno da composição do CDI (Conselho de Desenvolvimento

Industrial) e do Programa e Comissão de Orçamento, em termos da composição numérica e geográfica destes (LAMBERT, 1993; HOLLY, 1999).

As discussões em torno do Ato Constitutivo colocadas neste tópico são pertinentes, pois este é o mais importante documento da ONUDI e como abordado neste capítulo, todo o processo que envolveu a criação da organização é marcado por intensas discussões de diferentes blocos de países, o que envolveu também a elaboração do referido documento.

Após cinco anos da Conferência de Lima é realizado em Nova Délhi (janeiro e fevereiro de 1980) a III CG da ONUDI. Segundo Lambert (1993), na ocasião avaliou-se a inviabilidade das propostas feitas na conferência anterior referente às metas de crescimento da industrialização para os PEDs de 25% até o ano 2000. Tal avaliação se dá em função dos resquícios da crise da década anterior. Ainda que o crescimento econômico dos PEDs nos últimos sete anos da década de 1970 tenha atingido quase 2/3 superiores aos dos países industrializados, a referida crise econômica teve prosseguimento na década de 1980 e se constituiu uma das causas para reconsiderar as metas.

Na III CG se cogitou o crescimento industrial mundial em 13% até 2000 em contraste dos 25% propostos anteriormente. Na ocasião é aprovado Declaração de Delhi e o seu Plano de Ação por 83 votos (todos os votos dos grupos do PEDs e países orientais) e 22 votos contra (todos os votos dos países ocidentais) e 01 abstenção (do Vaticano).

A Declaração de Delhi e o seu Plano de Ação contém basicamente os princípios da *Declaração* e do *Plano de Ação de Lima*. Nesta ocasião, novamente as discussões sobre atuação das CTNs nos PEDs são enfatizadas e os países ocidentais defendem a importância do livre mercado e da interrupção da interferência do Estado na transferência internacional da indústria como também a necessidade de expandir consideravelmente a atividade do Grupo do Banco Mundial (GBM), além disso, os PEDs acusaram países ricos pela falta de vontade política para implementar a *Declaração de Lima e do Plano de Ação*, tal situação é refletida nos poucos avanços com relação à cooperação internacional industrial (LAMBERT, 1993).

De acordo com Lambert (1993, p. 33) as discussões e o documento da III CG apontavam que a “crise econômica no mundo capitalista se espalhou a partir de um número de países desenvolvidos, expressos por fenômenos como a deterioração do sistema monetário mundial, a inflação e problemas na balança de pagamentos”. A crítica partia do G-77 e por outro lado os representantes dos países ocidentais consideraram *Declaração de Delhi* e o *Plano de Ação* como documentos “sem força jurídica e política”, o autor conclui que o valor destes, “foi nula, ou negativa”.

A *Conferência de Nova Délhi* e sua *Declaração* mostram a continuidade das contradições sobre os principais problemas das relações econômicas internacionais, postas nas relações Norte-Sul. O Sul acusava o Norte pela falta de vontade em cooperar para o desenvolvimento e estabelecimento da NOIE e criticavam as práticas das empresas multinacionais nos PEDs.

Em sua defesa, os países ocidentais exigiram uma nota especial a ser colocada no relatório da III CG referente ao papel do capital privado no desenvolvimento do 3º Mundo e pedem para os países beneficiários (ou seja, o 3º Mundo) a criação das condições favoráveis para alocação desses investimentos, e também lembraram da

contribuição positiva das corporações transnacionais poderia fazer para o progresso social e econômico nos respectivos países e a necessidade e a utilização dos serviços do Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos no âmbito do Banco Mundial [...] Sobre a transferência internacional da indústria, os países Ocidentais salientaram a importância do mercado livre e desimpedido, da interrupção da interferência do Estado, incluindo qualquer tipo interferência em escala mundial. Eles viram as corporações internacionais como uma importante fonte de empréstimos e capitais para financiar o desenvolvimento de muitos países (LAMBERT, 1993, p.33).

Da passagem de Lambert percebe-se que as ideias vindas do grupo dos países desenvolvidos esboçavam a cartilha neoliberal a ser consolidada em poucos anos. Ainda dentro das discussões dos grupos de países membros da ONUDI, de acordo com Baark e Strahl (1995, p. 442), a ONUDI até o início da década de 1980 foi vista como uma das principais agências internacionais responsáveis pela promoção da NOEI, deste modo, no preâmbulo do Ato Constitutivo da ONUDI ao mencionar a NOEI e em conformidade aos objetivos adotados na 6ª sessão extraordinária da AG/ONU declarou o seguinte:

É necessário instaurar uma ordem econômica e social justa e equitativa a ser realizada por meio da eliminação das desigualdades econômicas, do estabelecimento de relações econômicas internacionais racionais e equitativas, da implementação de transformações sociais e econômicas dinâmicas e do encorajamento das modificações estruturais necessárias ao desenvolvimento da economia mundial (ONUDI, 1986a).

O trecho acima, clama pela implantação de relações supostamente igualitárias entre os países e neste sentido admite que :

Sendo a cooperação internacional para o desenvolvimento o objetivo e a obrigação comum de todos os países, é essencial promover a industrialização

por meio de todas as medidas conjuntas possíveis, designada à operacionalização, transferência e a adaptação de tecnologias a nível mundial, regional e nacional, bem como a nível setorial (ONUDI, 1986a).

Como se vê, no preâmbulo da Constituição da ONUDI a cooperação internacional é acentuada na realização de esforços na promoção do desenvolvimento industrial. Antes de acentuar a importância da Cooperação internacional, o preâmbulo assegura que

A industrialização é um instrumento dinâmico de crescimento, essencial ao rápido desenvolvimento econômico e social, especialmente dos países em vias de desenvolvimento, ao melhoramento dos níveis e qualidade de vida dos povos de todos os países e a instauração de uma ordem econômica e social equitativa; Todos os países têm o direito soberano de realizar a sua industrialização e todo o processo de industrialização deve obedecer aos objetivos gerais de desenvolvimento socio-econômico auto-sustentado e integrado, devendo envolver as transformações que garantam a participação justa e efetiva de todos os povos na industrialização dos seus países (ONUDI, 1986a).

No entanto, com as questões relativas ao desenvolvimento econômico dos países, por parte das potências, a existência de certas agências das Nações Unidas, incluindo a ONUDI é fortemente questionada pelo G7, alguns países até se opuseram a ela, preferindo confiar na ação de outros órgãos ONU e as forças de mercado (HOLLY, 1999).

Essas reações brotavam em vista da preocupação central da ONUDI nos PEDs. A criação de uma agência com foco nesses países representava em tese para os países desenvolvidos a relativa perda de seu poder dentro do sistema onusiano, em decorrência da maioria dos países em desenvolvimento serem maioria na ONU.

Para Baark e Strahl (1995, p. 442) a amplitude da visão em que a ONUDI se envolvia, embora fosse considerada uma das principais agências responsáveis pela promoção de uma Nova Ordem Econômica Internacional não correspondia ao que a organização podia oferecer, pois seus recursos, tanto em termos de finanças como de recursos humanos eram limitados para atender as expectativas, pois sua subordinação à ONU até 1985, como um órgão subsidiário possibilitava o funcionamento como uma instituição sem “qualquer autonomia funcional ou financeira” (CRETELLA, 2007, p. 76).

As limitações na disponibilidade de recursos na cooperação do desenvolvimento industrial são retratadas por Lambert (1993, p. 38) até a metade da década de 1980, no qual a ONUDI “muitas vezes ficou atrás dos outros campos de cooperações econômicas internacionais”.

Deste modo, percebe-se que a questão orçamentária é de extrema importância para o funcionamento das organizações internacionais, pois as maiores contribuições geralmente provêm dos países desenvolvidos, e de certa forma pode ser usado como mecanismo de pressão. Em razão disto, os EUA não abriu mão do artifício e tal situação deve ser lembrada no momento em que se dá sua retirada da UNESCO (1984)¹³¹, que ao alegar cortes de gastos com o sistema ONU, sua saída significava uma crítica aos pesados encargos da ONU. Sobre o assunto Lambert (1993, p. 71) cita que os EUA durante o período de 1986 a 1988 “começaram a exercer pressão sobre a ONU e muitas de suas agências, reduzindo sua contribuição para o orçamento da ONU por mais de 20 por cento”, a ONUDI também foi alvo das críticas dos EUA que nos anos 1990 oficializara sua saída.

Em meio a relações conflituosas e de intensa negociação entre os países, a IV CG da ONUDI (e a última antes da mudança de *status* para agência) prossegue nas contradições entre os PDEs e os países ocidentais sobre os principais problemas da cooperação industrial, assim, a referida Conferência, realizada em Agosto de 1984, em Viena, reflete “a falta de progresso na obtenção dos objetivos definidos nos documentos da II e III CG da ONUDI” (LAMBERT, 1993, p. 35).

Nesse período segundo o autor a participação dos PEDs no mundo da indústria de transformação, aumentou de 10% em 1975, para apenas 11,9 %, em 1983. Se esse ritmo continuasse, a meta estabelecida para o ano 2000 para os PEDs no crescimento industrial não excederia os 15%, ou seja, muito abaixo do objetivo da *Declaração de Lima*. Dada as referidas perspectivas de crescimento industrial para a próxima década, o desafio da ONUDI está em se ajustar ao contexto da crise a promoção da industrialização do mundo. Assim, em meados da década de 1980, entra em vigor, sua Constituição que:

Desejando estabelecer, nos termos do Capítulo IX da Carta das Nações Unidas, uma instituição especializada com a designação de Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) (a seguir designada por “Organização”), que desempenhará papel central e será responsável pelo exame e promoção da coordenação de todas as atividades desenvolvidas pelos organismos das Nações Unidas no domínio do desenvolvimento industrial (ONUDI, 1986a).

No entanto, as discussões em torno do desenvolvimento tecidas em torno da NOIE e da qual a participação da ONUDI foi importante, se esvaneceram na década de 1980, doravante, as discussões em torno da economia mundial tomará outra dimensão, entre as

¹³¹ Além dos EUA neste período também saiu o Reino Unido da UNESCO.

quais, podem ser evidenciadas nas discussões da Rodada do Uruguai (no âmbito do GAAT) 1986 e do Consenso de Washington.

Deste modo, os fatores que envolvem as políticas de desenvolvimento industrial nas últimas décadas do século XX não podem ser vistos exclusivamente em termos do Estado ou de competência interna destes, mas em um plano transnacional que envolve vários agentes, que se encarregaram da edificação da configuração global do capitalismo e das relações de abertura econômica.

Destarte, para Holly “as noções de economia nacional e uma ordem nacional coerente não têm mais relevância”, ou seja, a “política de desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento está intrínseca à integração do sistema industrial global e tem um novo significado, de uma nova forma de ‘periferização do 3º Mundo’” (1999, p.87).

Esse é um dos problemas enfatizado nos tópicos seguintes e tem como ponto de partida a consolidação da ONUDI enquanto agência especializada da ONU, fato ocorrido em meados da década de 1980; muitos dos dados utilizados priorizaram os relatórios anuais a partir de 1986, ano da publicação do 1º Relatório Anual enquanto agência especializada.

Sobre este momento, os relatórios da ONUDI embora sejam descritivos e tratem a respeito das principais atividades da organização durante o ano, os relatórios utilizados para construção deste tópico trazem o contexto a partir de meados da década de 1980, caracterizado por um cenário diferente daquele em que a ONUDI foi instituída em 1966, do qual se evidenciavam as discussões entre o Norte-Sul empreendidas no âmbito da NOIE. Cabe expor que antes de 1986 a ONUDI já publicava os relatórios anuais, contudo, a exclusão destes se fez necessária como forma de delimitação, pois a quantidade a ser coberta seria extensa, porém, a proposta da pesquisa nos tópicos seguintes é tratar sucintamente dos primeiros anos da organização após torna-se agência especializada da ONU o qual se emergia em contexto de crise.

3.8 A ONUDI como agência especializada das Nações Unidas

Quando se tornou uma agência especializada da ONU em 1985, após longas contendas entre países ricos e os PEDS, a ONUDI entra no quadro entre as 05 maiores agências especializadas da ONU e se incluiu no grupo em que estão a UNESCO, FAO, OMS e a OIT (LAMBERT, 1993).

No intervalo de 05 anos que marcam os anos iniciais da ONUDI enquanto agência especializada da ONU foram realizados 3 CGs, a 1ª realizada em duas partes nos dias 12-17

de agosto e em 09-13 dezembro de 1985, nesta ocasião foi nomeado por aclamação Domingo L. Siazon, Jr. como DG da ONUDI (GC.1/Dec.12). A segunda CG é realizada no ano seguinte, em Bangkok, na Tailândia (15/11/1986) e a 3ª CG foi realizada em Viena (1989).

Browne (2012) relata que o mandato de Domingo L. Siazon foi marcado por fortes pressões dos Estados a respeito da concessão de cargos de alto nível dentro da organização como também da imposição da nomeação de cinco Diretores gerais adjuntos; fora essas pressões o início de sua jornada é marcada pela crise mundial que afetara também a ONUDI.

Nos anos que se seguem na década de 1980, o cenário é marcado pelas políticas neoliberais e pela crise de muitos países ao redor do mundo. A crise é refletida no sistema das Nações Unidas que sofre dentre vários problemas os de ordem política e os de ordem financeira.

Neste momento a ONUDI pontua suas ações nos seguintes eixos: 1. Coordenação política; 2. Estudos e Pesquisas Industriais; 3. Operações industriais. Sendo estes traçados a partir da programação orçamentária do biênio de 1978-1979 e prosseguiram até o final da década de 1980, os quais recebem outras designações: 1. Desenvolvimento de programas e projetos; 2. Promoção Industrial, Consulta e tecnologia e 3. Operações Industriais¹³².

Concomitante ao seu quadro de ações a ONUDI sofre influência do campo das estratégias das Nações Unidas, neste quadro para a década de 1980, a ONUDI abarcou em sua pauta a declaração da Década de Desenvolvimento Industrial da África DDA, Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, das Agências Especializadas e das Instituições Internacionais associadas com as Nações Unidas, Declaração das Medidas para assegurar a aplicação eficaz e acelerada do Novo Programa Substancial de Ação para os Países Africanos Menos Desenvolvidos, Declaração do Ano Interacional da Paz (1986) (I GC/28 de dez.) e a da Integração das Mulheres no Desenvolvimento Industrial (GC. 1/Dec.29) (ONUDI, 1986, p. 07).

No que toca as questões financeiras, a situação da ONUDI é crítica, embora o seu primeiro orçamento bienal (enquanto agência especializada) tenha subido 30% em relação ao biênio anterior, a ONUDI inicia suas atividades enquanto agência especializada se deparando com o reflexo da crise internacional em voga.

O problema reflete diretamente na captação de recursos, e grande parte do orçamento da ONUDI dependia do cronograma de Valores Indicativos das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPFs) do PNUD, sendo este, a principal fonte de fundos para cooperação

¹³² Estes serão alterados em meados da década de 1990.

técnica. Outras fontes eram provenientes do SIS- Serviços Especiais Industriais do programa do PNUD, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDF e do PR (Programa Regular) dentro do orçamento regular das Nações Unidas, o Fundo Fiduciário da ONUDI e do autofinanciamento por parte dos PEDs, do UNFDAC - Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas e do UNCDF Fundo de Capital para o Desenvolvimento das Nações Unidas (ONUDI, 1985, p.15).

Em relação às contribuições provenientes dos Estados membros, entre os fins da década de 1980 e início da década de 1990, Lambert (1993, p. 109) relata o seguinte:

Os maiores contribuintes do orçamento regular da ONUDI são, portanto, os EUA (25%) URSS (até 1991, a União Soviética) com a Ucrânia e Belarus (10,1%, 1,27% e 0,34%, respectivamente, no entanto estes valores são muito suscetíveis de serem revistos em vista a dissolução da URSS; Japão (10,75%), Alemanha (8,19% da República Federal da Alemanha e 1,32% da República Democrática da Alemanha, antes da unificação de ambas as partes), França (6,31%) e Reino Unido (4,82%) (LAMBERT, 1993, p. 109).

O relatório referente ao ano de 1986 afirma que devido à crise econômica generalizada da dívida suportada pela maioria dos PEDs, às questões de políticas industriais adotadas na maioria destes, seguiram políticas de planejamento industrial de longo prazo, neste escopo o desempenho da ONUDI foi o de estabelecer metas de desenvolvimento prioritários (ONUDI, 1987).

De modo geral, a pauta da ONUDI para esses países prossegue com os seguintes tópicos: tema da mulher no desenvolvimento; Reabilitação industrial no setor alimentício; Aperfeiçoamento de Recursos humanos; Transferência de tecnologia; Meio ambiente; transferência de tecnologias limpas; África. Outros devem ser citados como a subcontratação, energia, pesticidas, indústrias (aço, madeireira e farmacêutica), padronização, gás natural, estudos de viabilidade sobre a utilização de sucata, maquinaria agrícola (entende-se como modernização do campo), centrais hidrelétricas, zonas francas, despesas com bolsas de estudo, estudos de viabilidade e de investimento, *Offshore*. De certa forma, a ONUDI ainda oferece serviços relativos a todos os tópicos mencionados.

No que se refere à África é possível observar nos relatórios da ONUDI que vários projetos foram direcionados visando a reestruturação industrial focados na identificação de vantagens comparativas. A maioria dos projetos foram financiados por empréstimos do Banco Mundial, bancos de desenvolvimento ou fundos especiais os quais teriam uma participação nos resultados (ONUDI, 1987, 1988).

A preocupação maior em torno da região, se dá na África Subsaariana, que apresentava neste período queda de seu PIB, e para agravar a situação registrava em 1987, o crescimento populacional a mais de 3%¹³³. Semelhante situação é enfrentada pelos PMD Países Menos Avançados, segundo a ONUDI continuaram a enfrentar graves dificuldades como:

crise da dívida, baixo preços das commodities e rápido crescimento da população, como na maioria dos países em vias de desenvolvimento, condições climáticas severas levaram a perda de colheitas de modo que a produção de alimentos e segurança alimentar têm sido a preocupação predominante (Ibid).

Neste período os projetos direcionados a essas regiões por meio da ONUDI tinham abrangência em áreas de reabilitação das instalações existentes, fornecimento de equipamentos, treinamento, na área da indústria farmacêutica. A ONUDI realizou o trabalho em conjunto com a OMS e se destacou com as instalações de laboratórios para a produção de vacinas em Camarões, Etiópia, Madagascar e a República Unida da Tanzânia. Pontuou projetos com atenção à reabilitação industrial no setor alimentício, aperfeiçoamento de recursos humanos e transferência de tecnologia (UNIDO, 1988).

No final da década estudos como o da Comissão Econômica Africana (CEA), citado no 2º capítulo, mostram que muitos projetos de desenvolvimento aplicados, como os PAES- Programas de Ajustes Estruturais do Banco Mundial, direcionados à África Subsaariana não lograram êxito; cabe expor que a ONUDI tivera a participação na implementação dos programas do Banco Mundial na África.

Em torno dos PAES, apesar do problema merecer mais detalhamento, assim como o seu efeito sobre o empreendimento da industrialização em várias regiões, a exemplo da América Latina, embora não tratado neste tópico, cabe destacar que estes aparecem de certa forma nos momentos em que se trata dos impactos das políticas neoliberais, em que essas políticas tiveram impacto significativo nas políticas industriais desses países, seja por meio da modernização dos parques industriais e/ou privatizações, e da entrada de novas multinacionais em decorrência da abertura econômica. Entretanto, o efeito foi duplo, pois ao mesmo tempo em que agilizou, em alguns casos, a modernização industrial, também possibilitou o fechamento de muitas empresas devido às pressões competitivas.

¹³³ Em 1999 na ocasião da celebração do dia da industrialização da África o SG das Nações Unidas enviou uma mensagem pessoal ao evento, e apontou que "a taxa de crescimento das cidades africanas é de tal forma que daqui a 25 anos, mais de metade da população da África estará vivendo em cidades"

Dada às limitações da pesquisa, o problema neste tópico, aparece de modo sucinto por meio da África. O destaque levou em consideração que esta região é um dos focos emblemáticos da industrialização da ONUDI e tem como justificativa a pobreza, como problema a ser combatido por meio da industrialização, além disso, o problema está em consonância à questão da expansão capitalista em busca de novos mercados (consumidor e de produção), imperativos inerentes à lógica da configuração global.

Feitas as considerações, cabe remeter à pequena digressão a respeito da industrialização da África, feita por Browne (2012, p. 21) que afirma que os “países africanos criaram políticas industriais, mas com pouco sucesso”, pois o padrão de política industrial adotado inicialmente seguiu o modelo de substituição importação, “com governos que tentaram canalizar os investimentos em atividades domésticas para o qual não parecia ser um mercado pronto”. A maioria das atividades industriais eram de propriedade pública, deste modo, os governos manipulavam os custos de importação de capital, tarifas e regimes fiscais em favor da produção nacional.

Essas políticas na África, segundo Browne, no final da década de 1970, não mostraram impacto positivo, assim o crescimento da produção caiu para zero ou mesmo abaixo do negativo em algumas economias da região. Cabe reiterar que as políticas desenvolvimentistas dos estados, como p. ex. de substituição de importação, como discutido anteriormente foram esmorecidas em detrimento das reformas estruturais dos últimos anos do século XX acalentadas pela doutrina neoliberal.

No caso da queda no crescimento africano prosseguiram nas décadas seguintes e se constitui um dos maiores desafios para o desenvolvimento, tendo em vista que essa é uma das regiões mais pobres do mundo com quase 900 milhões de habitantes, e com os piores indicadores socioeconômicos do Mundo, dentre eles se destaca expectativa média de vida que é abaixo dos 50 anos, enquanto que nos países ricos esse número é superior a 70 anos (PNUD, 2011).

Ainda no contexto da década de 1980, no que tange a preocupação da ONUDI relativo à África se coloca o problema no quadro da crise e do seu impacto na organização, assim é mostrada a redução do orçamento previsto para os projetos no âmbito do DDA, onde o valor previsto para este fim era de US\$ 8.6 milhões dólares (orçamento aprovado em 1985 para o biênio de 1986-87) e foi reduzido em 68,6% restando o valor de US\$ 3,27 milhões (ONUDI, 1987).

No ano de 1987 esse valor foi aprovado no total de US\$ 4.054,500 a ser financiado pelo programa regular de cooperação técnica para o biênio de 1988-1989. Porém, em termos

de orçamento geral, Holly (1999, p. 75) afirma que esses recursos (orçamento ordinário) da ONUDI ao longo dos anos foram:

modestos até meados dos anos 70. Eles passam, de fato, US\$ 5. 729,500 milhões em 1967 para US\$ 29.226,000 em 1974/75 (ou seja, US\$ 14.613 milhões dólares para cada um dos anos fiscais de 1974/75). Este aumento (triplicou perante os últimos dois biênios após a 1967) e reflete a modéstia de ação da UNIDO, em relações internacionais. Nesta primeira fase, a organização pode-se dizer, ainda não emergiu como um parceiro importante no sistema das Nações Unidas. Por outro lado, o aumento da despesa orçamental da instituição é notável a partir do ano fiscal de 1975/76. São, então, resultados da reunião de Lima e adoção de Declaração e Plano de Ação de Lima, que estabeleceram o papel Central da UNIDO em ajudar o desenvolvimento industrial. O orçamento global da UNIDO foi de US\$ 46.087,100 milhões de dólares em 1975/76 e 10 anos mais tarde, em 1984-1985, chegou US\$ 72.179,500 milhões.

Os dados extraídos por Holly e dos relatórios anuais da ONUDI referentes ao orçamento global da organização apontam o fato de que a ONUDI quando iniciou suas atividades operacionais tanto como órgão das Nações Unidas quanto agência especializada, se encontra aquém dos objetivos aos quais se propunha. Deste modo, é perceptível a suscetibilidade da situação financeira à dinâmica da economia mundial e prossegue como um dos pontos críticos de sua atuação ao longo dos anos.

Para enfatizar o problema, no relatório de 1985 aponta que na CG (1985) foram aprovados um programa de orçamento ordinário para o biênio de 1986-1987 no valor de US\$ 154.752, 547 milhões, dos quais US\$ 112.706,804 milhões “seriam de avaliação dos Estados-membros”, e se estimou para o propósito do orçamento operacional “na ordem de US\$ 23.492,700 a ser financiado por contribuições voluntárias e de outros rendimentos, tais como podem ser previstas nos regulamentos financeiros (GC. I/Dec.26)” (ONUDI, 1986, p. 07).

Em relação ao problema, o Relatório Anual da ONUDI referente ao ano de 1987 em seu prefácio destaca que a situação de crise financeira mundial atinge diretamente a organização na elevação de seus custos. A queda do valor do dólar no mercado mundial, resultante da crise, teve peso significativo não somente em relação à arrecadação das contribuições dos Estados membros, mas mostrou como a ONUDI estava suscetível à flutuação cambial do dólar o que a levou a efetuar vários cortes em relação aos vários custos (ONUDI, 1987; BROWNE, 2012), pois a maioria dos seus custos eram em Schilling, moeda austríaca (fato justificável devido à localização da sede na Áustria).

No final de 1987 é registrado o número não inferior a 50 Estados membros (33,5 % do total de membros) que não contribuíram no orçamento da organização, enquanto que 34

países membros haviam apenas feito contribuições parciais (ONUDI, 1988, p. VII). Uma das justificativas dos países em relação à inadimplência foi a crise financeira vigente na época. Deste modo, a retração orçamentária da ONUDI, neste período levou ao cancelamento ou adiamento de vários programas.

Dentre os vários cortes, o relatório de 1987 relata a preocupação em relação ao aumento salarial previsto em 7,8% que deveria ser adotado em 01.03.1987. No entanto, foi realizado em duas etapas, a primeira na referida data e o restante para o dia 01.12.1987. Assim, neste período a organização se viu obrigada a descartar possíveis contratações.

Contudo, convém ilustrar, que ao longo dos anos, do total de 976 funcionários, em 1976, alocados em Viena, cresceu em 1990 para 1.392, com mais 39 diretores nacionais servindo no campo (BROWNE, 2012), mas a partir da década de 1990 esse crescimento será interrompido devido a reforma da organização, e em meados da década de 1990, o número de funcionários sofrerá novos cortes, com decréscimo gradativo ao longo desta década.

Na década seguinte a redução dessas contribuições terá impactos, pois a ONUDI iniciará a década de 1990 com uma listagem significativa de devedores, entre estes estão os EUA com dívida de US\$ 40 milhões (avaliações não pagas de 1986-1989), em segundo, a URSS, com US\$ 1,3 milhão; entre os países do Sul os maiores devedores estão o Brasil (US\$ 2,5 milhões), Argentina (US\$ 1,4 milhão) e o Irã (US\$ 1,2 milhão), os que estavam em pior situação segundo Lambert (1993) eram dívidas que se acumularam ao longo de vários anos.

Como se vê vários cortes foram necessários por causa da crise financeira da década de 1980, e no final da década a situação não melhorou e isso pode ser ilustrado em razão das contribuições não pagas pelos Estados membros que no período de 1986-1988 que foi de US\$ 6,9 milhões e 190 milhões de xelins austríacos. Em 1989, o número totalizou em US\$ 6,3 milhões equivalente a 285 milhões de xelins austríacos. Mas o montante da dívida acumulada durante anos pela maioria dos países se somaram no total de contribuições não pagas e se totalizaram no equivalente a US\$ 46,6 milhões dólares (cotação do câmbio dos EUA US\$ 1 = AS 13,8, moeda austríaca) (ONUDI, 1990, p. 120). Segundo o relatório anual referente a 1989,

Este foi certamente uma situação complicada para UNIDO e exigiu novas medidas. No entanto, a situação era menos grave do que o estado das finanças da ONU durante sua pior crise financeira 2-3 anos antes. Nenhuma sessão especial da Assembléia Geral ou Conferência foi convocada, enquanto que a Assembléia Geral da ONU teve que convocar uma sessão especial para resolver os assuntos financeiros da ONU (Ibid, 1990).

Embora, os cortes de gastos fossem necessários, Holly (1999, p.77) aponta que ao longo dos anos (excluindo a situação crítica de 1986) o que se vê é o aumento dos recursos do orçamento geral, segundo o autor “é especialmente notável a partir do ano fiscal de 1986/1987, ano em que atingiram o montante de US\$ 160.285.900, os quatro exercícios mais tarde, de 1994-1995, totalizaram US\$ 229.320.200”.

Sob esse panorama, apesar de se apresentar o orçamento suscetível, Browne (2012) relata que a despesa total cresceu mais de 70% entre 1985 e 1990. No relatório anual referente ao ano de 1990 o orçamento total chegou a (quase US\$ 160 milhões em 1990, em comparação com US\$ 95.9 milhões para a sede) (ONUDI, 1991).

A primeira década como agência especializada a ONUDI não conseguiu superar seus problemas relativos ao orçamento, sendo este muito importante para execução de seus projetos. Tal problema está aliado à conjuntura econômica internacional da década de 1980 onde se alastrava os princípios de regulação de liberalização econômica o que fez com que muitos países, ao começarem a abrirem suas portas à globalização se deparassem com suas fragilidades perante aos mercados competitivos.

As demandas que se intensificam da globalização econômica exigiram uma série de ajustes provenientes do receituário das instituições de *Bretton Woods* e do *Consenso de Washington*.

Outro problema com o qual a ONUDI teve de lidar se depara com a crescente tendência com a preocupação ambiental que contribuiu para um novo cenário da produção manufatureira em termos de competitividade como também das atribuições do Estado em termos de políticas ambientais. Todos estes aspectos afetaram à ONUDI não somente em termos financeiros, mas contribuíram para a crise política que, em meados da década acarretou em uma ampla reforma na organização com o objetivo de evitar sua dissolução. Em torno desses problemas que o tópico seguinte se ocupa.

3.9 A ONUDI e a Década de 1990

O período entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990 marca-se com o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha. Apagada a ameaça comunista, as preocupações no plano político mundial adentravam embaladas aos problemas globais como: tráfico de drogas, proteção ambiental, pressões migratórias, doenças contagiosas entre outros.

Neste contexto, para ONUDI é observado à emergência de dois problemas: 1. das demandas aumentadas em termos de industrialização, devido à entrada dos novos países do

Leste europeu, oriundos da ex-União Soviética¹³⁴, e 2. a questão ambiental com impacto significativo no plano de ações da ONUDI empreendidos a partir da década de 1990.

Outras questões são emblemáticas e, em linhas gerais na década de 1990, a ONUDI propôs 2 agendas de trabalho: a primeira com o Plano de Médio-Prazo (1990-1995) e mantém a pauta de industrialização focada em: 1. recursos humanos, desenvolvimento, 2. transferência de tecnologia, 3. reabilitação desenvolvimento industrial, 4. pequenas e médias empresas, 5. Meio Ambiente e Energia, e a segunda é estabelecida em 1995 no plano de ações da reforma estrutural da organização com seis tópicos: 1. Desenvolvimento de estratégias e programas nacionais; 2. Mobilização e gestão de recursos financeiros, 3. Informação e pesquisa. 4. Desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento de empresas e do setor privado; 5. Setores industriais e meio ambiente, 6. Promoção do Investimento e Tecnologia (UNIDO, 1992; HOLLY, 1999; LUKEN, 2009).

Este período prossegue com a preocupação da industrialização da África e como emblema disto, no início da década se destaca a aprovação da Res. 44/237 da AG/ONU que proclamou 1991-2000 como a II Década de Desenvolvimento Industrial da África e o 20 de Novembro como o Dia da Industrialização da África, a partir deste momento todos os anos a ONUDI e a ONU celebram este dia.

Para o início da referida década são registrados vários momentos importantes e merece destaque a participação da ONUDI no processo de privatização do Iraque (logo após os conflitos do Golfo do início da década de 1990), no caso do Iraque este tipo de atuação está no âmbito de recuperação da infraestrutura produtiva em situação de crise, seja dos países pós-conflitos ou de desastres naturais.

Outra participação se registra na Croácia com a participação da ONUDI de uma conferência internacional sobre os efeitos da Guerra sobre o meio ambiente (1992); participação da ECO 92; elaboração junto a FAO do Código de Conduta sobre a distribuição e uso de pesticidas nos PEDs; produção de Manual sobre ZPEs Zonas de Processamento de Exportação como forma de orientar os países na criação desses mecanismos, entre outros feitos (UNIDO, 1993).

Paralelo à mudança do desenho do mapa-múndi e das emergências globais, a ONUDI tivera de se adequar às mudanças estruturais correntes na economia política internacional das últimas décadas do século XX. Essas transformações, como visto no capítulo anterior,

¹³⁴ Pouco depois da desintegração da União Soviética foi criado a Comunidade dos Estados Independentes. Uma preocupação premente a esse grupo e ao contexto era de inseri-los a dinâmica do mercado globalizado.

mostraram a suscetibilidade do mundo às oscilações das democracias de mercado, o que exigiu de muitos países a reformulação de suas políticas, entre outras mudanças.

Neste cenário, segundo Browne (2012, p. 18) o “desenvolvimento industrial não é mais visto como uma solução única para o desenvolvimento econômico de desenvolvimento dos países”. Simultaneamente, a cartilha de promoção para o desenvolvimento direcionava as premissas do Consenso de Washington e os tópicos legitimados prezam pela estabilidade macroeconômica e da interferência mínima do Estado na economia, pressupostos impostos à maioria dos Estados nacionais.

Relativo ao problema, Holly (1999, p. 83) observa que, alinhada ao contexto, a ONUDI adotará estratégias que refletem “o verdadeiro equilíbrio de poder no mundo, e afastam qualquer ideia de questionamento da ordem econômica mundial”. Com efeito, seus objetivos baseados na “promoção da economia de mercado como o principal meio de organização da economia global” tem um novo significado e se direcionam na criação de condições do estabelecimento da economia global e fundamentará no apoio à aliança do capital privado estrangeiro para desenvolvimento econômico doméstico”, em específico, nos PEDs, PMAs e economias em transição.

Para o público alvo da ONUDI um dos desafios se encontrava em cumprir os fundamentos do Consenso de Washington, os quais são pontuados nas seguintes orientações apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4: Princípios do Consenso de Washington

10 Princípios do Consenso de Washington	
1. Disciplina Fiscal	Corte do déficit público e não deve exceder 2% do PIB.
2. Reorientação dos gastos públicos	Corte dos gastos públicos, principalmente subsídios, concentrando os gastos governamentais em infraestrutura, educação primária e saúde básica.
3. Reforma Tributária	Reforma fiscal e tributária com ampliação da base de tributação e diminuição da taxa.
4. Taxa de Juros	Taxa de Juros positiva e moderada, aumento da poupança interna e desencorajando a fuga de capitais.
5. Taxa de Câmbio	Taxa de Câmbio competitiva e principalmente estável para permitir a confiança do setor privado e aumento das exportações.
6. Liberalização Comercial	Eliminar as barreiras comerciais não-tarifárias e impostos de exportação e manter as tarifas em um nível baixo e aplicável somente as indústrias nascentes.
7. Abertura para o Capital estrangeiro	Para atrair capital e tecnologia.
8. Direitos de Propriedade	Inclui a propriedade intelectual, (proteção de patentes) o que aumenta a confiança dos agentes privados estimula a pesquisa tecnológica.
9. Privatização das Estatais	objetivo aumentar a eficiência econômica
10. Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) a serem adotados por vários países da América Latina, África e Europa.	- Segue o raciocínio do aumento da competição para incentivar o crescimento econômico.

Fonte: POLLINI Jr (2010)

Com essa cartilha a se cumprir, as ações da ONUDI expressariam na inversão do seu foco, se no início os projetos de industrialização se voltavam aos Estados (configuração multinacional), neste momento (configuração global) se tem a atenção voltada ao setor privado, isso não quer dizer que os Estados foram relegados a segundo plano, mas que há uma ênfase maior ao setor privado, sendo este “o motor do crescimento e do desenvolvimento” (BROWNE, 2012, p. 08).

A inversão do foco para o setor privado é um direcionamento que não provém necessariamente da ONUDI, mas do contexto do qual é integrante. Com o problema emerso, é interessante a observação de Michalet em que diz:

Na lógica da *configuração multinacional*, as administrações públicas impunham um verdadeiro calvário aos investidores estrangeiros na obtenção de autorização para seus projetos de investimento. Mas estes aceitavam submeter-se às condições desconfortáveis que lhes eram impostas, sendo que os primeiros a chegar estavam melhor posicionados para aumentar as barreiras à entrada da concorrência e para lucrar com essa situação privilegiada. Mas que isso, acontecia de as empresas concorrerem entre si para obter favores governamentais dos países anfitriões e conseguirem se implantar antes das outras empresas. A partir de agora, com a configuração global, serão os Estados que concorrerão entre si para atrair os investimentos estrangeiros para o seu território (Ibid, p. 124).

Para entender o contexto, no que se referem às políticas industriais, as mudanças percebidas estavam sendo esboçadas entre os fins da década de 1960-1970, e demandavam a reformulação de estratégias da organização produtiva, tanto por parte dos estados nacionais como das empresas. Sua dinâmica estava se processando no período da configuração multinacional do capitalismo e deu formato para o dimensionamento da configuração global; sua distinção da configuração anterior se proclama no “enfraquecimento dos atores públicos em benefício dos privados” (Ibid, p.107).

Nesse ínterim, Estados reformulam suas leis sobre os investimentos estrangeiros e empresas modificam suas “estratégias de investimentos no exterior, passam da estratégia de mercado para estratégia global” (p. 124).

Como se vê o processo de industrialização começava a ter a projeção voltada em relação aos mercados globais, e sua complexidade fez com que planejadores políticos e empresas se encontrassem desafiados sob a ótica da nova dinâmica a responder perguntas basilares como: o quê, como, quando, onde e para quem produzir bens e serviços. Tais perguntas, em suma, devem levar em conta as diversas jurisdições nacionais, culturais e econômicas e as condições de aproveitamento das melhores oportunidades.

Ademais, a tendência no âmbito das políticas industriais, se baseou no desaparecimento do modelo das políticas de substituição de importação e de intervenção estatal (políticas que ajudaram o desenvolvimento industrial de muitos países do 3º Mundo) em favor de políticas de desregulamentação e abertura de mercados e modernização das estruturas industriais.

Em parte, a industrialização em voga, deve aos avanços tecnológicos, mormente “poupadoras de trabalho, prejudicando os empregos dos trabalhadores menos qualificados”. Esses avanços definem o acirramento da concorrência entre as empresas, e ademais procuram novas formas de investimento para assim terem melhor postura competitiva (DUPAS, 2001, p. 91).

De acordo com o relatório da ONUDI de 1991 as mudanças tecnológicas afetaram drasticamente os PEDs (ONUDI, 1992), isso se deve as estruturas obsoletas de seus parques industriais que não conseguiram acompanhar os avanços tecnológicos e à falta de recursos para aquisição de bens de capital. Relacionado a este problema, cabe reiterar que esses recursos eram dependentes dos financiamentos de bancos privados e agências multilaterais, e a restrição ao acesso aos recursos também se devia ao fato que esses países estavam endividados o que dificultava o acesso a crédito¹³⁵. Esses problemas entre outros, serviram de apoio para a fundamentação das privatizações dos setores chaves e abertura comercial.

Se de um lado, as consequências podem ser vistas em relação à oferta de empregos, p.ex., no avanço do trabalho flexível e informal, como na distribuição destes sobre os diferentes países do mundo, por outro lado, outras alterações são vistas nos padrões de produção, nas formas organizacionais e de gerenciamento das empresas como nas relações comerciais, dentre outros.

Portanto, os avanços tecnológicos auferiram impactos na produtividade e no rendimento por hora trabalho. Dupas (2001) esclarece o assunto, e descreve uma série de implicações como a redução dos prazos e horas requeridas para produção e entrega dos produtos, o que encurtou o ciclo de produção e necessidade de capital, isso inclui etapas iniciais, intermediárias e atividades de distribuição, ora eliminadas ou reduzidas em grande escala, e o efeito é atrativo no sentido que pode diminuir as incertezas e as perdas no processo.

¹³⁵ O montante da dívida se dava no fato de que os países contrariam dívida em cima de dívida, a fim de pelo menos pagarem os juros destas, em vista que na maioria das vezes não conseguiam honrar seus compromissos para com os credores públicos e privados.

Deste modo, se transcreve a passagem de Dupas em que afirma que as novas tecnologias possibilitaram o aparecimento de:

Novos bens e serviços com maior média de valor adicionado por hora trabalhada, operando verdadeiras revoluções nas áreas de biotecnologia, *agro-business* e medicina [...] o crescimento da produtividade tem resultado em uma aceleração no declínio dos preços dos equipamentos, incluindo os de tecnologia mais recente, garantindo a possibilidade de investimento das empresas [...] produtores hesitam em aumentar preços por medo de que seus concorrentes sejam capazes, com os custos mais baixos resultantes dos novos investimentos, de arrancar fatias de seu mercado (DUPAS, 2001, p. 80).

Esses avanços dimensionam-se no argumento da eficiência e de sua busca, e por sua vez adiciona-se o da competitividade, esses, deram margem à justificativa de privatizações de setores chaves pertencentes aos governos, considerados obsoletos e os quais careciam ser modernizados.

Quanto às ações da ONUDI neste processo, observa-se o seu papel na concretização de privatizações de estatais de vários países. Conforme aponta Holly (1999) é no biênio de 1990-1992 que a privatização entra no programa e no orçamento da ONUDI, isto é, logo após a questão ganhar destaque no final dos anos de 1980, e assim, se desponta como prestadora de suporte técnico, na implantação dos financiamentos direcionados à reforma estrutural dos Estados; imperativo condicionado pelas diretrizes do Banco Mundial.

As privatizações, segundo Michalet (2003) sob a égide da ordem neoliberal, se justificavam na necessidade de restabelecer os grandes equilíbrios financeiros. Sobre o assunto o autor faz as seguintes observações, que decorreram,

Em primeiro lugar, o das finanças públicas pela interrupção da prática das subvenções, pela redução dos empréstimos excessivos do Estado no mercado financeiro. Estes, efetuados para sustentar as empresas públicas em déficit crônico, tinham como efeito a preferência pelos tomadores públicos de empréstimos em vez dos privados (*crowding-out*). As privatizações também permitirão um aumento da competitividade das empresas nacionais. Estas poderão se voltar para a exportação na lógica do novo modelo de desenvolvimento (p.128).

Com esse ímpeto, as privatizações tomaram de conta de setores antes protegidos como “telecomunicações, transportes (aéreos, ferroviários, marítimos, rodoviários), indústrias de redes (energia, água, gás) e, em menor medida, os setores das minas e do petróleo” (p. 126), outros setores não escaparam como saúde, educação, transportes, habitação, entre outros.

Na agilização dos processos de privatizações, ao citar a parceria da ONUDI com o Banco Mundial reitera-se que a maioria dos financiamentos do Banco estão focados em projetos de infraestrutura e a ONUDI atuou como um dos agentes de execução destes, seja como consultor, apoio técnico e institucional. A respeito, o relatório referente ao ano de 1994 afirma o seguinte:

A privatização das empresas públicas é um dos principais componentes das reformas econômicas. Para apoiar este processo, a corrente de projetos, é concebida para complementar as atividades do Banco Mundial – será realizar o seguinte: o projeto de privatização e reestruturação estratégica, e na implementação de um amplo programa de reforma das empresas públicas, a formação de funcionários públicos e dos gestores selecionados pelas empresas (ONUDI, 1995).

De acordo com Holly (1999), quando estes problemas aparecem no plano de ação da ONUDI, são apontados como marco estratégico da agenda de desenvolvimento para a década de 1990 e por meio da reestruturação industrial a ONUDI se fez presente na implementação dos ajustes estruturais dos PEDs e dos PMDs - países menos desenvolvidos¹³⁶.

Tal problema é extraído em um dos relatórios da referida década e afirma que esses países “estão agora a implementar reformas estruturais destinadas a reduzir o tamanho do setor público, desregulamentação da economia e promoção de indústrias privadas” (ONUDI, 1995).

Este contexto é descrito por Michalet da seguinte forma:

A economia política do neoliberalismo, que reina desde o início dos anos 1980 sob a forma da desregulamentação, será aplicada em todos os níveis do processo de mundialização. No que diz respeito às dimensões das trocas e da produção no exterior, os novos preceitos servirão para aprofundar e acelerar a lógica da configuração *internacional* e, sobretudo, da configuração *multinacional*. Mas seu impacto mais original ocorrerá na esfera financeira, que passará a ser a dimensão dominante na nova configuração (MICHALET, 2003, p. 114).

Cabe lembrar que a desregulamentação dos mercados que abarca bens, serviços e transações financeiras internacionais (que podem assumir o caráter especulativo), de um lado contou com a tendência crescente do mercado de serviços, e por outro coincidiu na “queda

¹³⁶ A ONUDI usa as siglas PMA e PMD como equivalentes, no relatório referente ao ano de 1995 é encontrado a definição de Países Menos Desenvolvidos (PMDs) e descreve que esses países estão muito aquém “do resto do mundo em termos de desenvolvimento econômico e industrial” além de serem relativamente pobres são caracterizados pela “subutilização de seus recursos naturais, com pequenos mercados domésticos e rudimentares, pouca diversificação de suas estruturas industriais, elevada dependência das importações e exportação de manufaturados insignificantes” (ONUDI, 1996).

absoluta dos produtos manufaturados ou empregos industriais” (DUPAS, 2001, p. 90). Contudo, o setor de serviços na oferta de empregos se mostrou frustrante, embora tenha crescido em importância, foi “mais sensível do que o próprio setor industrial às novas tecnologias poupadoras de mão de obra na área da informática, automação e teleprocessamento” (p. 91).

Uma das marcas emblemáticas do processo se deu em relação ao papel dos movimentos dos trabalhadores, destarte o papel do sindicalismo era colocado em xeque, a exemplo do papel dos sindicatos ingleses (mineradores) que até a década de 1970 exerciam forte influência e tradição política, e acabou minado pelas diretrizes da Era Thatcher¹³⁷.

A primeira-ministra inglesa dirigiu uma ampla política de privatizações e de redução do Estado na economia, o que gerou no país uma série de retaliações, tanto por parte do governo (dos seus adversários políticos) quanto pelas classes afetadas. Resultado, uma série de empresas foram privatizadas em nome da eficiência e da abertura dos mercados, e uma onda de desemprego foi inevitável, e por fim os sindicatos esmoreceram enquanto agentes políticos (MICHALET, 2003; HARVEY, 2006).

O modelo neoliberal se inscrevia nos países desenvolvidos industrializados, e ficou conhecido como a Revolução Conservadora (e se refere aos EUA com Reagan e na Inglaterra com Thatcher), por outro lado, os PEDs, encontravam-se cada vez mais dependentes dos financiamentos dos estados ricos, das agências multilaterais e dos bancos privados, e o resultado foi uma crise de amplas proporções, que se seguiram no início da década de 1990.

Assim muitos países ao consolidarem a cartilha do Consenso Washington, ainda sofriam dos impactos da crise da dívida (causada pela incapacidade de assegurar o serviço dessas, e da ameaça de inadimplência¹³⁸).

Concatenado as novas diretrizes, a financeirização da economia cada vez mais intensificada demonstra o quão oscilante a economia se tornaria, apesar do volume dos fluxos aumentarem substancialmente em termos de circulação de capitais, como também de pessoas e mercadorias, o crescimento global não se traduz em distribuição equitativa, outra evidência da volatilidade da economia são vistos, neste contexto nas inúmeras crises, que se alastraram durante o período.

O caráter oscilante da economia pode ser demonstrado na década de 1990, no fato de que apesar dos investidores disponibilizarem em “centenas de bilhões nos mercados

¹³⁷ Como ficou conhecido o período em que Margareth Thatcher, também conhecida como Dama de Ferro exerceu o cargo de primeira ministra da Inglaterra.

¹³⁸ Ao final de 2007, segundo Krugman e Obstfeld (2010, p. 478) a dívida dos PEDs com restante do mundo registrou cerca de US\$ 3,5 trilhões.

emergentes tanto na América Latina como nas economias em rápido crescimento da Ásia”, isto não salvou o mundo das sucessivas crises bancárias e financeiras (iniciadas na década 1980), e na década de 1990 se ilustram na crise imobiliária dos EUA (1990-1991); falências de instituições financeiras entre 1985-1990, “mais de mil bancos americanos faliram, que obrigou o fundo de seguro de depósitos do FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation), que se tornou insolvente, a tomar empréstimos no valor de 70 bilhões de dólares”; do Sistema Monetário Europeu (1992), México (1994), Tailândia (1997), EUA e Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001) (MICHALET, 2003, p. 120; KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

Em termos da produção industrial o problema é descrito no relatório da ONUDI de 1995, na constatação de que “pela primeira vez em meio século” verifica-se à diminuição¹³⁹ do ritmo do crescimento industrial no mundo, uma das causas apontadas se dá pela recessão e do colapso das políticas socialistas, que naquele momento, segundo a ONUDI a recuperação dos novos países independentes seria em longo prazo (ONUDI,1996). Portanto, neste caso a preocupação está em inseri-los no sistema liberalização comercial, reformulação das estruturas administrativas como também da infraestrutura produtiva, o qual compreende o papel da ONUDI na execução de programas na região que abrigava a ex-URSS.

Outro fator atribuído às crises que se arrolavam no período foi o impacto na dinâmica da produção manufatureira. A exceção se deu com os países do leste da Ásia, como a China, contudo, à região será abalada com a chamada “crise asiática” em 1997. Em relação ao fato, a ONUDI narra a situação na seguinte passagem:

a turbulência financeira do Oriente e do Sudeste Asiático, que começou com a desvalorização do baht tailandês em Julho, tomou o centro do palco da economia mundial e do desenvolvimento industrial em 1997. Os efeitos de contágio da crise financeira do Thai rapidamente se espalharam para outros países na região, nomeadamente na Indonésia, Malásia e Filipinas. Mesmo as economias mais industrializadas do Leste da Ásia não foram poupadas de seus efeitos adversos como na República da Coreia, Cingapura e Hong Kong e sua gravitação acarretou acentuadamente mais baixos valores de ações no mercado. As moedas da Indonésia, Malásia, República da Coreia, Filipinas, Cingapura e Tailândia se depreciaram fortemente contra o Dólar dos Estados Unidos, a Indonésia, a República da Coreia e Tailândia foram mais severamente afetadas (ONUDI, 1998, p. 08).

De acordo com a ONUDI, apesar da crise o crescimento econômico mundial manteve-se estável devido a “resiliência” dos países ocidentais industrializados, deste modo, ilustra que

¹³⁹ Nos EUA a queda de produtividade é visível em meados da década de 1960, evidenciando seu estado de estagflação (estagnação da economia e inflação) com o fracasso das políticas keynesianas e do esmorecimento da organização hierárquica da produção de massa do “modelo fordista” (MICHALET, 2003).

o crescimento do comércio no ano de 1997 registrou cerca de 5% em comparação os 6,4% do ano anterior, por outro lado, “a taxa de crescimento do PIB mundial caiu para 2,8%”, em comparação ao ano anterior registrado em 2,9%, enquanto que a VAM mundial apresentou o aumento de 3% em relação aos 2,5% de 1996 (Ibid).

Dentre os fenômenos presentes no contexto, são demarcadas as alianças multilaterais de liberalização comercial e apregoavam-se na formação de blocos regionais¹⁴⁰, assim, União Europeia (UE), NAFTA¹⁴¹, Mercosul¹⁴², entre outros, se basearam em acordos mútuos de comércio que se envolviam no livre trânsito de produtos produzidos intrabloco, isenção de taxas e outras burocracias que envolvem as importações; ou nos acordos de união aduaneira, característico pela padronização de regras comerciais para o comércio intrabloco¹⁴³.

Estes se adentravam em uma tendência que, em números no início da década de 1990, apresentava o quadro em que situa que “45% do mundo está envolto dentro de agrupamentos regionais de livre comércio” (ONUDI, 1993, p.48)¹⁴⁴.

Em relação ao problema a ONUDI, em um dos seus relatórios do início da década de 1990 afirma que serviu como a organização de avaliação dos Acordos da Rodada do

¹⁴⁰ A respeito da desregulamentação das trocas comerciais verificadas nas décadas de 1980-90, cabe algumas considerações, as quais Michalet (2003) remete que foram empreendidas no âmbito das negociações do GATT (Rodada do Uruguai) e de sua sucessora a OMC. Deste modo, o autor lembra que “a OMC tem como finalidade a instituição da negociação multilateral para a generalização do livre-comércio”. Embora, nos anos de 1980 houvesse um “progresso real do livre-comércio, o movimento não conduziu a uma base multilateral” visando um desarmamento alfandegário universal e sim com uma base regional. Contudo, favoreceu o “aparecimento de novas zonas de livre-comércio, assim como pelo reforço das que já existiam” (p. 138). Michalet prossegue em sua explicação e afirma que “há várias décadas os economistas demonstraram que as zonas de livre-comércio e as uniões alfandegárias não constituíam senão um ‘ponto ótimo de segunda classe’ em relação a uma situação de livre-comércio generalizado. Quer se trate de uma zona de livre-comércio ou de uma união alfandegária, sua criação se baseia na decisão de um grupo de Estados de suprimir direitos alfandegários sobre mercadorias que circulam entre eles, no interior da zona comunitária. Em compensação os direitos são mantidos em relação às importações provenientes do resto do mundo [...] A demonstração dos desempenhos de segunda classe, aos quais conduzem as duas formas de integração regional, se baseia em dois efeitos, o efeito de criação de trocas e o efeito de desvio”, definidos por J. Viner (1950). O primeiro resulta da “especialização de cada país membro na produção dos bens para os quais ele dispõe de uma vantagem comparativa. Os outros bens são comprados dos parceiros da zona”. O efeito “é positivo na medida em que resulta em uma melhor alocação dos recursos no interior da zona em razão da lógica clássica de especialização fundada nas vantagens comparativas. Mais isso não significa que ela seja a melhor possível. Com efeito, basta que certos países membros importem de seus parceiros bens que eles anteriormente comprovaram por preços mais baixos do resto do mundo para que um segundo efeito, negativo, apareça, o do desvio que uma melhor alocação dos recursos teria sido conseguida se as importações de certos bens tivessem continuado a ser feitas com o resto do mundo e não em proveito dos parceiros da zona” (p. 139).

¹⁴¹ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, signatários: EUA, Canadá, México. Objetivo: redução de taxas, de redução de barreiras comerciais, e abolição de barreiras alfandegárias.

¹⁴² União alfandegária entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

¹⁴³ Dos exemplos a União europeia tem uma implicação peculiar, pois constitui um bloco que vai além do mercado comum (que pode englobar a circulação de mercadorias, pessoas e capital), mas se caracteriza pela padronização monetária. Contudo dos 27 países integrantes da UE 17 utilizam o euro como moeda. Fonte: Banco Central Europeu: <http://www.ecb.int/euro/html/index.en.html> Acessado: 14/09/2012.

¹⁴⁴ Em anexo lista dos blocos comerciais existentes

Uruguai¹⁴⁵ nos PEDs, (esses acordos visavam à liberalização do comércio em média de 40% e estabelecia regras ao tipo de políticas que os países deviam adotar nas questões de propriedade intelectual e investimentos e agricultura – problema que se inclui pela primeira vez!).

Contudo os relatórios não detalham as conclusões a respeito da Rodada do Uruguai, apenas enfatizam a importância das relações de comércio exterior para os PEDs, e mencionam também a forma desigual como se tem distribuído os ganhos do comércio entre os países, e sem problematizar a questão, põe em destaque as seguintes diferenças, enquanto que nos últimos anos a Ásia (no íterim da década de 1980-90) tem demonstrado êxito nas suas relações comerciais, países da América Latina e África ainda não auferiram em larga escala dos benéficos dessas relações (ONUUDI, 1993).

Ademais, é possível encontrar no relatório analisado a seguinte constatação - no caso dos acordos intra-regionais de comércio, embora, a ONUUDI os considere como algo “benéfico para os Estados signatários”, por outro lado sugere que tais acordos podem também excluir os países que estão de fora, como p. exp. “países africanos sofrem drasticamente com essa tendência de regionalização comercial” (UNIDO, 1995, p.39), pois se deparam com uma série de obstáculos, devido às suas condições que nem sempre são favoráveis às demandas da competitividade.

Deste modo, o problema pode se mostrar ambivalente, pois residem duas implicações, a primeira tem em vista que o princípio justificador da formação desses grupos é o da liberalização comercial, por outro lado, a segunda implicação pode demonstrar no protecionismo àqueles que estão fora da órbita (no caso da zona de livre comércio, os Estados membros mantêm as tarifas anteriores em relação ao exterior, no caso da união alfandegária, os Estados membros estabelecem uma tarifa externa comum) (MICHALET, 2003), impondo obstáculos a entradas de produtos provenientes de outras regiões, mediante as exigências fitossanitárias, de produção, entre outras.

Apesar de admitir os inconvenientes dos acordos comerciais, a recomendação da ONUUDI para esses países, é taxativa, “especialmente para África”, o qual deve empreender “esforços para fomentar a integração sub-regional.... com vista a expansão dos mercados” (UNIDO, 1995, p. 32).

¹⁴⁵ Os acordos da Rodada do Uruguai que se referiam a agricultura, serviços, direitos de propriedade intelectual (principalmente patentes) e investimentos ligados ao comércio seriam revistos no ano 2000 pelos países membros da OMC (MADELEY, 2000).

Neste caso, a dicotomia *exclusão* versus *inclusão* inerente ao processo de globalização vai além das proposições meramente econômicas. A despeito de seus inconvenientes admitidos em muitos relatórios oficiais (seja de governos ou das agências multilaterais), a globalização é apresentada na maioria das vezes, como algo “benéfico e necessário”, essa constatação foi feita por Chesnais (1996), e por meio da presente pesquisa é verificada em relatórios anuais da ONUDI (a partir da década de 1990), e apesar de admitir esses percalços, prevalece o discurso das benesses e das oportunidades que a globalização pode auferir a todos.

Em suma, a importância do comércio externo para a industrialização, segundo a ONUDI resultou na escala planetária de produção, sendo assim, um dos principais focos do processo de globalização (UNIDO, 1995). O contexto também remete a outros problemas, e um deles se destaca na identificação dos conceitos de industrialização, desta forma, é observado que a clássica distinção entre indústria e serviços foi substancialmente alterada nas últimas décadas do século XX e se deve em parte às novas formas de investimentos e estratégias das empresas.

Outra distinção merecedora de atenção remete à “distinção entre empresas indústrias e empresas financeiras”. Isto se dá pelo fato de que muitas empresas iniciaram suas atividades no setor manufatureiro e doravante incorporaram outras atividades econômicas, como na oferta de serviços (ex. serviços financeiros) entre outros. A tendência, segundo Dupas (2001) atinge outros setores e cita o exemplo do *agribusiness*¹⁴⁶.

A mudança é lembrada por Chesnais (1996, p.15) no prefácio de *A Mundialização do Capital*, embora afirme que é na “produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações”. É na esfera financeira que está cada vez mais à direção da “repartição e destinação social dessa riqueza”, dado que o seu crescimento alcançou “ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclui os países da OCDE), ou do comércio exterior”, ou conforme um dos relatórios da ONUDI em que afirma que na década de 1990 verifica-se pela primeira vez a diminuição do ritmo do crescimento industrial no mundo (ONUDI, 1995).

¹⁴⁶ O conceito de "agribusiness" foi proposto pela primeira vez em 1957, por Davis e Goldberg, como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Assim, de acordo com o conceito de agronegócio, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, considerando assim, a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos. Com este conceito formalizado por tais autores, a visão sistêmica passa a ganhar importância, abrangendo todos os envolvidos, desde a pesquisa até o consumidor final, desde o que comumente se chama “antes da porteira” até “pós-porteira”. Fonte: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/texto.php?p=oqueeagribusiness>. Acessado: 14/09/2012.

Uma das observações feitas por Dupas (2001) a respeito da mudança de perfil a partir da globalização está na discussão de eficiência econômica, pois a “necessidade de escalas crescentes, principalmente em função dos investimentos tecnológicos, exigiu concentração progressiva e redução do número de atores dinâmicos em cada setor”, além disso, o autor acentua o problema na centralização de poucos grupos por setor em nível global (p. 43).

Assim, um dos fenômenos que emergiu foram as Novas Formas de Investimentos (NFIs) e se constituíram simultaneamente aos IDEs, e se imprimem no estabelecimento de alianças com parceiros locais. Segundo Seráfico (2009, p. 37)

essa relação se dá com base no controle realizado pelas matrizes – proprietárias de marcas e de serviços – sobre a conduta dos parceiros locais e na apropriação de uma fração do capital por eles diretamente produzido. Foi por meio dessas alianças que empresas de serviços transnacionalizaram suas atividades.

Arranjos que provém das NFIs pode ser por *joint ventures* (da participação associada), mormente uma das empresas fornece *know-how* de gestão, ou pode ser por meio de *franchising*¹⁴⁷, *leasing* ou por meio dos contratos de licenças de tecnologias (CHESNAY, 1999; SERÁFICO, 2009).

Tais arranjos podem ser enquadrados em um dos feitos da ONUDI, em fornecer serviços e incentivar o estabelecimento de subcontratação e PMEs e transferência de tecnologias (fornecimento de equipamentos). Em grande parte, as subcontratadas fazem parte do grupo que integram as PMEs e por meio de alianças e podem ser integradas à estrutura mercadológica de grandes empresas, e se relacionam resumidamente, da seguinte maneira: grandes empresas, geralmente multinacionais são responsáveis pelo desenvolvimento de produtos, enquanto que as PMEs trabalham no regime de subcontratação de serviços e produção.

As empresas, como agentes encontram-se definidas pelo seu volume e estrutura de capital. Tais características determinam sua posição na estrutura do campo, o que acaba por exercer influência sobre o conjunto ou setor de empresas que se encarregam na produção de bens similares, no caso das relações de associação, como a subcontratação, pode se encarregar de produzir produtos intermediários ou serviços.

¹⁴⁷ Franchising- Método de comercialização de produtos ou serviços no qual o franqueado obtém o direito de uso de uma marca (geralmente nome comercial), com ou sem exclusividade, e opera de acordo com um padrão de qualidade estabelecido pelo franqueador, em troca do pagamento de um determinado montante em dinheiro (franquia) (SANDRONI, 1999, p.254).

Estes problemas apontam para um conjunto de subcampos, compostos pelos setores ou ramos industriais que compõem a cadeia produtiva. Nessas condições, a seguinte passagem sustenta que:

Os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico - criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. Uma grande empresa deforma todo o espaço econômico conferindo-lhe certa estrutura (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Tal estrutura pode apresentar-se de forma hierarquizada, mas altamente articulada. Deste modo, cabem as observações de Dupas (2001) quando afirma que embora se constate a centralização “de poucos grupos por setor em nível global”, esse problema não significa o desaparecimento das PMEs, sendo que estas historicamente desempenham um papel vital ao “desenvolvimento do capitalismo e à geração de empregos”.

Contudo, nas últimas décadas, assumiram um novo papel ao associarem às grandes corporações no escopo das estratégias globais das grandes empresas. Para o autor as relações mantidas se evidenciam na subordinação das PMEs as grandes empresas e se concretizam “via terceirizações, franquias e subcontratações” (p. 46).

Como observa Holly (1995, p. 89) o trabalho da ONUDI em relação às PMEs é preparar o terreno para o desenvolvimento do setor privado, e criar laços entre o capital nacional e estrangeiro. Neste sentido, o autor mostra a importância da promoção industrial em termos de assuntos internacionais e cita um pronunciamento do DG da ONUDI na abertura da CG de 1990, e dizia o seguinte:

Em termos de promoção de investimentos, a ONUDI tem o papel de ajudar os empresários dos países em desenvolvimento para formular propostas de cooperação comercial contendo todos os elementos técnicos e financeiros necessários para despertar o interesse de um potencial parceiro estrangeiro e auxiliar empreendedores em países industrializados apresentando-lhes propostas de desenvolvimento para identificar a cooperação, de acordo com seus próprios pontos fortes e os seus próprios recursos. A ONUDI não apenas contribui diretamente para promoção de investimentos em um projeto específico, mas também tenta ajudar os países a desenvolver e manter um quadro legal e institucional de condições que promovam o investimento Internacional como também estabelecer ou reforçar as instituições nacionais capazes de promover gradualmente seus próprios projetos (ONUDI, 1991, p. 05 *apud* HOLLY, 1999, p 97).

Muitos dos projetos da ONUDI que visam à capacitação de pequenas e médias empresas prestam serviços de assessoria e assistência técnica para a criação do ambiente propício condizente “ao desenvolvimento do setor privado e a mobilização de investimentos e

outros recursos e suporte institucional para aumentar a competitividade da indústria em subsetores chave de países em desenvolvimento” (ONUDI, 1997, p. 43).

Para ONUDI e os defensores da subcontratação, partem da visão que esta se constitui um dos meios de criação de oportunidades de empregos para segmentos desfavorecidos, e nas ações empreendidas pela ONUDI se constitui como uma forma de equilíbrio social de redução da pobreza e das desigualdades (dentre elas pobres que vivem em zonas urbanas e rurais).

Neste sentido, Browne (2012) argumenta que “novas atividades industriais geram emprego e renda em cidades bem como em áreas rurais, como o exemplo chinês tem mostrado”, e a introdução das PMEs no processo de produção global, representa “um crescimento da proporção de comércio global” (p. 04).

A respeito a ONUDI (2009) pronuncia que a importância do segmento em parte deve à produção de produtos intermediários, e a importação destes representam 12% da produção global total (período de 1986-1990) e 18 % no ano 2000. Este fato ilustra a crescente dependência de bens intermediários importados (ONUDI, 1992), portanto, essa relação é característica da produção em todas as regiões. Neste sentido, Browne (2012) destaca que a indústria automobilística é um dos grandes exemplos, com extensas redes de produção.

Para ilustrar um caso, a partir dos relatórios da ONUDI, se destaca a parceria com a FIAT SA/ da Índia, Governo indiano; (INSEAD- Escola de negócios da França) e The Prince of Wales Business Leader Forum e duas empresas locais. Neste caso, a FIAT com objetivo de melhorar a qualidade das autopeças produzidas por seus fornecedores do sudeste da Índia, junto à ONUDI e as referidas organizações firmaram parceria e:

O resultado foi o aumento da produtividade, produção mais limpa, melhor uso da tecnologia e uma maior consciência da necessidade de contínuo melhoria. A média de tempo de espera necessário para a conclusão de bens foi reduzida em 52%. Treinamento de chão de fábrica cresceu de praticamente de zero para 238h por mês. Absenteísmo caiu de 39%, a aplicação de procedimentos operacionais padrão aumentou 53%, espaço de produção cresceu 25%, como resultado da introdução de um único fluxo de linhas e melhor controle de estoques, desperdícios e resíduos. Em algumas empresas, as melhorias foram mais eficientes: Auto Kailash Builders Ltd. obtivera um aumento 69 % do volume de negócios entre maio e outubro de 1999 (ONUDI, 1999, p.37).

As conclusões da ONUDI a respeito se extrai da passagem em que afirma que o programa não só iria ajudar pequenas e médias empresas na fabricação de autopeças, mas expandir a capacidade de produção para atender a demanda local, como também estar pronto para atender às demandas de um mercado global.

O que se pode perceber, dentre outros fatores, é a preocupação da ONUDI na capacitação de recursos humanos, neste sentido Holly (1999, p. 54) destaca que a capacitação dos recursos humanos nos países periféricos para a organização se apresenta como a “mola mestra da necessidade de melhorar a posição competitiva nas economias de mercados”.

Projetos semelhantes, que visam à capacitação dos recursos humanos, são registrados ao longo dos anos pela ONUDI em vários países. No referido relatório da ONUDI são constatados projetos executados em países como Angola, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Togo, Uganda, Zaire e Zimbábue, esses projetos abarcam diversos setores, como também no incentivo do empreendedorismo das mulheres.

Nove anos depois, no relatório de 2008 constata-se a continuidade do programa em sua 3ª fase. Neste momento participaram 42 empresas indianas do setor de autopeças e as empresas parceiras no programa são: Caterpillar, Volvo, General Motors, Valeo e Ingersoll Rand (ONUDI, 2009). No relatório de 2011, à alusão ao programa aparece no marco de serviços de cooperação técnica, a qual aparece em situação de concluído. Deste modo, ilustra-se a síntese com os seguintes dados extraídos do relatório anual de 2012:

Programa de cooperação técnica da ONUDI/ setor automotivo na Índia:

Objetivo: Acesso ao mercado para os fabricantes de componentes automotivos

ODM: 8. Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento

Prioridade Temática: Criação da capacidade comercial

Financiadores: Governo indiano, FIAT e ONUDI

Associado: Associação indiana de fabricantes de componentes automotivos

Foco: PMEs

Valor: US\$ 1.500.000

Período: 1999-2010

De acordo com avaliação final do programa sintetizada no relatório de 2011, constata-se sua execução em 3 fases e abrangeu 133 fabricantes de componentes, com o objetivo de melhorar a produtividade das empresas, e os resultados se revelaram na melhoria da rentabilidade comercial dos envolvidos, com aumento das vendas em 33%, aumento médio de 30 produtos novos fabricados por empresa e aumento da produtividade por volta de 70%¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Para mais informações deste programa além da síntese do relatório de 2011, consultar: www.unido.org/factsheets, este sítio contém informações dos serviços de cooperação técnica da ONUDI, outras informações também podem ser solicitadas por e-mail: N.Weisert@unido.org

Outra observação que se faz do programa no contexto de sua finalização é a sua vinculação ao ODM 8, em prol do desenvolvimento global, neste sentido, o programa buscou dotar as empresas indianas das capacidades de competitividade para atuarem no mercado global.

Os aspectos abordados até aqui de certa forma delinearão as novas demandas que a industrialização se deparou nas últimas décadas do século. Apesar dos vários aspectos que poderiam ser aludidos nesta sessão o que se tentou mostrar foi como a ONUDI se tornou uma organização parceira no empreendimento das políticas neoliberais, e de sua ênfase ao setor privado o que a faz como uma das instituições propulsoras da configuração global. Outra questão que não deve ser esquecida é como a ONUDI se complementa na premissa de governança no âmbito da gestão ambiental, problema abordado a seguir.

3. 9.1 Da Crise Política e Financeira à Reforma da ONUDI

Se no plano político foram os princípios neoliberais que ditaram a ordem vigente, no plano interno, na década de 1990, a ONUDI se caracterizou por 2 pontos críticos: 1. Da crise política e financeira, decorrente da falta de confiança na organização; e 2. E da reforma estrutural, o que a levou a considerar o meio ambiente como problema.

Os problemas de ordem financeira da ONUDI, a princípio devem ser compreendidos inerentes ao seu vínculo ao sistema das Nações Unidas, como discutido em outra ocasião, é um dos problemas que historicamente persegue a ONU com diversas implicações de ordem não só financeira, mas política, por outro lado deve-se levar em consideração a capacidade dos estados no cumprimento de suas obrigações financeiras, no caso da ONUDI a crise financeira internacional lhe afetou diretamente no sentido de arrecadação de recursos, pois os Estados membros alegavam não estarem em condições de pagar suas contribuições.

Um fato emblemático para ONUDI se deu com a redução dos recursos provenientes do PNUD, o maior financiador de seus projetos. De acordo com Luken (2009) a percentagem de fundos do PNUD diminuiu para 51% o rendimento relacionado com o projeto financeiro. Neste período houve um decréscimo no financiamento dos projetos de cooperação técnica, de US\$ 150 milhões de dólares (1990) para US\$ 69 milhões no ano 2000¹⁴⁹. De acordo com Browne (2012) em comparação com a década de 1970, a participação do PNUD caiu em mais de 70 % .

¹⁴⁹ Luken (2009, p. 175) afirma que “o valor em dólar da prestação de serviços é em dólares correntes. Se fosse medido em dólares constantes, a queda teria sido ainda maior”.

Paralelo à questão, entre os anos de 1992-1997, em razão do alinhamento fiscal com a introdução do Euro, a ONUDI foi seriamente afetada em relação à entrada de recursos provenientes da OCDE, que realizou cortes na ordem de 30% no financiamento destinado às instituições multilaterais, o que incluiu a ONUDI (BROWNE, 2012). O golpe só não foi maior em virtude de que outras fontes surgiram e a prestação de serviços começou a contar com a combinação de recursos do Fundo Multilateral para o Protocolo de Montreal (MLF)¹⁵⁰ e do financiamento do Global Environment Facility (GEF).

Simultaneamente à crise financeira, a crise política foi inevitável e a falta de confiança dos países em relação à organização é concretizada em fatos como a saída do Canadá em 1994, dos EUA em 1995 (além de ser o maior doador, sua retirada significou 25% de redução do orçamento regular, como também deixou um montante de dívidas atrasadas no valor de US\$ 61 milhões de dólares, descumprindo termos da Constituição da ONUDI). Em 1997 a Austrália se retira e a crise política atingiu tal proporção que outros países como a Alemanha, Reino Unido expressam sua vontade de retirada da organização (LUKEN, 2009; BROWNE, 2012).

As críticas em relação ao papel da ONUDI no funcionamento da economia global eram cada vez mais correntes e na ocasião do encontro da Comissão sobre Governança Global, em Estocolmo (1995), o G-7 propusera a extinção da ONUDI e UNCTAD justificando que organizações como o PNUD, o Banco Mundial e a Câmara de Comércio Internacional (CCI), prestavam os serviços necessários ao desenvolvimento dos países (HOLLY, 1999; BROWNE, 2012).

Em meio as críticas o Ministério de Negócios Estrangeiros da Dinamarca expôs que a ONUDI não conseguia atender de forma eficaz as necessidades de desenvolvimento por meio da promoção industrial (LUKEN, 2009).

Como se vê, a crise de confiança na organização no início da década de 1990 atingiu seu auge em meados da década, contudo a partir de 1994 a organização sinaliza a implementação de um plano de reforma, e em grande parte tomou por base um estudo¹⁵¹ independente encomendado pelo governo dinamarquês, apresentado em 1993 na V CG da ONUDI, em Youndé (Camarões). Em resumo, o estudo chegou a conclusão de que a ONUDI: 1. não tinha foco; 2. precisava melhorar seus projetos. As recomendações do estudo tiveram 3 pontos centrais: 1. Política estratégica; 2. Quadro institucional; 3. Nível empresarial.

¹⁵⁰ Em 1995 recursos provenientes do MLF constituíram 15 % do total das despesas de cooperação técnica. Enquanto que os provenientes do PNUD reduziram “depois de uma quota de 26% no ano anterior - representaram apenas 17% de recursos extras” (ONUDI, 1996).

¹⁵¹ The comparative advantages, areas of concentration organization and resources (BROWNE, 2012, p.18).

Em 1997 o Plano de Negócio para o papel e Funções Futuras da ONUDI¹⁵² é formalmente adotado (BROWNE, 2012). Sobre a reforma, a mensagem do DG Carlos Magarinos expressa no relatório de 1999, parte do seguinte ponto:

o Plano de negócios estabelecido nos anos anteriores busca uma reforma que reflita os anseios dos seus Estados membros; e parte de preocupações que se centram em oferecer uma série de atividades interligadas. Assim, ‘os programas integrados’, se configuram em nova forma da ONUDI de executar seus projetos; além de oferecer novas formas de serviços, a ONUDI pretende com as mudanças assegurar a estabilidade financeira e administrativa (ONUUDI, 2000, p. IV).

Em resposta, a organização se baseou no fundamento de uma estrutura organizacional simplificada, por meio da renovação da oferta de serviços, redução do pessoal e de custos, a começar com a extinção dos 5 diretores gerais adjuntos. Em relação ao quadro total de funcionários caiu de 1.174, em janeiro 1994 para 965, no final de 1995, a redução foi superior a 8% relativa ao ano anterior, e de 1994-1997 a redução foi de 40%, totalizando 755 funcionários, esse número sofreu outra redução nos dois anos seguintes e caiu para menos de 630 funcionários (BROWNE, 2012).

No relatório anual de 1998 a ONUDI ao avaliar seu programa de reforma estrutural, dentre as avaliações destaca que o programa de redução de pessoal lhe ocasionou a economia de US\$ 6 milhões de dólares, porém menos do que o previsto estimado em US\$ 15, 9 milhões (UNIDO, 1999).

No geral, nos anos entre 1993-1998, de acordo com o referido relatório o orçamento e o número de membros do pessoal da ONUDI, neste período, foram cortados em 50%. Portanto, no quadro da implementação da Reforma do novo Plano de Negócios ainda é corrente a diminuição gradativa das contribuições provenientes dos Estados membros (UNIDO, 1999), porém países como a Noruega e Suécia no final década disponibilizam contribuições significativas além da contribuição para o orçamento regular (UNIDO, 1997).

A redução do quadro se deu por meio de demissões voluntárias e da transferência de alguns serviços comuns ao escritório das Nações Unidas em Viena. Também houve reduções nos gastos com relação a viagens e funcionamento das instalações da ONUDI (escritórios/prédios) (ONUUDI, 1995, 1998). De seis divisões foram enxugadas para três: 1. Divisão principal; 2. Divisão de cooperação técnica e serviços de campo, e 3. Divisão de administração e finanças (BROWNE, 2012).

¹⁵² Business Plan for the Future Role and Functions, em diante se utiliza por Plano de Negócios.

Em relação ao plano de negócios implantado em 1997 as mudanças apresentadas foram de cunho: 1. organizacional: administrativa, financeira e estrutural; 2. Programática. Em relação aos projetos pontuaram-se em 3 setores: 1. Indústrias de agrobases; 2. Produtos químicos e 3 engenharia, e 3 subsetores.

A redução do foco além de ser uma resposta ao estudo patrocinado pela Dinamarca que apontava a falta de foco, se deparava ao fato de que a “ONUDI estava envolvida em nada menos que 250 diferentes tipos de atividades” e teve como objetivo “designar um número limitado de serviços e garantir que havia um mínimo de sobreposição com outras partes do sistema das Nações Unidas e com organizações externas” (BROWNE, 2012, p. 22).

A reforma da ONUDI é reconhecida pela própria organização como resultado de uma discussão ampla. Contudo, a mensagem do Diretor Geral, enfatiza que a ONUDI é uma agência de execução e assim:

continuará a ser, uma agência mais especializada em fazer a cooperação técnica do que em pensar sobre isso. É em "Fazer" da cooperação técnica que está focada toda a nossa atenção, energia e recursos. Ainda assim, um equilíbrio adequado entre fazer e pensamento, e pensar e fazer tem um propósito duplo muito útil: aperfeiçoar a qualidade de nossos módulos de serviços e os nossos programas integrados para assegurar um impacto máximo no nível do campo (ONUDI, 1999, p. VI).

A mensagem do Diretor Geral no relatório de 1998 enfatizou que a ONUDI parte de um “desenvolvimento social sustentável industrial”, o qual se afigura como fator importante a desempenhar na “nova arquitetura do sistema econômico internacional. Dessa forma, a ONUDI visa trabalhar no sentido para “derrotar a pobreza, desigualdade e do atraso” (Ibid). Metas que dois após se aglutinam no âmbito do Objetivos do Milênio (ODMs).

As mudanças introduzidas na ONUDI na década de 1990 são reflexos da crise de confiança na organização o que a obrigou mediante pressão a realizar uma ampla reforma a respeito do seu papel em torno da industrialização, e um dos elementos o qual tivera que se adaptar se perfaz em torno da preocupação ambiental cada vez mais premente.

3.9.2 A ONUDI e a Questão Ambiental

A partir da leitura dos relatórios anuais da ONUDI da década de 1990 pode se dizer que o “Desenvolvimento Econômico Sustentável” foi um dos principais temas de debates internacionais durante o período. Entre os fatos que ajudaram tal motivação, se destaca a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento- CNUMD/ECO

92, realizada no Brasil em junho de 1992, essa reunião ajudou a concentrar a atenção internacional ao desafio ambiental global (BAARK e STRAHL, 1995, p. 441). Devido à crescente tendência da preocupação ambiental,

a promoção do desenvolvimento sustentável tornou-se uma parte importante da política e da agenda econômica na década de 1990, proporcionando uma nova arena para o ambientalismo em escala internacional. Ao mesmo tempo, as tensões entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento com respeito à resolução de problemas ambientais globais tornaram-se cada vez mais visível (Ibid).

De acordo com Baark e Strahl o que se tem visível é o engajamento dos governos nacionais, organizações internacionais e movimentos sociais, em razão da temática. A partir do contexto,

O "*greening*" de desenvolvimento tem, portanto, levado a um questionamento dos modos convencionais de assistência ao desenvolvimento que têm sido perseguido durante as últimas décadas pelas organizações internacionais, incluindo atores poderosos, como o Banco Mundial (Ibid).

A preocupação com o meio ambiente, embora presente na pauta da ONUDI desde seu estabelecimento há de se considerar que a relevância em termos práticos será posta a partir da década de 1990, quando se vê obrigada a colocar a temática como pauta concreta. Um dos fatores que tocam ao problema parte da evidência de que não há dúvida de que a indústria tem significativo impacto sobre o meio ambiente (Ibid).

Deste modo, o modelo de desenvolvimento industrial, ao longo dos anos se mostrou sem um planejamento ordenado do ponto de vista ambiental, o que provocou uma série de efeitos colaterais, seja em termos do meio ambiente como do ponto de vista social.

O meio ambiente como se verifica é uma tendência que se apresenta com alto teor de propaganda nas últimas décadas do século XX, e a ONUDI como a agência promotora da industrialização deverá dar respostas dos efeitos da industrialização sobre o meio ambiente. Tal perspectiva no relatório anual de 1992 aparece além da alusão da participação da organização na ECO 92, mas no reconhecimento de que “os padrões de consumo trazem terríveis consequências ambientais” (ONUDI, 1993).

As preocupações que circundam ao tema estão relacionadas aos efeitos do aquecimento global e da utilização de energia destinada ao crescimento industrial, entre outros. Relativo ao problema, a organização se apresenta como entidade que pode colaborar nas alternativas de produção mais limpas com menos impacto sobre o meio ambiente. Deste

modo, nas últimas décadas, segundo as palavras da organização “*no plano geral de atividades relativo ao papel e funções da ONUDI incluiu o fortalecimento da capacidade industrial e o desenvolvimento industrial mais limpo e sustentável*” (ONUDI, 2010b, p. 14).

Para se ter uma breve ideia de como a temática do meio ambiente na ONUDI veio a tomar espaço, se utiliza a leitura feita por Baark e Strahl (1995). Os autores analisam um período entre 1983-1993 e afirmam que as ações da ONUDI em torno do problema ocorreu por um processo lento e em grande parte de forma inadequada. As causas pairam em questões financeiras, cultura institucional¹⁵³ (valores compartilhados por seus técnicos) e conflitos interagências (p. 441).

Os autores ao analisarem documentos da ONUDI do início da década de 1980, afirmam que a atenção dada ao meio ambiente, após 10 anos da CNUMD, de Estocolmo em 1972, em muitos aspectos, continuaram periféricas, e quando a temática aparecia nos documentos se concentraram no desenvolvimento de sistemas de controle para a redução de resíduos.

Outra avaliação feita pelos autores foi sobre o Manual de Avaliação de Projetos Industriais da UNIDO de 1980, sugerem que aparentemente este não deu atenção a considerações ambientais, neste âmbito se deve ter em conta à falta de análises preliminares sobre os impactos ambientais dos projetos industriais implementados pela ONUDI, e isso só veio aparecer no final da década e coincidiu com a emissão do Relatório Brundtland denominado Nosso Futuro Comum de 1997 produzido pelo CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Outra constatação dos autores cita que a partir de 1989, peritos da ONUDI tentam formular um quadro de atividades futuras relativa a temática ambiental e tem por base três áreas prioritárias: 1. transferência de tecnologias que não utilizam clorofluorcarboneto (CFC)¹⁵⁴, 2. resíduos perigosos, 3. melhoria das instalações industriais. Além disso, o treinamento de pessoal foi considerado vital para o sucesso do Programa de Meio Ambiente da organização (Ibid, p. 451).

Divergências internas em relação ao tratamento da temática eram correntes e coube ao DG a tentativa de resolução, este tentou combinar propostas de especialistas externos com os interesses dos vários departamentos dentro da UNIDO, a resistência nos departamentos é característico a qualquer programa que implica um risco de inibição ao processo de

¹⁵³ O conceito de cultura institucional é empregada pelos autores para “designar os valores dominante e crenças comuns que caracterizam a organização” (BAARK e STRAHL, 1995, p. 448).

¹⁵⁴ O CFC é usado na na fabricação de espumas, refrigerantes, solventes entre outros.

industrialização. Portanto, a preocupação principal da maioria dos escritórios e das divisões operacionais da ONUDI – é de assegurar que as preocupações ambientais não assumissem prioridade em contraposição à promoção da produção industrial (Ibid).

Resistência ao tema também foi expressa pelos representantes dos PEDs, que se demonstraram não satisfeitos na realocação dos fundos regulares para atividades ambientais (Ibid, p. 452), como também se manifestavam receosos aos projetos com viés ambiental, em vista que estes poderiam se tornar obstáculo aos seus programas de industrialização.

Na incorporação dos projetos de meio ambiente, no que toca à área de energia, há de se expor que “nos primeiros anos a UNIDO deu pouca atenção ao impacto ambiental da produção de energia, que era considerada como setor chave no desenvolvimento da industrialização” (Ibid, p. 456). Em relação aos projetos voltados a essa área, em 1989 constituíam “aproximadamente 10% de todos os projetos da ONUDI. Destes, apenas metade eram relacionados com a conservação de energia e desenvolvimento de fontes de energia renováveis” (Ibid).

Uma reformulação dos projetos relacionados a energia (incluem projetos de conservação, eficiência e fontes alternativas de energia) é requisitado pelo BID a partir da década de 1990, que pediu uma proposta de revisão do Programa Energia da ONUDI, concluída em março de 1992, este serviu para complementar o programa de Meio Ambiente da ONUDI, segundo Baark e Strahl agregar a questão energética ao tema ambiental, não foi de fácil aceitação para os peritos da ONUDI (Ibid).

Ainda, no início da década de 1990 é estabelecido a Força-Tarefa de Segurança Industrial, e as questões ambientais ficam a cargo da Unidade de Coordenação Ambiental-UCA que representou em uma “tentativa de elevar o *status* de preocupação ambiental na ONUDI para um nível superior” (Ibid, p. 452). Anos depois, após uma série de treinamentos do pessoal da ONUDI no âmbito da Unidade Ambiental, resultaram na “formulação do conceito de Desenvolvimento Industrial Ecologicamente Sustentável (ESID)” isso é uma “contrapartida no conceito de Produção Mais Limpa defendida pelo PNUMA” (Ibid).

O conceito de ESID surgiu na fase preparatória para a ECO 92 e o pressuposto central traz o crescimento econômico sustentado e proteção ambiental como pontos interligados e “não devem ser encarados como políticas de objetivos competitivos”. O conceito abrange: 1 proteção da biosfera; 2 Do uso eficiente de recursos (capital natural); 3 da promoção da equidade. De acordo com Baark e Strall, dos três pontos, em síntese, pode-se dizer que:

A proteção da biosfera é difícil de se conseguir porque requer a coordenação das atividades setoriais e acordos internacionais. Medidas para proteger a biosfera incluem a redução do uso de substâncias destruidoras de ozônio e aços, que visam diminuir o aquecimento global, mantendo ou até mesmo aumentando a capacidade dos ecossistemas, ou seja, proteção da terra, ar e mares contra as emissões e descargas de resíduos tóxicos. A promoção da equidade se refere aos padrões de vida divergentes e os níveis de poluição *per capita* nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: como ‘a produção presente e os padrões de consumo dos países mais ricos são as principais causas de deterioração ambiental, segue-se que estes devem aceitar a responsabilidade maior para a reorientação da economia desenvolvimento global no sentido de que a longo prazo se promova a sustentabilidade ecológica (ONUDI, 1992c:8 *apud* BAARK e STRAHL, 1995, p. 453).

O tipo de abordagem que este conceito abrangeu constituiu pauta das discussões da ECO 92 e, em relação à participação da ONUDI na elaboração das diretrizes dos documentos que emergiram do referido evento, ex. a Agenda 21, de acordo com os autores foi fraca, e as propostas sobre o papel da indústria no referido documento despontaram do PNUMA/UNEP e das ideias pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o mesmo problema é constatado com a não participação da ONUDI nas atividades de acompanhamento da Eco 92¹⁵⁵, realizadas pelo Comitê Administrativo de Coordenação e da Força-Tarefa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Cabe expor que a Agenda 21 tem sido nos últimos anos a pauta para os Governos em relação à implantação de suas políticas ambientais os quais passaram a dotar-se de instituições de primeiro escalão voltadas para a relação entre a economia e o meio ambiente. Após as negociações da ECO 92, no âmbito internacional seguiram uma série de iniciativas e fóruns relativos ao meio ambiente, assim destaca-se a Convenção para lutar contra a desertificação, a Convenção do quadro sobre mudanças climáticas, Convenção sobre diversidade biológica, entre outras (SOARES, 2012).

Dados os fatos, que descrevem o processo lento na tomada de espaço com as questões ambientais na pauta de projeto da ONUDI, Baark e Strahl (1995, p.445) sugerem que a organização teve “dificuldades em se tornar um ator importante em relação a ajuda ao novo desenvolvimento”, apesar da inquietação cada vez mais premente de que o meio ambiente deveria ser encarado como problema global. Contudo, há de se considerar que o início da década de 1990 é o período em que o meio ambiente, aparentemente começa dar sua alavancada e desponta a outro patamar na organização.

¹⁵⁵ Sendo que nestes estavam presentes nove agências da ONU.

De acordo com Luken (2009) a “explicação convincente” para a mudança “na carteira de cooperação técnica é fornecida por um modelo de estratégia de escolha que se baseia em dependência de recursos”. Dois fatores, estão correlacionados: 1. da crise financeira 2. da crise de confiança ONUDI na Década de 1990. Esses fatores levaram a uma mudança na cultura organizacional atrelada ao desenvolvimento industrial e, uma das respostas estratégicas foi integrar preocupações ambientais em seus projetos de desenvolvimento industrial (p.159).

De acordo com Luken (2009) até o ano de 1992, os projetos relacionados ao desenvolvimento industrial constituíram 98% de sua carteira em termos monetários, os projetos ligados ao meio ambiente constituíam apenas 2%. Em 2004, o quadro apresenta a seguinte forma: projetos relacionados ao desenvolvimento industrial constitui 43% e relacionados ao meio ambiente 57% .

Baark e Strahl também constataram o crescimento da temática. De acordo com suas observações no ano de 1988, foram registrados 84 projetos relacionados ao tema e 51 projetos estavam sob implementação; em 1991 havia 150 projetos em análise, enquanto o número de projetos implementados, duplicou para 100 (ONUDI, 1992a *apud* BAARK e STRAHL, 1995, p. 443). De acordo com os autores:

Uma revisão de 437 projetos realizados pela UNIDO em 1992 descobriu-se que aproximadamente 1/3 estavam preocupados com o meio ambiente ou estavam seguindo critérios ambientais criados para a avaliação do projeto (Ibid).

Conforme Luken (2009), quando a temática começa a demandar um tratamento mais rigoroso, em 1990, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) aprovou o Programa Ambiental que deveria comportar em 4 pontos:

a) aumentar a capacidade da organização para prestar assistência relacionados com a indústria no que diz respeito ao meio ambiente; b) ajudar países em desenvolvimento para formular políticas relacionadas com a indústria e legislação ambientais; c) promover produção limpa com baixa produção de resíduos, eficiência energética e reciclagem ou reutilização de tecnologias, e d) prestar assistência técnica na redução da poluição (p.167).

No entanto, segundo o autor ainda não houve uma “direção explícita sobre a necessidade de abordar a emergente preocupação ambiental global, no que toca à destruição do ozônio e do aquecimento global” (Ibid). A preocupação referente ao problema do ozônio, é concretizada em 1992 quando a ONUDI passa a ser uma das agências de execução do

Protocolo de Montreal (de redução da emissão de clorofluorocarbonetos (CFCs) e outras substâncias destruidoras de ozônio (SDO), resultantes dos numerosos processos industriais.

A partir deste momento, há um crescente trabalho da ONUDI em promover processos de produção mais limpa (de redução e eliminação de resíduos e efluentes) e de eficiência energética, em razão dos financiamentos do Fundo Multilateral de implementação do Protocolo de Montreal (MLF) e passa a ser um dos maiores financiadores de projetos da ONUDI.

A respeito o relatório de 1996 da ONUDI registra que o Protocolo de Montreal no ano corrente foi a maior fonte, auferindo-lhe ao orçamento o montante de US\$ 44, 6 milhões de dólares (UNIDO, 1997). Portanto, a mudança no tratamento, em parte, deve-se às pressões do crescimento da temática nas últimas décadas do século XX, e por outro lado, é resultado do aumento dos recursos destinados a projetos ambientais, oriundos de organizações internacionais como PNUD, Global Environment Facility (GEF).

Em razão, dos recursos provenientes do Protocolo de Montreal a ONUDI começa a propor projetos para conversão de plantas industriais para linhas menos poluidoras e apoio às empresas nas linhas de produção para eliminar o uso de SDO ou SAO¹⁵⁶ (ONUDI, 1999).

De acordo com o estudo intitulado ONUDI y el Protocolo de Montreal lançado em 2010, aponta que desde 1992 até o fim da primeira década do século XXI, no âmbito do Protocolo de Montreal, a ONUDI tinha executado mais de 600 projetos abrangendo cerca de 85 PEDs e economias em transição (ONUDI, 2010a). De acordo com o referido estudo, os serviços da ONUDI no escopo do Protocolo são: Política, estratégia e desenho de programas; Apoio as instituições; Apoio às empresas para execução dos objetivos do Protocolo; Transferência de conhecimentos; Capacitação sobre instalação e manejo seguro de tecnologias sem SAO/ODS; Geração de base de dados sobre o impacto do Protocolo de Montreal.

¹⁵⁶ Alvos do Protocolo de Montreal: a) AEROSOIS- utilizam CFC Clorofluorcarbono, objetivo substituí-los por gases menos nocivos; b) ESPUMAS- utilizam HCFCs hidroclorofluorcarbono. São utilizadas na produção de peças automotivas, mobiliário de escritórios entre outros. c) HALONES- utilizados nos extintores de incêndio. d) DISSOLVENTES – utilizados no tratamento dos metais, produtos farmacêuticos e agroquímicos, objetivo substituir o uso de poliuretano, CFC (113), tetracloro de carbono e metilcloroformo por substâncias menos agressivas; e) BROMURO DE METILO – substância altamente tóxica utilizada como formigante dos solos de cultivo agrícola. Proposta substituir por técnicas como solarização, biofumigação, grafiting, utilização de vapor de água (steaming) e substitutos químicos. f) REFRIGERAÇÃO- substituição do CFC 11y e CFC 12 utilizados no setor de refrigeração na produção de arcondicionados; g) PROCESSAMENTO DO TABACO – substituição do uso do CFC 11; h) INDÚSTRIA QUIMICA. No que se refere ao Plano de gestão de eliminação dos HCFCs a proposta demarca o início em 2015 (para os países desenvolvidos a conclusão deverá ser em 2030, enquanto para os PEDs o marco deverá ser 2040) Fonte: (ONUDI, 2010a).

Outra participação significativa se deve à intermediação na implantação dos Centros Nacionais de Produção Mais Limpas. Estes centros fornecem informações técnicas e conselhos referentes às formas de produção e tecnologias mais limpas. O programa abrange tanto o setor privado como também o treinamento de profissionais dos governos nacionais, entre outros (ONUDI, 1994).

Além disso, à temática deu margem a atividades complementares referentes à transferência de tecnologia; para se ter ideia, até meados da década de 1990, de acordo Baark e Strahl (1995) por volta de 80% das atividades realizadas pela ONUDI nos PEDs visavam à transferência de tecnologia.

Segundo a ONUDI (1996) sua importância nesse processo é “assegurar que a eficácia da transferência de tecnologia realmente aconteça em oposição à mera importação de equipamento”. Sua preocupação se dá em “assegurar uma combinação ótima de tecnologias e adaptação de tecnologias importadas para as necessidades, culturas e condições dos países em desenvolvimento” (ONUDI, 1989, p.28).

Deste modo, a organização passa também a ser responsável por uma série de estudos de viabilidade na implantação de plantas industriais, sobre tendências e aquisições e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis para países em desenvolvimento.

Ao longo da década são registradas várias formas de atuação da ONUDI, e em meados da década de 1990 destacam-se o momento de sua participação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, ocorrida em 1995 (Copenhague), a relevância do papel da ONUDI, neste evento, vem enfatizada a partir do reconhecimento de que a indústria ainda é “o principal motor de crescimento” e o “desenvolvimento industrial é fundamental para a abordagem tanto no desafio do crescimento populacional, pobreza e desemprego” (ONUDI, 1996).

Nos dias 16-18 de outubro de 1995 a ONUDI participou do Fórum Global da Indústria: Perspectivas para 2000, realizado em Nova Delhi, Índia. Dentre os grupos de trabalho, é destacado no meio das discussões a apresentação do documento com projeções da industrialização mundial pós-2000 o qual sinaliza a desigualdade de industrialização nos PEDs e em particular para o papel da indústria no desenvolvimento econômico e social na África. Cabe reiterar que o desafio de industrializar a África tem como justificativa (além da lógica de expansão do capital), o alívio da pobreza por meio do incentivo das atividades, entendida como industrialização (ONUDI, 1995).

Nesta reunião outras questões foram aventadas por meio dos GTs como Novas Tecnologias, Inovação e Competitividade; Globalização e Parcerias Industriais, Liberalização

do comércio global e suas implicações para a reestruturação industrial; Política Industrial e Reformas (abordou a mudança do papel governos); políticas sobre meio ambiente e da competitividade industrial, emprego e aspectos sociais da industrialização e cooperação internacional (UNIDO, 1996, p. 41).

No final da década, em decorrência da participação da ONUDI no Fórum de Desenvolvimento Industrial (Junho de 1998), e das discussões destes, fez com que a ONUDI desenvolvesse um conjunto de 10 serviços integrados; outro fato é marcado na participação do Fórum de Biotecnologia que resultou no compromisso da ONUDI no marco de revisão periódica das inovações e novas controvérsias decorrentes a aplicações e comercialização das biotecnologias e seus derivados (UNIDO, 1999).

Até aqui se esboçou as principais atividades que a ONUDI tem empreendido em torno do desenvolvimento global. Neste âmbito, a década de 1990 foi significativa em relação ao seu papel neste problema, tendo em vista que tivera que passar por uma ampla reforma estrutural, para assim mostrar sua relevância perante o contexto. Neste sentido, para dar melhor assistência do seu papel ao desenvolvimento global é verificada a inversão do foco centrado nos estados, para a ênfase no setor privado. Em meio a essa preocupação a ONUDI trabalhou e trabalha em vários níveis e áreas os quais tem sido mostrado ao longo do texto.

Para os tópicos seguintes dar-se a um tratamento em questões em torno do desenvolvimento global sob o prisma do novo milênio.

3.10 A ONUDI e os desafios para o Novo Milênio

Do início da primeira década do século XXI, no plano de atividades da ONUDI adotou-se oficialmente em 2001 a aplicação dos Objetivos do Milênio (ODMs), além disto, dentre as várias atividades destacam-se sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Adiantados (2002), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo (2002), Fórum Mundial de Biotecnologia, no Chile (2004), entre outros eventos que aparecem citados nos relatórios anuais pós ano 2000, contudo, há pouco detalhamento sobre a participação da ONUDI nestes eventos.

Dentre os fatos encontrados nos relatórios anuais, de forma resumida encontram-se as principais atividades da ONUDI, dos quais há uma seleção de alguns projetos realizados pela organização e aparecem descritos por meio das experiências em curso, destacando as experiências de sucesso empreendidas ao redor do mundo. Para esta seção o texto se ocupará

de algumas questões que aparecem citadas em seus relatórios e que se incluem nos problemas do desenvolvimento global. Os relatórios em causa compreendem o período de 2000-2012.

Estes relatórios refletem o quadro da reforma estrutural que a ONUDI sofreu a partir de meados de década de 1990. Sobre o assunto, a avaliação feita do seu Plano de Negócios em 2000, pelos países membros reconheceu que seus esforços apresentaram saldo positivo (UNIDO, 2001), demonstração disso, foi feita pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido que reconheceu a ONUDI como uma das melhores OIGs do mundo (<http://www.unido.org/index.php?id=o36640>). Acessado: 26/12/2012.

Percebe-se que as ações da ONUDI norteadas em prol do desenvolvimento global vinculadas ao desafio do alcance às metas dos ODMs, ao se estruturarem no combate à pobreza, almejou promover por meio das atividades produtivas o aumento da capacidade de comercialização e competitividade dos PEDs, para tanto os seus programas integrados incluem produção de energia limpa, desenvolvimento sustentável, infraestrutura, recursos humanos e oferta de melhores condições de produção com alternativas sustentáveis de menos impacto sobre o meio ambiente, esses programas procuram abarcar a participação das mulheres como agentes de promoção ao desenvolvimento.

Além dos desafios abarcados em prol da “industrialização ambientalmente responsável” focando o “desenvolvimento global” há a intenção de que estes direcionem ao suprimento de necessidades básicas da humanidade.

Nota-se a complexidade da questão, pois se deve estar ciente que em grande parte a industrialização é promovida em função dos setores privados e o objetivo fundamental é obter lucros, o problema aqui, se esbarra em conciliar interesses distintos entre os vários agentes, tendo em conta p. ex. que muitas das alternativas viavelmente sustentáveis ou ecologicamente mais adequadas, a princípio podem onerar custos as empresas e Estados, principalmente aos PEDs e PMAs.

Ao levar em consideração tais problemas se têm em vista outros, que de certa forma, alguns foram e estão sendo pontuados ao longo do texto. Cabe expor que o início do novo milênio é marcado por questões que acompanham a ONUDI desde sua criação, a exemplo da industrialização em torno da África. Outros problemas foram se adensando ao longo dos anos os quais demandam por soluções que se afiguram sob o discurso de “governança global”, que na última década do século XX despontou-se em diversas instâncias.

Dentre estas instâncias, na virada para o século XXI destacou-se a discussão que emergiu do Pacto Mundial. O Pacto Mundial¹⁵⁷, anunciado pelo SG da ONU (na época Kofin Annan) na ocasião do Fórum Econômico Mundial¹⁵⁸ de 1999, em Davos, teve como objetivo dar forma ao desenvolvimento econômico global, erigido principalmente pelos agentes privados. O Pacto Mundial parte de uma iniciativa da ONU em se relacionar com estes agentes. De acordo com o que se lê no site do Pacto Mundial, trata-se de uma

iniciativa de política estratégica para empresas que estão comprometidas com suas operações e estratégias de alinhamento com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

O Pacto Mundial é uma adesão voluntária das empresas de responsabilização social e ambiental. Além das multinacionais, envolve ONGs, Estados, OIGs e indivíduos. A iniciativa pretende “indicar normas, padrões, programas e iniciativas com foco na disseminação e promoção” naquilo se denominou “responsabilidade social corporativa” (RSC) (FERREIRA, 2008, 87).

Tal discurso se incorpora, em alguns casos nas estratégias organizacionais das empresas, (envolve a questão de imagem e reputação da empresa como forma de marketing) (CORPWATCH, 2000). Neste escopo, as estratégias são inúmeras que vão desde transferência de recursos para filantropia¹⁵⁹, criação de Fundos¹⁶⁰, incentivo a programas de

¹⁵⁷ A ONU mantém uma página na web do Pacto Mundial. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>. O Pacto Mundial foi formalmente lançado pela ONU, um ano depois do FEM de Davos, assim em 2000, a reunião para o lançamento do Pacto registrou a presença de executivos seniores de 50 grandes empresas e líderes de ONGS (FERREIRA, 2008).

¹⁵⁸ O FEM- Fórum Econômico Mundial, segundo o seu site “é uma organização internacional independente compromissada em melhorar o estado do mundo por empresas envolvidas, líderes políticos, acadêmicos e outros da sociedade para estruturar agendas globais, regionais e da indústria”, é conhecido pelas suas reuniões em Davos. Este Fórum é financiado por empresas-membros e tem por objetivo: “estimular e construir comunidades globais e formar estratégias industriais, globais e regionais” <http://www.weforum.org/>. Cabe expor que o referido Fórum de 1999 foi marcado pelo movimento antiglobalização. Estes movimentos estão no esteio daquele que marcaram Seattle em 1999 (durante a realização da Conferência Ministerial da OMC), Washington DC, Bangkok, entre outros protestos realizados em várias cidades.

¹⁵⁹ Nos trabalhos que abordam Responsabilidade Social Corporativa, assinalam uma diferenciação entre filantropia e responsabilidade social, pois a primeira está relacionada à caridade enquanto que a segunda aponta para o comprometimento das empresas com a comunidade em que atuam, contudo a filantropia é parte integrante deste tipo de atuação (FERREIRA, 2009).

¹⁶⁰ Por exemplo, a Monsanto, desde 1964 mantém o Monsanto Fund que apoia projetos de desenvolvimento comunitário em vários países. No Brasil apoia o Programa Crianças Saudáveis, Futuro Saudável, em Camaçari (BA), Uberlândia (MG), Morrinhos, Sta Helena e Goiatuba (GO) e São José dos Campos (SP), de acordo com o website da Monsanto estes beneficiam mais 30 mil crianças. A Monsanto também oferece cursos e presta apoio aos agricultores na construção de fazendas ecologicamente sustentáveis. Fonte: <http://www.monsantofund.org/>. Acessado em 02/02/2013.

voluntariado¹⁶¹, entre outros. A problematização aqui se volta no questionamento se esse papel está em prover melhorias na sociedade ou meramente trata-se de uma estratégia comercial, entre outros problemas que podem suscitar.

O Pacto Mundial embora se apresente com boas intenções, por outro lado, há uma série de críticas a respeito do seu cumprimento, validade e do seu poder coercitivo. A maioria das críticas partem do meio acadêmico e de organizações como *Corporate Watch* – Corpwatch. A Corpwatch logo após o lançamento do Pacto publicou um artigo intitulado *Tangled in Blue*¹⁶², neste, as críticas pesam pelo consentimento da ONU na participação do Pacto de empresas com histórico de violações aos direitos humanos, trabalhistas e questões ambientais.

Segundo o referido artigo, para as empresas a chance de estar vinculada ao Pacto possibilita o uso da imagem positiva da ONU como forma de *bluewash*¹⁶³ de sua imagem, assim, o fato de terem acesso limitado ao uso do logotipo da ONU, representa para empresas um *marketing* positivo, ou seja, uma imagem positiva da empresa perante a sociedade, e cita p. ex. a Nike¹⁶⁴.

Outra crítica recai sobre as limitações, principalmente na falta de monitoramento rigoroso em relação ao cumprimento dos princípios do Pacto (Ibid). Entretanto, as diretrizes que advém do Pacto se enquadram em indicativos e não necessariamente em obrigatoriedade. Assim, o Pacto se configura na abertura do diálogo a respeito dos problemas que o envolvem e visa buscar convergência em torno de práticas empresariais (RUGGIE, 2002).

O Pacto trata-se dos esforços da ONU em estabelecer laços com a comunidade empresarial, deste modo, o SG (na época, Kofi Annam), tem “incentivado todas as agências da ONU para formar parcerias com o setor privado” (CORPWATCH, 2000).

Sobre o assunto, há críticos que insinuam que tal aproximação se trata de uma estratégia da ONU em ampliar suas fontes de recursos, a colocação está associada à crise

¹⁶¹Um programa de voluntariado empresarial é o apoio formal e organizado de uma empresa a empregados e aposentados que desejam servir voluntariamente uma comunidade com seu tempo e habilidades. Fonte: Points of Light Foundation. Disponível em: www.pointsoflight.org. Acessado: 09/03/2013. Empresas como a Aracruz Celulose S.A exemplificam em seu site esse tipo de atuação. Fonte: <http://www.aracruz.com/home.do?lang=2> Acessado em 05/03/2013. Há também uma série de ONGs que incentivam o voluntariado como a ONG Faça Parte (<http://www.facaparte.org.br/>) e o Instituto Ethos (www.uniethos.org), estes são apenas alguns dos vários exemplos.

¹⁶² Disponível em: <http://www.corpwatch.org/>, há também outro sítio na web específico com críticas ao Pacto Mundial (<http://www.globalcompactcritics.net/>), neste é possível encontrar uma série de artigos.

¹⁶³ Aqui se refere que ao uso do logotipo (de cor azul da ONU) como forma de lavagem para imagem negativa dessas empresas.

¹⁶⁴ Ao citar o exemplo da Nike o artigo aponta como um tipo de parceria errada da ONU, pois estaria violando suas próprias diretrizes onde assegura que "as empresas que violam os direitos humanos não são elegíveis para a parceria.". Além da Nike o artigo cita outras empresas como a Shell, Rio Tinto, Novartis, a BP, a Aracruz, a BASF, Bayer e DuPont como integrantes do Pacto.

financeira que a organização vivenciava no contexto, e da dívida acumulada pelos EUA. Outra implicação transita na sua malograda tentativa empreendida entre as décadas de 1970-80 por meio da Comissão de Corporações Transnacionais¹⁶⁵ (extinta) em estabelecer um código de conduta para as empresas.

Na tentativa de dar funcionamento ao Pacto, a ONU conta com a ONUDI como um dos membros que supervisiona o Pacto, além dela participam: Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos OHCHR, OIT, UNEP, UNODC, PNUD e ONU Mulheres. Em 2010 registrava-se cerca de 8000 participantes, entre 6000 empresas e 2000 representantes de sindicatos, associações civis, e cerca de 600 associações comerciais sediados em 135 países. As empresas associadas ao Pacto enviam periodicamente um relatório a COP – Comunicações de Progresso, onde informam sua atuação em relação aos princípios do Pacto Mundial.

A menção do Pacto Mundial é oportuna, pois se deve à participação da ONUDI, e a importância que a organização e o referido Pacto dão à promoção do setor privado, por ser considerado o promotor do desenvolvimento.

Remete-se que os antecedentes da discussão são registrados pelas Nações Unidas em meados da década de 1990, com a criação da Comissão sobre Governança Global, o qual produziu em 1996 o relatório Nossa Comunidade Global, além disso a comissão se constituiu como preparativo para o esboço das discussões para a chegada do novo milênio. Cabe expor que o referido relatório, define governança como a

Totalidade das maneiras pelas quais indivíduos e as instituições públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas (ONU,1996, p. 02).

Portanto, o discurso tenta abarcar os problemas sistêmicos sejam relativos às mudanças climáticas, crises financeiras, comércio desleal, pandemias, entre outros, que além de estarem associados a estruturas políticas e processos relacionados a políticas de desenvolvimento internacional, envolvem bens públicos (p. ex. os oceanos), entre outros.

Concomitante ao problema, i.e, sob a ótica do engendramento do desenvolvimento econômico global, o contexto, na transição entre os fins da década de 1990 e o início do novo século enunciavam as propostas das negociações comerciais de Doha¹⁶⁶, em suma, são

¹⁶⁵ Este estava vinculado à UNCTAD.

¹⁶⁶ Em 2001, na ocasião da reunião ministerial da OMC em Doha (Quatar), os representantes dos países membros decidiram lançar uma nova rodada de negociações de liberalização comercial, denominada de Rodada de Doha, e deveria abarcar os acordados da Rodada do Uruguai, que durou de 1986-1994, o foco nestes acordos eram os bens, já os acordos a partir da OMC incluem serviços, propriedade intelectual (TRIPs). Em 2003 a

questões que reafirmam a liberalização comercial. Eventos como o Pacto Mundial e Negociações de Doha aparecem citados nos relatórios da ONUDI, sem detalhamento e transcrevem a proeminência dos agentes privados nestas questões.

Em razão destes fatos, para ONUDI a promoção da industrialização para o PEDs e PMA's é o caminho que os leva ao desenvolvimento. Para tanto, devem empreender ações que amenizem suas principais necessidades básicas, como acesso à água, alimentos e oportunidade de empregos. Deste modo, a ONUDI tenta dar um tratamento rigoroso nos países da África (lembra-se a atuação da ONUDI que abarca outros continentes), voltados aos mais vulneráveis, constituídos pelas mulheres, população rural e crianças (ONUDI, 2006).

Incluindo-se na preocupação relativa à seguridade humana estão na recuperação dos países em situação de crise (inclui-se aqui os HIPC, os altamente endividados), países que sofreram desastres naturais, como terremotos (Haiti em 2010), tsunamis¹⁶⁷ e países saídos de situações de conflitos, ou guerras; neste sentido, uma atuação importante da ONUDI foi à reconstrução do Iraque e do Afeganistão, junto a outras organizações internacionais, como o Banco Mundial.

Sobre o último exemplo cabem algumas considerações, como visto no 1º Capítulo, com o Plano Marshall e a criação da OECE (atual OCDE) a reconstrução dos países após guerras é recorrente e, as OIGs cumprem papel fundamental. No caso da reconstrução do Iraque e do Afeganistão, é oportuno dizer que está relacionado à resposta dos EUA aos ataques de 11 de setembro de 2001¹⁶⁸, e para a reconstrução destes, registram-se as ações do

ONUDI assinou um memorando de entendimento com a OMC em matéria de cooperação técnica para aplicação do Programa de Doha para o Desenvolvimento. Paralelo a questão a ONUDI teve participação das Declarações que serviram para reafirmar os traçados de Doha como a Declaração de Kigali sobre o Programa de desenvolvimento de Doha. Outras reuniões deram prosseguimento às negociações, contudo as divergências são emblemáticas, na reunião ministerial da OMC do México em 2005, países ricos e PEDs não chegaram a um acordo em torno das questões agrícolas, pois enquanto os países ricos visam maior acesso aos mercados de bens e serviços dos PEDs, estes últimos, solicitam em troca mais espaço para seus produtos agrícolas nos mercados dos países ricos, em vista que estes últimos impõem uma série de restrições a entrada de produtos estrangeiros. Na reunião do ano seguinte, os desacordos ao setor agrícola permeavam “na eliminação de subsídios e reforma dos mecanismos de crédito oferecidos pelos países ricos à produção agrícola para exportação e para a produção doméstica e o corte de tarifas de importação”, as reuniões que se seguiram não avançou nas negociações. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u424650.shtml>. Acessado em: 19/02/2013.

¹⁶⁷ Atingiu 13 países da região do Índico: Indonésia, Sri Lanka, Índia, Tailândia, Madagascar, Maldivas, Malásia, Mianmar, Seicheles, Somália, Quênia, Tanzânia e Bangladesh, totalizando em 226.306 vítimas: 37.087 (Indonésia), 23.231 (Sri Lanka), 12.405 (Índia), 5.395 (Tailândia), 164 no leste da África, 82 nas Maldivas, 69 na Malásia, 61 em Mianmar e 2 em Bangladesh; 1,8 milhão de desabrigados, 469 mil imóveis danificados ou destruídos, US\$ 10,7 bilhões em prejuízo (JAYAURYA; MCCAWLEY, 2010).

¹⁶⁸ A questão complexa e envolve vários fatores, um deles se relaciona a “Guerra ao Terror” e de certo modo, deu uma alavancada à indústria armamentista norte-americana. Klein (2007) mostra paralelo, à questão, como a entrada da “democracia” viabilizou questões comerciais na região. Para maior detalhamento da problemática consultar: A doutrina do Choque: A ascensão do Capitalismo do Desastre (KLEIN, 2007); há também um documentário baseado no livro disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo>. Acessado: 02/04/2013.

Banco Mundial nos empréstimos para reconstituição da infraestrutura e da ONUDI na execução da reconstrução da estrutura industrial (construção de capacidades sociais e tecnológicas).

Um problema observado a partir dessa atuação é extraído por Pereira (2009, p. 309) quando mostra que o Banco Mundial ao financiar empréstimos para reconstrução da região, estes “se materializavam em contratos altamente lucrativos para as firmas norte-americanas e europeias – e, sobretudo, ‘assessoramento’ para a reescrita dos marcos constitucionais e a remodelagem completa do Estado”. Além disso, o autor lembra que a reconstrução também foi integrante na atuação do BM na década de 1990 e cita a Bósnia, Kosovo, Faixa de Gaza, Timor-Leste, e outros países devastados por conflitos.

A respeito, Klein (2007) observou que em situações de crise pós desastres ou conflitos servem como oportunidades para novos negócios. Neste sentido a autora cita a entrada em países devastados por crises de várias empresas ocupando setores chaves e em determinados casos, para reforma administrativa do Estado.

Segundo Browne (2012) este problema no âmbito da ONUDI se constitui como componente “transversal” de assistência aos países emergentes das crises. Segundo o autor, o tema transversal foi mais tarde inserido como uma área de atividade no âmbito do objetivo de redução da pobreza. Assim,

O tema da crise foi uma resposta ao crescente envolvimento da ONU em importantes programas de reconstrução em estados frágeis. A partir de 2004, vários grandes fundos fiduciários das Nações Unidas foram criados para apoiar o trabalho das agências da ONU e a UNIDO implementou programas pós-conflito no Afeganistão, Indonésia, Iraque, Sudão e Uganda” (Ibid, p.23).

Estes programas ajudaram tanto para restaurar como para criar e alocar empresas, segundo Browne serviram “para apoiar os meios de vida de regiões que foram devastadas pela guerra”. Assim, o autor ilustra o caso de Laos, onde a ONUDI atuou com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em projetos que ajudaram a criar renda e oportunidades, servindo como “uma alternativa ao cultivo de papoula para centenas de moradores em recuperação de dependência de drogas ilícitas” (Ibid).

A alusão ao problema de regiões em crise, no relatório de 2009, encontra-se em torno dos conflitos ocorridos nos estados árabes, segundo o relatório, conflitos internos, desde distúrbios civis à revoluções, desencadeadas pelo “acesso desigual às oportunidades econômicas e das benesses sociais”, constituem um dos maiores problemas da região.

Sobre a situação, o estudo intitulado *Population Levels, Trends and policies in the Arabian Region: Challenges and Opportunities*¹⁶⁹, do PNUD, atestou que 54% da população árabe tem 25 anos, enquanto que nos PEDs o número está em torno de 48% e nos países desenvolvidos o número está em torno de 29%. Em relação à região árabe, uma das preocupações, segundo recomendações da ONUDI, está em criar oportunidades de emprego e, para tanto o setor privado constitui como provedor (UNIDO, 2010).

O outro problema que afeta a região é, segundo a ONUDI, a dependência em torno de um só produto, onde a economia é dependente de um determinado produto. A recomendação da ONUDI para esse tipo de situação que pode ser encontrada em várias regiões do mundo inscreve-se na ênfase da promoção das PMEs a fim de possibilitar novas alternativas produtivas (ou seja, de diversificação econômica), sobre isto, a ONUDI leva em consideração que as PMEs são a principal força motriz do desenvolvimento industrial em quase todos os países (2003).

Para a realização desses projetos na região registra-se a parceira da ONUDI com Liga dos Estados Árabes, Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, Grupo Islâmico de Desenvolvimento, Organização Árabe para o Desenvolvimento Industrial, Fundo da OPEP para desenvolvimento Internacional, entre outros.

Outro ponto fundamental está na relação PEDs, PMAs e PMEs, para ONUDI se dá no fortalecimento destas últimas nos PEDs e PMAs, possibilitando o acesso a redes mundiais de subcontratação ou inserção desses países na composição das cadeias de produção e distribuição de grandes empresas, sejam por meio de clusters¹⁷⁰, consórcios de exportação, zonas francas ou outros mecanismos (ONUDI, 2002).

Um dos programas significativos a respeito está na constituição de clusters de PMEs, deste modo, projetos de clusters de PMEs estão sendo implantados em vários países, os relatórios dos últimos anos da ONUDI registram a implantação de clusters nos seguintes países: Colômbia, Etiópia, Índia, República Islâmica do Irã, Marrocos, Nicarágua, Paquistão e Senegal, e vários outros países (ONUDI, 2010, 2011, 2012).

Outro problema referente à criação da capacidade produtiva e comercial localiza-se principalmente nas zonas não urbanas e marca-se em relação ao acesso à energia, principalmente nos países mais pobres da África, América Latina e Ásia, neste caso, o foco da ONUDI está em projetos a serem concretizados em zonas rurais com utilização de fontes de

¹⁶⁹ Tradução: Níveis populacional, tendências e políticas para região Árabe: Desafios e Oportunidades.

¹⁷⁰ Consiste na concentração de empresas que se relacionam por possuírem características semelhantes e coabitam no mesmo local. Ao colaborarem entre si, se tornam mais eficientes (PORTER, 1993).

energia renováveis como a: solar, sistema de gasificação da biomassa, centrais eólicas, térmicas, fotovoltaicas e hidroelétrica (em alguns casos, a recomendação está na construção de mini-hidrelétricas). A ONUDI também tem participação ativa na implementação da ISO 50001 referente à gestão de energia (ONUDI, 2011).

Sobre o problema o relatório de 2010 da ONUDI faz a seguinte observação:

Embora o acesso à energia para o desenvolvimento sustentável é fundamental para resolver os problemas mundiais do desenvolvimento na atualidade, grande parte da humanidade não tem acesso a serviços energéticos modernos e acessíveis, que são decisivos para satisfazer suas necessidades cotidianas (ONUDI, 2011).

Complementar a essa passagem o relatório apresenta dados emblemáticos e relata que 1.500 milhão de pessoas no mundo não têm acesso a energia elétrica, 1.000 milhão o acesso é instável, como também estima que em 2050, 21% de toda energia utilizada pelas matérias primas da indústria manufatureira poderá ser de natureza renovável. A perspectiva aponta que o uso de fontes de energia renováveis poderá reduzir em 10% a emissão dos gases de efeito infravermelho dos produtos industriais (ONUDI, 2011, p.95).

Ao prover a utilização da energia nas zonas não urbanas, o foco está na promoção das agroindústrias, pois segundo o relatório de 2006 constituem o setor mais importante na grande maioria dos PEDs (ONUDI, 2007). O objetivo é a promoção de agroempresas e desenvolvimento da capacidade empresarial da população rural (ONUDI, 2012).

De acordo com relatório de 2009, produtos industriais baseados na agricultura respondem pela metade das exportações globais dos PEDs, 30% dessas exportações correspondem a artigos processados, este número nos países desenvolvidos correspondem a 98% (ONUDI, 2010).

A atenção em criar oportunidades nas regiões rurais por meio dos projetos da ONUDI implementam-se no estabelecimento de indústrias de processamento de alimentos, do setor têxtil, couro (calçados), restauração de agroindústrias, como também na diminuição da dependência tecnológica, pois estes países ainda apresentam uma estrutura industrial defasada e ineficiente.

No caso, da agricultura a recomendação se dá na mecanização, o que se traduz na modificação da agricultura de subsistência para agricultura comercial visando ascender aos mercados, os entraves aqui estão no acesso a financiamento à maquinaria, mão de obra qualificada, entre outros.

Um dos maiores problemas do setor segundo a ONUDI refere-se às mudanças climáticas, p. ex. seca ou inundações podem incidir na oferta de produtos da indústria alimentícia, e conseqüentemente nos seus preços. De acordo com Lester (2010) nas últimas décadas se registrou o aumento dos preços dos grãos (trigo, milho e soja), de 2006 a 2008 os preços destes quase triplicaram (o aumento só foi barrado pela crise de 2008), tal problema tem impacto significativo no acesso dos alimentos aos mais pobres.

Como se vê, o problema está interligado a preocupação da seguridade humana, deste modo, os programas da ONUDI ligados à questão alimentícia, abrangem agroindústrias e o setor pesqueiro, e para efetivação dos programas relacionados a esses setores a ONUDI trabalha ativamente com a FAO e FIDA- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o objetivo “é apoiar a expansão de cadeias de valor de agroempresas nos PEDs” (ONUDI, 2012). Outro setor que abrange a seguridade humana está nos programas de incentivo à indústria farmacêutica. O apoio ao setor é fundamental para se alcançar os ODMs, principalmente nos tópicos que abrangem saúde infantil e materna e HIV.

Quando o problema está sublinhado no caso da África, a produção de medicamentos indispensáveis¹⁷¹ segundo relatório da ONUDI de 2009 se concentra em poucos países, 70% no Sul da África, 20% em Gana, Kênia e Nigéria, os 10% restantes nos outros países do continente. Para melhorar o setor em 2007, chefes de estado da África aprovaram o Plano de Fabricação Farmacêutica para África – PFFA, com uma série de propostas de políticas industriais relativas ao setor.

Para efeito de ilustração põe-se em relevo que o problema de saúde pública da África é alarmante, e calcula-se que a região suporta mais de “25% da carga mundial imposta pelas enfermidades, e 50% dos óbitos de crianças menores de 5 anos” (ONUDI, 2011), em um relatório específico sobre o setor farmacêutico na África a ONUDI (2012b) aponta que 75% dos casos de HIV/SIDA está no continente, como também 90% das mortes de malária. Por outro lado, a região gasta apenas 1% de suas despesas em saúde, cabe expor que o continente africano comporta 54 países, e mais de 1 bilhão de habitantes o que corresponde a quase 14% da população mundial (Ibid).

Muitos dos programas da ONUDI em curso na África referente ao setor se direcionam na produção de remédios genéricos, e visam oferecer preços acessíveis à população, além

¹⁷¹ A OMS lista mais 300 medicamentos essenciais. Na LME – Lista de Medicamentos Essenciais estão analgésicos, antibióticos, anti-helmínticos, remédios contra tuberculose (TB), contra fungos, tratamento para malária, para desordens psiquiátricas, doenças respiratórias, diabetes, doenças cardiovasculares, doenças tropicais, câncer, doenças gastrointestinais, entre outras.

disso, um dos problemas está em assegurar que estes sejam fabricados conforme as Práticas de Boa Fabricação (PBF), entre outras regulações internacionais.

Para tanto, em seus programas a ONUDI conta com diversas parcerias regionais por ex. com a Federação das Associações de Fabricantes Farmacêuticos Africanos, Comunidades Econômicas Regionais, Associação de Fabricantes de Genéricos da África Austral, de OIGs como OMS, UNAIDS, Banco Mundial, e várias empresas, destas citam-se que os fabricantes nacionais constituem-se de pequenas empresas ou empresas estatais, empresas renomadas como a Pfizer, Sanofi, GSK, Merck, e empresas de genéricos como Ranbaxy, Aspen, Mylan, Cipla também estão presentes seja com atuação direta ou indireta na região.

Entre os vários problemas que envolve a indústria farmacêutica da região é o acesso aos insumos, pois é muito dependente das importações, assim maquinaria, equipamento de laboratório, reagentes, matérias-primas para etiquetar e embalagens, em sua maioria são importados. Deste modo, entre as recomendações para o incentivo do setor, além do fortalecimento das PMEs, estão na formação de clusters, isenção de taxas aduaneiras de equipamentos e matérias primas, alocação dessas indústrias em Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), crédito de capital de giro e melhores concessões de depreciação (UNIDO, 2012b)

As políticas direcionadas ao setor visam não somente o seu crescimento, mas melhores condições dos produtos nos mercados locais com oferta de preços acessíveis, ou seja, o objetivo, segundo a ONUDI é melhorar a saúde pública. Contudo, o relatório sinaliza a ambiguidade que se pode apresentar, e usa como exemplo a Índia¹⁷² que ao dinamizar este setor, a ênfase no seu potencial de exportação se sobrepôs a “saúde pública nacional” (Ibid). Esse é um dos problemas que pode ocorrer no processo, e está relacionado à atuação e aos objetivos dos agentes envolvidos no processo¹⁷³.

Dentre os vários problemas relacionados à seguridade humana, a forma de atuação da ONUDI em torno do problema é significativa e merecedora de mais análise, contudo a ênfase dada à indústria farmacêutica aqui neste texto se depreendeu a lançar luzes de como a atuação da ONUDI a respeito deste setor se vincula aos ODMs, neste caso relacionado aos ODMs - 04,05,06: relacionados à saúde e o ODM 8: parcerias para o desenvolvimento global.

¹⁷² Usou como fonte um relatório da OMS: Produção Local para Acesso a Medicamentos: Desenvolvimento de um Quadro para Melhorar a Saúde Pública (OMS, 2011).

¹⁷³ A alternativa viável está na criação de mecanismos regulatórios das políticas industriais referente ao setor, neste caso se faz importante a atuação dos governos nacionais no processo.

Outro problema que a ONUDI está totalmente envolvida e pertencente ao *marketing* global de sua imagem é o meio ambiente. A respeito é possível enquadrá-la como *think tank*, na medida em que produz e dissemina conhecimentos (principalmente como executora destes para toda a comunidade internacional).

Diante disso, a ONUDI enfatiza seu papel como fórum mundial e sua função está em difundir melhores práticas industriais; também trabalha com o conceito de indústria ecológica ou verde, seus projetos têm por finalidade disponibilizar modos de produção menos nocivos ao meio ambiente e abrangem o tratamento de resíduos (água), p. ex. tratamento de mercúrio usado nos garimpos para extração de ouro, o objetivo é reduzir pela metade o consumo de mercúrio nas minas artesanais até 2017. A ONUDI também oferece programas denominados TEST- Transferência de tecnologias ecologicamente racionais (ONUDI, 2010, 2011, 2012, 2013).

Paralelo aos projetos executados com foco ao meio ambiente, sua atuação pode ser extraída de sua participação de várias conferências que tratam do problema como as várias COP – Conferências das Partes, Rio +20 entre outras. Expõem-se que o ano de 2010 foi declarado pela ONU como o ano internacional da biodiversidade, e eventos importantes são registrados, no referido ano como a realização da Conferência sobre Mudanças Climáticas promovidas pela ONUDI e com a participação de vários chefes de Estado, referente à ocasião a ONUDI sublinha à presença do ator e ex-governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger como um dos palestrantes do evento (ONUDI, 2011).

Por outro lado, a temática suscita vários problemas, a exemplo da responsabilização dos efeitos da industrialização sobre o meio ambiente que vai além do problema do despejo de substâncias utilizadas nos processos de produção, mas existem outros, destes cita-se a questão do lixo eletrônico.

Segundo a ONUDI (2010) o lixo eletrônico é a fonte de resíduos que mais cresce nos últimos anos em todo mundo. Nos países ricos, equipamentos eletrônicos são substituídos em média a cada 2 anos, enquanto nos PEDs a substituição apresenta a média de 5 em 5 anos ou mais. A preocupação é extraída em torno do ciclo de utilização dos produtos, pois sua destinação final incide no acúmulo de lixo eletrônico mundial o qual cresce em cerca de 40 milhões de toneladas anualmente. Este tipo de lixo, carrega mais de 1.000 substâncias diferentes, “muitas das quais são tóxicas para o meio ambiente e saúde humana” (ONUDI, 2011).

Em relação ao terceiro pilar - o comércio, a ONUDI, reitera que este preza pelo desenvolvimento global (ODM 8 uma parceira mundial para desenvolvimento) e um dos seus

princípios norteadores está na liberalização econômica; este por sua vez tem como problema maior, as questões de tarifas e cotas. De acordo com a ONUDI (2009) após este problema as questões de conformidade constitui um dos maiores obstáculos. Neste âmbito, a ONUDI presta assessoria na qualidade dos produtos, envolve metrologia, calibração e testes dos produtos, como também a rastreabilidade dos produtos.

Relativo à criação da capacidade comercial se elenca uma série de recomendações e formas de atuação da ONUDI e algumas abarcam os seguintes tópicos; fomento ao nível mundial, desenvolvimento de políticas comerciais, marcos jurídicos e regulatórios, capacidade de oferta, promoção dos agrupamentos e vínculos entre empresas, capacitação empresarial, suporte para cumprimento das normas e de infraestrutura comercial física e financiamentos relacionado ao comércio, como também incentiva à formação de agrupamentos políticos em torno da indústria, ex. associações e federações da indústria (ONUDI, 2012).

Para este pilar cabe lembrar o papel fundamental dos escritórios de investimento e tecnologia da ONUDI e destaca-se que na região da África possui 13 escritórios deste tipo, os quais oferecem programa de bolsas e subcontratação e co-participação de empresas.

Os parágrafos que abordaram a atuação da ONUDI de certa forma, apareceram caracterizadas na 1ª. Parte do 3º capítulo quando se faz uma apresentação geral da organização. Entretanto, alguns aspectos foram retomados com objetivo de enfatizar sua importância para o empreendimento do desenvolvimento global, contudo um dos problemas relativos à questão se fecha nas oscilações dos mercados e da crise vivenciada nos últimos anos, principalmente na Europa, com sérias implicações em termos econômicos e sociais.

Deste modo, a ONUDI fecha a primeira década do novo século em meio as preocupações que rondam a economia mundial, decorrentes da crise desencadeada a partir de 2007, com o estouro em setembro de 2008, que afetou principalmente os países desenvolvidos da zona do euro, e demonstrou a fragilidade do setor financeiro (ONUDI, 2011, UNCTAD, 2012).

No plano interno, apesar da crise internacional não ter afetado a ONUDI tal como ocorrido na década de 1980, nos últimos anos a ONUDI tem apresentado um aumento substancial na captação de recursos de cooperação técnica, por outro lado o orçamento ordinário tem se mantido inalterado nos últimos 15 anos (ONUDI, 2013).

Um dos fatos curiosos em relação à crise da Europa, no âmbito da ONUDI é constatado por meio da União Europeia que nos últimos 3 anos (2010, 2011, 2012) se constituiu como uma das maiores fontes de financiamento da ONUDI (UNIDO, 2010, 2011, 2012, 2013).

Sobre a situação da ONUDI perante o contexto, em 2011 registrou o volume de US\$ 166,7 milhões de dólares de serviços dos projetos executados de cooperação técnica, este número superou o recorde anterior de 1990, registrado em 159 milhões (ONUDI, 2012). Em 2012 esse número registrou em US\$ 189, 200 milhões, sendo que o total do valor dos programas de cooperação técnica e projetos em curso foram estimados em US\$ 884, 400 milhões, sendo os maiores contribuintes FMAM, FMM, e a União Europeia (ONUDI, 2013, p. VI).

Conforme o quadro a seguir é possível ver o total de despesas por fonte (as principais) no intervalo de 40 anos.

Quadro 5: Despesas da ONUDI por Fontes, 1970-2010 (milhões de dólares/EUA)

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Recursos do Orçamento 108.7 Regular	11.7	21.9	50.5	52.6	100.4	130.6	61.2	98.3	
Orçamento Regular 104.4	10.2	19.9	47.0	49.3	95.9	121.2	59.8	93.1	
Orç. Regular p/ Assistência Técnica	1.5	2.0	3.5	3.3	4.5	9.4	1.4	5.2	4.3
Recursos Extra-orçamentários: 149.2	20.2	36.5	76.3	94.5	155.1	108.5	67.2	107.7	
PNUD 0.8	8.2	27.0	52.0	58.7	88.7	20.6	7.0	1.2	
Protocolo de Montreal 22.0	-	-	-	-	-	16.6	27.1	34.8	
Global Environment 20.9 Facility	-	-	-	-	-	-	-	14.1	
Comissão Europeia 19.0	-	-	-	-	-	-	-	5.8	
Fundo de Desenvolvimento 86.5 Industrial e outros fundos	12.0	9.5	24.3	35.8	70.9	71.3	33.1	51.8	
Total 257.9	31.9	58.4	126.8	147.1	255.5	239.7	128.4	206.0	

Fontes: Relatório Anual da ONUDI (vários anos); BROWNE (2012)

Em termos da produção industrial mundial, o relatório de 2009 esboça um fato importante relativo a crise, marcada por meio da “desaceleração da economia mundial e a sua repercussão para o setor manufatureiro” o problema atingiu de maneira singular os países desenvolvidos, principalmente a zona do euro, em termos da produtividade manufatureira. Contudo, países em desenvolvimento destacam-se em meio à situação; China e Índia, apresentaram taxas de crescimento elevadas durante a crise e, a China em 2009 ascendeu como a 2ª no posto da classificação mundial dos produtores manufatureiros (ONUDI, 2010).

Se nos países industrializados, em 2009 a VAM Valor Agregado Manufatureiro diminuiu em 3%, nos PEDs diminuiu em apenas 0,1%. De acordo com a ONUDI nos últimos 15 anos “o principal motor de crescimento dos PEDs tem sido a manufatura”, a nova conjuntura que se apresenta despontou 17 países pertencentes aos PEDs como economias que estão em “uma etapa relativamente avançada de industrialização” (ONUDI, 2010).

Neste âmbito, embora reconheça a complexidade relativa ao contexto, os relatórios anuais da ONUDI que citam a questão (relatórios de 2009, 2010, 2011 e 2012) não apresentam uma análise detalhada à questão, pois relatórios específicos da ONUDI tem apresentado o problema. Contudo, nestes relatórios sustentam a importância da industrialização para o desenvolvimento dos países.

Sobre esta questão cabe as considerações de um relatório da UNCTAD (2012), que apontou a situação mediante o contexto da suscetibilidade dos países ocidentais industrializados e da incapacidade dos grupos formados por estes países como o G-20 em dar uma resposta plausível à crise. Nesse ínterim vários outros agentes sofrem críticas como as agências multilaterais, organizações internacionais (União Europeia) e seus marcos de regulação, bancos privados, entre outros. Outra crítica está em torno de que a crise é consequência das políticas neoliberais; ao contrário do que propugnavam essas políticas, a princípio, ao se mostrarem com duras consequências sociais, seus efeitos a longo prazo proveriam os supostos benefícios da globalização, contudo o que se demonstrado é vulnerabilidade do sistema.

Convém expor que um dos problemas está na composição das Balanças de Pagamentos, problemas fiscais, entre outros problemas bem conhecidos pelos países da América Latina na década de 1980-90 (UNCTAD, 2012). No caso europeu, cabe citar que alguns países como a Grécia ao gastarem mais do que arrecadavam em impostos nos últimos anos, acabaram caindo na armadilha para se financiarem acumulando seu endividamento. Deste modo, algumas dívidas ultrapassaram 60% do limite estabelecido pelo Tratado de Maastrich (1992), que estabeleceu na criação da zona do euro.

Dado esses problemas, o que resultou para esses países foi uma crise de confiança e crédito; embora muitos analistas atestem que a crise está pondo em cheque as políticas neoliberais, pelo contrário, o que se constata é que o receituário para o enfrentamento da crise está na intensificação dessas políticas, e os desdobramentos deste problema interessam a todos os países e empresas como também a outras classes afetadas com a questão, pois como abordado as relações comerciais e financeiras ao longo dos anos tenderam a se acentuar e, os problemas decorrentes destes aparecem compartilhados por todos ou pela maioria dos agentes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que a economia se tornava global (ou tenta!) a consolidação do sistema exigia entre outros atributos, estruturas institucionais de regulação política, jurídica e de normatização. Para dar forma, organizações internacionais tiveram (e têm) papel importante no processo, neste âmbito a ONUDI se enquadra como mecanismo de política institucional de regulação do sistema global (HOLLLY, 1999) e sua prática, para lembrar Weber (1999) é característica ao processo de racionalização e burocratização da sociedade, no qual envolve a criação de instituições como mecanismos de gestão econômica que viabilizem os fluxos entre os agentes econômicos de diferentes contextos.

Neste expediente, nota-se que as relações da ONUDI se assinalam pela interdependência assimétrica entre os agentes, e um dos desafios foi (e ainda é) organizar, às vezes, por meio de interesses divergentes o desenvolvimento industrial dos países. Tais discussões como visto, fizeram parte das reuniões do sistema das Nações Unidas que reivindicavam o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, realizadas entre os fins da década de 1960-70.

Assim, o surgimento da ONUDI se realizou em meio às discussões de três grupos relevantes de Estados: 1. O bloco ocidental, representado pelos países altamente industrializados e ricos, 2. Da URSS e seus aliados do Leste Europeu e o 3. Terceiro Mundo (LAMBERT, 1993).

Na relação entre estes verificou-se ao longo do contexto da Guerra Fria mudanças significativas, no caso do surgimento da ONUDI como em outras instância, traduziu as diferenças entre os grupos de países e suas relações, que nas últimas décadas do século XX com desmantelamento do Bloco Soviético e conseqüentemente das disputas ideológicas da bipolaridade do mundo tomaram outra dimensão, pautada por uma lógica de mercado expressada pelas relações econômicas entre os Estados, blocos e outros agentes privados.

O desdobramento em torno da discussão do desenvolvimento, o qual foi tratado nos capítulos anteriores, tentou mostrar como essa problemática se assinalou em várias redefinições, demarcadas a partir da regulação de *Bretton Wodds*, no pós II Guerra Mundial, identificado na configuração internacional do capitalismo, tendo prosseguimento no crescimento econômico de vários países e do surgimento dos NICs Novos Países Industrializados (fatos assinalados no contexto dos 30 anos gloriosos) e da crise capitalista a partir da década de 1970 (configuração multinacional).

Estes fatos implicaram nas concepções do desenvolvimento, que nas últimas décadas tiveram pulsão no processo de globalização com impactos significativos ao papel dos Estados nacionais e nos vários agentes envolvidos onde se processam os trâmites da configuração global do capitalismo. Portanto, neste novo cenário, concepções de Terceiro e Segundo Mundo que serviam como denominações para grupos de países não faziam sentido, contudo a realidade de muitos países de baixa renda percapita, os quais tinham (e tem!) como parâmetro o desenvolvimento a ser alcançado não mudou, ou acentou seus problemas econômicos e sociais, em decorrência do alto endividamento feito em décadas anteriores para bancar suas propostas de desenvolvimento e do cumprimento das exigências de seus credores, que em alguns casos eram as agências multilaterais como o Banco Mundial e o FMI.

Em razão destes problemas o objetivo central deste trabalho foi esboçar como as organizações internacionais promovem processos de transnacionalização, o qual apresenta sua apreensão em prol do desenvolvimento global, discurso tomado por diversas organizações nas últimas décadas. Cabe expor que o uso da palavra “esboçar” foi proposital, pois apesar dos esforços para a compreensão do problema, a complexidade exige permanente esmiuçamento, dado o caráter dinâmico do sistema capitalista e do seu poder de metamorfose, para lembrar palavras de Ianni, quando analisa o processo em várias de suas obras.

Os problemas abordados por esta pesquisa, embora tenha a ONUDI como objeto de delimitação, requereu uma compreensão que abarcou:

1. do tipo de organização que se constitui, o qual o primeiro capítulo abordou a diversidade das OIGs. Assim, o tratamento dado às OIGs emergiu de indagações do tipo para quem e a quem servem? Como ajustam interesses individuais e coletivos em um campo em que atuação se dá em fóruns coletivos e de interesses diversos, sejam entre os Estados ou de diversos agentes envolvidos. Como definem ações, as quais levam a preocupação de como são e serão implementados; quais resultados esperados e não esperados e dos objetivos alcançados. São preocupações que também aparecem como pano de fundo ao longo dos capítulos.

2. Do panorama de onde surgiu, assunto descrito na segunda parte do 1º capítulo e o 2º capítulo onde trouxe a problemática por meio das 3 configurações do capitalismo (internacional, multinacional e global) e do tratamento do problema do desenvolvimento dado pelas Nações Unidas, pontuada no 2º capítulo.

3. Da funcionalidade técnica e política da ONUDI, tratada no 3º capítulo, o qual se apresenta como agente promotor de “condições políticas necessárias para que a reterritorialização técnica e social da produção capitalista se efetive” (SERÁFICO, 2009, p.

41). A repetição da citação de Seráfico é oportuna, pois serve para explicar a atuação da ONUDI como agente de transnacionalização do capital, e por outro lado se manifesta pela maneira de como lugares ora são incluídos ou excluídos do processo de reprodução capitalista.

Com esses problemas em tela, o que se viu nos relatórios anuais da ONUDI, lidos para a pesquisa que abrangeu os relatórios a partir de 1985 apontam que suas ações tentam abarcar um direcionamento em prol do desenvolvimento global, pelo menos essa é a intenção, conseguiu-la para nas incertezas da própria dinâmica do processo. Para apreensão deste objetivo a ONUDI tenta aborda-los em seus pilares: 1. Pobreza, 2. Meio Ambiente e 3. Desenvolvimento Comercial. E quando se tenta abarcar esses três pilares há uma série de implicações que envolvem diferentes níveis, sob as formas sociais, jurídicas e geográficas e econômicas dos agentes.

Assim, as questões que emergem da problemática são várias, em função da complexidade e de sua proporção, entre as quais se destacam fatores que assinalam a distribuição de renda desigual e concentradora, que em termos práticos podem ser vistos na distribuição desigual de recursos básicos como educação, saúde, saneamento básico, habitação, entre outros.

Dado o contexto, quando a presente pesquisa sugere que organizações internacionais, em específico, as intergovernamentais, parecem convergir uma série de ajustamentos que pretendem projetar o simulacro de desenvolvimento global, entre as inquietações que se move põe-se em destaque os níveis mínimos aceitáveis ou toleráveis que se determine o alcance do desenvolvimento.

Assim, no decorrer das leituras de vários relatórios a globalização muitas vezes se lançava traduzida arbitrariamente ao volume produzido de riqueza¹⁷⁴, e seus problemas recaem sobre a questão de quem se apropria e como se apropria. Dentre os problemas levanta-se a questão sobre o que fica para os Estados da riqueza produzida ou acumulada por estes, sem esquecer que a dinâmica que rege os agentes econômicos, a exemplo do setor privado como promotor do desenvolvimento e de sua relação com os Estados e sociedade, está cada vez mais sujeito às oscilações e à volatilidade dos mercados.

Cabe expor que tais problemas estão suscetíveis às crises de diferentes perspectivas, sejam de ordem econômica ou decorrente das mudanças climáticas, com série implicações à seguridade humana, e os efeitos implicam em bases econômicas e sociais, por ex. os cenários

¹⁷⁴ Delimita-se a questão, pois na visão da ONUDI a globalização é vista pela preponderância econômica.

que podem ser verificados nos pós-desastres, ou das situações pós-conflitos, de certo modo criam um ambiente propício para “a reconstrução”, estabelecendo novas bases econômicas e estruturas burocráticas do Estado, estes problemas foram vistos no último tópico da dissertação.

Assim, as situações que poderiam ser analisadas são muitas, por isso é preciso salientar que nem todas as dimensões que se depreendem a partir da verificação de como as OIGs promovem processos de transnacionalização do capital, justificando-se no discurso de desenvolvimento global não foram possíveis de serem apreendidas. Considerando essas limitações, nota-se a partir da ONUDI ou de outras OIGs há uma gama de possibilidades a serem aprofundadas e emergem como sugestões de pesquisa.

Em vista da escassez de estudos em torno da organização, se constatou que a maioria das publicações se centram a partir da própria ONUDI, estudos independentes foram realizados a respeito do histórico de seu surgimento (BRETTON, 1968, 1979, HOLLY, 1999; LAMBERT, 1993) e da introdução da importância da ecologização¹⁷⁵ na pauta de seus projetos (BAARK; STRAHL, 1995; LUKEN, 2009). Deste modo, um dos problemas que se levanta e merece um tratamento específico, instiga-se de como a ONUDI tenta compatibilizar questões aparentemente contraditórias que se esboçam no processo de acumulação capitalista, por exemplo da relação entre consumismo e meio ambiente, pois estes são problemas que se depreendem do processo de industrialização.

Outras questões emanam da articulação da ONUDI e dos agentes que se envolve no intuito de consolidar decisões que devem ser validadas para todos. Neste sentido extrai o problema dos “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991) que são racionalizações técnicas os quais são justificadas a partir de boas práticas que podem resultar na eficiência e confiança dos processos de produção, como também na agilização da cooperação entre os agentes nas diversas fases do processo, que vai desde etapas iniciais até o consumidor final, permitindo a rastreabilidade dos produtos, ditadas a partir das normatizações internacionais como as ISOs, ou das certificações que possibilitam relações calcadas em redes, e esses problemas instigam a verificação do papel da ONUDI nestes processos.

Contudo, estas relações podem ser excludentes, com vista a amenizar tal situação a ONUDI trabalha para possibilitar aos *outsiders*, os mecanismos que viabilizem sua entrada em determinados espaços regidos por regras. Em razão disto, quando centra suas atenções voltadas nos PEDs, PMAs e PMEs, a verificação move nos resultados decorrentes da

¹⁷⁵ Em inglês greening.

adequação dos processos que são ditados de cima, não apenas em termos de ganhos, mas do que foi sacrificado para adequação às padronizações internacionais.

O exame dos relatórios da ONUDI mostra que seus projetos tem como foco especial o setor privado, permitindo a articulação entre PEDs e PMAs, os quais devem estar aptos a atuarem na orquestração dos mercados globais, onde é forjado a partir da livre iniciativa e da liberdade econômica. O que se percebe é uma atuação em face de uma convergência que preza o desenvolvimento global, e está envolvida pela premissa de universalização dos benefícios da globalização como algo possível, porém quando tenta argumentar que as distorções da globalização são passíveis de serem corrigidas pelos próprios mercados, esta argumentação é posta em xeque mediante as crises que se desencadeiam deste processo.

Portanto, foram muitos os problemas deparados por meio da atuação de um agente específico, no caso a ONUDI, dentre os quais, verificou-se que ao se envolver no problema do combate à pobreza por meio da promoção das atividades produtivas tendo a industrialização como motor, uma de suas recomendações se dá no incentivo ao estabelecimento de parcerias de vários escalamentos, como verificado entre grandes empresas e PMEs, estas últimas, segundo a ONUDI se constitui na maior fonte de oferta de emprego na maioria dos países. Contudo, as relações que as envolvem, embora não se caracterize necessariamente na distribuição dos lucros, um dos aspectos que pode ser mencionado é que a articulação entre estes resulta no compartilhamento igualmente dos riscos.

Visto sob outro prisma, por meio da organização estratégica das empresas do seu processo produtivo, revela um patamar de relações sociais globais (IANNI, 2004) e muitas vezes desigual, o que traz à tona processos de desterritorialização e territorialização, observados no entrelaçamento dialético entre altos e baixos circuitos do capital (HARVEY, 2004). Tais processos podem ser observados na reorganização e reestruturação dos espaços regionais e nacionais, e a emergência dessas relações sociais implica seriamente a relação entre o local e o global.

Em razão dessas relações, as possibilidades de problematização em torno da atuação de uma organização especializada como a ONUDI como de outras organizações intergovernamentais não se esgotam.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, A. N. e SINNGH, E. S. (org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos Clássicos. In: **Teoria Social Hoje**. GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (Orgs.) SP: EDUNES, 1999.

AMSDEN, Alice H. **A Ascensão do “resto”**: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTHONE (Coord.), **Cultura Global**: Nacionalismo, globalização e modernidade. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

ARAÚJO, Leandro Rocha de. Repressão Internacional ao abuso de Poder Econômico. In: BARRAL, Welber. PIMENTEL, Luiz Otávio (Orgs). **Teoria Jurídica e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

ARCE, Gustavo. Mutações Planetárias: Do Bloqueio Generalizado da Lógica Taylor-Fordista à Relação Social de Serviço: A Nova Matriz Produtiva do Capitalismo da Informação (2000-2005). In: **América Latina no Labirinto global**: Economia, Política e Segurança. Brasília, s/d. Editora CRV.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo, Editora UNB : 2002.

_____. **Les Désillusions du Progrès**: Essai sur ladialectique de la modernité. Paris, France, 1969, Agora.

_____. **A Era da Tecnologia**. Rio de Janeiro : Editora Cadernos Brasileiros, 1965.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. – (Coleção Zero à Esquerda).

BAARK, Eric; STRAHL, Joseph. **The Response of International Organizations to the Environmental Challenge**: The Case of the United Nations Industrial Development Organization (UNIDO). In: Development and Change. Vol. 25 (1995), 441-468. Published by Blackwell Publishers, 108 Cowley Rd, Oxford OX 4 IJF, UK.

BACEN. **VII Organismos Financeiros Internacionais**. In: Boletim do Banco do Brasil – Relatório 1999, p. 180-196.

BANCO MUNDIAL. **Governance and Development**. Washington. D.C. Apr: 1992. Disponível em: < www.worldbank.org>.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do Globalismo Respostas à Globalismo. Editora Paz e Terra: 1999.

BELLI, Benoni. **A Responsabilidade Empresarial e o Mercado das Boas Intenções.** In: Economia Política Internacional: Análise Estratégica. N. 6-jul/set.2005. 67-70pp.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O Declínio do Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”.** In: Economia e Sociedade. -11. 1995.

BENAION, Noval. **Desenvolvimento Industrial e Desenvolvimento regional:** o caso da ZFM. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação de Mestrado.

_____. **A Subordinação Reiterada:** Imperialismo e Subdesenvolvimento no Brasil. Manaus. EDUA, 2006.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** Trad. Antônio de Pádua Danesi, 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNESTEIN, Henry. **Modernization Theory and The Sociological Study of Development.** Institute of Development Studies, Sussex: 1971. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220387108421356#.UaFSldKsiSo>>. Acessado em: 25. Mai. 2010.

BOBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** v.2. Brasília: UNB, 1998.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe, CHERKAOUI, Mohamed, LÉCUYER, Bernard-Pierre. (Orgs) **DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA.** Publicações Dom Quixote, Lisboa: 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico.** In: Política e Sociedade. n 06, abril de 2005.

_____. **Os usos sociais da ciência:** Por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O Poder Simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. RJ: Editora Jorge Zahar, 1998.

BRANDT, W. **North-South, a Programme for Survival.** Report of the Independent Commission on International Development. Issues. Pan Books, London, 1980. Disponível em: <http://www.channelingreality.com/Documents/Brandt_Commission_North_South_Rpt.pdf>.

BRASIL. Instrução Normativa SRF n 188. Sobre os paraísos fiscais. Disponível em: <www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/legislacao-e-normas> Acesso em: 01 julho 2011.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.** Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

BRASIL. Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/direitos-humanos-e-temas-sociais/metas-do-milenio/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>.

BRASIL. **Ministério de Relações Exteriores.** Disponível em <www.un.org/en/peacekeeping/documents/factsheet.pdf>; <www.re.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** In: Texto para discussão EESP/FVG 157, Dez. de 2006.

_____. **Esboço de uma ideologia em comum das sociedades industriais modernas.** (Paper escrito enquanto instrutor de ensino na EAESP/FGV). 1959. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=646>. Acesso em: 10. Out. 2010.

BRETTON, Philippe. **La transformation de L'ONUDI em Institution spécialisée des Nations Unies.** In *Annuaire français de droit international*, volume 25, 1979. pp. 567-578. Disponível em : <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1979_num_25_1_2174>. Acesso em: 05. Jul. 2011.

_____. **Les conditions de constitution de l'ONUDI.** In : *Annuaire français de droit international*, volume 14, 1968. pp. 454-475. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1968_num_14_1_1503>. Acesso em: 05. Jul. 2011.

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente.** Tese de Doutorado em Ciência Política. UFRGS, 2010.

BROWN, Lester. **Eco Economia: construindo uma economia para a terra.** Salvador: UMA, 2003.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Teorias da Modernização e Expansão Capitalista.** SBS/XII Congresso Brasileiro de Sociologia- GT 20 Sociedade e Estado na América Latina. Belo Horizonte: 2005.

CARNEIRO, Ricardo. **A globalização Financeira: Origem, dinâmica e perspectivas.** Texto para discussão. IE/UNICAMP n.º 90, out. 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Augusto César. **Os Bancos de Desenvolvimento e a Integração da América do Sul: Bases para uma política de cooperação.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CATANI, Antonio David; HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). **The Human Economy: A Citizen's Guide.** Cambridge, UK, Polity Press: 2010.

CATANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, P. Hespana (Coord.) **Dicionário internacional da Outra Economia.** Almedina, 2009.

CAEI- **Centro Argentino de Estudos Internacionais.** Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/pt/home.htm>>

CERVO, Amado Luiz. **A Instabilidade Internacional (1919-1939).** In: História das Relações Internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 131-167.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada:** A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade - Mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, Tradução de João da Cruz. 1996.

CNUMD. **Agenda 21.** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3 Ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

COHEN R; KENNEDY PAUL. **Global sociology.** Basingstoke, Palgrave Macmillan. 2007.

Comissão Européia. **Declaração de Cochabamba.** 6^a Reunião Ministerial Institucionalizada do Grupo do Rio e da União Européia, realizada em Cochabamba, 15 e 16 Abril de 1996. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/96/101&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>> Acesso em: 01/08/2011.

Comission European. PRESSE-MEDDELELSE. Mitteilung an Die Presse Press-Release **Resume de la Declaration de M. Claude Cheysson au nom de La Commission des Communautés Europeenes a La Conference de L'ONUDI (LIMA, 14.03.1975).** Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/12727/>>. Acesso em: 09. Ago.2011.

CRETELLA, José Neto. **Teoria Geral das Organizações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2007.

COMUNIDADE BRITÂNICA. Disponível em: <www.thecommonwealth.org>.

CUNHA, J. Silva; PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. **Textos de Direito Internacional.** II Volume-2. ed. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique. Porto, 1997.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, Pedro. **Combate à Pobreza:** Desenvolvimento como oportunidade. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

DREIFUS, René. **A Internacional Capitalista:** estratégias e táticas do empresariado transnacional 1981-86. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso,** ou como Ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Governança Global:** O papel das instituições multilaterais nos temas econômicos e sociais. Instituto de Estudos econômicos e internacionais- IIEE-BR. Dezembro de 2005a.

_____. **Atores e Poderes na Nova Ordem Global:** Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo Editora UNESP, 2005b.

_____. **Economia Global e Exclusão Social:** pobreza, emprego e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital.** Uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: 2000.

ELIAS, Norbert. **A Evolução do Conceito de Desenvolvimento** In: Introdução à Sociologia. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.

EVANGELISTA, Ely. **A UNESCO e o Mundo da Cultura.** Campinas-SP: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power.** Edited by Wolfgang Sachs. Zed Books Ltd. London and New Jersey.1992.

ESTENSSORO, Luís E. R. **O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA):** Integração e Relações Internacionais (1975-1991). Dissertação de Mestrado, USP: São Paulo: 1994.

ESTY, Daniel C e IVANOVA, Maria H. **Governança Ambiental global:** Opções & Oportunidades. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos:** O Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre: 2009.

FAO. **The State of Food and Agriculture 2010-2011:** Women in Agriculture Closing the gender gap for development. FAO, Italy, 2011. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/i2050e.pdf>>. Acesso em: 25. Jul. 2012.

FAO. **Organização para a Alimentação e Agricultura.** Disponível em: < www.fao.org.br>.

FAVARO, Luciano Monti; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. **A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE DIREITO DOS TRATADOS DE 1969 E O PORQUÊ DE SUA NÃO RATIFICAÇÃO PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: UM PROBLEMA CONSTITUCIONAL??.** 2008. Disponível em: < http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/11_839.pdf. > Acesso em: 20 de maio de 2012.

FERGUSON, Niall. **A Lógica do Dinheiro.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERREIRA Jr, Lier Pires. Direito Internacional do Desenvolvimento no séc. XXI. In: BARRAL, Welber. PIMENTEL, Luiz Otávio (Orgs). **Teoria Jurídica e desenvolvimento.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

FIAS. **International Finance Corporation**. Disponível em: <<http://www.ifc.org/>> Acesso em: 25 out.2010.

FIORI, José Luís e TAVARES, M^a. da Conceição. **(DES)AJUSTE GLOBAL e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1996.

FIORI, José Luís. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **A Governabilidade Democrática na Nova Ordem Econômica**. In: IEA Estudos Avançados da USP. n^o 43, p.157-173, Nov. 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/fiorigovernabilidade.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. **A Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional**. In: São Paulo em Perspectiva. V. 6 (1-2): 127-133, janeiro/junho 1992.

_____. **Como se produzem as Zonas Francas**. In: Série Seminários e Debates, n. 13, UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: Belém: 1987 19-39.

FONSECA Júnior, Gelson. **O Interesse e a Regra: ensaios sobre o multilateralismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FONTOURA, Luís. **A Cooperação para o Desenvolvimento**. In: Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 11 de Janeiro de 2007, integrada no ciclo de conferências “Portugal e as Relações Internacionais”.

FUJITA, Edmundo Sussumu. **O Brasil e o Conselho de Segurança** (Notas sobre uma década de transição: 1985-1995). In: Parcerias Estratégicas v.1 –n.02. Dez.1996. Disponível em: <seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/.../12>. Acesso em: 08 Set. 2010.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência: Na civilização industrial**. Ed. Paz e Terra, 1978.

_____. **Prefácio a Nova Economia Política**. 3 ed. Paz e Terra, 1977.

GAMA, Carlos Frederico, LOPES, Dawisson Belém. **“Bem me queres, mal me queres”**: Ambivalência discursiva na avaliação canônica do desempenho da ONU. In: Revista de Sociologia e política. V, 17, n. 33; 151-167 Junho de 2009.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GARLLIP, José Rubens Damas. **Economia Desregrada – Marx, Keynes e Polany e a riqueza no capitalismo contemporâneo**. UNICAMP, Campinas, SP: 2001.

GEF. **Global Environment Facility – Investing in our planet-** www.thegef.org.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GILMAN, Nils. **Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America**. The Johns Hopkins University Press. Baltimore, Maryland, 2003.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes; COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança Global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

GREENPEACE. **CARTA DE RESPONSABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS INTERNACIONAIS**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/Brasil/pt/Documentosgreenpeaceb051220_institucional_carta_es_tatuto_responsabilidade_port_v1/> Acesso em: 03 abr. 2011.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski, São Paulo, SP Boi tempo, 2011.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak. Ed. Annablume: São Paulo, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____. **A Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

_____. **Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development: Notes Towards a Theory of Uneven Geographical Development**. Nova York, Verso: 2004c.

HART, Keith; PADAYACHEE, Vishnu. In : **The Human Economy: A Citezen's Guide**. CATANI, Antonio David; HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). Cambrigde, UK, Polity Press: 2010.

HERZ, Monica, HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**, 3 ed. Editora Campus, 2004.

HOLLY, Daniel A. **L'ONU L'Organisation des Nations Unies pour le Développement Industriel (1967-1995)**. L'Harmattan :Paris, 1999.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita, Revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o Mundo Moderno**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2011.

_____. **A Sociedade Global**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **A Era do Globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Teorias da Globalização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INUI, Raul Eiji. **Sociedade Civil Organizada: Impactos no Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – O caso das Transnacionais.** Dissertação do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente na Amazônia: UFAM: 2005.

ISO. **Organização Internacional de Normatizações.** Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/management_standards/certification/the_iso_survey.htm> Acesso inúmeras vezes.

JAYASURYA, Sisira; MCCAWLEY, Peter. **The Asian Tsunami: Aid and Reconstruction after a Disaster.** Edward Elgar Publishing Limited, UK: 2010.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica.** Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOLLY, Richard. **UN Intellectual History Project.** Briefing Note Number 3 - Maio 2009.

_____. **The Un Development Thinking and Practice.** In: Forum for Development Studies. N. 1-2005a, pp.49-74.

_____. EMMERIJ, Loius; WEISS, Thomas G. **The Power of UN Ideas: Lessons from the First 60 Years.** UN, New York: 2005b.

JOLLY, Richard and HAQ, Khadija, STREENTEN, Paul and HAQ, Mahhub. **The UN and the Bretton Woods Institutions.** New Challenges for the Twenty-First Century, New York, 1994.

KENNEDY, Paul. **O Parlamento do Homem: História das Nações Unidas.** Edições 70, Lda, Lisboa Portugal, 2009.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism.** Ed. Henry Holt and Company, 2007.

KUROWSKI, Lech. **Cooperação Industrial Internacional e desenvolvimento: o papel da UNIDO.** In: POLÍTICA INDUSTRIAL & DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: I Conferência Internacional. Coordenação de PLANEF e OCDE. Org. Passos, Carlos de Faro. São Paulo, PLANEF – Consultores Associados S/C Ltda, 1990.

LAFER, Celso. **A ONU e os Direitos Humanos.** In: Estudos Avançados, 9 (25), 1995.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Stockolm, Rio, Johannesburg: Brazil and Three United Nations Conferences on the Environment.** Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos.** Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **História das idéias sociológicas: das origens a Max Weber.** Tradução de Ephraim F. Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LAMBERT, Youry. **The United Industrial Development Organization: UNIDO and problems of international economic cooperation.** Praeger Published: 1993.

LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology: American social science and “Nation Building” in the Kennedy Era.** Gahpel Hill: University of North Carolina Pres, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro.** São Paulo: USP, 2001. Tese de doutoramento.

LIMA, Tatiana de Macedo Nogueira. **GATT/OMC: uma análise institucional.** Dissertação. São Paulo: USP, 2004.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação.** Dissertação. Campinas, SP: UNICAMP: 2010.

LEWIS, W. Arthur. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar: 1960.

LOPES, Laura Landulpho Alves. **A Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC_MRE): o Brasil como doador.** Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. San Tiago Dantas/UNESP/UNICAMP/PUC-São Paulo. 2008.

LUCK, Edward. Reforming the United States: Lessons from a history in progress. Academy Conil on the United States System. In: **International Relations Studies and the United Nations Occasional Papers.** 2003. Disponível em: <<http://www.stwr.org/the-un-people-politics/reforming-the-united-nations-lessons-from-a-history-in-progress.html>>. Acesso em: 05. Jul. 2011.

LUKEN, Ralph A. **Greening a international organization: UNIDO’s strategic responses.** Springer Science Business Media, LLC 2009. 159-184

MACHADO, João Guilherme. PAMPLONA, João Batista. **A ONU e desenvolvimento econômico: Uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD.** In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MACIEL, Tadeu Morato. **As teorias de Relações Internacionais pensando a cooperação.** In: Ponto-e-vírgula; Revista eletrônica semestral do Programa de Estudos Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. n.º 5, 1º semestre de 2009.

MADELEY, John. **O Comércio da Fome.** Trad. Ricardo A. Rosenbusch. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MAHIOU, Ahmed. **Texto de Introdução a Declaração do Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional.** Disponível em: <www.un.org/law/avl>. Acesso em: 05. Jan. 2012.

MALLMANN, Maria Izabel. **Relações Políticas Internacionais: Como entendê-las?** In: Civitas – Revista de Ciências Sociais. V.5, n.2 Jul-dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2/1595>>. Acesso em: 11. Dez. 2011.

MARANHÃO, Tatiana de Amorin. **Governança Mundial e Pobreza do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades.** São Paulo: USP, 2009. Tese de doutorado.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Trad. De Ivonne Jean. (Coleção Pensamento Político) Brasília, Ed. UNB, 1981.

MERRIEN, François-Xavier; MENDY Angèle Flora. In: **The Human Economy: A Citezen's Guide**. CATANI, Antonio David; HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). Cambridge, UK, Polity Press: 2010.

MICHALET, Charles-Albert. **O que é a Mundialização**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____, Charles Albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

MINSTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório Economia em Perspectiva**. 17. ed. Dezembro. Ano 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia%20Brasileira%20Perspectiva--PT--17ed.pdf>>. Acesso em: 19. mar. 2013.

MORAES, Reginaldo. **Notas sobre a economia do desenvolvimento nos “vinte e cinco gloriosos” do pós-guerra**. *Cadernos Cedec*, São Paulo, n. 76, Ago. 2005. 58p.

NASSAR BARRETO, Renata. **As Organizações Internacionais na atualidade**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 37, 02/02/2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1682>. Acesso em: 11 dez.2011.

NASSER, Salem Hikmat. **Desenvolvimento, Costume Internacional e Soft Law**. In: AMARAL JÚNIOR, Adalberto do (org.). **Direito Internacional e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2005. Disponível em: <<http://gedirj.files.wordpress.com/2009/06/desenvolvimentocostumeinternacionaloftlawalemnasser.pdf>> Acesso em: 03. mar. 2011.

NORAD. **Norway's Trade Related Assitance Through Multilateral Organizations: A Synthesis Study**. Report 8/2011. Study. Oslo, 2011.

OLIVEIRA. Gonçalo Ferreira de. **Agenda Estratégica para o Desenvolvimento**. In: A Organização das Nações Unidas. Publicações Humanas/Humana Global. Coimbra. Portugal. 2007. Disponível em: < www.hamanaglobal.org>. Acesso em: 01.fev. 2011.

OLIVEIRA. Giuliano C. de. MAIA, Geraldo, MARIANO, Jefferson. **O Sistema de Bretton Woods e a dinâmica do Sistema Monetário Internacional Contemporâneo**. In Pesquisa e Debate, SP, volume 19, n. 02 (34) pp. 195-219, 2008.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. “Protocolo de San Salvador”, AG da OEA, 17 de novembro de 1988**. Disponível em: <www.oas.org/consejo/pr/resolucoes/res972.asp>. Acesso em: 17 mai. 2012.

ORTIZ. Renato. **Um Outro território: Ensaio sobre a Mundialização**. Olho d'água: 1996.

_____. A redefinição do público, entre o nacional e o transnacional. In: **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHURA, Piotr (Ed.) **The Economic Geography of Globalization**. Niksa Mindic, Croatia, 2010.

PARSONS, Talcoot. **Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora: Livraria Pioneira, 1969.

_____. **O Sistema das Sociedades Modernas**. Trad. Dante de Oliveria Leite. São Paulo: Editora: Livraria Pioneira 1974.

PARSONS, Talcoot and SMELSER, Neil. **Economy and Society: A Study in the integration of Economy and Social Theory**. Routledge, UK, 1956.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Haiti: Desafios e oportunidades no pós –terremoto**. In: Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA, n° 02. Abr. – Jun. 2010.

PEREIRA, João Márcio. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2009.

PIMENTEL, Fernando. **O Fim da Era do Petróleo e a mudança do paradigma estratégico mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira**. Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home>>. Acesso em: 10 set. 2011.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990: Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano**, PNUD, 1990.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2005: Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual**, PNUD, Nova York, 2005.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. PNUD, Nova York, 2010.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011: Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos**. PNUD, Nova York, 2011.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013: A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. PNUD, Nova York, 2013.

POLLINI Jr, Airton Brazil. **A aliança para o progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais**. UNICAMP: Campinas-SP, 1999.

POTER, Michael. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Ed. Campus, 1993.

PORTELA, Paulo Henrique. **Direito Internacional Público e Privado**. 2. ed. Bahia: Ed. Jus Podium, 2010.

RAMALHO, Jorge Rocha Antônio; GOES, Fernanda Lira. **Aspectos do Financiamento das Operações de Paz na ONU: Implicações para a Política Externa Brasileira**. In: Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA, n° 02. Abr. – Jun. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade.** In: Heidemann, Francisco e José Salm. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília. Editora da UNB:41-79.

RANGEL, Carlos. **Ideologia Terceiro-Mundista e a Realidade Ocidental: como se fabrica um mito político.** Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1986.

REYNOLDS, David. **Cúpulas: seis conferências que deram forma ao século XX.** Tradução de Silvia de Sousa Costa. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: Ideologia, política e ciência na Guerra Fria.** USP: Tese de doutorado em História Social: 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A condição da Transnacionalidade.** Serie Antropologia, n. 22, UNB: 1997.

_____. **Poder, Redes e Ideologia no campo do Desenvolvimento.** In: Novos Estudos CEBRAP 80, Março 2008. pp. 109-125.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** SP: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas; v.30).

RICUPERO, Rubens. **Global Governance and Multi-Regionalism: The Impact of Decisions of International Economic Institutions: The case of United Nations organizations, with special emphasis on ECLAC, UNCTAD, UNDP and the Global Compact.** In: IEEI-BR. 2004a Disponível em: <http://www.ieei.pt/files/EULARORubensRicipero_Preparatory_Paper.pdf> Acesso em: 08. jul. 2012.

_____. **UNCTAD: Passado e Presente: Nossos próximos quarenta anos.** In Economia Política Internacional: Análise Estratégica, n.02 –Jul/Set 2004b. Tradução do inglês por Eduardo Henrique Aubert. Disponível em: <www.unctad.org/docs/presbich12th.ricipero.en.pdf>. Acesso em: 08. jul. 2012.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N., “Notas Sobre a Teoria do Grande Impulso”, In: ELLIS, Howard S. **Desenvolvimento Econômico para a América Latina,** Fundo de Cultura: 1964.

_____. **Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul Oriental,** in: AGARWALA, A. N. e SINNGH, E. S. (org.), **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROTHBERG, Danilo. **O FMI sob ataque: Recessão global e desigualdade entre as nações.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

ROSTOW, W.W. **As Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um Manifesto Não Comunista.** Trad. Octávio Alves Velho e Sergio Goes de Paula. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ROUNET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo.** São Paulo. Cia das Letras, 1987.

RUBIN, Jacob. **Os Bilhões de Dólares (Uma nova perspectiva para todos os países do Mundo).** Trad. Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Bolch Editores S.A, 1965.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia Globalização e sustentabilidade**. Manaus: Editora Valer, 2004.

SANDRONI, Paulo. Org. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 3. ed. Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Julio César Silva. **A evolução da idéia de governança global e sua consolidação no século XX**. Dissertação Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais –IREL-UNB. Brasília, 2006.

SANTOS Jr, Raimundo Batista dos. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Tese de doutoramento em Ciência Política, UNICAMP, 2010.

SARAIVA. José Flávio Sombra (Org.). **A agonia europeia e a gestão da nova ordem internacional (1939-1947)**. In: História das Relações Internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 170-196.

_____. **Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968)**. In: História das Relações Internacionais contemporâneas: da Sociedade Internacional do século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 198-230.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SATO, Eitti. **As Relações Internacionais, a Sociologia e os Debates Correntes sobre Conflito, Cooperação e Mudanças na Ordem Internacional**. Trabalho preparado para o XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, 22-26/agosto/2005. UFRGS, Porto Alegre, RS.

SCHITTINI, João Paulo Marques. **A agenda do desenvolvimento na promoção dos direitos humanos: uma análise da política externa brasileira no governo Lula**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Relações internacionais da UERJ: 2011.

SCHLICHTER, Klaus. **Towards Global Bureaucratic Rationalization?** In: 22nd IPSA World Congress of Political Science, Madrid, July 8 to 12, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltda., traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEIDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de Desenvolvimento Econômico: Uma síntese**. Revista Desenvolvimento em questão. Editora: Unijuí; Ano1, n.01, Ijuí. 2003.p.45-71.

SER. **SOCIAAL-ECONOMISCHE RAAD. NAAR AANLEIDING VAN DE DERDE ALGEMENE CONFERENT VAN DE INDUSTRIELE ONTWIKKELINGSORGANISATIE VAN DE VERENIGDE NAGES (UNIDO-III)**. Gravenhage, 1979.

SERÁFICO, Marcelo; SERÁFICO, José. **A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil**. In: Estudos Avançados, volume 19, nº 54, mai/ago 2005, pp. 99-113.

SERÁFICO, Marcelo. **O empresariado local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica.** Porto Alegre, 2009. Tese de Doutorado em Sociologia. UFRS.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Silva. **Meio Ambiente e movimentos sociais: Um olhar sobre as Conferências sociais das Nações Unidas na década de 1990.** Dissertação e Mestrado, UNICAMP: Campinas, SP. 2005.

SILVA, Luiz Afonso Simoens. **Inserção Externa dos Países Emergentes e Organismos Financeiros Internacionais.** In: Economia Política Internacional: Análise Estratégica. N. 6- jul/set.2005. 40-53pp.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfoses da Amazônia.** UNICAMP, 1997. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

SKLAIR, Leslie. **The Transnational capitalist class and the discourse of globalization.** Disponível em: <www.theglobalsite.ac.uk/authors/sklair.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **A Sociologia do Sistema Global;** trad. De Reinaldo Endlich Orth. Petropolis ,RJ, Vozes, 1995.

_____. **Assembling for development: The Maquila Industry in México and The United States.** 1989.

_____. **The Maquilas in Mexico: a Global Perspective.** In: Bull Latin Am. Res. , Vol. 11, No.1, pp. 91-107, 1992. Printed in Great Britain.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A New Order.** Princeton, New Jersey:2004.

SOARES, Luiz Filipe de Macedo. Estocolmo+40, Rio+20: **Guia básico.** Publicado em 30/07/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20635>. Acesso em: 01 agos. 2012.

SOCZEK, Daniel. **Da negação à parceria: breves considerações sobre as relações ONGs-Estado.** Enfoques Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v. 1, n.01, p. 28-45, 2002.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de Relações Internacionais.** Ed. Afrontamento/ CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005.

SYNTAGMA. Centro de Estudos Estratégicos. Disponível em: <http://syntagma.org/wp_studio/2011/02/claudio-zanghi>. Acesso em 10 de jan. 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora.** In: FIORI, José Luís e TAVARES, Maria da Conceição. (DES) **AJUSTE GLOBAL e Modernização Conservadora.** RJ: Paz e Terra: 1996.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Zahar Editores, 1972.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações não-governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, FUNAG, 1999.

TEXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks norte-americanos e sua fábrica de visão do mundo**. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR, 2009. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica>.

THOMAS, Janet M. **Economia Ambiental: Fundamentos, Políticos e Aplicações**. São Paulo: Gengage Learning, 2010.

TOYE, John. TOYE, Richard. **The UN and Global Political Economy: trade, finance, and development**. By United Nations Intellectual History Project; Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 2004a.

_____. **Arthur Lewis and the United Nations**. Paper apresentado na Conferência “The Lewis Model After Fifty Years” em Manchester University, 2004b.

TRUMAN, HARRY S., LIBRARY & MUSEUM. Truman’s Inaugural Address. Disponível em: <www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inaugural20jan1949.htm>. Acesso em: 21 mai. 2012.

UNCTAD. **Trade And Development Report 2012**. United Nations, New York and Geneva, Disponível em:< http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2012_en.pdf>.

_____. **A Brief historical overview**. UNCTAD/GDS/2006/1

UNICEF. **As Nações no Brasil**. Disponível em <www.onu-brasil.org.br>, Brasília, 2012.

_____. **Adjustment With A Human Face**. Giovanni Andrea Cornia, Richard Jolly and Frances Stewart (eds.) Vol. 1, Protecting the Vulnerable and Promoting Growth. (Clarendon Press, Oxford, 1987 313 pp.)

VALLE, Maria Isabel Medeiros. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção *offshore* em Manaus**. EDUA, Manaus-AM, Rio de Janeiro, 2007.

WALLERSTEIN. Immanuel. **Development lodestar or illusion?**. In: Sklair, Leslie. **Capitalism and Development**, Routledge. 1994. London.

_____. **Para abrir as Ciências Sociais**. Comissão Gulbenkian para Reestruturação das Ciências Sociais. Editora Cortez, SP: 1996.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade Vol1: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. **História Geral da Economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

_____. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix 2004.

_____. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. Tradução Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a .

WIGHT, Martin. **A política do Poder**. Brasília: Ed.UNB, 2002.

WILBERT, E. Moore. **O Impacto da Indústria: Modernização de Sociedades Tradicionais**. RJ: Zahar Editores: 1968.

WILLIAMSON, John. **A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um texto de Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campos, 1988.

WORLDWATCH, Institute. **Estado do Mundo: Inovações que nutrem o planeta**. Relatório do Worldwatch Institute sobre o Avanço a uma Sociedade Sustentável. Salvador: UMA Editora, 2012.

WORLEY, Peter. Modelos do Sistema Mundial Moderno In: FEATHERSTONE (Coord.), **Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis(RJ): Editora Vozes, 1999.

ZANGHI, Claudio. Organizações Internacionais. In: BOBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v.2. Brasília: UNB, 1998.

Relatórios, documentos e resoluções das Nações Unidas (de agências especializadas, fundos e da ONUDI):

ONU. **TRABALHAR COM O ECOSOC: Um guia sobre o Estatuto Consultivo destinado às ONGs**. Nações Unidas, Nova York: 2011a. Disponível em PDF em <<http://csonet.org/content/documents/PortugueseBooklet.pdf>>.

_____. **ABC das Nações Unidas**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. UNC/Rio. 2009. Disponível em: <http://unic.un.org/imucms/userfiles/rio/file/ABCNaesUnidas_Maio2009.pdf>. Acesso em: 13. mar. 2011.

_____. **Carta das Nações Unidas**. UNIC / Rio / 006 - Julho – 2001. Disponível em: <unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em 11 maio.2011.

_____. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Resolução 41/128 da AG da ONU, 04 de dezembro de 1986. Disponível em: <pfdc.pgr.mpf.gov.br/.../direitos.../decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2011.

_____. ANNEX B No. 937. **Relationship Agreement Between the United Nations and the United Nations Industrial Development Organization**. Approved by the General Assembly of the United Nations on 17 December. In: United Nations — Treaty Series • Nations Unies — Recueil des Traités 1985/86, p. 436.

_____. Resolução 3202 (S-VI) 1 de Maio de 1974 (**Programa de Ação sobre a Criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional**). Disponível em: <www.un.org/law/avl>.

_____. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**. 1972.

_____. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Resolução 2200 (XXI) da AG da ONU em 16 de dezembro de 1966. Disponível em:

<<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em: 05 nov.2011.

_____. **Declaração de Viena sobre o Direito dos Tratados.** Disponível em Portal de Direito Internacional. Disponível em: < www.cedin.com.br>. Acesso em 11 set. 2011.

_____. **Declaração de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961.** Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm>.

UIA. **União das Associações Internacionais.** Disponível em <www.uia.org>. Acesso em: 02 de fev. 2011.

UN. **The Millenium Development Goals Report, 2012.** United Nations, New York, 2012.

_____. **NGLS- UN Non-Governmental Liaison Service.** http://www.un-ngls.org/spip.php?page=article_s&id_article=828 acesso em 19 de setembro de 2011.

_____. **Resolução 2089 (XX) Establishment of the United Nations Organization for industrial Development.** UN. A.G 20 de dezembro de 1965. Disponível em: www.un.org. Acessado em 23 out. 2011b.

_____. **Measures for the Economic Development of under-developed countries.** Report by a group of experts appointed by the Secretary-General of the United Nations, New York, May 1951. Disponível: <http://www.questia.com/library/167556/measures-for-the-economic-development-of-under-developed>. Acessado em 17. julh.2011.

UNIC/Rio. Centro de Informação das Nações Unidas no Rio de Janeiro. **ABC das Nações Unidas.** UNIC/Rio – junho de 2001. Disponível em: < http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC_maio_2011.pdf>. Acesso em 10. Jul.2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <www.un.org>.

Relatórios, documentos, resoluções e publicações da ONUDI:

ONUDI. **ONUDI y el Protocolo de Montreal.** ICEX Instituto Español de Comercio Exterior. Septiembre de 2010a. Estudio Realizado por Aroa Puente Ferruelo.

Annual Report of UNIDO 2012. Vienna, 2013.

_____. **Annual Report of UNIDO 2011.** Vienna, 2012a.

_____. **World Manufacturing Production: Statics for Quarter 4, 2012.** Vienna, 2012b.

_____. **Annual Report of UNIDO 2010.** Vienna, 2011.

_____. **Annual Report of UNIDO 2009.** Vienna, 2010.

_____. **Annual Report of UNIDO 2008.** Vienna, 2009a.

_____. **CG. 13ª Sessão, Viena, 7-11 dez, 2009b.**

- _____. **Annual Report of UNIDO 2007.** Vienna, 2008.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2006.** Vienna, 2007.
- _____. **Introducing UNIDO.** Vienna, 2007a.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2005.** Vienna, 2006.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2004.** Vienna, 2005.
- _____. **Conferência Geral.** CG 11/8 IBD 30/23: 2005a.
- _____. **Economic Development and UN Reform: Toward a Common Agenda for Action.** Vienna, 2005b.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2003.** Vienna, 2004.
- _____. **Industrial Clusters and Poverty Reduction: Towards a Methodology and Social Impact Assessment of Cluster Development Initiatives,** Vienna, and 2004a.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2002.** Vienna, 2003.
- _____. **Matters Related to Intergovernmental, Non-governmental, Governmental and other Organizations: Applications from non-governmental organizations for consultative status.** IDB.27/18, 25 June 2003a.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2001.** Vienna, 2002.
- _____. **Annual Report of UNIDO 2000.** Vienna, 2001.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1999.** Vienna, 2000.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1998.** Vienna, 1999.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1997.** Vienna, 1998.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1996.** Vienna, 1997.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1995.** Vienna, 1996.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1994.** Vienna, 1995.
- _____. **Global Forum on Industry.** Perspectives for 2000 and Beyond. New Delhi, India, 16-16. October: 1995.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1993.** Vienna, 1994.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1992.** Vienna, 1993.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1991.** Vienna, 1992.
- _____. **Annual Report of UNIDO 1990.** Vienna, 1991.

_____. **Annual Report of UNIDO 1989.** Vienna, 1990.

_____. **Annual Report of UNIDO 1988.** Vienna, 1989.

_____. **Annual Report of UNIDO 1987.** Vienna, 1988.

_____. **Annual Report of UNIDO 1986.** Vienna, 1987.

_____. **Annual Report of UNIDO 1985.** Vienna, 1986.

_____. **Constitucion de La Organizacion de Las Naciones Unidas para El Desarrollo Industrial.** 1986a. Disponível: www.unido.org.br. Acessado em 17.març. 2011.

_____. **Industry 2000-New Perspectives.** UNIDO, NY, 1979.

_____. **The Text of the Lima Declaration and Plano of action on Industrial Development and co-operation.** In: Report of The Second General Conference of United Industrial Development Organization, Lima, Peru, 12-26 March 1975, UNIDO: ID/CONF. 3/31, 9 May 1975.

_____. **Industrial Zones as Incentives to Promote Export-Oriented Industries.** ID/WG. 112/3 28 October 1971.

_____. **UNIDO and the Millenium Development Goals.** UNIDO, Vienna. s/d.

_____. **UNIDO on track: 2006 and Beyond.** UNIDO, Vienna. s/d

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio. Disponível em: <<http://www.unctad.org/>> Sobre a expressão 3º Mundo: <http://www.homme-moderne.org/textes/index.html> acesso em 13/06/2012. World Economic Social Survey 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/publications/wess2012.html>> Acesso em: 05 dez. 2010.

Reportagens:

NOBREGA, Camila. **Orçamento atual da ONU não corresponde ao crescimento do órgão.** IN: <http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2012/03/01/orcamento-atual-da-onu-nao-corresponde-ao-crescimento-do-orgao-434191.asp> . Acesso em 10/03/2012.

OPERA MUNDI, Agencia de notícias Brasil-arabe/ Sao Paulo. **Após cortes no orçamento, ONU começará 2012 precisando “fazer menos”.** In: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18837/apos+cortes+no+orcamento+onu+com+ecara+2012+precisando+fazer+mais+com+menos.shtml> .Acesso em 24/12/2011.

SOUZA, Gilberto. **O Irã, as sanções e o Movimento dos Não Alinhados.** In: <http://correiodobrasil.com.br/o-ira-as-sancoes-e-o-movimento-dos-nao-alinhados/496035/>. Acesso em 25/08/2012.

WATTS, Jonathan. **Mercury poisoning of thousands confirmed.** In: <http://www.theguardian.com/world/2001/oct/16/japan.jonathanwatts>. Acessado em 28/08/2012.

LIMA, Aida Franco. **Jornalismo e Literatura como suporte à causa ambiental:** Um breve resgate histórico. In: <http://www.ecodebate.com.br/2005/10/05/jornalismo-e-literatura-como-suporte-a-causa-ambiental-um-breve-resgate-historico-por-aida-franco-de-lima/>. Acesso em 18/09/2012.

The Economics. **On the poverty line.** In: http://www.economist.com/node/11409401?story_id=11409401&fsrc=RSS. Acessado em 12/03/2012. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2012/English2012.pdf>.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lista dos Países Menos Avançados

 Afghanistan	 Madagascar
 Angola	 Malawi
 Bangladesh	 Mali
 Benin	 Mauritania
 Bhutan	 Mozambique
 Burkina Faso	 Myanmar
 Burundi	 Nepal
 Cambodia	 Niger
 Central African Republic	 Rwanda
 Chad	 Samoa
 Comoros	 Sao Tome and Principe
 Congo (Democratic Republic of the)	 Senegal
 Djibouti	 Sierra Leone
 Equatorial Guinea	 Solomon Islands
 Eritrea	 Somalia
 Ethiopia	 Sudan
 Gambia	 Timor-Leste
 Guinea	 Togo
 Guinea-Bissau	 Tuvalu
 Haiti	 Uganda
 Kiribati	 United Rep. of Tanzania
 Lao People's Democratic Rep.	 Vanuatu
 Lesotho	 Yemen
 Liberia	 Zambia

Fonte: www.unric.org/pt/paises-menos-avancados.

ANEXO 2 - Lista dos 15 maiores contribuintes da ONU para o financiamento em 2012

<u>Estado membro</u>	Contribuição (% do orçamento da ONU)
1  EUA	22,000%
2  Japão	12,530%
3  Alemanha	8,018%
4  Reino Unido	6,604%
5  França	6,123%
6  Itália	4,999%
7  Canadá	3,207%
8  China	3,189%
9  Espanha	3,177%
10  México	2,356%
11  Coreia do Sul	2,260%
12  Austrália	1,933%
13  Holanda	1,855%
14  Brasil	1,611%
15  Rússia	1,602%
Outros Estados-Membros	18,536%

Fonte: UN 2012 [^]"Assessment of Member States' contributions to the United Nations regular budget for the year 2012" (PDF). [UN Secretariat](#). December 27, 2011. Retirado 2012/11/20.

ANEXO 3 Lista dos Países Membros da ONUDI

Estado-Membro	Data de adesão	Data de ratificação, aceitação (A), aprovação (AA) ou adesão (a).
Afeganistão	21-Jun-1985	9-setembro-1981
Albânia	19-Apr-1988	19-Apr-1988 (a)
Argélia	21-Jun-1985	6-Nov-1980
Angola	9-Aug-1985	9-Aug-1985
Argentina	21-Jun-1985	6-Mar-1981
Armênia	12-May-1992	12-May-1992 (a)
Áustria	21-Jun-1985	14-May-1981
Azerbaijão	23-Nov-1993	23-Nov-1993 (a)
Bahamas	13-Nov-1986	13-Nov-1986 (a)
Bahrain	4-Apr-1986	4-Apr-1986 (a)
Bangladesh	28-Jun-1985	5-Nov-1980
Barbados	21-Jun-1985	30-May-1980
Belarus	21-Jun-1985	17-Jun-1985
Bélgica	21-Jun-1985	Novembro 18, 1981
Belize	27-Feb-1986	27-Feb-1986 (a)
Benin	8-Aug-1985	3-Mar-1983
Butão	23-Aug-1985	25-Oct-1983
Bolívia (Estado Plurinacional da)	21-Jun-1985	9-Jan-1981
Bósnia e Herzegovina	1-Oct-1992	1-Oct-1992 (a)
Botswana	21-Jun-1985	21-Jun-1985 (a)
Brasil	21-Jun-1985	10-Dez-1980
Bulgária	21-Jun-1985	5-Jun-1985
Burkina Faso	16-Jul-1985	9-Jul-1982
Burundi	9-Aug-1985	9-Aug-1982
Camboja	18-Sep-1995	18-Sep-1995 (a)
Camarões	21-Jun-1985	18-Aug-1981
Cabo Verde	21-Jun-1985	27-Nov-1984
República Centro-Africano	9-Jan-1986	8-Jan-1982
Chade	22-Aug-1991	22-Aug-1991
Chile	21-Jun-1985	12-Nov-1981
China	21-Jun-1985	14-Feb-1980 (AA)
Colômbia	30-Jul-1985	25-Nov-1981
Comores	9-Jan-1986	10-May-1985
Congo	12-Jul-1985	16-May-1983
Costa Rica	26-Oct-1987	26-Oct-1987
Côte d'Ivoire	21-Jun-1985	4-Nov-1981
Croácia	2-Jun-1992	2-Jun-1992 (a)
Cuba	21-Jun-1985	16-Mar-1981
Chipre	21-Jun-1985	28-Apr-1983
República Checa	22-Jan-1993	22-Jan-1993 (a)
República Popular Democrática da Coreia	24-Jun-1985	14-setembro-1981 (AA)
República Democrática do Congo	8-Jul-1985	9-Jul-1982
Dinamarca	21-Jun-1985	27-May-1981
Djibouti	20-Aug-1991	20-Aug-1991
Dominica	27-Nov-1985	8-Jun-1982
República Dominicana	21-Jun-1985	29-Mar-1983
Equador	21-Jun-1985	15-Apr-1982

Estado-Membro	Data de adesão	Data de ratificação, aceitação (A), aprovação (AA) ou adesão (a).
Egito	21-Jun-1985	9-Jan-1981
El Salvador	29-Jan-1988	29-Jan-1988
Guiné Equatorial	20-Jan-1986	4 de maio de 1984
Eritreia	20-Jun-1995	20-Jun-1995 (a)
Etiópia	21-Jun-1985	23-Feb-1981
Fiji	30-Dez-1985	21-Dez-1985
Finlândia	21-Jun-1985	5-Jun-1981
França	21-Jun-1985	21-Jun-1985
Gabão	6-Aug-1985	1-Feb-1982
Gâmbia	12-Jun-1986	12-Jun-1986 (a)
Geórgia	30-Oct-1992	30-Oct-1992 (a)
Alemanha	21-Jun-1985	13-Julho-1983
Gana	30-jul-1985	8-Feb-1982
Grécia	21-Jun-1985	10-Jun-1983
Granada	16-Jan-1986	16-Jan-1986 (a)
Guatemala	21-Jun-1985	8-Jul-1983
Guiné	21-Jun-1985	23-Jun-1980
Guiné-Bissau	21-Jun-1985	17-Mar-1983
Guiana	19-Jul-1985	17-Jul-1984
Haiti	5-Aug-1985	9-Jul-1982
Honduras	21-Jun-1985	3-Mar-1983
Hungria	2-Jul-1985	15-Aug-1983
Índia	21-Jun-1985	21-Jan-1980
Indonésia	21-Jan-1980	10-Nov-1980
Irão (República Islâmica do)	9-Aug-1985	9-Aug-1985
Iraque	27-Jun-1985	23-Jan-1981
Irlanda	21-Jun-1985	17-Jul-1984
Israel	21-Jun-1985	15-Nov-1983
Itália	21-Jun-1985	25-Mar-1985
Jamaica	21-Jun-1985	10-Dez-1982
Japão	21-Jun-1985	3-Jun-1980 (A)
Jordânia	28-Oct-1985	30-Aug-1982
Cazaquistão	3-Jun-1997	3-Jun-1997 (a)
Quênia	21-Jun-1985	13-Nov-1981
Kuweit	30-jul-1985	7-Apr-1982
Quirguistão	8-Abr-1993	8-Abr-1993 (a)
República Democrática Popular do Laos	3-Sep-1985	3-Jun-1980
Líbano	6-Aug-1985	2-Aug-1983
Lesoto	21-Jun-1985	18-Jun-1981
Libéria	10-May-1990	10-May-1990
Líbia	8-Aug-1985	29-Jan-1981
Luxemburgo	21-Jun-1985	9-setembro-1983
Madagáscar	21-Jun-1985	18-Jan-1980
Malavi	19-Jul-1985	30-May-1980
Malásia	21-Jun-1985	28-Jul-1980
Maldivas	10-May-1988	10-May-1988 (a)
Mali	17-Jul-1985	24-Jul-1981
Malta	21-Jun-1985	4-Nov-1982
Mauritânia	9-Aug-1985	29-Jun-1981

Estado-Membro	Data de adesão	Data de ratificação, aceitação (A), aprovação (AA) ou adesão (a).
Maurício	21-Jun-1985	9-Dec-1981
México	21-Jun-1985	21-Jun-1985
Mónaco	23-Jan-2003	23-Jan-2003 (a)
Mongólia	21-Jun-1985	3-Jun-1985 (A)
Montenegro	22-Nov-2006	22-Nov-2006 (a)
Marrocos	30-jul-1985	30-jul-1985
Moçambique	13-Nov-1985	14-Dez-1983
Mianmar	12-Apr-1990	12-Apr-1990 (a)
Namíbia	21-Feb-1986	21-Feb-1986 (a)
Nepal	8-Aug-1985	6-Dec-1983
Holanda	21-Jun-1985	10-Oct-1980 (A)
Nova Zelândia *	19-Jul-1985	19-Jul-1985
Nicarágua	1-Jul-1985	28-Mar-1980
Níger	21-Jun-1985	22-Aug-1980
Nigéria	21-Jun-1985	19-Dec-1980
Noruega	21-Jun-1985	13-Feb-1981
Oman	21-Jun-1985	6-Jul-1981
Paquistão	21-Jun-1985	29-Oct-1979
Panamá	21-Jun-1985	23-Jul-1980
Papua Nova Guiné	10-Sep-1986	10-Sep-1986
Paraguai	18-Jul-1985	2-Dec-1981
Peru	21-Jun-1985	13-setembro-1982
Filipinas	21-Jun-1985	7-Jan-1980
Polónia	21-Jun-1985	5-Mar-1985
Portugal	21-Jun-1985	21-May-1984
Catar	9-Dec-1985	9-Dec-1985 (a)
República da Coreia	21-Jun-1985	30-Dez-1980
República da Moldávia	1-Jun-1993	1-Jun-1993 (a)
Romênia	21-Jun-1985	28-Nov-1980
Rússia	21-Jun-1985	22-May-1985
Ruanda	21-Jun-1985	18-Jan-1983
São Cristóvão	11-Dez-1985	11-Dez-1985 (a)
Santa Lúcia	19-Nov-1985	11-Aug-1982
São Vicente e Granadinas	30-Mar-1987	30-Mar-1987 (a)
Samoa	11-Dez-2008	11-Dez-2008 (a)
São Tomé e Príncipe	14-Apr-1986	22-Feb-1985
Arábia Saudita	21-Jun-1985	21-Jun-1985 (a)
Senegal	21-Jun-1985	24-Oct-1983
Sérvia	6-Dec-2000	6-Dec-2000 (a)
Seychelles	19-Aug-1985	21-Apr-1982
Serra Leoa	15-Aug-1985	7-Mar-1983
Eslováquia	20-Jan-1993	20-Jan-1993 (a)
Eslovênia	11-Jun-1992	11-Jun-1992 (a)
Somália	15-Nov-1985	20-Nov-1981
África do Sul	24-Oct-2000	24-Oct-2000 (a)
Espanha	21-Jun-1985	21-setembro-1981
Sri Lanka	21-Jun-1985	25-setembro-1981
Sudão	28-Jun-1985	30-setembro-1981
Suriname	24-Dez-1985	8-Oct-1981
Suazilândia	3-Apr-1986	19-Aug-1981

Estado-Membro	Data de adesão	Data de ratificação, aceitação (A), aprovação (AA) ou adesão (a).
Suécia	21-Jun-1985	28-Jul-1980
Suíça	21-Jun-1985	10-Feb-1981
Síria	21-Jun-1985	6-Dec-1982
Tajiquistão	9-Jun-1993	9-Jun-1993 (a)
Tailândia	21-Jun-1985	29-Jan-1981
A Antiga República Jugoslava da Macedónia	27-May-1993	27-May-1993 (a)
Timor-Leste	31-Jul-2003	31-Jul-2003 (a)
Togo	25-Jun-1985	18-setembro-1981
Tonga	13-Aug-1986	13-Aug-1986 (a)
Trinidad e Tobago	15-Jul-1985	2 de maio de 1980
Tunísia	21-Jun-1985	2-Fev-1981
Turquia	21-Jun-1985	5 de maio de 1982
Turcomenistão	16-Feb-1995	16-Feb-1995 (a)
Tuvalu	13-Sep-2011	13-Sep-2011 (a)
Uganda	5-Dec-1985	23-Mar-1983
Ucrânia	21-Jun-1985	10-Jun-1985
Emirados Árabes Unidos	1-Aug-1985	4-Dec-1981
República Unida da Tanzânia	21-Jun-1985	3-Oct-1980
Uruguai	21-Jun-1985	24-Dez-1980
Uzbequistão	26-Apr-1994	26-Apr-1994 (a)
Vanuatu	17-Aug-1987	17-Aug-1987 (a)
Venezuela (República Bolivariana da)	21-Jun-1985	28-Jan-1983
Viet Nam	19-Jul-1985	6 de maio de 1983 (AA)
Iémen	29-Jul-1985	29-Jan-1982
Zâmbia	21-Jun-1985	15-May-1981
Zimbábue	21-Jun-1985	21-Jun-1985 (a)

Fonte: http://www.unido.org/member_states.html



O Sistema das Nações Unidas

Órgãos Principais da ONU



NOTES

- ¹ A UNRWA e o UNIDIR respondem apenas à Assembleia Geral.
- ² A AIEA responde ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral.
- ³ Agências especializadas são organizações independentes trabalhando junto à ONU e umas com as outras através da coordenação do ECOSOC, a nível internacional, e do Quadro de Coordenação para Chefes Executivos (CEB) a nível inter-setorial. Esta seção é listada em ordem de institucionalização dessas organizações como agências das Nações Unidas.
- ⁴ O Conselho de Tutela suspendeu suas operações em 1º de novembro de 1994, após a independência do Palau, último Território sob Tutela da ONU, em 1º de outubro de 1994.

Este não é um documento oficial das Nações Unidas, nem se pretende absoluto.

APÊNDICES

APÊNDICE: A - Listagem de Secretários Geral da ONU de 1946-2012

Secretário Geral	Nacionalidade/ Ano/Mandato
Trygve Lie	Noruega Fev/1946 – Jan/1951 Fev/1951 – Abr/1953
Dag Hammarskjold	Suécia Abr/1953 – Abr/1958 Mai/1958 – Set/1961
U Thant	Birmânia (Atual, Mianmar) Nov/1961 – Nov/1962 (Interino) Dez/1962 – Nov/1966 Dez/1966 – Dez/1971
Kurt Waldheim	Áustria Jan/1972 – Dez/1976 Jan/1977 – Dez/1981
Javier Perez de Cuellar	Peru Jan/1982 – Dez/1986 Jan/1987 – Dez/1991
Boutros Boutros-Ghali	Egito Jan/1992 – Dez/1996
Koffi Annan	Gana Jan/1997 – Dez/2001 Jan/2002 - Dez/2006
Ban Ki-Moon	Coréia do Sul Desde Jan/2007

Fonte: Elaboração com base em dados do site da ONU (www.un.org). Acessado em 16/09/2012

APÊNDICE B - Países Membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU

De 1/01/2011 a 31/12/2012			De 01/01/2012 a 31/12/2013		
País	Bloco Regional	Embaixador	País	Bloco Regional	Embaixador
Africa do Sul	África	Baso Sangqu	Azerbaijão	Leste Europeu	Agshim Mehdiyev
Alemanha	Europa Ocidental e Outros	Peter Wittig	Guatemala	América Latina/Caribe	Gert Rosenthal
Colômbia	América Latina/Caribe	Néstor Osorio Londoño	Marrocos	África	Mohamed Loulichki
Índia	Ásia	Hardeep Singh Puri	Paquistão	Ásia	Abdullah Hussain Haroon
Portugal	Europa Ocidental e Outros	José Felipe L Cabral	Togo	África	Kodjo Menam

Fonte: Elaboração com base em dados das Nações Unidas (www.un.org)